

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUARA DOS SANTOS SILVA

**HISTÓRIAS DE PROFESSORAS NEGRAS
NO RIO DE JANEIRO: EXPERIÊNCIAS E
TENSÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO
(1870-1920)**

**NITERÓI
2022**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Laura Antunes Maciel – UFF (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Frota Martinez Schueler – UFF (Arguidora)

Prof.^a Dr.^a Alexandra Lima da Silva– UERJ (Arguidora)

Prof.^a Dr.^a Ione Celeste Jesus de Sousa – UEFS (Arguidora)

Prof.^a Dr.^a Martha Campos Abreu – UFF (Arguidora)

Prof.^a Dr.^a Ynaê Lopes dos Santos – UFF (Suplente)

Prof.^a Dr. Eric Brasil – UNILAB (Suplente)

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586h Silva, Luara dos Santos
Histórias de professoras negras no Rio de Janeiro :
Experiências e tensões de classe, raça e gênero (1870-1920)
/ Luara dos Santos Silva ; Laura Antunes Maciel, orientadora.
Niterói, 2022.
294 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.d.11084612712>

1. Professoras negras. 2. Magistério primário. 3.
Relações de classe, raça e gênero. 4. Respeitabilidade. 5.
Produção intelectual. I. Maciel, Laura Antunes, orientadora.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.
III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

Para Alexandre Reis e Luíza Mahin (o nosso pedacinho).

Para Laurita e Orcerio (in memoriam), os pais amados que a vida me deu.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à minha família, nas figuras dos meus avós Laurita e Orcério, e meus irmãos Laura Fabiane e Augusto. Ao Alexandre Reis e à Luíza Mahin, marido e filha, pelo amor incondicional e por darem sentido à minha existência, sendo meu porto seguro em todos os momentos da vida.

Agradeço a todas as profissionais da Educação Infantil, dentre elas as berçaristas Norma Patrizzi e Gabriela Bittencourt, que cuidaram tão bem da minha pequena, desde os seus nove meses de idade, estimulando seu crescimento e proporcionando a segurança necessária para que eu pudesse me dedicar ao trabalho do doutorado. Sem vocês eu não teria conseguido!

Ao professor Eric Brasil, amigo querido e compadre, por todo apoio desde a época do meu mestrado. Seus incentivos e leituras críticas durante a escrita da dissertação e ao longo dos processos seletivos para o doutorado foram cruciais para que eu desse os primeiros passos nessa nova jornada em busca das histórias de mulheres negras.

Às amigas-irmãs Alessandra Tavares, Gabriela Gouveia, Leda Agnes, Priscila Pereira, Priscila Santos, Fernanda Soares, Ana Paula Gonçalves, Hiolly Batista e Patrícia Rodrigues pelo suporte e apoio nos momentos difíceis e exaustivos, por chorarem meu choro e por sorrirem o meu riso: valeu por vocês existirem, amigas!

Às amigas-mães Andréa Reis, Sara Castilho, Yaci Farias, Caroline Guedes que foram fundamentais à minha construção diária no “ofício” da maternidade. Agradeço as trocas sobre desafios do sono, introdução alimentar, fase das “birras” e tantos outros aprendizados que vocês compartilharam comigo ao longo desses quase cinco anos em que sou mãe. Vocês fizeram essa árdua caminhada da mãe-professora- doutoranda ser muito mais segura e confiante. Agradeço também por todo incentivo recebido de Cristiane Kozlowsky, outra importante e querida amiga-mãe.

Agradeço às queridas Livia Nascimento, Juliana Pereira e Ana Paula Cruz, amigas que a academia me deu, que muito contribuem em minha formação intelectual e que sempre me apoiaram ao longo da jornada do doutorado. Agradeço também ao querido amigo João Alípio Cunha por todo incentivo recebido ao longo da jornada acadêmica, por todo apoio e ensinamentos, na prática, sobre a mobilização negra na luta por cidadania. Ubuntu, meu amigo!

Às professoras Martha Abreu e Ione Celeste Sousa agradeço a leitura cuidadosa e as sugestões feitas à época do exame de qualificação, o apoio recebido foi muito importante para a continuidade deste trabalho. Ao longo desses quinze anos de vida acadêmica (entre graduação, mestrado e doutorado) a professora Martha Abreu tem sido pessoa fundamental, então agradeço por todo apoio, ensinamentos, generosidade e afeto.

À minha orientadora, professora Laura Maciel, pela parceria ao longo desses anos de vida acadêmica e em especial o doutorado. Seu apoio incondicional foi crucial diante de tantos medos frente ao desafio de conjugar a gestação, maternidade e as atividades acadêmicas. Suas leituras atentas e bastante críticas me impulsionaram a seguir na árdua busca pelas histórias de professoras negras, não desistindo de contá-las. A ela também a agradeço por todo apoio, ensinamentos, generosidade e afeto.

Agradeço às muitas pessoas queridas que cruzaram a estrada que venho percorrendo no magistério: à Janete Ribeiro, professora e militante histórica do Movimento Negro; às “zamigas” Graziela Mello, Girlene Kiev, Fabrícia Figueira, Amanda Rodrigues, Andreia Ramos, Fabiana Freire, Nilza Campos, Patrícia Lemos, Priscila Tavares e ao amigo Victor Duba; e à amiga Izabel Marçal. Vocês me inspiram demais e fortalecem a caminhada!

Agradeço ao Aderaldo Pereira, professor e militante histórico do Movimento Negro, que generosamente compartilhou comigo valiosas fontes acerca das professoras da família Hemetério dos Santos. Agradeço pelas trocas e incentivos ao longo dos nossos processos de doutoramento.

Também agradeço a todos os funcionários das instituições de pesquisa por onde passei durante o processo de doutoramento. O compromisso e a ética profissional de cada um deles foi muito importante para que eu conseguisse localizar os preciosos documentos que analiso ao longo desta tese. Faço agradecimento especial ao professor Júlio Calazans e à bibliotecária Vera Barbosa, ambos atuantes no Centro de Memória da Educação Brasileira (CEMEB/ ISEJ), por terem sido tão generosos, dedicados e disponíveis. O apoio recebido de ambos me impulsionou a seguir firme na busca pelos registros acerca das professoras negras que eu tanto busquei encontrar.

Agradeço à Carla Mendes, minha psicóloga, que segurou minha mão ao longo desse percurso, tornando a caminhada mais fortalecida.

Por fim, agradeço ao CNPQ por financiar integralmente a pesquisa que resultou nesta tese.

Ainda assim eu me levanto

*Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me
levantar.*

*Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.
Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.*

*Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?
Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.
Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.*

*Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Porquê eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?
Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor*

Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.
Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem
escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto¹
(Maya Angelou)

¹ Tradução do poema “Still I rise”, de autoria da poetisa estadunidense Maya Angelou. Disponível em: [Leiatradução do poema 'Still I Rise', de Maya Angelou - 28/05/2014 - Ilustrada - Folha de S.Paulo \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 02/03/2022, às 11h 30 min.

RESUMO

Este trabalho examina as experiências de um conjunto professoras negras no Rio de Janeiro, entre 1870 e 1920, e as decorrentes tensões de classe, raça e gênero que atravessaram suas trajetórias no magistério e em outros âmbitos da vida. Ao enquadrarem-se aos padrões de gênero, as professoras negras Alexandrina de Brito, Rufina Vaz, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos, Elvira Pilar Guimarães, Luiza, Alice Noêmia e Clara Callado - e suas famílias - estavam construindo meios para contornar os muros do racismo que, associando-se ao sexismo, buscava rotulá-las enquanto mulheres hiper sexualizadas. As vidas dessas professoras negras foram ditadas pelos padrões de honestidade e respeitabilidade que atendiam aos padrões de gênero hierarquizado entre homens e mulheres. Suas experiências no magistério, em família e na sociedade mais ampla nos contam sobre as táticas miúdas do cotidiano cujos objetivos eram acessar a educação formal e, conseqüentemente, melhores e mais seguros postos de trabalho. Tais movimentos incluíam a estrita adequação às normas sociais vigentes e o enquadramento aos ditames impostos às mulheres - e em especial às professoras primárias - naqueles tempos.

Palavras-chave: Professoras negras; Magistério Primário; Classe, Raça e Gênero; Respeitabilidade.

ABSTRACT

This paper examines the experiences of black teachers in Rio de Janeiro, between 1870 and 1920, and the resulting tensions of classes, race and gender that crossed their trajectories in teaching and in other life areas. Conforming themselves to gender standards, these black teachers named Alexandrina de Brito, Rufina Vaz, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos, Elvira Pilar Guimarães, Luiza, Alice Noêmia e Clara Callado - and their families - were building ways to circumvent the walls of racism that, by associating itself with sexism, sought to label them as hyper-sexualized women. The lives of these black teachers were dictated by standards of honesty and respectability that met the standards of gender hierarchies between men and women. Their experiences in teaching, in the family and in the wider society tell us about the small tactics of everyday life whose goals were to access formal education and, consequently, better, and safer jobs. Such movements included strict adaptation to prevailing social norms and framing the dictates imposed on women – and especially on primary school teachers – at that time.

Keywords: Black Teachers; Primary Education; Class, Race and Gender; Respectability.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia de uma mulher branca. <i>Jornal das Moças</i> , 1914.....	44
Figura 2 – Anúncio do Creme de Beleza Oriental. Revista <i>Careta</i> , 1912.....	48
Figura 3. Anúncio Emulsão de Scott. Revista <i>Careta</i> , 1909.....	49
Figura 4. Fotografia de um piquenique de professores e alunos na Penha (Rio de Janeiro). <i>Fon-Fon!</i> , 1913.....	51
Figura 5. Fotografia de um Grupo de professoras da 2ª escola do 5º distrito (Rio de Janeiro). <i>O Malho</i> , 1912	52
Figura 6. Fotografia de um Grupo de professoras da 4ª escola mista do 5º distrito (Rio de Janeiro). <i>Jornal das Moças</i> , 1916.....	53
Figura 7. Fotografia de um Grupo de professoras da Escola Modelo José Bonifácio (Rio de Janeiro). <i>O Malho</i> , 1908.....	55
Figura 8. Fotografia de um Grupo de professoras da Escola Estácio de Sá (Rio de Janeiro). <i>O Malho</i> , 1910.....	56
Figura 9: Charge “O futuro do feminismo”. <i>Fon-Fon!</i> , 1907.....	59
Figura 10. Anúncio do produto Pilofero. <i>A Noite</i> , 1922.....	89
Figura 11. Fotografia de Coema Hemetério dos Santos Pacheco. <i>A Cidade</i> , 1913.....	104
Figura 12. Fotografia de Elvira Pilar da Silva Guimarães. <i>A Cidade</i> , 1913.....	105
Figura 13. Lista de membros da Sociedade de Música União dos Artistas. Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1863.....	117
Figura 14. Lista de casamentos ocorridos na igreja matriz da Glória. <i>Jornal do Commercio</i> , 1865.....	120
Figura 15. Ilustração de Joaquim Antonio da Silva Callado. <i>Revista Illustrada</i> , 1880.....	121
Figura 16. Fotografia do Grupo de professoras da 3ª escola feminina do 11º distrito (Rio de Janeiro). <i>O Malho</i> , 1909.....	129
Figura 17. Registro de Casamento entre Luiza Callado e Narciso Ribeiro, 1904.....	134
Figura 18. Registro de Batismo de Jaldemar Callado Ribeiro de Castro em 03/12/1908.....	139

Figura 19. Assinaturas das testemunhas do casamento entre Francisco Antonio da Silva Guimarães e Edméa Magalhães, 1902.....	146
Figura 20. Listagem de professoras por distrito (Rio de Janeiro). Destaque para as professoras Rufina e Elvira Pilar. <i>Almanak Laemmert</i> , 1913.....	171
Figura 21. Mapa dos Títulos de capacidade expedidos de 19 de abril de 1874 a 31 de março de 1875. Em destaque a professora Alexandrina Rodrigues Brito de Carvalho.....	190
Figura 22. Histórico Escolar da aluna Coema Hemetério dos Santos (1904-1908).....	223
Figura 23. Grupo de alunas e professores acompanhadas por Nilo Peçanha. O Malho, 1910.....	238
Figura 24. Professoras e alunos da Terceira Escola Pública Feminina do Décimo Primeiro Distrito. O Malho, 1907.....	262
Figura 25. Fotografia da Professora Zulmira Augusta de Miranda. Fonte: A Cidade, 1912.....	269

LISTA DE ABREVIATURAS

AGCRJ: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN: Arquivo Nacional

CEMEB/ISERJ: Centro de Memória da Educação Brasileira do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Sumário

Introdução.....	16
CAPÍTULO 1: Hierarquias pautadas em cor, raça e gênero no universo letrado da cidade do Rio de Janeiro.....	29
1.1– Um Rio de transformações e permanências entre fins do século XIX e primeiros anos do XX.....	29
1.2– Enquadrando o gênero: pode a mulher ser mãe, esposa e professora?.....	36
1.3- Ainda sobre enquadramentos: o “nosso feminismo” e “a arte de ensinar creanças” I.....	50
1.4- “O nosso feminismo” e a arte de ensinar creanças – II.....	70
1.5- “Use o Pilofero!”: a estética como instrumento de estigmatização das pessoas negras.....	78
1.6- “A igualdade das raças já é um facto!”.....	95
CAPÍTULO 2: Histórias de famílias negras.....	110
2.1- Prólogo.....	110
2.2- Família Silva Callado.....	114
2.3- Família Silva Guimarães.....	142
2.4- Família Hemetério dos Santos.....	157
CAPÍTULO 3: “Inteligente, honesta e de rara competência”: histórias de professoras negras.....	178
3.1 – Prólogo.....	178
3.2- Irmãs D. Alexandrina e D. Rufina de Brito e o magistério público primário na década de 1870.....	181
3.3- Entre mães, filhas e irmãs: professoras Elvira Pilar, Rufina Vaz, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos.....	192
3.4– O magistério das professoras Silva Callado.....	246
3.5– Professora Zulmira Augusta de Miranda.....	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
LISTA DE FONTES.....	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	289

INTRODUÇÃO

Enquanto aluna negra da educação básica passei anos me deparando com o completo silêncio acerca das histórias da população negra, ou ouvindo narrativas que coisificavam esses sujeitos, reduzindo-os à figura do escravizado que apanhava em silêncio como na pintura de Jean Baptiste Debret. Fora da escola, uma enxurrada de estereótipos me atravessava cotidianamente e isso me fez entender desde muito cedo que eu era uma pessoa negra; do mesmo modo compreendi na pele os sentidos do racismo que desumanizam e objetificam. Lidar com o racismo foi um processo duro que tomou boa parte da minha vida e que, por algum tempo, me impediu de enxergar todo o legado construído por antepassados que enfrentaram lutas diárias como as minhas.

Ingressar na universidade foi um marco porque me permitiu acessar todo esse passado de lutas e de afirmação da humanidade que o racismo tentava (e continua tentando) nos retirar.² Permaneceu o desconforto com as histórias dos tempos de escravidão ao mesmo tempo em que eu alimentava o desejo de conhecer as agências dos que vieram antes de mim. Esse desejo guiou meus passos de aprendiz e as buscas por histórias das agências negras foi ganhando contornos mais precisos e decididos à medida em que participava de debates acadêmicos e militantes. A busca por uma imprensa negra no Rio de Janeiro à época da monografia de conclusão da graduação em História da Universidade Federal Fluminense, entre os anos de 2010 e 2011, cedeu lugar às investigações sobre a trajetória de um homem cativante, ativo e contundente em defesa da população negra. O estudo que resultou em uma dissertação de mestrado, rascunhado em 2012 e concluído em 2015, descortinou a fascinante história do professor Hemetério José dos Santos. Esse estudo e a convivência diária com meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ significaram um marco em minha trajetória de pesquisadora e mulher negra.

As muitas leituras e a convivência direta com mulheres negras que eram intelectuais acadêmico-militantes, durante o mestrado, me motivaram a voltar os olhos para as relações de gênero em meio às relações raciais. Isso me fez indagar onde estavam as mulheres negras em fins do século XIX e primeiros anos do século XX e porque era tão difícil rastrear suas existências e ações. O desenvolvimento do campo de estudos das relações raciais e do pós-abolição vêm recuperando de modo contundente as trajetórias e experiências de homens negros no mesmo período histórico, inclusive daqueles pertencentes aos círculos letrados e que conquistaram visibilidade e respeitabilidade. Mas, o silêncio sobre as mulheres negras

² Destaco a disciplina História da Cultura Popular, em 2008, ministrada pela professora Martha Abreu, como o ponto de partida nessa trajetória em busca das histórias e das agências negras no passado.

pertencentes a esses mesmos círculos ainda permanece vivo, tanto em papéis tradicionais como mães, esposas e filhas quanto na vida pública, no exercício de ofícios e carreiras, particularmente aquelas que exigiam o letramento e o domínio de códigos culturais hegemônicos. Assim, comecei a questionar, de modo mais específico, sobre o trio de mulheres da família Hemetério dos Santos: Rufina, Coema e Gulnare que eram esposa e filhas, respetivamente, do professor Hemetério José dos Santos. Enquanto eu tinha em mãos uma profusão de registros feitos sobre e pelo próprio, os vestígios sobre as três eram escassos - alimentando ainda mais as insistentes perguntas sobre as agências das mulheres negras naqueles tempos.

Os indícios me faziam suspeitar que as três mulheres da família Hemetério dos Santos – que também eram professoras públicas e pessoas negras – embora encobertas pela neblina do silêncio, e pelo peso da figura masculina da família, tinham muitas histórias a serem descobertas e contadas. Assim, de posse de alguns fragmentos sobre as vidas de Rufina, Coema e Gulnare, comecei a indagar sobre a participação do trio feminino nas produções e debates protagonizados pelo professor Hemetério José dos Santos. Deste ponto de partida procedi ao levantamento de fontes investigando suas trajetórias no magistério em meio às relações raciais constituídas na cidade do Rio de Janeiro das décadas posteriores à abolição formal da escravidão.³

O levantamento de fontes em acervos físicos e digitais teve por objetivos ampliar o escopo de sujeitos históricos, localizando outras trajetórias de professoras negras que viveram e atuaram no Rio de Janeiro; ampliar o corpus documental relativo ao magistério público primário para analisar aspectos como sua estrutura física e significado simbólico, as leis e regulamentos que normatizavam o exercício da profissão de professor, os caminhos percorridos pelas moças que optavam por ser professora desde os estudos até a incorporação definitiva ao serviço público municipal; localizar registros sobre as relações raciais e de gênero no âmbito da administração municipal bem como em outras esferas do universo letrado da cidade do Rio de Janeiro como na imprensa, na literatura e no próprio universo do magistério primário.

Esses levantamentos de fontes foram guiados pela metodologia da busca nominal e/ou temática, desenrolando-se em quatro etapas interligadas entre si: 1) a busca em arquivos físicos

³ A rica produção historiográfica sobre a História Social do pós-abolição vem descortinando agências individuais e coletivas de pessoas negras nos anos que se seguiram ao término legal do sistema escravista. Essa produção, analisando as mais diversas regiões do país, igualmente aponta que esses anos subsequentes ao treze de maio de 1888 merecem atenção especial e o entendimento de que se trata de um “problema histórico” e não simplesmente um recorte cronológico ou marco histórico onde as estruturas tenham sido completamente alteradas ou mantidas intactas. Sobre isto ver: RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

e digitais por outros registros sobre as três professoras da família Hemetério dos Santos (Rufina, Coema e Gulnare)⁴; 2) busca por outras professoras negras e por registros acerca da malha escolar carioca entre fins do século XIX e início do XX no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Série Instrução Pública; 3) levantamento de fontes no Arquivo Nacional, Série “Educação – Administração Pública”, visando ampliar os dados acerca das professoras negras localizadas até então; 4) pesquisa nominal no acervo digital da plataforma *Family Search*, buscando ampliar os dados sobre todas as professoras localizadas até esse momento (Rufina Vaz, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos; Elvira Pilar da Silva Guimarães e Thereza Carolina da Silva Guimarães; Luiza e Alice Noêmia da Silva Callado).

A documentação acerca desse universo letrado permitiu reconstituir, em parte, o panorama das relações raciais, de gênero e classe no âmbito de um universo letrado pautado por ideais de modernidade, civilidade e eugenia. Na vida cotidiana esses ideais se materializavam sob a forma de uma taxinomia racial que justificou perspectivas de superioridade em contraposição à uma pretensa inferioridade da população negra e mestiça naquele centro cosmopolita.⁵ Pesquisas historiográficas demonstram que no período entre 1870 e 1920 a sociedade brasileira esteve eivada de práticas sociais e de retóricas discursivas nas quais a racialização dos corpos negros se configurava como um forte mecanismo de definição de posições e hierarquias sociais.⁶

As peremptórias perspectivas de que a população negra e mestiça era biologicamente inferior aos brancos alimentavam tais processos em que o imaginário social e até mesmo as teorias científicas propunham a existência de raças humanas classificadas conforme a cor da pele e outras marcas físicas características – como formato de crânio, nariz, estrutura dos cabelos, etc. – gerando e legitimando processos concretos de discriminação racial que alicerçavam e justificaram a discriminação em diversos setores da vida social nas décadas finais do século XIX. Em outras palavras, os teóricos racialistas e racistas usavam o poder simbólico

⁴ Nesse momento realizei pesquisas na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional (arquivo físico) e no sítio digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵ Segundo o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães, embora possamos concordar que “as raças não existem na natureza”, elas “continuam a habitar o imaginário de muitas sociedades humanas”, pois são “construções sociais que têm funções e realidade sociais”. E que “os critérios pelos quais as raças são percebidas mudam de sociedade para sociedade”, “(...) de época para época.” Fonte: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 35.

⁶ Sobre isto ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008; ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

de que dispunham para afirmar e difundir tais “teorias científicas” enquanto verdades irrefutáveis e inescapáveis, escamoteando que raça é uma construção social e cultural e, portanto, expressam percepções, concepções e valores de um grupo sobre outro. Como defendo ao longo dos capítulos, essas não eram apenas palavras lançadas e levadas pelo vento, mas tinham o real potencial de transformarem-se em barreiras a impedirem a igualdade, tão proclamada pelo movimento republicano, para as pessoas negras.

Logo após o término legal do sistema escravista, em tempos que para os grupos sociais hegemônicos eram de *Belle Époque*, “modernidade” e “cosmopolitismo”⁷, a sociedade brasileira foi inundada por imagens estereotipadas acerca da população negra: caricaturas, textos e charges publicadas em revistas satíricas que animalizavam e ridicularizavam as características físicas e modos de falar associados a esses homens e mulheres. Portanto, em uma sociedade que buscava “civilizar-se” as pessoas negras frequentemente eram associadas ao “atraso” e a uma gama de características físicas e culturais publicamente depreciadas.⁸ Nesse mesmo período e de modo similar, práticas discursivas legitimavam a pretensa superioridade branca, de modo direto e indireto, construindo e difundindo imagens que transmitiam ideias de beleza, recato e bom comportamento – sempre associados às figuras brancas, sobretudo as femininas.

Em contraposição a toda essa opressão racista, alguns homens negros que pertenciam às camadas letradas, como o professor Hemetério dos Santos, investiam tempo e esforço intelectual contrapondo-se de modo veemente à racialização e às subsequentes tentativas de inferiorização da população negra do seu tempo. Esses esforços datam de período anterior ao fim da escravidão, como se pode ver nos empreendimentos de sujeitos que alcançaram visibilidade levantando as bandeiras da luta antiescravista e antidiscriminatória, tais como Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio – dentre outros.⁹

Ao lado de alguns desses homens, vivendo o mesmo tempo e espacialidade histórica,

⁷ Sobre a *Belle Époque* carioca temos discussões muito ricas em CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “Belle Époque”*. 2ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, e em VELLOSO, Mônica. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro, Funarte, 1988.

⁸ ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. Do (in) visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013.

⁹ Sobre as mobilizações de homens negros antes e depois da abolição ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutorado. Unicamp, 2002; DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867-1910), um —líder da raça negra na capital da república”. *Afro-Ásia*, n. 41, p. 167–209, 2010; BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no Pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port- Of- Spain, Trinidad (1838-1920)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.

estavam as mulheres negras, professoras públicas primárias que portavam sobrenomes que conferiam alguma distinção aos homens de suas famílias. Os registros produzidos ao longo da vida e atuação desses homens, assim como os estudos históricos posteriores, se limitaram a citar os nomes das mulheres em referência a essas figuras masculinas. E quase nada informam sobre as suas experiências de letramento e formação profissional, a existência (ou não) de uma produção intelectual autônoma, suas aspirações e projetos, e as dificuldades encontradas para realizá-los. Assim sendo, tais mulheres permaneceram, em grande medida, desconhecidas e silenciadas.

Lendo nas entrelinhas, guardando nomes e sobrenomes, cruzando informações de fontes primárias e historiográficas foi possível rastrear os caminhos de catorze mulheres negras, pertencentes a quatro troncos familiares: os Paula Brito, os Hemetério dos Santos, os Silva Guimarães e os Silva Callado. Desse conjunto de mulheres negras, nove eram professoras: Rufina e Alexandrina de Brito; Rufina Vaz, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos; Elvira Pilar da Silva Guimarães; Luiza, Alice Noêmia e Clara Callado.¹⁰

Para localizá-las utilizei prioritariamente a metodologia da busca nominal a partir de evidências mínimas, buscando analisá-los enquanto indícios capazes de decifrar a realidade que se mostra opaca.¹¹ Essas buscas cruzadas me levaram a ampliar o recorte temporal, recuando no tempo para analisar questões relativas às relações de raça, gênero classe anteriormente ao imediato pós-abolição – recorte definido anteriormente. Os registros localizados nos permitem enxergar, ainda, os caminhos familiares de transmissão do magistério entre mães, filhas e irmãs pelo menos desde os anos de 1870. Assim, torna-se possível analisar, ao longo de cinco décadas, os modos pelos quais as mulheres negras e as suas famílias construíram táticas cotidianas de inserção no magistério e no serviço público, rompendo com a subalternização pautada em cor e raça.

No que diz respeito aos documentos transformados em fontes de informações históricas nesta investigação, foi importante ampliar o universo dos testemunhos e articular um conjunto variado de registros que, quase sempre, forneceu dados fragmentados que demandaram um esforço para articular e dar sentido a partir de novas perguntas lançadas ao passado. Para além dos documentos oficiais busquei uma infinidade de meios para me aproximar das experiências das mulheres negras no passado. E esse movimento de ampliação implicou a necessidade do

¹⁰ No caminho em busca desses registros localizei Zulmira Augusta Miranda, a décima professora negra investigada nesta tese. Levantei uma profusão de registros sobre o seu magistério, mas escassas evidências sobre sua vida familiar – o que impossibilitou delimitar e analisar mais um tronco familiar como nos outros casos.

¹¹ GUINZBURG, Carlo. Mito, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 178.

que Burke chama de “ler nas entrelinhas”, ou seja, enxergar nas fontes e objetos de pesquisa aquilo que nem sempre está visível e à mostra.¹²

A documentação cartorial, levantada no acervo digital da plataforma *Family Search*, me possibilitou reconstituir especificamente as histórias das professoras negras e de suas famílias, entre fins do século XIX e início do XX, registrando seus arranjos familiares, os eventos privados relacionados aos nascimentos, casamentos e mortes, assim como as dinâmicas de moradia, compartilhamento de endereços, dentre outros aspectos importantes para a compreensão das relações familiares. Foi preciso perseguir pistas de modo minucioso, perseguindo os nomes, para com isto reunir dados que me permitissem reconstituir tais histórias e sobretudo compreender o lugar da família na experiência social de mulheres negras livres no referido tempo histórico.

Por outro lado, a documentação produzida no âmbito da *Instrução Pública* possibilitou rastrear as formas de acesso à instrução e suas estratégias de inserção nos mundos do trabalho, principalmente no magistério.¹³ Nesse trajeto localizei um denso corpus documental – constituído por legislação, relatórios, regulamentos e, também, requerimentos e demandas de professores encaminhados às autoridades – que registram a estrutura e o funcionamento da educação primária na cidade do Rio, entre 1881 e 1920. Possibilitam, também, conhecer a ação cotidiana dos docentes e momentos significativos em suas trajetórias funcionais no interior do magistério público. São documentos manuscritos de origens diversas, mas, que, apresentam algumas características em comum, dentre as quais a ausência de qualquer forma de racialização das professoras públicas primárias e dos seus alunos. Silêncios oficiais que pretendiam apagar as marcas das desigualdades raciais, mas não as hierarquias em si, o que resultou no apagamento da existência e atuação de professoras negras e de suas agências no interior de escolas públicas e na relação com autoridades e instituições do magistério.

Outro conjunto documental fundamental para esta pesquisa é a imprensa carioca constituída por uma multiplicidade de folhas e revistas com públicos e finalidades diversas. Merece destaque a chamada “grande imprensa” particularmente as revistas ilustradas, com as reportagens e imagens publicadas sobre professores e escolas municipais, e os jornais diários – fundamentais tanto para o mapeamento de pequenas notas, avisos e informes publicados pelos órgãos da administração pública ou quanto das publicações “a pedidos” pagas pelas famílias e

¹² BURKE, Peter (org.). *Op. Cit.*, p. 25.

¹³ Documentação disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), *Série Instrução Pública*, e no Arquivo Nacional (AN/RJ), *Série Educação*.

indivíduos investigados.

Além da imprensa empresarial, consultei também os pequenos periódicos publicados pela categoria docente, como *O Magistério*¹⁴ e *A Escola Primária*¹⁵, ambos ricas fontes de informações sobre os debates travados em torno de assuntos que mobilizaram os professores naquele momento, principalmente os papéis de gênero no magistério, assim como reuni uma série de biografias publicadas na seção “Magistério Municipal”, por iniciativa da revista *A Cidade*, entre dezembro de 1912 e junho de 1913.¹⁶ Outras informações de caráter biográfico e memorialístico foram localizadas, na coluna “Nossas Mestras” mantida pela jornalista Mariza Lira no *Jornal do Brasil* em 1956.

As referências teórico-metodológicas que nortearam esta pesquisa estão inseridas no paradigma da chamada *Nova História* que, contrapondo-se à uma história tradicional e dos “grandes personagens”, lança olhares sobre toda e qualquer atividade humana. Ou seja, todas as ações e experiências humanas, sejam elas relacionadas aos grandes eventos ou não, merecem ser analisadas e entendidas enquanto integrantes do processo histórico. Outro ponto central para a *Nova História* diz respeito à incorporação da cultura enquanto elemento extremamente importante nas relações entre os sujeitos e explicações sobre suas ações, pois “(...) a realidade é social e culturalmente construída”.¹⁷

Perspectiva também muito importante para este paradigma é a da necessidade de se destacar os conflitos e diversas “vozes” existentes a partir das relações e ações dos sujeitos

¹⁴ *O Magistério: Revista Pedagógica, Didáctica e Literária* circulou mensalmente entre 20 de agosto e 30 de novembro de 1909. De propriedade da Associação dos Professores do Brasil, o periódico definia-se como “órgão de defesa da classe professoral”. Teve apenas quatro números e dezenas de colaborações de professores e alunas da Escola Normal, tratando sobre diversos assuntos relativos ao magistério. Seu diretor e redator-chefe foi Alfredo Costa e o redator-gerente João Ambrósio do Nascimento. Cada publicação girou entre 24 e 37 páginas que continham artigos, além de anúncios de produtos e serviços. A existência do periódico estava diretamente ligada aos serviços de orientação nos “negócios e interesses afectos às repartições públicas, especialmente na Prefeitura, em tudo que condiga com o seu magistério: nomeações, licenças, transferências de adjuntos, jubilações, transferências de escolas, auxílio para aluguel de casa, gratificações adicionais, procurações, pagamentos de impostos, recebimentos, empréstimos, declarações de pensão a herdeiros no montepio, fianças para casa, aprovações de livros, matrículas, exames nos estabelecimentos anexos, admissão nos institutos”. Além dos serviços de médico, dentista, advogado, parteira e farmácia. Fonte: *O Magistério: Revista Pedagógica, Didáctica e Literária*, Ano I, número 4, 30 de novembro de 1909, p. 10. Disponível em: [BNDigital](#).

¹⁵ *A Escola Primária* foi uma revista mensal que circulou entre 01 de outubro de 1916 e março de 1938. Editado pela editora Francisco Alves, o periódico contava com cerca de quarenta páginas (em alguns anos bem menos do que isto) e informava ser dirigida pelos inspetores escolares do Rio de Janeiro. Em suas páginas eram publicados artigos de opinião, “lições e exercícios”, além de informações acerca da malha escolar carioca.

¹⁶ Esta era uma “folha principalmente dedicada aos assumptos municipais”, de propriedade e administração de A. Soutinho, sendo a parte literária sob a responsabilidade de Levi Autran, redator-secretário. A sede da revista ficava à Rua General Câmara, 363, “em frente ao Palácio da Prefeitura” – tão estratégica quanto as publicações laudatórias sobre servidores, políticos e os prefeitos da municipalidade. A seção “Magistério Municipal” objetivava “publicar os retratos de todos os professores públicos municipais, assim como as notas biográficas de cada um dos retratados.” “Magistério Municipal”, *A Cidade*, 25/12/1912, p.08. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ.

¹⁷ BURKE, Peter (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

históricos. Ou seja, entender as relações entre sujeitos, instituições, valores e normas, poderes constituídos, papéis e hierarquias sociais, dentre outras estruturas sociais, enquanto movimentos dialéticos. De acordo com Burke: “Nós [historiadores] nos deslocamos do ideal da Voz da História para aquele da heteroglossia, definida como “vozes variadas e opostas.”¹⁸

Nesse sentido, foi de suma importância para esta pesquisa a utilização da abordagem Micro Histórica, definida pelo historiador Giovanni Levi enquanto “prática historiográfica composta por referências teóricas variadas e ecléticas”¹⁹, que carrega em seu bojo diversos intercâmbios e diálogos com outras áreas de conhecimento, tais como as Ciências Sociais. Metodologicamente esta abordagem centra-se nas trajetórias e experiências ao nível individual, tomando “o particular como ponto de partida” (...), identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico.”²⁰ A redução de escala ao nível micro não significa, porém, abandonar o diálogo com o macro, ou seja, o estudo das trajetórias de sujeitos históricos não deve negligenciar as especificidades do contexto histórico e as tensões sociais e coletivas que também atuaram sobre ele. Assim, faz-se necessária a constante articulação entre o particular e o geral, sem transformar elementos individuais em generalizações, mas considerando sempre que “fatos insignificantes e individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.”²¹

Destaco a História Social enquanto importante referência teórico-metodológica por ampliar as possibilidades temáticas de investigação, dos sujeitos históricos, dos registros e testemunhos históricos, permitindo a problematização de experiências em escala micro e macro. E é exatamente esta multiplicidade de possibilidades abertas pela *Nova História* e, em particular, pela *História Social* que incluem aqui nesta discussão alguns dos postulados da chamada “história das mulheres” e das relações sociais de gênero.²² A historiadora Joan Scott, uma das principais referências nos estudos de gênero, diz que “a existência do campo relativamente novo da História Social proporcionou um importante veículo para a história das mulheres; a associação de um novo tópico com um novo conjunto de abordagens enfatizou a reivindicação da importância, e a legitimidade do estudo das mulheres.”²³

¹⁸ BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p.16.

¹⁹ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro História.” In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*, op. cit., p.135-164.

²⁰ LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro História.” In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*, op. cit., p.156.

²¹ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*, p.160.

²² Segundo Joan Scott, “gênero” foi um termo extraído da gramática estadunidense e que serve para “teorizar a questão da diferença sexual”. Assim sendo, se trata de uma ferramenta conceitual para pensar as relações construídas entre homens e mulheres no mundo social. Assim sendo, “A masculinidade e a feminilidade são encaradas como posições de sujeito, não necessariamente restritas a macho ou fêmeas biológicos.” Ver SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*, op.cit., p.89-92.

²³ SCOTT, Joan. *História das Mulheres*, op. cit., p.84.

Joan Scott nos mostra que todo o movimento realizado por historiadoras para a legitimação do campo da “história das mulheres”, associado aos movimentos e lutas sociais pelos direitos das mulheres entre os anos de 1960 e 1980, teve relação direta com a quebra de paradigmas e a não aceitação de um “sujeito histórico universal”. Dessa forma, para além dos processos e experiências históricas vivenciadas e muitas vezes protagonizadas pelos homens existem outras histórias e sujeitos históricos. E aí se colocam outras questões bastante relevantes, instaurando-se o que se denomina como uma “reivindicação da diferença dentro da diferença”.²⁴ Portanto, sujeitos, fontes históricas e a própria categoria “mulheres” são múltiplos e multifacetados – o que nos leva a um ponto central neste estudo que foi pensar as experiências das mulheres negras no passado em diálogo com a produção intelectual de pensadoras negras do nosso tempo.

Algumas categorias formuladas por intelectuais negras do Brasil e da diáspora são cruciais para o estudo das experiências das mulheres negras investigadas nesta tese. Os conceitos de respeitabilidade, interseccionalidade, imagens de controle e racismo sexualizado norteiam as análises acerca das trajetórias das professoras negras nas relações de gênero, raça e classe. Por isso, nesta introdução é importante sinalizar de que modos eles foram articulados no presente estudo. Eles não estão isolados, ao contrário, atravessam-se ao longo das análises de modo semelhante ao diálogo teórico que estabelecem entre si e suas autoras.

Embora essas professoras negras e suas famílias não tenham abertamente formulado “políticas de respeitabilidade” como os sujeitos afro-americanos estudados por Evelyn Rigginbottom²⁵, suas condutas cotidianas expressaram, ao longo de suas vidas, a busca e a personificação dessa perspectiva. Isso porque racismo e sexismo, conforme apontam Lélia González²⁶ e Patricia Hill Collins²⁷, atuam de modo interseccional, atravessados entre si, impactando as vidas das mulheres negras de modo a reforçar lugares sociais de subalternidade. Era real a exigência da boa apresentação, tanto estética quanto comportamental e, portanto, ela se impunha como uma necessidade às mulheres negras ressignificando concretamente o que era ser uma mulher negra, membro de uma família negra.

Ao longo da tese veremos os muitos enquadramentos impostos às mulheres das camadas

²⁴ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. História das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p.287.

²⁵ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Righteous Discontent: The Women's Movement in the Black Baptist Church, 1880-1920*. Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

²⁶ González, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa*. 1ª edição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

²⁷ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

populares letradas que deveriam seguir à risca determinadas normas de conduta e que as legitimaria enquanto pessoas respeitáveis: ter e aparentar honestidade, casarem-se oficialmente, constituírem famílias estáveis, serem boas mães, estarem sempre um passo atrás dos seus cônjuges e pais, atuando nas margens consideradas adequadas às mulheres de boas famílias. Essas normas de comportamento eram exigidas através de leis e regulamentos da Instrução Pública e, como veremos, eram fielmente seguidas pelas professoras primárias, reforçando a imagem pública de honestidade exigida para o exercício do ofício.

As professoras negras investigadas nesta tese pertenciam aos círculos letrados, e a famílias de trabalhadores assalariados, cotidianamente encarando as recorrentes imagens de feminilidade branca e respeitabilidade burguesa que estipulavam padrões de “mulher ideal”. Quando abriam as páginas das revistas ilustradas elas se deparavam com as imagens que hipervalorizavam a brancura e simultaneamente com o racismo escancarado dos produtos para o “cabelo ruim” (sic). E os estereótipos raciais – assim como as imagens que reforçavam a brancura, atingiam toda a coletividade de mulheres negras – do mesmo modo que as exigências morais sobre as suas condutas.

Desse modo, foi crucial para essas professoras serem grandes exemplos de virtude moral porque isso também ratificava as suas capacidades intelectuais e, no limite, confirmava a sua própria humanidade. Nessa jornada para fazer valer a própria existência havia muito em jogo e incorporar os códigos culturais hegemônicos foi uma das estratégias e trunfo principal dessas dez mulheres negras e de suas famílias. Códigos que, ao fim, legitimavam a hegemonia branca e ocidental, mas que serviram de escudo para essas pessoas negras. Assim, a vida em família e o ingresso no magistério público foram fundamentais para os Hemetério dos Santos, os Silva Guimarães e os Silva Callado no enfrentamento ao racismo daqueles tempos.

As trajetórias familiares abordadas neste estudo foram construídas por ao menos três gerações, a partir de 1870, solidificando um legado que combinou o domínio da cultura letrada, o ingresso no serviço público, a respeitabilidade e o exercício do magistério pelas mulheres e por alguns desses homens negros. Todo esse conjunto de elementos, legados às gerações seguintes, conferiu algum prestígio social a essas famílias. E, principalmente, lugares sociais e simbólicos de proteção e de fortalecimento em face da precariedade das condições materiais a que boa parte da população negra estava sujeita.

Ao acompanhar essas histórias percebemos que os investimentos na aquisição de educação formal e na inserção em postos de trabalho mais valorizados socialmente geraram resultados ao mesmo tempo em que reiteraram os padrões hegemônicos das relações de gênero. E o que isto significou naqueles tempos em que as ideias de raça paulatinamente vão se tornando

centrais? Significou a possibilidade concreta de contornar os muros do racismo que insistia em reafirmar as hierarquias senhor-escravo, brancos- negros, civilizados-inferiores, dentre outras categorias que comprovariam a “inferioridade racial” da população negra.²⁸

Diante das armadilhas do racismo, grande responsabilidade foi lançada sobre as mulheres negras dessas três famílias porque suas condutas precisariam refutar todo um conjunto de estereótipos que combinavam racismo e sexismo ao pautarem a hipersexualização das mulheres negras. Ao mesmo tempo, elas deveriam atender às exigências de honestidade e moralidade lançadas sobre todas as moças que trilhavam a carreira do magistério público primário para assegurarem seus postos de trabalho e reafirmarem sua competência e qualificação profissional.

A combinação entre raça e gênero, textual e publicamente afirmada por intelectuais renomados como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e José Veríssimo²⁹, atravessava os caminhos das professoras negras, colocando-lhes o peso nos ombros para que fossem provas vivas das boas qualidades de toda uma “raça” e em especial de suas próprias famílias. O racismo que se pretendia científico afirmava que pessoas negras eram inferiores, defendendo teses de promiscuidade sexual sobretudo das mulheres negras. Nesse contexto repleto de violências atiradas sobre as pessoas negras, tornava-se crucial que essas professoras negras personificassem a mulher “inteligente, honesta e de rara competência”³⁰, dentro e fora dos seus lares.

Compor a classe professoral proporcionava a essas mulheres negras um meio de vida seguro e, em alguma medida, valorizado socialmente. O que as levou ao magistério em detrimento a outros ofícios foi mais que a necessidade material, foi também a possibilidade de reafirmar sua intelectualidade e ocupar um lugar de autoridade e respeitabilidade conferido às mestras das primeiras letras dentro e fora das escolas. Como veremos, elas enfrentaram alguns desafios no caminho da inserção no magistério público primário que, segundo os estudos da História da Educação, passou por movimentos rumo à escolarização docente através da Escola Normal.³¹

²⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Op. Cit.*, p.97.

²⁹ José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) foi jornalista, professor, crítico e historiador literário. Paraense de nascimento, consolidou sua carreira intelectual na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os diversos lugares de prestígio que ocupou, foi diretor da Escola Normal e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Fonte: José Veríssimo | Academia Brasileira de Letras. Acesso em: 06/10/2021, às 13h50min. Sua obra “A educação nacional”, publicada em 1890 e 1906 (2ª edição) é enfática ao defender processos de educação onde fossem melhoradas a moral e o caráter dos brasileiros – segundo ele “amolecidos” em virtude da presença de pessoas negras - sobretudo das “mulatas - em nosso seio.

³⁰ “Magistério Municipal”. *A Cidade*, 25 de dezembro de 1912, p.08. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ.

³¹ SCHUELER, Alessandra Frota de. “De mestres escolas a professores públicos: histórias de formação de

Seus caminhos de formação e de inserção no serviço público foram parte integrantes de processos estruturais em que paulatinamente feminizava-se o ofício³², ao mesmo tempo em que “(...) leis e regulamentos relativos à instrução pública e ao recrutamento docente, em várias instâncias do ensino, buscaram impor certa regularidade e controle nos mecanismos de constituição dos quadros docentes (...)”.³³ Outro aspecto importante destacado pelos estudos da História da Educação diz respeito ao papel exercido pela família na “reprodução da docência”³⁴ pois, conforme veremos, a escolha pelo magistério não foi uma escolha individual e ação isolada, mas um projeto familiar compartilhado entre as gerações das três famílias negras investigadas neste estudo.

Assim, a tese produzida como resultado desses caminhos de investigação e discussões subsequentes foi estruturada em três capítulos nos quais as relações sociais micro e macro estão relacionadas em torno de temáticas que articulam dimensões da vida privada e pública de mulheres negras, assim como de suas experiências no magistério na cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1920.

O primeiro capítulo, intitulado *Hierarquias pautadas em cor, raça e gênero no universo letrado da cidade do Rio de Janeiro*, discute como algumas práticas discursivas construídas através dos códigos do universo letrado atuavam na construção e consolidação de desigualdades pautadas em cor, raça e gênero. Enquadramentos sobre como ser mulher e professora que figuravam em produções literárias e médico-científicas e na imprensa reforçavam as hierarquias entre os gêneros e definiam modelos de beleza e de humanidade que excluía as pessoas negras. Ainda neste capítulo, procuro acompanhar como as professoras negras e suas famílias lidaram com essas construções sociais e mantiveram diálogo direto com esses modelos estéticos e comportamentais.

O segundo capítulo, intitulado *Histórias de famílias negras*, analisa os arranjos familiares constituídos pelas três famílias localizadas e acompanhadas na pesquisa. Assim, discuto as uniões conjugais, as identificações da cor da pele utilizadas nos momentos de registros (de nascimento, óbito e casamento), o papel dos casamentos formais em suas vidas, e

professores na Corte Imperial”. *Educação* (Porto Alegre). v. 28, n. 2, p. 333-351, maio-ago, 2005. Disponível em: Vista do De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial (pucrs.br). Acesso em: 27/12/2021.

³² HAHNER, June. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro do fim do século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010.

³³ GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 167.

³⁴ MUNHOZ, Fabiana e VIDAL, Diana. Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil. *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, vol. III, núm. 6, 2015, pp. 125-157. Disponível em: Vista de Experiencia docente y transmisión familiar del magisterio en Brasil (somehide.org). Acesso em: 27/01/2022, às 17h 40 min.

a construção de redes de apoio e solidariedade a partir da estrutura familiar – fundamental à vida privada e ao próprio exercício do magistério público. Ao longo das histórias familiares vamos percebendo que seus investimentos na aquisição de educação formal e na inserção em postos de trabalho mais valorizados socialmente foram gerando resultados que lhes permitem construir algum capital simbólico. Ao mesmo tempo permitiram o acesso a lugares de proteção e fortalecimento contra a precariedade das condições materiais a que boa parte da população negra estava sujeita.

O terceiro e último capítulo, intitulado *Inteligente, honesta e de rara competência: histórias de professoras negras*, analisa a fundo as experiências das professoras Rufina e Alexandrina de Brito; Rufina Carvalho, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos; Elvira Pilar da Silva Guimarães; Luiza, Alice Noêmia e Clara da Silva Callado; e Zulmira Augusta de Miranda. Todas elas eram mulheres negras que atuaram no magistério público primário da cidade do Rio de Janeiro, em diálogo com professores e professoras de outras cores e origens sociais. Através de suas trajetórias exploro os sentidos atribuídos (e incorporados) pelo enquadramento de mulheres negras letradas aos padrões de gênero legalmente exigidos das professoras primárias. Mais que mero enquadramento aos padrões branco e aburguesados trata-se, para as mulheres negras, de questão de sobrevivência que, direta ou indiretamente, eram atingidas por normas e valores que combinavam racismo e sexismo.

Contar as histórias das professoras negras e de suas famílias tem duplo papel à medida em que permite descortinar suas agências no passado e, no tempo presente, romper com as perspectivas ainda vigentes de passividade, anomia e hipersexualização das mulheres negras. É contar sobre as agências e protagonismos de pessoas negras na construção da classe professoral, rompendo com um silenciamento que atravessou os séculos. É construir e repassar as memórias sobre os legados construídos por essas professoras negras às professoras e professores – negros ou não – no tempo presente.

CAPÍTULO 1:

Hierarquias pautadas em cor, raça e gênero no universo letrado da cidade do Rio de Janeiro

1.1 – Um Rio de transformações e permanências entre fins do século XIX e primeiros anos do XX

As práticas e normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificadas dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de ‘últimas palavras’ e relatos anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções.³⁵

(THOMPSON, E.P.)

Desde a década de 1870 – passado mais distante para o qual localizei registros de experiências das professoras negras, sujeitos desta pesquisa – até os primeiros anos do XX a cidade do Rio de Janeiro experimentou processos de intensa transformação e de importantes rupturas que impactariam profundamente o cotidiano das relações sociais. Ao longo desse período se desenrolaram alguns processos que afetariam as disputas políticas e a configuração das relações sociais, como a promulgação, em 28 de setembro de 1871, da Lei do Ventre Livre³⁶ e a campanha republicana. A possibilidade de um ponto final ao regime escravista e o debate sobre um novo regime político – assentado nas noções de cidadania e soberania popular – colocavam questões de cunho político- econômico na ordem do dia, criando expectativas entre

³⁵ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.18.

³⁶ A lei número 2.040 de 28 de setembro de 1871 foi assinada pela princesa Isabel e considerava livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquele momento. Ficava estabelecido, contudo, que essas crianças nascidas dos “ventres livres” ficariam sob a tutela dos senhores até os vinte e um anos de idade ou seriam entregues ao governo. Fonte: [28 de setembro de 1871 - Promulgada a Lei do Ventre Livre | Biblioteca Nacional \(bn.gov.br\)](#). Acesso em: 05/03/2022, às 11h 15 min.

os “de baixo”, oferecendo alento e impulsionando suas lutas, levantando temores e aspirações relacionadas à tradição e aos costumes como sinalizados por E.P. Thompson.

No ano seguinte, em 1872, seria realizado o primeiro censo demográfico nacional, delineando as feições da sociedade brasileira de então: majoritariamente negra, com alto contingente de pessoas livres e libertas quando ainda imperava a escravidão. Segundo os números do censo, o contingente de pessoas pretas e pardas livres chegava a mais de 73% da população negra em geral, isto é, eram cerca de 4 milhões de pessoas³⁷ que viviam, trabalhavam, buscavam momentos de lazer, se relacionavam amorosamente, construíam relações de solidariedade e desavenças, pessoas que buscavam se apoderar dos saberes da cultura letrada. Tais pessoas viveram essas e muitas outras experiências, experimentando a longa tradição de serem atravessados pelo que se chamava preconceito de cor. Preconceito que poderia se materializar em interdições objetivas do mesmo modo em que tinham potencial para atingir as subjetividades de um grupo que era abertamente desumanizado e estigmatizado.

Enquanto ferramenta de poder e de exclusão, o enraizado processo de desumanização das pessoas escravizadas e dos seus descendentes não foi rompido a partir de nenhuma das leis emancipacionistas e nem mesmo através das leis e Constituição republicanas. A hierarquização entre brancos e negros seguiu sendo ressignificada, abrigando-se em concepções de raça ancoradas nas ciências biológicas de então. Esta hierarquização, sustentada por teorias que se pretendiam científicas, afirmava que as diferenças entre brancos e não-brancos (negros, indígenas, mestiços etc.) indicariam a superioridade dos primeiros e a inferioridade destes últimos. Segundo os estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, a década de 1870 marca o fortalecimento, no Brasil, das teses e teorias evolucionistas e deterministas que buscavam explicar as diferenças internas, “[convertendo] as diferenças sociais em variações raciais.” Vinculados a diferentes instituições, os “homens das letras” eram também os “homens das ciencias” que (re) elaboraram e divulgaram “modelos deterministas raciais (...) bastante populares no Brasil”.³⁸

Nas décadas seguintes as transformações político-sociais continuariam acontecendo, destacando-se dois grandes eventos de impacto nacional que foram a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Em curso se desenrolava o que a historiadora Wlamyra Albuquerque define como “reestruturação da arquitetura social”, estando em jogo

³⁷ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº 19, segundo semestre de 2010, p.36.

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28 e p.65.

diferentes projetos de sociedade e a possibilidade de manter ou desfazer hierarquias cristalizadas por mais de três séculos. O fim do binômio senhor-escravo e a implantação de uma República significaram a possibilidade real de se construir uma nova sociedade pautada em igualdade jurídica entre cidadãos, independentemente da cor da pele dos sujeitos. Mas, o “novo” carregou consigo tradições e costumes que não foram desfeitos por completo e algumas das disputas concretas e simbólicas do período ocorreram em torno da manutenção dos lugares representativos desse binômio.³⁹

No campo das relações de gênero, tradição e modernidade também caminharam de braços dados, pois as hierarquias entre homens e mulheres seguiram sendo realimentadas e legitimadas. Mas, agora “cientificamente” comprovadas por pesquisas que afirmavam serem as mulheres física e intelectualmente inferiores aos homens (sic). Ao discutir sobre “o que acham da mulher”, a historiadora Rachel Soihet aponta que

Nesse momento, a imagem construída para a mulher, com selo do parecer médico, destacava sua fragilidade física, de onde decorriam sua delicadeza e debilidade moral. Por injunções da natureza, era considerada como inferior ao homem, inferioridade que se manifestava pelo predomínio das “faculdades afetivas”, tornando-a mais sentimental que “filósofa”. Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz, indispunha-a para os trabalhos do espírito e para as atividades intelectuais.⁴⁰

A fim de provarem a cientificidade dessas perspectivas, estudiosos da época lançaram mão – dentre outros expedientes - da frenologia, uma técnica de medição dos crânios “cujas observações anatômicas confirmariam a diferença entre o moral do homem e o da mulher”: mulheres por terem a fronte mais estreita e a parte posterior mais alargada estariam biologicamente determinadas ao sentir, pois “as faculdades afetivas” estariam localizadas exatamente na parte posterior. Já as “faculdades intelectuais”, que seriam mais desenvolvidas nos homens, estariam localizadas na fronte.⁴¹ A mesma medicina foi utilizada como ferramenta de ataque aos pobres de uma cidade que, sob a perspectiva higienista, precisaria passar por transformações com foco no “combate à desordem”, modernização, higienização e civilização.⁴² O almejado progresso que demoliria o “velho” rumo ao “novo”, não demoliria as seculares estruturas do racismo e do poder patriarcal.

Anúncios de produtos estéticos, capas de revistas direcionadas ao público feminino, produtos voltados à boa saúde da mãe-mulher – dentre outros elementos – reforçavam

³⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009, pp.97-98.

⁴⁰ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 114.

⁴¹ Idem.

⁴² SOIHET, Rachel. *Op. Cit.*, p. 39-41.

perspectivas de feminilidade associadas [à] “a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão”, destinando-a [a mulher] inevitavelmente ao amor.⁴³ Compreendidas como virtudes essenciais à boa mulher, essas concepções eram facilmente depreendidas das inúmeras imagens e textos publicados presentes em periódicos como as revistas ilustradas que se popularizaram nos primeiros anos do século XX.

Mas, é preciso dizer, essas imagens da “mulher ideal” não foram inauguradas pela modernidade das revistas ilustradas, pois décadas antes já circulavam romances e produções da literatura médico-científica que pautavam tais perspectivas. Segundo a historiadora Rachel Soihet, a literatura produzida por Machado de Assis é bastante representativa neste sentido, pois dentre as mais diversas personagens destaca-se Helena como “o ideal da mulher na segunda metade do século XIX, segundo os parâmetros da burguesia”:

Dócil, afável, inteligente... O que a tornava superior e lhe dava a possibilidade de triunfo era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda cata de espíritos, arte preciosa que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres. Helena praticava de livros ou alfinetes, de bailes ou de arranjos de asa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, graves com os que o eram, atenciosa e ouvida sem entono nem vulgaridade. Havia nela a jovialidade da menina e a compostura da mulher feita, um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes.⁴⁴

Assim, a “mulher ideal” traduzida pela personagem Helena seria portadora de “beleza, elegância, adaptabilidade às circunstâncias, submissão, resignação e uma gama de prendas domésticas e de sociedade”. Esse conjunto de características, segundo Soihet, consagrava a personagem como “modelo feminino da época”⁴⁵. A construção literária dessa figura romântica, representante máxima de um determinado ideal de feminilidade, circulava amplamente nos meios letrados através dos folhetins, não se circunscrevendo aos romances machadianos. Em autores como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, também são encontradas personagens femininas que eram legítimas representantes das virtudes associadas à “mulher ideal”.⁴⁶

Nos anos finais do século XIX, o intelectual José Veríssimo – futuro fundador da Academia Brasileira de Letras e diretor da Escola Normal – também refletiu sobre o lugar da mulher nas “questões da educação” ao mesmo tempo em que defendeu a hierarquia racial, a

⁴³ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1989, p.115.

⁴⁴ ASSIS, Machado de. Helena. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1962, v.1, p. 284. Apud: SOIHET, Rachel. Op. Cit., p.118.

⁴⁵ SOIHET, Rachel. Op. Cit, p.118.

⁴⁶ LOPES. Silvana Fernandes. “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX. *Revista Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan. jun. 2011, p.121. Disponível em: [Retratos de mulheres na literatura brasileira do século XIX \(unesp.br\)](http://www.unesp.br/revista-plures-humanidades).

política de branqueamento e a consequente extinção dos afro-brasileiros. No livro “A Educação Nacional”, defendeu que a educação ia além da transmissão dos saberes, devendo ater-se também à uma “educação do caráter”. Em sua concepção a educação eficiente seria aquela capaz de corrigir os terríveis vícios da nação brasileira, levando à reforma e à restauração do povo. A “educação do caráter” seria realizada pelas mulheres dentro do ambiente doméstico, convertendo-se em forte meio para a correção da “passividade do caráter brasileiro, feito de indolência, de indecisão, de indiferença e de inatividade (...)”.⁴⁷

Veríssimo tece críticas à mulher brasileira, descrita por ele como uma “mãe fraca” em virtude de um “amor maternal sem energia como todos os seus sentimentos”, por “excessivo carinho e uma histérica apreensão” que impediria os filhos pequenos de se afastarem delas.⁴⁸ Diferentemente dos autores do Romantismo, o olhar de Veríssimo projeta uma mulher ideal como uma construção a ser alcançada no futuro, demandando que esse grupo social de carne e osso fosse submetido à lapidações até chegar ao “tipo ideal”. A educação da mulher brasileira, portanto, deveria conferir a ela “uma noção mais exata, mais positiva e mais completa do que tinham suas avós”, ensejando transformá-la em “fator consciente da nossa evolução e da educação eficaz da nossa sociedade”.⁴⁹

Diante de características como uma “natureza mais nervosa”, a “sensibilidade mais aguda”, [personalidade] “menos consistente e mais volúvel” – reiteradas por Veríssimo como evidências “cientificamente provadas” do caráter feminino – a educação das mulheres encontraria terreno fértil e amplas possibilidades de moldá-la.⁵⁰ O acesso à instrução tiraria as mulheres da ignorância e fortaleceria sua formação para que exercesse as funções de “mãe, esposa, amiga”, (...) companheira e aliada do homem na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa (...).⁵¹

As idealizações literárias, as produções médico-científicas ou filosóficas como as defendidas por José Veríssimo iam além do reflexo ou crítica da sociedade vigente, convertendo-se em práticas discursivas que disputavam os significados culturais sobre ser mulher em debate na sociedade e, também, se concretizavam em normas de conduta, padrões comportamentais e, no caso das escolas femininas, em normas disciplinares e regulamentos das

⁴⁷ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p. 46 e 60.

⁴⁸ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p.49.

⁴⁹ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p.152.

⁵⁰ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 150.

⁵¹ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 153, (Grifos meus).

instituições. Cada uma dessas práticas discursivas direcionava às mulheres uma série de enquadramentos, reforçando os papéis sociais que deveriam ser exercidos por cada gênero. À medida em que visavam controlar os comportamentos femininos tais ações convertiam-se em ferramentas de poder, cristalizando o secular domínio patriarcal.

Os “significados culturais” sobre ser mulher, construídos no bojo das experiências cotidianas, poderiam ser múltiplos e polifônicos, mas, nem de longe havia simetria entre tais sentidos. Como veremos mais adiante, as mulheres negras não eram associadas a essa feminilidade que combinava beleza, qualidades intelectuais e as virtudes de mãe e esposa. A mulher quase etérea dos autores românticos, a que carecia de melhor educação segundo Veríssimo, as belas às quais eram anunciados inúmeros produtos para o realce da beleza da cutis nos periódicos ilustrados, não eram as mulatas, mestiças ou pretas. Como bem definem as cientistas sociais Lélia González⁵² e Patricia Hill Collins⁵³, as imagens construídas sobre as mulheres negras – no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente – durante e no pós-escravidão formaram um conjunto de estereótipos que combinava racismo e sexismo. Essas “imagens de controle” construídas externamente às mulheres negras atuava (e continuam atuando) na cristalização dos mecanismos de exploração e de exclusão social.⁵⁴

As concepções correntes de “mulher ideal” – articuladas por poderosas práticas discursivas elaboradas no interior do universo letrado – cristalizavam o domínio patriarcal e branco sobre as mulheres reais de carne e osso, mas as afetavam de forma distinta e desigual. Tal processo acontecia porque os padrões de feminilidade alçavam as mulheres brancas e pertencentes às classes sociais mais favorecidas à categoria de modelos únicos e aceitáveis do que era ser mulher, bela, honesta e, por fim, padrão de humanidade. Às demais mulheres (brancas pobres, negras, mestiças) restavam a submissão e enquadramento ao padrão “universal” ou a completa exclusão – o que consequentemente levaria ao fortalecimento masculino e branco.

Por esse rio de transformações e permanências também passaram as águas da educação - a chamada instrução primária - que foi sendo constituída a partir das ações dos sujeitos que demandavam por ensino para si ou para os seus filhos e filhas. Professoras e professores, inspetores escolares, diretores da instrução pública, e pessoas ocupantes de outros cargos também fizeram parte desse processo. Famílias negras e trabalhadores em geral buscaram

⁵² GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa*. 1ª edição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 44.

⁵³ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 140.

⁵⁴ COLLINS, Patricia Hill. *Op. Cit.*

acessar os bancos escolares, mostrando-se conscientes acerca das possibilidades que lhes seriam abertas mediante o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos.

Segundo a historiadora Surya Barros, a partir de 1870 intensificam-se os debates sobre a construção de uma nação moderna e livre e as “(...) iniciativas e realizações que encaminham um intenso movimento de escolarização da sociedade brasileira.”⁵⁵ As mudanças na legislação com a permissão para a criação dos cursos noturnos para adultos em 1878, abriu brechas à frequência dos escravizados que, até então, estavam legalmente impedidos de frequentarem às aulas. Em seu estudo, Pombo analisa um denso corpus de legislações provinciais e da Corte, demonstrando a intensa mobilização em torno da educação que passava pela proposição e aprovação de leis e por iniciativas populares demandando acesso ao ensino.

Como bem demonstram os historiadores José Gondra e Alessandra Schueler, foram diversas as formas e sujeitos da ação educativa no Brasil do século XIX – o que seguramente pode ser estendido aos primeiros anos do século XX:

(...) vale chamar atenção para as iniciativas criadas, mantidas e expandidas pelo aparelho do Estado, pelas Igrejas, empresários, filantropos e agentes da intelectualidade, como médicos, juristas e militares, por exemplo. É por meio da ação articulada desta gente que, pouco a pouco, vão sendo criadas escolas públicas, privadas, subvencionadas (diurnas e noturnas), asilos, colégios e liceus, internatos e cursos superiores no vasto território brasileiro. Do mesmo modo, é preciso considerar o poder exercido pelas sociedades, academias e grêmios, instâncias educativas que organizam iniciativas voltadas para educar a população, constituída pela “boa sociedade”, mas também por crianças pobres, negros, índios, imigrantes e mulheres.⁵⁶

No bojo dessas ações articuladas está a abertura da Escola Normal da Corte, em 1880, que visava “dar as coordenadas gerais” à formação e profissionalização do professorado no centro e nas províncias.⁵⁷ Aqui também estamos tratando de relações de poder, à medida em que como apontam Gondra e Schueller, as iniciativas educativas foram pensadas e aplicadas segundo distinções sociais bem definidas uma vez que:

a questão da educação é tratada de modo cada vez mais especializado, o que se vê rebatido na especificidade da malha escolar que vai sendo organizada. Trata-se de produzir escolas para todos os homens e mulheres livres, prevendo uma inserção bem determinada para cada um. Nessa linha é que se pode compreender, por exemplo, a criação das escolas noturnas para trabalhadores (...).⁵⁸

É importante salientar que as transformações e permanências caminhavam entrelaçadas,

⁵⁵ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX)*. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo:2017, p. 72.

⁵⁶ GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p. 09.

⁵⁷ GONDRA José e SCHUELER, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 93.

⁵⁸ GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 94, (Grifos meus).

portanto, nem todo passado estava superado: as relações entre os gêneros seguiam desiguais quanto ao acesso e aos saberes escolares ensinados aos meninos e meninas. Além da separação entre escolas femininas e masculinas, os programas de ensino seguiam diferenciados entre ambos os sexos. Dentre os conteúdos ensinados mantinham-se para as meninas aqueles relacionados a um “modelo ideal de mulher”, tais como livros de educação moral, trabalhos de agulha, bordado, costura e demais “prendas que servem à economia doméstica”.⁵⁹

Como já dito, as relações de poder construídas exclusivamente a partir de concepções hierárquicas entre os grupos sociais não foram inauguradas pela modernidade e tampouco pelo crescente fortalecimento da cultura letrada entre fins do século XIX e primeiros anos do XX. Entretanto, devemos considerar o poder exercido pela articulação cotidiana entre palavras e imagens que visavam definir determinados sentidos culturais, naturalizando (ou combatendo) desigualdades dentro e fora desse universo. Assim, nas seções a seguir serão analisadas práticas discursivas construídas por aqueles que dominavam a cultura letrada em disputa pela perpetuação, eliminação ou a combinação entre perspectivas hierárquicas pautadas em cor, raça e gênero na cidade do Rio de Janeiro.

1.2 – Enquadrando o gênero: pode a mulher ser mãe, esposa e professora?

“Pode ser a professora a senhora em estado interessante? Pode admitir-se como professora a senhora casada?”⁶⁰

(Jornal das Moças)

Nesta seção discutiremos as formas pelas quais os sujeitos da imprensa – importante ferramenta nesse cenário de transformações sociais - buscaram intervir nas formas de enquadramento feminino, limitando as mulheres a lugares e ações em que imperavam o controle masculino e as assimetrias entre os dois gêneros. Como E.P. Thompson definiu, a “perpetuação de tradições” envolve a oralidade, mas não está ausente das práticas culturais de sociedades letradas. Isto é, a crescente implementação de práticas culturais ancoradas em suportes letrados não faz desaparecer os costumes arraigados por gerações a fio.

As publicações feitas por periódicos publicados desde fins do século XIX e os primeiros anos do século XX foram ativos na construção e difusão de imagens carregadas de assimetrias raciais, de classe e gênero, atravessadas entre si. O mote era o investimento cotidiano e

⁵⁹ GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. *Op. Cit.*, p. 204.

⁶⁰ *Jornal das Moças*, 1916, p.14.

sistemático em práticas discursivas nas quais determinados sujeitos eram alçados à humanidade plena, alguns alçados a constituiriam uma espécie de “segunda categoria”, ao passo que outros tinham sua humanidade negada por completo. Os artigos de opinião, charges, anedotas e até os anúncios dos mais variados produtos publicados em jornais e revistas não foram ações neutras e descoladas da realidade, ao contrário, configuraram-se enquanto ferramentas na disputa pelo poder da palavra para a construção da realidade social. A combinação entre forma e conteúdo presentes em grande parte dos periódicos da imprensa comercial transmitiam mensagens legitimadoras das hierarquias entre homens, mulheres, abastados, pobres, brancos e negros.

O que não exclui a existência da disputa cultural nesses mesmos espaços ou em periódicos alternativos criados e mantidos pelos “amadores das letras”.⁶¹ Segundo a historiadora Laura Maciel, naquele contexto de crescente difusão da cultura letrada o domínio das letras tinha tanta importância para a conquista da cidadania que levava indivíduos e grupos à publicação de periódicos em prol dos mais diversos interesses, dentre os quais o pleno acesso à educação formal – o que lhes permitiria alguma inclusão social. Movimentos feitos de modo bastante consciente sobre o poder da palavra escrita, buscando interferir diretamente nas já mencionadas relações e hierarquias sociais – em prol de ganhos específicos de determinados grupos ou mesmo advogando por uma ampla revolução social.⁶²

As práticas discursivas construídas no âmbito do universo letrado, denominadas representações por Stuart Hall, são entendidas como ações vivas que incidem no cotidiano das pessoas que, no caso desta tese, recaí especificamente entre fins do século XIX e primeiros anos do XX. Em diálogo com as reflexões teóricas formuladas por Hall, as práticas discursivas analisadas neste capítulo são entendidas enquanto elementos fundamentais na construção das relações de poder entre os grupos sociais. E como tal, procuro avaliar se (e como) elas foram capazes de afetar particularmente as vidas das pessoas negras, das mulheres e dos pobres da cidade – grupos historicamente atravessados pela negação da sua humanidade e excluídos dos direitos de cidadania. Deste modo, as hierarquias de raça, gênero e classe construídas e alimentadas cotidianamente por produções literárias, médico-científicas, fotografias, anúncios etc., são entendidas nesta tese em toda a sua concretude, pois “(...) os significados culturais não estão somente em nossa cabeça – eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos.”⁶³

⁶¹ MACIEL, Laura. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia; SANTOS, Ricardo Augusto (orgs.). *Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 53 – 81.

⁶² MACIEL, Laura. *Op. Cit.*

⁶³ HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016, p.20.

Sendo assim, os “sentidos compartilhados”, as visões de mundo as definições das normas e sanções definidas – dentre muitas outras práticas culturais – não pairavam (e não pairam) sobre as cabeças das pessoas, não são reflexos em um espelho. As recorrentes publicações impressas em que padrões de beleza e de boas qualidades eram sempre

associados aos brancos - enquanto estereótipos raciais eram relacionados às pessoas negras - convertiam-se em concretas ferramentas de poder e tentativas de subordinação. Seu efeito foi a consolidação de um conjunto de “significados culturais” – que ganham a forma de padrões de beleza ou comportamentos considerados positivos e aceitáveis – gerando situações de discriminação e inferiorização da população negra – algo que vinha sendo amplamente compartilhados ao longo de séculos.

De maneira bem parecida, a definição dos significados culturais sobre ser mulher – construídos e compartilhados entre a sociedade carioca branca e burguesa de fins do século XIX e início do XX – também organizavam e regulavam o conjunto das práticas sociais. Os padrões de feminilidade reforçados no interior do universo letrado combinavam aburguesamento, brancura da cútis, bom comportamento e sentimentalismo. A “mulher ideal” que figura em grande parte das práticas discursivas analisadas neste capítulo deveria primar pelo “bom comportamento”, estética impecável, dedicação maternal aos filhos e ao marido.

Entre fins do ano de 1916 e início de 1917 a revista ilustrada *Jornal das Moças* publicou cinco artigos assinados por J. Ottoni, nos quais duas questões se colocavam: “Pode ser a professora a senhora em estado interessante? Pode admitir-se como professora a senhora casada?”. A expressão “estado interessante” referia-se às mulheres grávidas e a questão subsequente sobre a “senhora casada” ser ou não admitida como professora indica que o foco da discussão recaía sobre mulheres oficialmente casadas que potencialmente se tornariam gestantes e mães. Ainda que houvesse homens atuando no magistério em seus níveis primário e secundário, fica expresso que paternidade/casamento não seriam impedimentos aos professores do sexo masculino.

O ponto chave da questão não se trata sobre poder ou não ter filhos e, sim, sobre a capacidade feminina de conciliar casamento, maternidade, o ofício do magistério e certos padrões de feminilidade. J. Ottoni, de quem não sabemos maiores informações, levanta tais questões num debate direto com o médico higienista e antigo presidente do estado de Sergipe, o Dr. Rodrigues Doria:

A ideia do Snr. Dr. Rodrigues Doria é a exclusão das professoras interessantes do ensino. Pelo menos a sua principal afirmação é essa, encontrando-se, entretanto, na

palestra, a que nos temos referido, aventada a exclusão das professoras casadas e a sua não aceitação nas escolas. Quanto às regalias ou compensações às eliminadas, não se encontram na palestra indicações precisas de sua opinião a respeito. Na circunstância em que, como governador de Sergipe, teve de decidir, isto é, quando uma professora em estado interessante lhe requereu licença com vencimento, o seu despacho foi concedendo licença, mas sem vencimento. Disse na palestra que assim despachou, - sem vencimento, - porque a lei não o autorizava a concedê-lo. Referiu-se a disposição legal, apenas, deixando de dizer se julgava boa ou não a disposição. Cita, aliás, os dispositivos de leis de New York pelas quais ‘logo uma professora casada reconhecer que se acha em estado interessante, avisará ao Superintendente das escolas da cidade e entrará no gozo da licença por dois anos, *sem vencimentos*, sendo considerada negligência ou ato de insubordinação a falta deste aviso.’”.⁶⁴

J. Ottoni afirma que tal medida se circunscreveu ao caso único ocorrido no pequeno estado do Sergipe e que a situação das “professoras interessantes” não seria uma questão para a administração pública na capital federal. Inclusive cita o Decreto n.838, de 20 de outubro de 1911, que regulamentava a concessão de dois meses de licença com vencimentos, um antes e outro depois do parto. Entretanto, o autor julgou importante desenvolver a discussão, publicando cinco artigos em seis números de uma revista destinada ao público feminino. No conjunto de artigos Ottoni levanta os aspectos favoráveis e contrários ao tema, dialoga com as possíveis leitoras, faz indagações, cita a legislação. E dentro desse conjunto de fatores ele inclui argumentos como o “amor”, a maternidade enquanto “sonho de toda mulher”, a escola como um local de “aperfeiçoamento moral”. E relaciona diretamente maternidade e o ofício do magistério, pois “Essa professora em estado interessante é uma mãe de família. Quem educará melhor as crianças do que uma mãe de família, que é, ali na escola, a mãe de todas elas?”⁶⁵

Não pensava desta forma o Dr. Rodrigues Doria, mas, ao contrário, entendia que a gestação e subsequente maternidade seriam impedimentos reais e críticos ao exercício do magistério. De acordo com transcrição feita por J. Ottoni, em sua palestra Doria elencava os seguintes argumentos a referendarem sua afirmação: as mudanças físicas ocasionadas que gerariam curiosidade e comentários - “inconvenientes ao meio escolar” - entre as crianças; as “desordens” que acometiam o sistema nervoso durante a gestação; o nascimento do filho, o trabalho da amamentação e demais exigências nos cuidados de um bebê. Assim sendo,

O que fica em prazo disponível, para o exercício das funções do magistério pela professora mãe, é nada. (...)

Se o seu estado permitir o exercício do magistério em outros, é com evidente prejuízo da sua saúde e do filho (...), o prejuízo aqui pode ser completo, pode ir até o sacrifício da prole.⁶⁶

⁶⁴ Jornal das Moças, “Professoras interessantes”, 1916, ano IV, n.85, p.09, (Grifos do autor).

⁶⁵ Jornal das Moças, “Professoras interessantes”, 1917, ano IV, n.90, p.08.

⁶⁶ Jornal das Moças, *Op. Cit.*

Quanto ao impedimento às mulheres casadas de exercerem o magistério, os argumentos eram os de que:

(...) elas não possuem a mesma dedicação ao ensino das solteiras. (...) Falam mais alto os deveres para com o seu grupo do que os que a profissão lhes indica e impõe. Seus carinhos, afetos, atenções, se particularizam e se satisfazem entre os que estão diretamente presos a sua alma e ao seu coração; o que sobra é o que a escola recebe. (...) não tendo apelos imediatos aos sentimentos por parte dos filhos, podem estendê-los com maior intensidade a todas as crianças que educam. (...)

Em pleno reinado do solteirismo, nas escolas americanas, que teve ocasião de visitar, observou a mais perfeita simpatia e estima entre alunos e professoras, quer fossem das classes normais quer das anormais. (...)

Por toda a parte, nas sociedades civilizadas, o número de mulheres é superior ao dos homens. O magistério é colocação para as mulheres que não a encontraram no casamento. A pobreza e o desamparo não se conjugam mais para a sua perda e infelicidade. É até um meio, o ensino só pelas solteiras, de findar a continuação do *professor consorte*, como lá chamou em Sergipe ao conhecido tipo de *marido de professora* da Capital Federal, moços e velhos mais ou menos bonitos, que se aposentam nas respectivas esposas.⁶⁷

Segundo J. Ottoni, o médico Rodrigues Dória afirmava que as mulheres casadas e gestantes não se dedicariam plenamente às funções do trabalho docente em vista de naturalmente dirigirem “carinhos, afetos e atenção” à família em primeiro lugar. Assim, estaria praticamente determinado que isso acontecesse, sem se aventar a possibilidade de a professora ser muito mais dedicada ao seu ofício do que à própria família. Mesmo discordando das conclusões a que chega o Dr. Rodrigues Dória, Ottoni expressa uma concordância entre ambos: a crença de que os aspectos de ordem sentimental seriam tão importantes quanto os de ordem prática - como a necessidade de disposição física para o exercício do magistério, por exemplo. Tanto para o médico palestrante quanto para seu interlocutor, era um fato dado que mulheres viviam no reino dos carinhos, do afeto, do amor e da maternidade – destinados aos alunos, aos filhos e ao marido na mesma proporção ou desigualmente.

Em 1916 as moças que desejassem exercer o magistério público precisariam estudar por quatro anos na Escola Normal, cursar uma quantidade considerável de disciplinas, inclusive aos sábados, realizar provas escritas, orais e práticas - muitas delas conjugando os estudos ao exercício em sala de aula. Mas, tanto J. Ottoni quanto o Dr. Rodrigues Dória, mobilizavam como argumentos centrais questões relacionadas à esfera sentimental da vida feminina.

Outro ponto abordado por J. Ottoni e Rodrigues Dória diz respeito ao “tipo” conhecido como “marido da professora” / “professor consorte”, que invertendo despudoramente a lógica dos papéis, seria sustentado pela própria esposa! Ao contrário do argumento de Rodrigues,

⁶⁷ Jornal das Moças, *Op. Cit.*, (Grifos do autor).

Otoni diz se tratar de casos pouco comuns, podendo facilmente as professoras solteiras, “mais ou menos inteligentes das cousas da sociedade”, evitarem o ludibrio por “essa variedade de pessoal bonito”. E afirma também que “(...) o ridículo e o desprezo públicos são suficientes para o castigo do aventureiro e da exploração.” Aqui mais um ponto de concordância entre as duas visões que aparentemente são antagônicas, pois o “consorte de professora” seria um “tipo” marcado na sociedade e que bastava um pouco de “inteligência” para não cair no que ambos consideravam uma forma de enganação. Portanto, ambos demonstram acordo sobre os papéis de gênero que deveriam ser exercidos por homens e mulheres.

As questões presentes ao debate demonstram o quanto homens e mulheres eram vistos de modo hierarquizado e com papéis sociais determinados. Ao homem professor não eram lançados questionamentos acerca do seu estado civil, da paternidade e do sustento da esposa e família, conjugados ao trabalho. Homens poderiam conjugar todas estas funções sem terem questionadas as suas capacidades, ao mesmo tempo em que deveriam ser os provedores financeiros da família. J. Otoni conclui a discussão afirmando que o foco deveria recair sobre a sociedade ministrar um bom ensino e boa educação “da maneira mais perfeita e útil”, se esquivando dessas preocupações acerca dos casamentos. Contudo, não deixa de emitir seu posicionamento em prol da preferência pelo magistério exercido pela mulher casada, a que pode “melhor ensinar e educar”. E referenda sua opinião com base na própria sociedade, pois “(...) a eliminação das casadas, repugnam ao sentir brasileiro”⁶⁸, sendo a razão das “pilhérias” lançadas ao médico palestrante.

Essa discussão conjuga em si uma série de elementos que nos contam sobre enquadramentos de gênero que buscavam determinar o modo ideal de ser mulher, estipulando os limites entre a vida pública e a privada e visando o controle sobre a autonomia feminina. A visão determinista creditada ao médico Rodrigues Dória indica a descrença de que seria possível (e aceitável) à mulher a plena conjugação entre vida pública e privada. Em suma, a descrença acerca da conjugação entre casamento e o exercício de uma vida pública autônoma que o trabalho fora de casa poderia conferir. Uma autonomia não apenas relacionada ao ir e vir, mas também econômica – o que poderia ser um problema ao pleno exercício do poder patriarcal. Os destinatários desse acirrado debate eram homens e mulheres que dificilmente pertenceriam às camadas subalternas da sociedade, pois não seria possível a uma pessoa de família pobre a escolha sobre exercer ou não algum ofício remunerado.

As mulheres pobres estavam trabalhando dentro e fora de casa, contribuindo para o

⁶⁸ “Professoras interessantes”. *Jornal das Moças*, ano IV, n.9110 de agosto de 1916, p.09.

sustento do lar e “(...) exercendo papel relevante na economia familiar, (...) por vezes garantindo por si próprias sua subsistência e a de seus filhos.”⁶⁹ Do mesmo modo, os modelos familiares onde o marido seria o “provedor” e a esposa a “guardiã doméstica e moral” estavam bem longe de serem universais⁷⁰, indicando experiências particulares de determinada classe social. E mesmo dentro da “classe professoral” são identificadas diferenças sociais entre as docentes: enquanto Rachel Soihet define o magistério primário como “opção de profissionalização por parte da mulher de classe média”⁷¹, Lúcia Müller registra em sua pesquisa que “Mesmo sendo pequeno, o salário da professora contribuía no orçamento doméstico e da família que ela mais tarde viria a constituir.” Com esse salário a professora tanto ajudava nos estudos de outros membros da família quanto mantinham o sustento integral da casa, “(...) no caso da falta ou impossibilidade do cônjuge.”⁷²

Nesse cenário em que se consolidava a atuação majoritariamente feminina no magistério primário alguns homens como Ottoni e o médico Rodrigues Dória debatiam se as mulheres dos círculos mais favorecidos deveriam ou não romper os limites do ambiente doméstico. Essas não eram discussões fortuitas, mas o estabelecimento de um debate público acerca da autonomia feminina diante no exercício de uma função que outrora pertencia predominantemente aos homens. E embora poucas mestras pudessem exercer a função de modo opcional, debates como esse acabavam se estendendo ao amplo conjunto das professoras primárias – o que poderia afetar seriamente a legitimidade do exercício desse ofício por todas elas.

O processo da crescente ocupação do ofício pelas mulheres, nomeado de a feminização do magistério, esteve em curso desde fins do século XIX. De acordo com as pesquisas de June Hahner, “(...) em 1872, as mulheres representavam um terço do professorado, e esta cifra dobraria até o começo do século XX. Em 1906, as mulheres representavam 70% dos professores da capital.”⁷³ E nesse processo tornava-se “(...) cada vez maior a aceitação [da presença da mulher na sala de aula], com o magistério geralmente aceito como extensão do papel tradicional da mulher – a maternidade numa escala maior.” Definindo, assim, “(...) o magistério primário como um prolongamento do trabalho de instrutora da infância e guardiã dos valores sociais vigentes.”⁷⁴

⁶⁹ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.166.

⁷⁰ *Jornal das Moças*, Op. Cit.

⁷¹ SOIHET, Rachel. Op.cit., p.171.

⁷² MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da Nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999, p.162.

⁷³ HAHNER, June. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro do fim do século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010, p. 319.

⁷⁴ HAHNER, June. Op. Cit., p. 319.

O papel exercido pela professora primária esteve na ponta da pena dos que como Ottoni e Rodrigues Dória buscavam definir os termos dessa ocupação, sendo os periódicos um lugar central nessas discussões. A revista ilustrada *Jornal das Moças*, cujas páginas continham artigos sobre cuidados pessoais e domésticos, poemas, anúncios de produtos estéticos e de higiene pessoal, dicas de moda, fotografias de grupos escolares e de leitoras, também participou do debate público. E embora fosse feita *para* as mulheres (moças) os seus editores, proprietários e articulistas eram majoritariamente homens⁷⁵ que seguiam a tradição de buscarem pautar os termos das existências femininas.

Em seu primeiro editorial a revista dizia ter por tarefa “Cultivar, ilustrando, e ao mesmo tempo deleitando o espírito encantador da mulher brasileira, a quem é dedicada esta revista (...). Assim, o *Jornal das Moças* pretendia entregar às leitoras e às suas famílias a instrução, o deleite do “espírito encantador da mulher brasileira”, a graça, o bom humor, a “moda que agrada” e as notas mundanas em geral.”⁷⁶

Ao longo de sua duração a revista caracterizou-se como um periódico voltado às mulheres das classes mais favorecidas, reforçando e ao mesmo tempo tentando ditar padrões de feminilidade brancos e aburguesados⁷⁷ como podemos observar desde a sua primeira capa:

⁷⁵ Seus fundadores eram os irmãos Álvaro Menezes e Agostinho Menezes, proprietários da empresa de nome Menezes, filho & C. Ltda. Com periodicidade quinzenal - e localizada à Avenida Rio Branco, n.180, e posteriormente à Rua Sete de Setembro, n.44 - a revista circulou pela cidade do Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil, entre os anos de 1914 e 1961. Com trinta páginas e ao custo de 400 réis o primeiro número da revista foi publicado em 21 de maio de 1914.

⁷⁶ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Ano I, n.1, 21/04/1914, p.05. Disponível em: [Jornal das Moças : Revista Quinzenal Ilustrada \(RJ\) - 1914 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes-antiores/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf). Acesso em: 06/11/2021, às 07h50min.

⁷⁷ ALMEIDA, Nukácia M. Araújo. *Revistas Femininas e a educação da mulher: o Jornal das Moças*, p. 07. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes-antiores/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf. Acesso em 12/02/2020, às 14h.

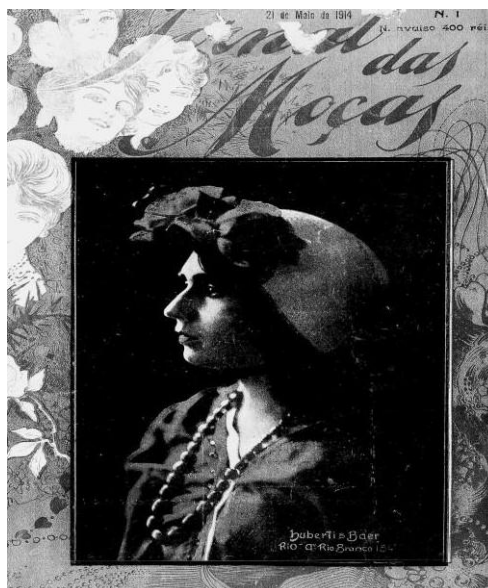


Figura 1. *Jornal das Moças*, Ano I, n.1, 21/04/1914, p.01.

A imagem escolhida para estampar a capa do primeiro número é de uma moça jovem, branca e muito bem-vestida. A posição de perfil e olhar reto transmitem seriedade e observação das normas de conduta. Da primeira à última capa as fotografias estampavam mulheres brancas e seus rostos alvos, cabelos lisos, vestimentas e acessórios como os chapéus e os colares que as identificavam enquanto pessoas que possuíam prestígio social e econômico. Além de buscar ditar padrões estéticos a revista também tentava definir padrões comportamentais, indicando através de artigos (assinados ou não) o que se esperava da mulher:

O que a mulher deve ser

1— Honrada por dever e não por cálculo. É uma triste verdade que nem todas as honradas se casam, mas não é também menos verdade que as maculadas só por exceção se matrimoniavam. (...) 3 - Usar de maior limpeza e asseio possíveis. Aos homens agrada tanto a mulher asseada como desagrada a que se descuida com a sua higiene. Vênus, em nudez, a sair das brancas espumas das águas, é mil vezes mais bela do que uma senhorita, cheia de enfeites e de óleos.

4 — É de bem que procure agradar ao homem, pois para isso nasceu, mas sem que tente deslumbrá-lo, afetando dotes e qualidades que não possui. Com cadeiras postiças e seios de algodão, raramente ateará incêndio ao combustível do amor, ou, quando isso aconteça, bem depressa se extinguirá. 5- Vestir-se com simplicidade, embora com bom gosto. (...).

6 — Si está enamorada e é correspondida, procure, si o seu coração consente, não ceder ao namorado mais do que a boa educação permite. Embriague-o com palavras, com suspiros, com promessas, com lágrimas, mas não consinta nunca que o amor sinta o sabor dos beijos. (...)

7 — Quando for esposa, é que deve, mais do que nunca, galantear o marido, para que este nunca se enfade do amor conjugal. Deve procurar levantar-se mais cedo do que ele e sempre às escuras ou sob a penumbra do aposento, para que o marido não a veja desganhada. Algumas esposas, ao invés de procurarem agradar aos maridos, exibem-se aos olhos deles em grosseiro desalinho, sem compreenderem quanto podem perder

com esse procedimento.⁷⁸

Todo esse conjunto de atitudes deveria estar harmonizado ao bem vestir-se e à sinceridade quanto às reais características físicas que não deveriam ser manipuladas por meio de maquiagens e elementos postiços nos seios e quadris. Um passo a passo que exigiria alguma dedicação e, sobretudo, zelo à moral não cedendo ao namorado além do que a boa educação permitisse, porém, esmerando-se ao extremo para que a vida conjugal fosse perfeita aos olhos do marido.

Os cuidados com a casa, com os filhos – conjugados ao exercício de ofícios como o magistério, por exemplo – deveriam estar em plena harmonia com a função primordial na vida de uma mulher: “agradar ao homem”. Talvez fosse bem difícil a uma professora primária conciliar de modo plenamente satisfatório todas essas funções. E é provável que a aplicabilidade desse manual fosse factível apenas às mulheres donas de casa, sustentadas por seus maridos, que não exerciam nenhum ofício fora do lar. Tais recomendações seriam destinadas às mulheres pertencentes às camadas médias e altas da sociedade, aburguesadas e brancas em sua maioria.

Dois anos depois da publicação sobre o que a mulher deveria ser – e na mesma edição em que foi publicado um dos artigos sobre as “professoras interessantes” de que tratei linhas atrás-, a colaboradora Olinda Alves Pires enviou, direto de Bangu, texto intitulado “O homem e a mulher”. Nele, a jovem afirmava: “O homem é o cérebro; a mulher o coração. O cérebro produz a luz; o coração produz amor. A luz fecunda; o amor ressuscita. (...) O homem é forte pela razão; a mulher é invencível pelas lágrimas. (...) O homem pensa, a mulher sonha.”⁷⁹ Para a autora e a própria revista, tais palavras descreveriam de modo “admirável” os dois sexos. Contudo, a moça Olinda incorrera em falha comportamental ao assumir a autoria de ideias que – segundo o *Jornal das Moças* – pertenciam ao famoso escritor francês Victor Hugo. Deste modo, o periódico expõe ao público leitor o plágio cometido pela jovem de Bangu que se apropriara de ideias “(...) que só um cérebro como o de Hugo seria capaz de produzir.”⁸⁰

A capacidade de produzir tais comparações seria resultado somente de um cérebro “singular” e talentoso como o do grande escritor ou exclusivamente um cérebro masculino? O texto, sem indicação de autoria, não fornece outros elementos que nos permitam aprofundar esta questão e o grande enfoque colocado sobre a má conduta do plágio também direcionam o debate para fora da arena das relações de gênero. O que fica para nós leitores do tempo presente

⁷⁸ “O que a mulher deve ser”. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 21/04/1914, p.17, (Grifos meus).

⁷⁹ PIRES, Olinda Alves. “O homem e a mulher”. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Ano IV, n.89, 01/03/1916, p.08.

⁸⁰ *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Ano IV, n.90, 08 de março de 1916, p.34.

– e provavelmente aos leitores de 1917 – são dois pontos: as diferenças entre os sexos, onde homens têm razão e as mulheres lágrimas e sonhos; e o erro cometido por uma mulher ao tentar plagiar um pensamento que somente o cérebro do Victor Hugo (homem) seria capaz de produzir.

Através da combinação entre texto e imagens, as publicações do *Jornal das Moças* transmitiam mensagens bem claras sobre os modelos de feminilidade que deveriam ser seguidos. Aquelas que reunissem um conjunto de características comportamentais, estéticas e raciais estariam alinhadas ao “belo”, ao “bom gosto” e aos ideais de aburguesamento e modernidade de uma cidade que se pretendia cosmopolita, “moderna” e “civilizada”. Em meio a todos esses enquadramentos de gênero onde se imiscuíam os anseios das elites e camadas médias por modernidade e civilização, expressos em “(...) uma série de significados e exigência de comportamentos”, havia a realidade das muitas mulheres pobres, algumas das quais frequentemente envolvidas em situações de desordem e desvio de tais padrões.⁸¹

Os modelos de feminilidade transmitidos às moças letradas da capital – dentre elas as professoras – associavam o vestir-se segundo padrões aburguesados, o comportamento moralmente aceitável e a respeitabilidade. Todos os movimentos femininos, estéticos e comportamentais, levariam ao objetivo maior: ser mãe, esposa e dona de casa dedicada, cuidadora do lar, capaz de mobilizar as emoções em prol do bem de todos ao seu redor. E estando sempre alinhada às decisões tomadas pelo homem, a “razão” e o “cérebro da família”.

É importante ressaltar que havia mulheres colaboradoras do *Jornal das Moças* que, de modo geral, não se afastavam da linha editorial do periódico, compartilhando visões de mundo sobre modos de ser homem e mulher. A força dos costumes, as memórias compartilhadas e o concreto poder exercido pelos homens – considerados os patriarcas das famílias – mostram-se como fortes elementos propiciadores dessa confluência entre visões de mundo capazes de atravessar demarcações de gênero, raça e classe social. É o que nos conta Rachel Soihet acerca do casamento formal que mesmo não sendo a regra nas relações amorosas entre homens e mulheres pobres – ao contrário do que ocorria nas camadas médias e burguesas -, era concebido como um valor por mulheres da classe trabalhadora. Em processos judiciais e registros policiais, a pesquisadora levantou alguns casos em que depoentes femininas teceram juízos de valor sobre outras por estas “proferirem palavras de baixo calão” e “por serem rixosas”, “apesar de

⁸¹ SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. 2006. 144 f. dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2006, p.59.

casadas”.⁸²

Não se trata de afirmar o compartilhamento de valores supostamente universais entre as mulheres das diferentes camadas e classes sociais, tampouco de afirmar a homogeneidade entre tais experiências. Mas, salientar que havia algum “diálogo” entre as experiências de mulheres brancas e aburguesadas e das mulheres trabalhadoras, brancas/negras/mestiças, de que nos fala Rachel Soihet. Apesar de suas particularidades e características próprias, diretamente ligadas às suas condições de vida material⁸³, em alguma medida esses valores eram compartilhados e funcionavam como instrumentos de controle.

As leis também exercem papel importante na hierarquização das relações sociais, legitimando assimetrias ao determinar permissões, proibições e sanções. O código civil de 1916, vigente a partir do ano seguinte, trazia algumas mudanças acerca da condição feminina como a revogação do *status* de “menor perpétuo”⁸⁴, mas ainda submetia as mulheres às vontades do marido ou do pai, considerados “chefes da sociedade conjugal” e representantes legais da família.⁸⁵ Embora não tenha sido uma realidade única, o ideal de família chefiada pelo pai legitimava o exercício do poder masculino, ao mesmo tempo em que expressava padrões de comportamento adequados às imagens de feminilidade, beleza, boa conduta e de maternidade. Assim, legislação e costumes combinavam-se e concretizavam o poder masculino sobre as vidas de todos os membros da família – inclusive as mulheres.

Em revistas como *Careta*, *Fon-Fon!*, *O Malho* e o *Jornal das Moças*, as capas, imagens dos anúncios, fotografias e até mesmo os desenhos representavam mulheres brancas, vestidas de modo aburguesado e associadas às boas qualidades já referidas. Legendas, títulos e subtítulos conjugados às imagens transmitiam mensagens poderosas de superioridade e legitimação de mulheres e homens brancos pertencentes aos círculos sociais privilegiados. Já nos primeiros anos da década de 1910 circulava uma profusão de anúncios como os do “Creme de Belleza Oriental”, publicados exaustivamente pelas referidas revistas ilustradas. O objetivo maior, sem sombra de dúvidas, era a propaganda visando atrair cada vez mais consumidoras para os produtos que prometiam maravilhas estéticas. Mas, também era propaganda a brancura ideal que todas deveriam alcançar:

⁸² SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890- 1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.249.

⁸³ SOIHET, Rachel, *Op. Cit.*, p. 10-11.

⁸⁴ LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX. *Revista Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan. jun. 2011, p.126. Disponível em: [Retratos demulheres na literatura brasileira do século XIX \(unesp.br\)](http://repositorio.unesp.br/handle/11362/44444).

⁸⁵ Código Civil Comparado, artigo 233, p.433. Disponível em: [cda1.cdr \(senado.leg.br\)](http://cda1.cdr.senado.leg.br). Acesso em: 08/11/2021, às 17h 47min.



Figura 2. Anúncio do Creme de Belleza Oriental, *Revista Careta*, 1912, p. 10.

O “Creme de Belleza Oriental” prometia às consumidoras a manutenção da “epiderme em perfeito estado de higiene e beleza”, embranquecendo e acetinando a cutis, “dando-lhe a transparência da juventude”. A fotografia escolhida para representar essa pele acetinada, embranquecida, jovial e bela é a de uma moça branca cujos cabelos e vestimenta estão plenamente alinhados.

Assim como o “Creme de Belleza Oriental”, os outros anúncios de produtos para a pele se concentravam em reforçar seu grande trunfo: retirar manchas e outros inconvenientes da pele, “acetinando-a”, embranquecendo-a, “aformoseando-a”, conservando uma “alvura incomparável” que, em conjunto à maciez, seriam os seus “principais encantos”. Chamadas como “ser bela”, “beleza da cutis”, “formosura encantadora” eram combinadas às imagens de mulheres sorridentes, bem-trajadas e harmoniosas. Eram, pois, imagens capazes de mobilizar os desejos femininos atraindo consumidoras dispostas a adquirirem o conjunto de valores associados a esse tipo de creme. Mais que artimanhas da propaganda, tais práticas discursivas iam além da simples representação, definindo padrões de beleza enquanto legitimavam os lugares de classe e raça daquelas que neles se enquadrassem.

As imagens de maternidade seguiam lógica semelhante, reforçando a figura da mãe aburguesada e branca:



Figura 3. Anúncio da Emulsão Scott. Revista *Careta*, 25/12/1909, p.38.

Anúncios como o da “Emulsão Scott” eram direcionados às mães, reforçando o cuidado dos filhos como tarefa exclusivamente feminina. Por outro lado, o apagamento das figuras de mulheres negras, reforçava a associação entre maternidade, feminilidade e distinção de classe como atributos exclusivos de mulheres brancas.

Dentro de suas especificidades e capacidade de alcance das revistas ilustradas havia em comum a todas elas a mensagem de que o modelo ideal e legítimo de ser mulher, mãe, esposa - e professora - se traduziria em brancura e aburguesamento. Os anúncios convertiam-se em ferramentas para a manutenção de relações de poder e desigualdade entre as camadas sociais. A expressão de um “modelo universal” de feminilidade, beleza, saúde, dentre outras qualidades positivas, indicava a forma como esses grupos dominantes viam a si próprios e como queriam ser vistos. As mulheres trabalhadoras que tivessem acesso a tais revistas eram levadas a crer ser aquele o modo “correto” de ser mulher, mãe, esposa. Do mesmo modo, a associação entre beleza, higiene, saúde e alvura da pele transmitiam de maneira prática e facilmente compreensível as crenças de inferioridade racial da população negra.

Não é possível dimensionar com exatidão a dimensão da recepção dessas concepções, mas podemos afirmar que os periódicos tiveram participação importante na consolidação de modelos de feminilidade que articulavam classe e raça de modo bastante hierarquizado. *Fon-Fon!*, *Careta*, *O Malho* e o *Jornal das Moças*, circularam por muitos anos, alcançando pessoas de todas as cores, classes e gêneros. Por meio das imagens, da leitura compartilhada, da transmissão oral, essas revistas ilustradas consolidavam mensagens que associavam brancura e feminilidade aburguesada às ideias de “progresso” e “modernidade”.

1.3- Ainda sobre enquadramentos: o “nosso feminismo” e “a arte de ensinar crenças” - I.

Todos os ditames lançados às mulheres das camadas mais favorecidas também se estendiam àquelas que conjugavam vida familiar e exercício do magistério. Para muitos a função da professora seria uma extensão dos ditos dotes maternos, dispensados aos filhos e ao marido dentro do lar. Portanto, nada deveria ser alterado no quadro de normas a serem observadas e seguidas por senhoritas e senhoras casadas. É o que categoricamente afirmou J. Ottoni, autor dos artigos abordados na seção anterior. É também o que nos diz Lúcia Müller em seu estudo sobre as professoras primárias na Primeira República, afirmando que as mulheres desse ofício eram bastante cobradas a serem “modelos de conduta a inspirarem os alunos”. Segundo ela, “(...) essa expectativa estava posta nos programas e regulamentos de ensino e nas orientações e/ou punições que eram endereçadas às que incorriam em ‘faltas’.”⁸⁶

Além dos anúncios e artigos de opinião relacionados às experiências femininas, as revistas ilustradas também registravam o cotidiano da capital federal e de outras cidades do país. Em todas elas localizei publicações retratando grupos escolares, principalmente alunos e professores, sempre de modo harmônico e elogioso. Geralmente tais fotografias eram publicadas de modo aleatório dentro dos periódicos, contendo legendas curtas e sem associação específica a algum artigo. Entretanto, se pensarmos nas mensagens transmitidas veremos que elas estavam perfeitamente alinhadas às mensagens de “modernidade”, “civilidade”, “beleza” e “feminilidade”.

Formalidade e seriedade quase nunca estavam presentes nas páginas de *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon!*, pois suas publicações transbordavam sátiras, críticas mordazes, ironias e conteúdo com caráter racista. A exceção ficava por conta das publicações retratando o mundo escolar e seus sujeitos: professores e principalmente professoras eram retratadas de modo elegante, formal, respeitoso e alinhados à modernidade:

⁸⁶ MÜLLER, Lúcia. *Op. Cit.*, p. 176.



Figura 4. Fotografia de um piquenique de professores e alunos na Penha (Rio de Janeiro). *Fon-Fon!*, 27/06/1913, p.7.

O piquenique realizado no “aprazível arraial” teve ares de festividade: professoras, alunos e os convidados muito bem trajados; chapéus e flores ornando as vestimentas femininas; homens de terno e até gravatas borboletas; crianças bem-vestidas, enfileiradas e devidamente comportadas. O conjunto docente, formado por professoras (titulares) e adjuntas, é bastante harmonioso, transmitindo aos leitores mensagens de respeitabilidade, honestidade e competência profissional. Essas mensagens serviam à posituação dos grupos escolares em geral e daqueles situados em áreas suburbanas da cidade – geralmente regiões menos assistidas pelos sucessivos governos.

Também eram comuns os registros retratando apenas o corpo docente onde as revistas ilustradas publicavam fotografias de “distintas professoras da Capital Federal”:



Figura 5. Grupo de professoras da 2ª escola do 5º distrito (Rio de Janeiro). *O Malho*, 14/12/1912, p. 08.

As sete professoras da 2ª escola do 5º distrito compõem a cena que parece ser de uma solenidade, apresentando-se muito bem-vestidas em alvos trajes harmonizados aos seus cabelos e posturas perfeitamente alinhadas. Suas expressões faciais e as posturas reforçam a mensagem de distinção que a publicação visa transmitir aos leitores; do mesmo modo a figura masculina posicionada em patamar acima das professoras referenda a respeitabilidade e autoridade sobre todas elas. A predominância masculina é reforçada pela postura submissa da primeira professora posicionada à esquerda, além de nenhuma delas encarar a câmera como o homem faz.

A revista *Jornal das Moças* – que não seguia a linha satírica – também publicava frequentes registros de escolas, alunos e professoras, de modo semelhante ao *Malho* e *Fon-Fon!*. As professoras da 4ª Escola Mista do 5º distrito foram fotografadas em situação menos formal, mas portando-se de modo bem semelhante às suas colegas da 2ª escola:



Figura 6. Grupo de professoras da 4ª escola mista do 5º distrito (Rio de Janeiro). *Jornal das Moças*, ano III, n. 78, 14/12/1916, p.27.

A legenda nomeia cada uma das professoras da 4ª Escola Mista do 5º Distrito, área suburbana da cidade, mas nos permite reconhecer com absoluta certeza apenas a sua diretora, a professora Leonor Posada (sentada ao centro e vestindo preto). A seriedade dos olhares combina-se aos trajes, penteados e postura corporal de quase todas elas, elementos que transmitem uma imagem positiva acerca do magistério. A diretora porta-se com olhar altivo, reforçando a posição de superioridade hierárquica dentre as demais professoras. A exceção fica por conta da professora posicionada à esquerda da fileira em pé: seus cabelos estão desalinhados, seu braço está dobrado na cintura e a postura transmite alguma contrariedade. Há flagrante diferença estética entre Leonor Posada e as professoras negras, especialmente em relação a que está posicionada no meio da fileira em pé, cujos trajes são extremamente simples. O conjunto em si está bem mais à vontade que as professoras registradas na fotografia anterior, mas buscando igualmente transmitir mensagens de respeitabilidade e boa conduta feminina em geral e das professoras, em particular.

Enquanto os anúncios de produtos voltados à beleza feminina apagavam por completo as mulheres negras, alguns registros escolares registram seu pertencimento à classe professoral. Completamente excluídas quando o assunto era a beleza estética e a mulher idealizada, as mulheres negras estavam presentes e atuantes no cotidiano escolar da cidade do Rio de Janeiro. Os registros desse pertencimento e atuação desafiam o apagamento imposto em

outras construções discursivas presentes nas páginas desses mesmos periódicos. E por também serem representadas de modo respeitável desafiavam o racismo sexualizado disparado contra as mulheres negras – como veremos mais à frente.

Os registros do cotidiano escolar publicados com frequência por revistas ilustradas bastante populares transmitiam mensagens de seriedade, conjugadas aos modelos burgueses, que também eram brancos e patriarcais. Fotografias e textos escritos construía uma associação bem estreita entre “modernidade”, “civilidade”, magistério e um determinado padrão de feminilidade. E porque “modernas” e “civilizadas”, também cosmopolitas e em diálogo com as representações e experiências de mulheres de outras partes do mundo ocidental – Europa e Estados Unidos, em especial. E esse diálogo cosmopolita das primeiras décadas do século XX - de diferentes formas ao longo das décadas – envolveu uma conversa direta com o feminismo.

Portanto, é impossível analisar as agências das professoras primárias e deixar de fora esse aspecto – que se comprova através das buscas nas mesmas revistas ilustradas. São diversos artigos, fotografias com ou sem legendas, que relacionavam feminismo brasileiro – isto é, a agência feminina – ao exercício do magistério.⁸⁷ Em uma dessas publicações os leitores são convidados à reflexão acerca do “nosso feminismo”, expresso pelo corpo docente da Escola Modelo José Bonifácio:

⁸⁷ As buscas na *Hemeroteca Digital* (Biblioteca Nacional) a partir da palavra-chave “feminismo” resultam em uma profusão de dados, dentre eles publicações com o título “nosso feminismo” relacionadas ao ofício do magistério. Os assuntos abordados nessas publicações giravam em torno dos temas: voto feminino, conquistas acadêmicas femininas como a formação universitária e o exercício do magistério. Diversos periódicos realizaram publicações dessa natureza, incluindo-se as principais revistas ilustradas. A revista *O Malho* foi a que reuniu o maior número dessas publicações, contabilizando onze delas, sendo nove entre os anos de 1908 e 1926.



Figura 7. Grupo de professoras da Escola Modelo José Bonifácio (Rio de Janeiro). *O Malho*, 23/05/1908, p.37.

As doze professoras enfileiradas estão vestidas, penteadas e alinhadas de modo impecável. As expressões faciais e posturas são bastante sérias e alinhadas — além de não encararem a câmera e o fotógrafo de frente. Esse conjunto de elementos reforçam a mensagem textual transmitida por *O Malho* acerca do “nosso feminismo”:

E nisto — no ensinar crianças — se resume, por enquanto, o feminismo das nossas patrícias, contrastando com o das inglesas e americanas, que faz *meetings* de indignação para conquistar, por bem ou por mal o direito de eleger, não o marido, mas o juiz de paz ou o presidente da República.⁸⁸

Texto e imagem se complementam na mensagem transmitida pela revista: este seria o “nosso feminismo”, isto é, a agência das mulheres brasileiras no espaço público. Mulheres cujos comportamentos deveriam ser enaltecidos, servindo de exemplos às moças e senhoras respeitáveis, contrastando com as inglesas e americanas que queriam conquistar, “por bem ou por mal”, o direito de atuarem em âmbitos considerados exclusivos da alçada masculina. Sob a lógica patriarcal, o “nosso feminismo”, aquele de real valor, deveria se limitar a “ensinar crianças”. As professoras retratadas nessas publicações eram majoritariamente brancas - ou o mais próximo possível disto -, com exceção de uma ou duas educadoras que aparentavam algumas características fenotípicas negras. Além de serem brancas, ou se aproximarem muito disso, todas elas se parecem bastante com os modelos de feminilidade que são utilizados em

⁸⁸ “O nosso feminismo”. *O Malho*, Ano VII, n.297, 23 de maio de 1908, p.37.

anúncios tratados na seção anterior.

Em 1910, sob a mesma chamada, *O Malho* publicou outra fotografia, dessa vez retratando professoras da Escola Estácio de Sá:



Figura 8. Grupo de professoras da Escola Estácio de Sá (Rio de Janeiro). *O Malho*, 11/06/1910, p.27.

Assim como suas colegas em 1908, essas dezoito professoras retratadas estavam formalmente vestidas e enfileiradas, ostentando penteados nos quais os cabelos estavam completamente presos. Vestiam trajes que cobriam até os sapatos que aparentavam boa qualidade. A nitidez da fotografia não nos permite reconhecer com clareza quais delas poderiam ser classificadas como “pardas”, “mulatas”, “mulheres de cor”. É possível identificar com absoluta certeza uma única professora negra – a segunda em pé da esquerda para a direita –, pois a sua pele preta não deixa margem para dúvidas. Sem a identificação nominal das professoras não foi possível reunir informações biográficas sobre essa professora e as demais – exceto no caso da diretora Amelia Dias da Cruz Rocha, sentada ao centro e a única identificada.

Aqui também é possível identificar uma padronização estética que remetia aos modelos aburguesados, transmitindo imagens que associavam beleza, bom comportamento, boas qualidades e brancura. É o caso das vestimentas e dos cabelos presos que aparentavam serem

lisos ou alisados. Novamente texto e imagem são combinados de maneira a reforçar a mensagem principal: a agência feminina ideal era aquela que se dava dentro dos parâmetros da moralidade, sem cruzar os limites definidos pelo protagonismo masculino. Para *O Malho* - revista capitaneada por homens - o “nosso feminismo” era sinônimo de “grandes serviços” prestados “às classes menos favorecidas”, por professoras enquadradas à boa conduta e aos padrões estéticos da brancura.

As fotografias e textos publicados pelas revistas ilustradas acerca do “nosso feminismo” não se limitavam ao magistério, levantando discussões sobre as agências femininas em outras esferas da vida pública, algumas chegando a expressar certa contestação à dominação masculina. A maioria dos textos se dirige às “damas”, emitindo opiniões sobre a possibilidade (ou não) de mulheres exercerem as mesmas funções masculinas. O teor e a forma em que se desenrolam essas discussões são indicativos de que tais publicações estavam se dirigindo às mulheres mais favorecidas e não àquelas que eram pobres. Concepções que identificavam as mulheres como o “belo sexo”, o “sexo frágil”, ou que questionavam a conciliação entre maternidade/casamento e o exercício de um ofício não condiziam com a realidade das mulheres pobres e trabalhadoras da cidade.

As discussões sobre a “emancipação da mulher” e as ideias sobre “feminismo” dialogam diretamente com leitores e leitoras que pertenciam a um universo cultural e socioeconômico distante das mulheres pobres. É o que ocorre no artigo “O futuro do feminismo”, publicado pela revista *Fon- Fon* em 1907, cujo autor/a - identificado sob o pseudônimo “Mil” - trata da mobilização de algumas mulheres, satirizando através de modo anedótico a possibilidade de elas passarem a exercer funções tidas por exclusivamente masculinas:

O futuro do feminismo

Dentro de alguns anos a emancipação da mulher será um fato nas terras brasileiras. No exercício das profissões desaparecerá a distinção odiosa entre os sexos que hoje existe. As *principais senhoras* – benditas! – que com tanto denodo e sacrifício, fazem atualmente a propaganda desse alto ideal, não ficarão esquecidas. No bar de Botafogo em homenagem aos seus esforços, o agradecimento da massa feminina vindoura erguerá estátuas de biscuit, graciosas tetéas, destinadas a lhes eternizar o vigor da fisionomia e a alta significação do trabalho que prestaram. (...)

Não é de crer que as mulheres só procurem as posições cômodas: professoras, doutoras, jornalistas etc. tudo leva a supor que as *damas* também abracem os duros misteres de que hoje se encarreguem os homens. (...)

Aqui, na minha mesa, tão cheia de velhos respeitos e depositária de enfadonhas tradições sentenciosas, fico a sonhar belas trabalhadoras na City, dedicadas calceteiras, lindas condutoras de bondes, fascinantes patrulhas...

Que venham estas já, já!⁸⁹

⁸⁹ *Fon-Fon!*, 03 de agosto de 1907, p.12, (Grifos meus).

Ironicamente o autor (ou autora) indica que as mulheres que se levantavam em prol da “emancipação feminina” não deveriam pleitear apenas as “posições cômodas” – dentre as quais o magistério – mas, que também realizassem os “duros misteres” realizados pelos homens. Assim, a narrativa ficcional vai descrevendo situações de mulheres estendendo linhas do telégrafo pelos postes da cidade, varrendo as ruas, sendo carregadoras na estiva, atuando em batalhões do exército e da armada:

As varredouras de ruas (naturalmente também haverá) não poderão exercer com sossego o seu humilde ofício. Fora de horas o amor é terrível – o que há de obrigar o superintendente a requisitar força para guardá-las. Tenho para mim que os soldados não resistirão aos encantos das garis (...).

À vista dos bustos despidos das carregadoras de estiva, adeus escultura, adeus artes plásticas!

Não permitindo as ideias democráticas vitoriosas que, nos batalhões e regimentos, as mulheres fiquem separadas dos homens, o Estado será obrigado a criar nos corpos de saúde, do exército e da armada, um subcorpo de parteiras. (...).⁹⁰

Os ofícios descritos, braçais em grande parte, eram realizados por homens das camadas menos favorecidas da sociedade e nisto reside o cerne da ironia: que “damas” e “senhoras” desejosas de reconhecimento e espaço em funções exercidas por homens das camadas médias e letradas, exercessem funções masculinas que dependiam de força física. Elementos como “amor”, “encantos”, “maternidade” reforçam o tom anedótico e surreal da narrativa, pois seriam incompatíveis com as atividades laborais descritas. Uma satirização que traduzia incômodo ao movimento de algumas mulheres em busca de emancipação para além dos círculos da vida privada.

Texto e imagem não deixam dúvidas de que ambos eram direcionados aos que pertenciam às camadas médias e altas da sociedade, questionando as “damas” e “senhoras” quanto à capacidade de exercerem funções para além de cuidar dos filhos, do marido e de seus lares:

⁹⁰ *Idem.*

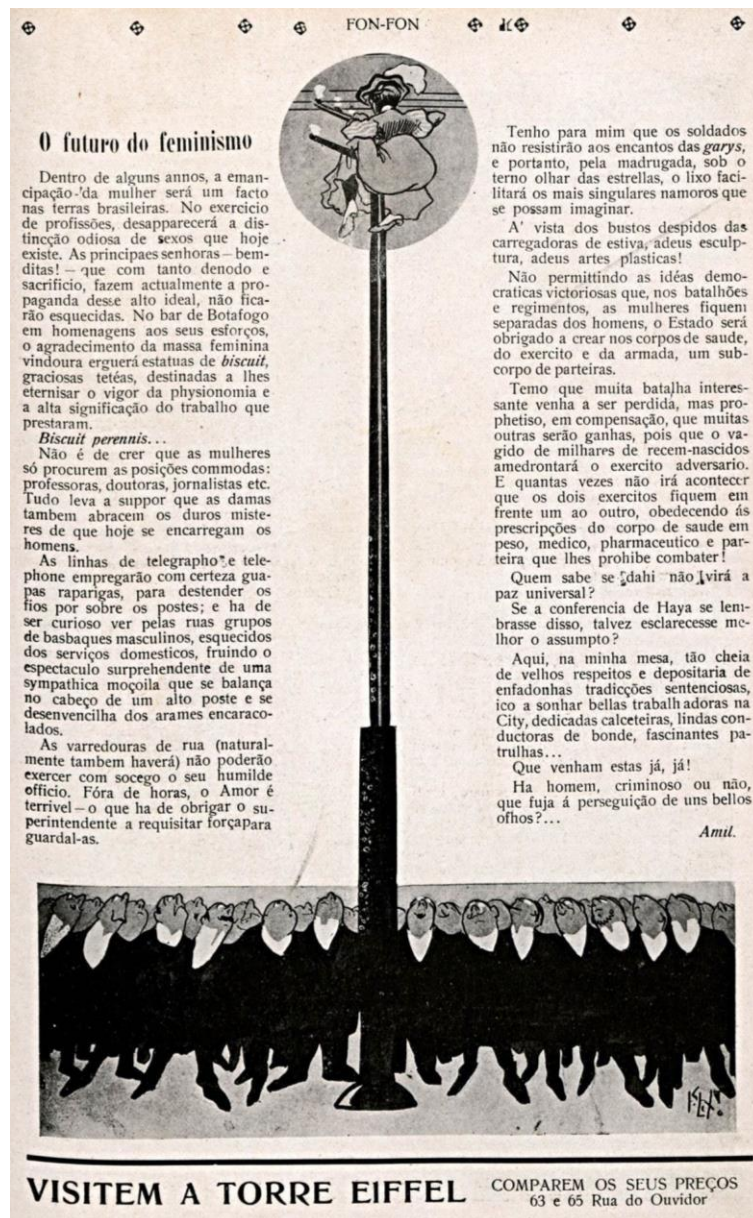


Figura 9: Charge “O futuro do feminismo”. *Fon-Fon!*, 03/08/1907, p.12.

Em geral as revistas ilustradas eram bastante populares, circulando para além das camadas letradas da cidade, o que nos permite imaginar o riso provocado entre homens e mulheres pobres que estavam bem distantes das alcunhas de “damas” e “senhoras”. Por serem bastante consumidas e acessíveis a um amplo público – em especial a revista *Careta*, uma das mais populares na cidade do Rio de Janeiro⁹¹ - essas revistas tinham grande potencial de interferência nas relações sociais das primeiras décadas do século XX. Outras revistas ilustradas

⁹¹ A revista foi fundada em 1908 pelo capitalista Jorge Schmidt e foi muito popular, sendo bastante consumida como nenhuma outra, “encontrada nos engraxates, barbeiros, consultórios etc.”. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.302.

como *O Malho*⁹², *Fon-Fon*⁹³ e a própria *Jornal das Moças*⁹⁴ também publicavam artigos de opinião, registros fotográficos e charges sobre temas do cotidiano da cidade. Tais periódicos debatiam sobre os mais diversos assuntos em pauta na cidade, emitindo visões de mundo e propondo formas específicas de atuação. Suas publicações, em diálogo estreito com práticas culturais amplamente compartilhadas, expressavam valores ao mesmo tempo em que reforçavam assimetrias de classe, gênero e raça.

Se compreendemos a imprensa como uma força social ativa, que em sua atuação produz percepções sobre a realidade, conforma consensos sociais e mobiliza a opinião pública⁹⁵ veremos que nenhuma publicação era aleatória. Ainda que houvesse uma “polifonia de discursos”⁹⁶, não podemos desconsiderar que os veículos de imprensa possuíam proprietários e editores que determinavam os conteúdos e abordagens seriam ou não publicados. Assim, a imprensa comercial expressava relações de poder que determinam as perspectivas publicadas e ainda quais sujeitos e grupos estavam autorizados a fazê-las. Portanto, os periódicos e seus sujeitos produtores, definiam suas linhas editoriais, estabeleciam diálogos com determinados públicos, expressavam explícita ou implicitamente projetos políticos aos quais se alinhavam.⁹⁷

Assim, esses veículos da imprensa não estavam simplesmente espelhando a realidade,

⁹² A revista *O Malho* circulou entre os anos de 1902 e 1954, tendo sido fundada por Crispim do Amaral e Luís Bartolomeu, que também era dono do jornal *A Tribuna*. Em 1910 passou à propriedade do deputado Antonio Azeredo. Foi um periódico satírico e de crítica política, atuando intensamente nos debates públicos até o movimento de 1930, quando da vitória do movimento varguista. Fontes: <http://omalho.casaruiarbosa.gov.br/>; <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/malho-o> e WERNECK, Nelson Sodré. *Op. Cit.*, 1999.

⁹³ A revista *Fon-Fon!* iniciou suas publicações em 1907, intitulando-se “Semanário alegre, político, crítico e esfuizante”, tendo por um de seus ilustradores o famoso caricaturista Raul Pederneiras. Circulou entre 1907 e 1968, tendo por fundador o capitalista Jorge Schmidt. Assim como *O Malho*, também publicava sátiras do cotidiano da cidade e críticas à política nacional e seus agentes. A partir de 1915 passa a ter por editor-proprietário Sergio Silva. A revista enfatizava a publicação de charges coloridas, fotografias, demonstrando estar diretamente vinculada à “modernidade”. Fonte:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FON%20FON.pdf>

⁹⁴ Revista ilustrada que circulou entre os anos de 1913 e 1961, produzida na cidade do Rio de Janeiro e distribuída nacionalmente. Trazia em suas páginas assuntos considerados relativos ao universo feminino: estética, maternidade, casamento, romances e afetos em geral, também trouxe ao público discussões acerca da atuação feminina na esfera profissional. Seus assuntos e abordagens notadamente se dirigiam às mulheres das camadas letradas e aburguesadas, em geral não apresentando qualquer proposta voltada às mulheres pobres e da classe trabalhadora. Era produzida pela oficina e editora Menezes, filho & C. Ltda, dirigida por Álvaro e Agostinho Menezes, diretores e proprietários do periódico. Fonte: SOARES, Diego dos Santos e SILVA, Úrsula Rosa da. *O Jornal das Moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 e sua passagem por Pelotas. XVIII Seminário de História da Arte*. Centro de Artes, UFPEL, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/3013>. Acesso em 10/11/2020, às 17h.

⁹⁵ CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, v. 35, ago-dez. 2007.

⁹⁶ ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. Do (in) visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013, p. 340.

⁹⁷ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

mas tecendo estreito diálogo com ela, sempre em busca de intervir nos rumos da sociedade. Os periódicos a essa época em geral mesclavam jornalismo e literatura, sendo espaços de intervenções empreendidas por “homens das letras” em busca de notoriedade e como fonte de recursos financeiros.⁹⁸ Nelson Werneck Sodré nos conta que “as generalizações das relações capitalistas” de início do século XX forçam significativas alterações na imprensa. Dentre tais modificações está o surgimento das revistas ilustradas que se converterão em “refúgio” para os “homens das letras” em vistas de os jornais se caracterizarem cada vez mais como imprensa e não mais ferramenta majoritariamente literária.⁹⁹

Ainda segundo Sodré, as revistas ilustradas têm um início marcado pela face literária – e o que ele define como “alienação cultural” –, dando uma guinada e tornando-se “principalmente mundanas, e até femininas umas, e principalmente críticas outras.”¹⁰⁰ Neste capítulo as revistas ilustradas – e a imprensa em geral – serão centrais para a discussão sobre as formas pelas quais as concepções de raça, classe e gênero foram articuladas no cotidiano das relações sociais, alimentando assimétricas relações de poder entre os grupos privilegiados e os que lutavam para escapar da subordinação.

Dois meses antes da anedota sobre o “futuro do feminismo”, *Fon-Fon* também publicou sobre o assunto em texto intitulado “O feminismo em público”, misturando passagens em tom mais sarcástico a outras narrando a movimentação das jovens estudantes pela cidade do Rio de Janeiro:

É bom de ver como a nossa boa cidade vai contribuindo com as coisas ultramodernas do feminismo. De certo ele ainda não é amedrontador; por hora ainda não dá as terríveis perspectivas do nomadismo nem a ameaça de chegar um resignado dia em que os homens terão de dar de mamar aos filhos de suas mulheres.

Por entre o emaranhado dos nossos sobrados, na rica faina urbana, ainda não se encontra a cocheira (mulher que guia carros – entendam); mas já temos doutoras que, apesar de tudo, não deixam de cultivar o namoro como outra qualquer moça. É verdade que as feias e angulosas reagem e manifestam soberbamente o seu humor ao sexo de bigodes. Para mim eu tenho que o feminismo é invenção das mulheres feias; aqui observo que são elas que mais se acham animadas do fogo sagrado e mais fortemente cultivam o novo credo. (...)

Salvadoras da majestade e da força do sexo dito fraco, é de dia que as vemos, mas à noite, nos bondes da Lapa, pelas oito e nove horas, temos alguns bons exemplares das que voltam do Pedagogium.

O banco é então pequeno para os quatro passageiros de lei, porque, com qualquer normalista que entre, vai um quinto – os livros da moça estudiosa. No trem de subúrbios, se o carro solavanca, pela estreiteza do seu espaço fechado, corre um fragor desusado: são os livros, as canetas, os lápis, os cadernos, os atlas de uma das meninas da Escola Normal (...) e logo vinte cavalheiros polidos dispõem-se a apanhar todo

⁹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, p.292.

⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, p.296; pp.302-303.

¹⁰⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, pp. 302-303.

aquele mundo de coisas sábias que ajudam a sabedoria; e ela, feminista e independente, tem um doce sorriso para cada um deles.¹⁰¹

Embora menos anedótico esse texto não deixa de lado elementos da ironia, tornando risíveis as “cousas ultramodernas do feminismo” e as suas agentes, descritas como “mulheres feias”. Ainda que “ultramoderno”, esse feminismo não seria “amedrontador”, pois as possibilidades de inversão de papéis entre homens e mulheres estariam distantes. Relacionando feminismo, modernidade e aquisição de educação formal, o texto descreve a movimentação cotidiana de jovens estudantes que buscavam conhecimento nas áreas de farmácia, “arte dentária”, na música e no magistério. Vistas principalmente durante o dia, as “salvadoras da majestade e da força do sexo dito frágil”, também transitavam pelos bondes da Lapa, às oito e nove horas da noite. Neste último caso é das normalistas que se fala, das moças que muito provavelmente já trabalhavam durante o dia e daí estarem estudando à noite.

Ao tratar das agências femininas no espaço público o autor (ou autora) associa estética, maternidade e sentimentos – operação recorrente nos mais diversos artigos relacionados às mulheres que se enquadrassem aos padrões de “senhoras” e “damas” da sociedade. Fechando a análise sobre os “rápidos aspectos do nosso feminismo platônico”, o autor traz à cena o “feminismo real”, “(...) em dose fraca, porém, (...), daquele a que se chega pela contingência cruel do pão nosso de cada dia. As costureiras.”¹⁰²

A oposição entre os tipos de feminismo, o “platônico” e o “real”, é também uma forma de ridicularizar as agências das mulheres pertencentes às camadas mais favorecidas da sociedade, colocando na berlinda suas motivações e efeitos concretos. A mulher que vivia o “feminismo real”, na luta pelo pão de cada dia, menos favorecida, talvez não tivesse meios de pleitear um lugar à mesa comandada pelos homens. Já as mulheres que estavam adquirindo educação formal, assim como os homens que dominavam a vida pública, teriam ferramentas e condições para contestar esse poder.

Ainda que em seu conteúdo haja críticas a um feminismo elitista, o texto também traz nas entrelinhas o incômodo diante da possibilidade de protagonismo das mulheres na vida pública. Assim, o cerne da questão não é a preocupação com a vida dura de algumas mulheres, como as costureiras, que precisavam trabalhar para o sustento de suas famílias. Esse mecanismo de oposição entre as diferentes formas de agência das mulheres no espaço público é um artifício para legitimação da crítica à possibilidade de rompimento dos limites impostos às “senhoras” e

¹⁰¹ *Fon-Fon!*, Ano I, n. 10, 15 de junho de 1907, p.12, (Grifos meus).

¹⁰² *Fon-Fon!*, *Op. Cit.*

“damas” da sociedade. Deste modo, não eram as desigualdades sociais que preocupavam, mas o rompimento de hierarquias de gênero dentro das camadas mais favorecidas daquela sociedade.

Quem também discutiu as agências das mulheres e o feminismo foi Lima Barreto. Em 1921 ele publica um artigo na revista *Careta*, questionando a “invasão” das repartições por mulheres e a parcialidade com que defendiam a igualdade entre os gêneros:

Uma moça, residente no Engenho Novo, nesta Capital, foi sorteada para o serviço militar. Negou-se a servir, alegando a sua qualidade de mulher, que tudo está a indicar ser imprópria para servir de tal jaez. Eu julgo que a razão e a justiça estão ao lado da moça: ela não pode nunca ser soldado. Isto por todas as leis divinas, naturais e humanas, pondo nesta categoria a Constituição Federal brasileira de 24 de fevereiro de 1890. (...)

Diz também um pouco atrás que ‘os cargos públicos civis e militares são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial, que a lei estatuiu etc., etc. Um feminismo interesseiro e burocrático que aí anda, entendeu de dizer que ‘brasileiro’ neste último artigo está tomado no sentido geral; é como réu, por exemplo, em outras leis.

Com tão cerebrina interpretação, algumas damas espertas, dispondo de bons pistolões e alguma sabença das ‘irmãs’, deram para invadir as repartições com os seus deliciosos sorrisos e os seus vestidos bem cortados. (...)¹⁰³

A crítica é ácida, indicando o profundo incômodo do homem que era escritor e servidor público em dividir espaços de trabalho com mulheres. Mulheres que levantavam a bandeira de um feminismo que ele entendia como “caricato” e preocupado tão somente em ocupar “lugares de amanuense com cujos créditos possam comprar vestidos e adereços, aliviando nesta parte os orçamentos dos pais, maridos e irmãos.”¹⁰⁴ Lima Barreto se mostra tão contrário a essa ocupação feminina que a nomeia por “invasão”, remetendo às “leis divinas, naturais e humanas” – como a própria Constituição de 1890 – a fim de legitimar seus argumentos. Isto é, nem por Deus, nem pela natureza e sequer pelas leis esse movimento das mulheres seria legítimo.

Ao se referir às “leis naturais” Lima aparenta expressar alguma concordância diante das tentativas da ciência de seu tempo em justificar as desigualdades entre os sexos. As damas seriam “espertas” por recorrerem aos “bons pistolões” e apoio das “irmãs”, mas nem um pouco gabaritadas aos cargos públicos que assumiriam. Seriam donas de “vestidos bem cortados” e “deliciosos sorrisos” a ocuparem cargos de amanuenses, datilógrafas e “até secretárias sabendo grego e latim”, que ousavam aspirar à Academia de Letras “antes de terem publicado a mais desvalioso ‘plaquete’ de versos”. Com “grande desgosto” Lima informava que diante de tais

¹⁰³ *Careta*, 16 de abril de 1921, Ano XIV, n.669, p.40, (Grifos meus).

¹⁰⁴ Idem.

situações não poderia deixar de fazer considerações sobre esse “nosso feminismo”. Mas, quem eram essas mulheres sobre as quais Lima Barreto lançava toda sorte de críticas? Eram as que além de exercerem uma vida pública queriam ocupar cargos que o autor dá a entender serem de exclusividade masculina. Não eram mulheres pobres, mas pertencentes às camadas mais favorecidas da sociedade e muito provavelmente eram brancas. Fica nítido que para ele o grande problema residiria em mulheres ultrapassarem os limites do que era aceitável no exercício de uma vida pública.

Esse posicionamento do literato nos faz pensar sobre o lugar que ele ocupava enquanto homem negro em uma sociedade patriarcal e racista que se negava a reconhecer o seu valor. Sua oposição à crescente ocupação de espaços historicamente masculinos por mulheres brancas tem relação direta ao preterimento sofrido por ele e outros homens de sua cor. Um cenário que, contra todas as leis, poderia colocá-lo diante da realidade de uma mulher integrar a Academia Brasileira de Letras, participar dos processos eleitorais ou mesmo ocupar o cargo no serviço público e ser sua chefia direta. O homem negro que não obteve o reconhecimento público de seu talento, sendo frequentemente desqualificado por seus pares literatos, não parecia ver com bons olhos esse movimento de mulheres brancas e bem-nascidas.

Alguns meses depois da publicação do artigo sobre as mulheres e os ofícios no serviço público, Lima volta ao tema do “feminismo burocrático”, acompanhado por ele “com o maior interesse” e grande sarcasmo, diga-se de passagem:

Mas, não é só do sufrágismo de D. Daltro que vem o meu riso íntimo; é também de outras feministas. Os senhores devem ter reparado que a nossa religião feminista, mal nasceu, cindiu-se. Há diversas seitas e cada qual mais ferozmente inimiga da outra. (...) ¹⁰⁵

Riso, sarcasmo, “grande desgosto” e indignação eram as reações que Lima Barreto expressava diante das ações de mulheres que levantavam a bandeira do feminismo em prol de mais espaço e poder na sociedade que adentrava os anos de 1920. Neste curto artigo publicado pela revista *Careta* Lima Barreto compartilha com o público leitor os mecanismos de ação da militante Bertha Lutz: a pressão a fim de que fossem emitidos pareceres favoráveis à aceitação de mulheres em determinados concursos públicos:

(...) sabendo que um ministro mandara ouvir um dado funcionário sobre se as moças podiam ser admitidas em concurso, saiu-se de lá de sua Liga pela Emancipação da Mulher (uma das seitas) e resolveu oficiar a esse funcionário, pedindo que o parecer dele fosse de acordo com o programa da sua ‘Liga’.

Esta senhora é funcionário público e devia saber que não é decente ninguém insinuar a um funcionário, seja porque meio for, que os seus pareceres sejam dados em tal ou

¹⁰⁵ BARRETO, Lima. “Uma nota”. *Careta*, Ano XIV, n.668, 27-08-1921, p.05.

qual sentido. Em certas ocasiões chega a ser até crime...¹⁰⁶

Crítico contumaz do clientelismo que comandava as relações sociais, Lima Barreto não se esquivou de utilizar tal argumento para deslegitimar a ação de Bertha Lutz, mulher branca e abastada. Exatamente por não ter apadrinhamentos brancos é que o literato tivera tantas portas fechadas em sua trajetória de escritor. Sua crítica recai sobre mulheres que não estavam lutando pelo pão de cada dia e pela sobrevivência material dos seus familiares, mas que buscavam espaços de poder que segundo as leis - naturais, divinas e humanas – pertenceriam aos homens.¹⁰⁷

As perspectivas correntes sobre as diferenças entre homens (que mobilizariam a razão em primeiro lugar) e mulheres (conduzidas pela emoção e sentimentos) não estavam ausentes dos seus escritos, indicando que em alguma medida ele concordasse com elas. Em uma de suas centenas de crônicas ele compartilha reminiscências dos tempos de sua “meninice”, falando com afeto de suas relações e em especial das mulheres pobres:

Era o tempo da minha meninice e eu me lembro disso com as maiores saudades. Lá vem a carrocinha! dizem. E todos os homens, mulheres e crianças se agitam e tratam de avisar os outros.

Diz D. Marocas a D. Eugenia:

- Vizinha! Lá vem a carrocinha! Prenda o Jupy!

E toda a ‘avenida’ se agita e os cachorrinhos vão presos e escondidos. Este espetáculo tão curioso e especial mostra bem de que forma profunda nós homens nos ligamos aos animais. (...)

Quem os ama mais não somos nós os homens; mas são as mulheres e as mulheres pobres, depositárias por excelência daquilo que faz a felicidade e infelicidade da humanidade - o Amor.

São elas que defendem os cachorros das praças de polícia e dos guardas municipais; são elas que amam os cães sem dono, os tristes e desgraçados que andam por aí à toa.

Todas as manhãs quando vejo semelhante espetáculo eu bendigo a humanidade em nome daquelas pobres mulheres que se apiedam pelos cães.¹⁰⁸

Existe um ponto de conexão entre essa pequena crônica e os anúncios de produtos

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Lima foi um grande crítico das desigualdades sociais do seu tempo, registrando em seus escritos a vida paupérrima e difícil da maioria esmagadora da população da cidade do Rio de Janeiro. Assim, o feminismo branco e aburguesado foi duramente criticado por ele. Suas críticas, assim como sua própria vida, são atravessadas por conteúdos de classe, raça e gênero e expressam incômodos de um homem negro, intelectual e trabalhador “remediado”. Estes atravessamentos o situam em um lugar completamente distantedesse mundo pequeno-burguês de onde se originavam as feministas às quais ele se opõe.

¹⁰⁸ BARRETO, Lima. “A carroça dos cachorros”. *Careta*, Ano XII, n.587, 20 de setembro de 1919, p.13, (Grifos meus).

estéticos publicados em revistas ilustradas: a associação, direta ou indireta, das mulheres ao universo dos sentimentos. As duas construções discursivas contêm em si, explícita ou implicitamente, representações de feminilidade onde as mulheres sentem e cuidam – o que se esperava das mães e esposas naquela época. Entretanto, Lima Barreto associa tais qualidades positivas às mulheres pobres - ao contrário dos anúncios. Nesta crônica, as “detentoras do amor”, as “responsáveis pela felicidade da humanidade” e cuidadoras de todos são as mulheres pobres e não as figuras eurocêtricas e aburguesadas dos produtos estéticos. Também não eram as feministas para as quais ele destinou severas críticas.

Lima Barreto não se opunha ao exercício do magistério pelas mulheres e talvez até concordasse com as publicações defensoras de que esse deveria ser o “nosso feminismo”. Em outra de suas crônicas ele rememora sua infância na escola, lembrando de professores que foram marcantes em sua vida e tratando sobre seu tempo presente. Ele conta aos leitores suas impressões sobre as muitas meninas que tentavam vagas na Escola Normal:

Vendo todo o dia, ou quase, esse espetáculo curioso e sugestivo da vida da cidade, sempre me hei de lembrar da quantidade das meninas que, anualmente, disputam a entrada na Escola Normal desta cidade; e eu, que estou sempre disposto a trocar as pretensões feministas, fico interessado em achar no meu espírito uma solução que satisfizesse o afã do milheiro dessas candidatas a tal matrícula, procurando com isso aprender para ensinar, o quê? O curso primário, as primeiras letras a meninas e meninos pobres, no que vão gastar a sua mocidade, a sua saúde e fanar a sua beleza. Dolorosa coisa para uma moça...

A obscuridade da missão e a abnegação que ela exige, cercam essas moças de um halo de heroísmo, de grandeza, de virtudes que me faz naquelas manhãs em que sinto o arcanjo dentro da minha alma, cobrir todas elas da mais viva e extremada simpatia.¹⁰⁹

Neste trecho Lima Barreto compartilha informações sobre a realidade do magistério e demonstra como ele encarava o ofício: lugar de “abnegação” e “missão”. Por isso, conseguia nutrir “extremada simpatia” por todas essas moças que ele associa aos adjetivos de “grandeza”, “heroísmo” e angelicais já que cercadas por um “halo”. Estas qualidades o motivavam a renunciar à sua disposição em “troçar as pretensões feministas”, isto é, o protagonismo feminino nas escolas municipais e a agência no espaço público não encontravam oposição de sua parte. Aqui também há uma clara associação entre as mulheres e a função cuidadora, porém sem se filiar aos modelos aburguesados de que já tratamos.

É importante dizer que o literato enxergava e respeitava o magistério feminino como um ofício laboral. Nesse sentido, ele se mostra crítico à escassez de vagas e às dificuldades de

¹⁰⁹ BARRETO, Lima. Tenho esperança que... *Bagatelas*, 03 de maio de 1918. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000173.pdf> (Grifos meus).

ingresso na Escola Normal, pontuando as falhas da administração municipal neste sentido:

É com essas recordações em torno das quais esvoaçam tantos sonhos mortos e tantas esperanças por realizar, que vejo crepitar esse matutino movimento escolar; e penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal.

Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum deles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional o governo só deve e tem a fazer uma coisa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade.

Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professoras, para admitir cerca de mil candidatas a tais cargos, a despesa etc. Não há razão para tal objeção, pois o dever de todo governo é facilitar a instrução dos seus súditos.

Todas as mil que se matriculassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só se estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso.

As que não fossem escolhidas, poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima.

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos.¹¹⁰

É uma defesa assertiva do aumento de vagas para atender as moças que desejavam estudar, criticando inclusive a primazia masculina dada pelo governo que mantinha escolas secundárias apenas para os homens. E que as vagas na Escola Normal fossem aumentadas para atendê-las, ou seja, para que mais moças pudessem se formar professoras. Para reforçar seu argumento, diz que as jovens formadas poderiam ser alocadas como professoras e adjuntas no magistério público, ou atuar no “professorado particular”. E aquelas que não se inserissem em nenhum dos dois lugares poderiam utilizar a instrução adquirida na educação doméstica dos próprios filhos, demonstrando entender magistério e maternidade como funções complementares e associadas.

Não há dúvidas quanto ao apoio de Lima Barreto ao magistério, ainda que crítico do feminismo como ele próprio disse. Esse apoio, contudo, não ultrapassava certos limites, ou não tolerava que mulheres – mesmo as professoras – os ultrapassassem. E era justamente o que acontecia com a professora Leolinda Daltro, mulher que falava publicamente – e em primeira pessoa – na árdua defesa do sufrágio feminino, extrapolando tudo aquilo que era recomendável

¹¹⁰ BARRETO, Lima. *Op. Cit.*, (Grifos Meus).

a uma senhora respeitável (ou senhorita) nas primeiras décadas do século XX.

Usando a ironia comum às revistas satíricas da época, Lima Barreto publicou algumas crônicas onde detalhava, de forma folclórica, as ações da professora Daltro enquanto indigenista e sufragista.¹¹¹ A fundadora do Partido Republicano Feminino (1910) costumava ser descrita por ele nos seguintes termos:

Sigo com o máximo interesse a vida da professora Daltro. Não há, no Rio de Janeiro, pessoa que mais me interesse do que esta notável senhora; ninguém como ela tem sabido quebrar a monotonia do viver de grande aldeia que é esta cidade de São Sebastião, com espetáculos inéditos e imprevistos. (...)

(...) não lembrarei as passeatas do partido republicano feminino que foram imitadas pelos Democráticos de Madureira no último carnaval, tão majestosas foram elas. (...)

(...) ela e suas companheiras de Partido e Batalhão não estão absolutamente dispostas a fazer salamaleques ao Sr. Sá Freire, atual prefeito da cidade. (...)

Todos os três – o batalhão, ela e o partido – têm razão. O Sr. Frontin é o fura avenidas e é justo que instituições femininas admirem esse héracles que lhes fornece campo e quadro para realçar as elegâncias das moças, senhoras e velhas.

D. Deolinda deixou os caboclos hirsutos e fez-se feminista de quatro costados. Deve, portanto, defender os interesses das transparentes ‘melindrosas’ que são afinal a quintessência do feminismo moderno. Viva o dr. Frontin!¹¹²

Sob o seu olhar, o feminismo da professora Daltro seria fútil e vazio, interessado em apoiar o político Paulo de Frontin na concorrência à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro por ele ser um “fura avenidas”, capaz de oferecer mais campo para exibição de suas modas e “elegâncias”. Mais uma vez ele relaciona mulheres (brancas e pequeno-burguesas), feminismo e frivolidades. Ao falar das mulheres pobres, “depositárias por excelência” do amor, ele transmite ideias de camaradagem, solidariedade e afeto. Já para as feministas pequeno-burguesas as expressões utilizadas, extremamente polidas, transmitem ironia, desdém e pouca importância. Às primeiras, mantendo-se afeitas ao que era propício à sua natureza, afeto e respeito; às segundas, que tentavam “invadir” os espaços masculinos, sarcasmo e desqualificação.

A ironia, que é o fio condutor do artigo, demonstra o seu grande incômodo diante de uma mulher branca que tentava participar da política oficial, lugar de atuação exclusivamente masculina até então. Ironizar é, acima de tudo, uma arma poderosa de desqualificação, definindo uma hierarquização entre os que riem e os que são motivos do riso (os risíveis). O homem negro, atravessado por desigualdades de classe e raça, em alguma medida não refutava

¹¹¹ Desde as suas ações indigenistas, por volta dos anos de 1910, a professora era alvo de pilhérias por parteda revista *Careta*. As ironias eram feitas por meio de notinhas curtas, histórias inventadas e legendas de imagens.

¹¹² BARRETO, Lima. “O dr. Frontin e o feminismo”. *Careta*, Ano XIII, n. 608, 14 de fevereiro de 1920,p.36.

perspectivas que legitimavam as hierarquias entre homens e mulheres. Assim como todas as demais experiências humanas, atravessadas por contradições, também foi a vida de Afonso Henriques de Lima Barreto. E a sua relação com o universo feminino e as mulheres foi estudada em diversas pesquisas, lançando luz a aspectos como a acidez das críticas feitas ao “feminismo burocrático” em diálogo com as condenações públicas feitas aos crimes cometidos por homens contra as suas companheiras (chamando à época de uxoricídio).¹¹³

Para muitos dos seus estudiosos, os ataques de Lima ao “feminismo burguês” ocorriam por se tratar de um movimento elitista e branco, distante da realidade e das necessidades das mulheres trabalhadoras. A oposição ao voto feminino seria consequência de sua consciência diante “da precariedade e da violência do sistema eleitoral”, incrédulo de que ele pudesse promover qualquer alteração na realidade da população brasileira.¹¹⁴ Portanto, eram críticas e não ódio, em vista de não ter “fome de carne branca”¹¹⁵ e buscar tão somente “que essa coisa de emancipação da mulher” fosse feita claramente, “após um debate livre, e não clandestinamente, por meio de pareceres de consultores e auditores, acompanhados com os berreiros de Dona Berta e os escândalos de Dona Daltro.”¹¹⁶

Ao criticar as agências de algumas feministas, Lima Barreto não se esquivou em lançar mão de um repertório discursivo que as representava de modo caricato: mulheres superficiais, preocupadas com a estética e a moda; donas de “belos sorrisos” e vestidos; “invasoras” das repartições. Mas, se elas estavam reduzidas a tais anseios por que se imiscuiriam nas rodas do clientelismo, ocupando cargos nas repartições públicas? Será que este repertório fazia mesmo parte das vidas de todas elas? Seria mesmo a moda a principal preocupação da professora Daltro, uma mulher separada e mãe de cinco filhos, que se embrenhara nas matas em prol de um projeto indigenista em fins do século XIX? É difícil crer que a maior aspiração da mulher que enfrentou publicamente as restrições à participação feminina na política oficial tenha sido desfrutar de uma nova avenida onde pudesse desfilar seus belos vestidos.

Fato é que o “literato militante” era conhecedor dos projetos empreendidos por Daltro, e a escolha de situar a sufragista no campo do risível foi bastante consciente e motivada por seu declarado “antifeminismo”. Esta ridicularização das sufragistas expressa certa concordância professada por alguns de que a professora e demais mulheres que pleiteavam espaço e

¹¹³ Lima Barreto salientava que ele não nutria nenhum ódio às mulheres, pois era crítico contundente da violência contra a mulher, enquanto as feministas se calavam a esse respeito.

¹¹⁴ CORRÊA, Henrique Sérgio Silva. A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista A.B.C., p.10.

¹¹⁵ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda crônica*: Lima Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. II. p.493. Apud: CORRÊA, Henrique Sérgio Silva. *A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista A.B.C.*, p.08.

¹¹⁶ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Op. Cit.*

protagonismo em lugares majoritariamente masculinos estariam interessadas na “masculinização do seu adorável sexo”.¹¹⁷

O cerne das discussões levantadas nos periódicos da cidade eram os limites das agências femininas no espaço público, isto é, até onde poderia ir a autonomia das mulheres e a possibilidade de competição com os “donos da rua”. Outro aspecto era quem determinaria os limites dessa autonomia feminina e quais seriam os mecanismos utilizados para o exercício desse poder. Portanto, trata-se de uma disputa aberta em que classe, raça e gênero se interseccionam, atravessando as relações de poder de alguns homens sobre as mulheres.

1.4- “O nosso feminismo” e a arte de ensinar creanças – II

Diferentes enquadramentos de gênero estavam em jogo e Lima Barreto não foi o único a pleitear voz nos debates sobre o feminismo que pretendia alcançar apoio da opinião pública nos primeiros anos do século XX. Anna de Castro Osório, uma mulher portuguesa e burguesa, também quis ser ouvida sobre o feminismo. A defesa contundente do feminismo parte de suas próprias experiências de feminista, sufragista e mulher das classes altas. Como tal, ela teve voz e vez, consagrando-se como escritora, ativista e pedagoga; fundando e participando de ligas e associações feministas e sufragistas.¹¹⁸ Seu artigo sobre o “feminismo burguês” é tanto uma reflexão sobre a agência das mulheres no espaço público quanto uma tentativa de convencimento sobre a sua extensão a todas as mulheres, burguesas ou não:

Acusam-nos porque reclamamos advogadas, médicas, oradoras, professoras; porque queremos a mulher dignificada por sua inteligência altamente cultivada; porque a desejamos ver em todos os lugares a que só o trabalho e a competência intelectual e moral devem conduzir; porque não nos repugnaria vê-la sobraçar uma pasta de ministro, ou assentar-se com a serena força moral que dá a confiança dos outros, nas cadeiras dos edis ou nas bancadas dos deputados; porque é com íntima satisfação que vemos já hoje a mulher industrial dirigir as suas fábricas e laborações, fazendo-se respeitar por todo um pequeno mundo de empregados e operários;

*(...) porque queremos que a mulher não alegue a sua ignorância e nem a sua incompetência para continuar na sua vida parasitária; porque queremos a mulher indivíduo, a mulher ser pensante e autônomo; a mulher com responsabilidade própria, e não a mulher *coletividade*, a mulher massa bruta (...).*

*Onde houver uma mulher, está uma irmã que nos cumpre amparar e proteger, odeie-nos ela, embora, fanatizada por velhos e relhos preconceitos, paralisada pelo automatismo das costumeiras.*¹¹⁹

¹¹⁷ MELO, Hildete Pereira de e MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. DALTRO, Leolinda de Figueiredo. *Verbete Primeira República*. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>

¹¹⁸ Anna Osório viveu no Brasil entre 1911 e 1916, acompanhando o marido, nomeado cônsul português em São Paulo. Biografia de Ana de Castro Osório. *Sibila Publicações*. Disponível em: http://www.sibila.pt/biografias/ana_de_castro_osorio.html.

¹¹⁹ OSÓRIO, Anna de Castro. “O feminismo burguês”. *O Paiz*, 25 de setembro de 1908, p.01, (Grifos meus).

As palavras de Anna Osório ratificam que o “feminismo burguês” (e branco) – alvo das pesadas críticas de Lima Barreto – era real, mas os seus sentidos estavam em franca disputa. Os ofícios elencados pela autora, prestigiados e intelectualizados – incluindo-se o magistério – seriam os únicos capazes de dignificar a “inteligência altamente cultivada”. Ela utiliza imagens positivas ao se referir às feministas burguesas, ilustradas e moralmente superiores, em oposição às imagens de miséria e ignorância que seriam próprias às mulheres trabalhadoras. Rebate a acusação de não estarem presentes no universo operário, “iluminando” as suas patrícias para que alcançassem a “razão emancipadora”, argumentando que seu feminismo era para todas as “irmãs” – incluindo as que estivessem “fanatizadas” por preconceitos e “paralisadas pelo automatismo”. Sua luta, afirmou, era para que as mulheres pudessem cada vez mais terem sua individualidade, opondo-se à “mulher coletividade” e “massa bruta”.

É importante dizer que as oposições utilizadas nesse artigo não são apenas entre mulheres burguesas e pobres, mas também entre as conscientes e as “paralisadas” dentro da própria classe burguesa:

Sejam, embora, princesas, cuja consciência deformada por séculos de lisonja e de mentiras as fazem supor-se seres privilegiados, ou sejam operárias miseráveis, arrastando pelo pó os seus corpos a que a doença e a fome, a inferioridade moral e física, tirou todo viço e toda a nobreza da forma (...); sejam as mães muito amadas de filhos deliciosos, flores de cultura luxuosa e de cuidados sem limites, ou sejam as rebaixadas procriadoras de uma floração miseranda, esgotada e desesperada... Embora!

Para nós tem sempre uma qualidade que as aponta à nossa simpatia, à nossa tolerância, à nossa bondade, à nossa justiça calma: são como nós, MULHERES. São como nós, vítimas das leis, escravas dos preconceitos, iludidas e exploradas (...).¹²⁰

O trecho em destaque exprime outra oposição utilizada no artigo da sufragista e literata Anna Osório: de um lado a maternidade “luxuosa e de cuidados sem limites”, de outro a “floração miseranda, esgotada e desesperada”; enquanto a mulher burguesa recebe o título de “mãe muito amada de filhos deliciosos”, a mulher pobre é a “rebaixada procriadora”¹²¹. E as feministas burguesas, “simpáticas”, “bondosas”, “justas” e “tolerantes” estavam ali para todas elas, em vista de serem todas mulheres e compartilharem da mesma opressão.

As imagens que associam vida operária, pobreza, miséria, incapacidade intelectual e negação da maternidade não são postas em xeque, mas minimizadas diante da possibilidade da

¹²⁰ OSÓRIO, Anna de Castro. *Op. Cit.*, (Grifo no original).

¹²¹ Mesmo utilizando o termo “mães operárias” em outro momento do artigo Anna Osório não se distanciou do sentido que dá à maternidade da mulher pobre.

união pautada única e exclusivamente na condição de serem todas elas mulheres. E essa união para a elevação das mulheres, ainda que não extinguisse as desigualdades, permitiria de alguma forma melhorias para as mulheres de outras classes sociais.

Enquanto Anna Osório reconhecia o magistério como parte do “feminismo burguês”, Lima Barreto seguia em outra direção. Em meio a diferentes expectativas e enquadramentos estavam as próprias professoras, vivendo concretamente o cotidiano do magistério – diferentemente de ambos. Dentre elas estava a professora Leolinda Daltro que vivenciou a realidade do magistério público primário, além de assumir outras frentes na vida pública: indigenista, sufragista e feminista.¹²² Antes de assumir tais frentes e ser motivo de pilhérias na imprensa carioca, Daltro foi uma professora regular como centenas de outras espalhadas pela cidade. Em janeiro de 1891 ela reportava aos seus superiores um resumo do último mês letivo da Escola Mista Municipal de Santa Izabel:

Cidadão Diretor:

A professora da Escola Mista Municipal de Santa Izabel – sita no Engenho de Dentro; vem respeitosamente participar-vos que as aulas desta Escola funcionaram regularmente durante todo o mês de novembro [ilegível] e que deu férias no dia 30 desse mês, que a matrícula é de 64 alunos, como vai demonstrado no mapa que junto tenho a honra de enviar-vos.

Saúde e fraternidade.

Ao Cidadão Diretor Dr. Eduardo da Silveira, Digníssimo Diretor das Escolas Municipais Suburbanas.

A professora, Leolinda de Figueiredo Daltro¹²³

A professora Daltro se limita a prestar contas sobre o último mês letivo da escola no ano de 1890, sem encaminhar qualquer solicitação ou queixa. A comunicação em tom respeitoso e afável poderia indicar que tudo caminhava bem ou que, para manter aberta a escola, a professora estivesse silenciando sobre os possíveis problemas.

No mesmo período, um grupo de mais de cinquenta moradores da referida localidade, identificados como pais de alunos, enviaram um abaixo-assinado aos membros da Intendência Municipal. Os queixosos comunicaram às autoridades municipais os problemas enfrentados por uma escola mista municipal - que suspeito tratar-se do mesmo estabelecimento dirigido pela professora Daltro-, além de sugerirem as possíveis soluções. Reportando-se “Aos Cidadãos Dr.

¹²² <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>

¹²³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Livro Provimento de lugares, reclamações, mudanças de escola* (1880-1892), 11/01/1891, p.266.

Presidente e mais membros da Intendência da Capital”, eles dizem:

Os abaixo-assinados, residentes na localidade denominada Engenho de Dentro vêm respeitosamente representar contra a colocação da escola mista municipal, há pouco tempo criada por esta Intendência; fundando-se em razão plausíveis (sic) que justificam a sua pretensão.

A casa onde funciona a escola, à rua do Engenho de Dentro, não oferece as precisas acomodações para um número superior a 60 alunos que a frequentam, visto não tem ela (sic) compartimento onde fácil e higienicamente se consegue esse grande número de alunas, circunstância que afirmam e que não será de difícil verificação.

A posição da casa da escola é nas vizinhanças de uma vala que lhe passa pela frente, cujas águas por vezes estagnadas são de difícil escoadouro; consistindo destarte em uma causa de moléstia e comprometendo a saúde dos alunos. Já se verificou em óbito de moléstia de fundo palustre e a respectiva professora tem pedido providências, que até hoje são aguardadas, à Inspetoria de Higiene, solicitando a remoção desse verdadeiro foco pestilencial. (...)

Esta Intendência que já prestou ao bairro do Engenho de Dentro um grande serviço, criando a escola a que nos referimos, pois que essa localidade florescente e cuja população cresce todos os dias, ressentia-se desse melhoramento; prestar-vos-á agora favor não menos importante, renovando a escola para o ponto indicado nesta representação.¹²⁴

Os requerentes ressaltam a importância da escola, aparentemente a única na localidade, mas frisam a necessidade de melhorias quanto à higiene nas circunvizinhanças da casa onde funcionavam as aulas. E salientam a atuação da professora responsável que já havia “pedido providências” à Inspetoria de Higiene quanto à insalubridade do local. Essa fonte registra parte importante dos desafios enfrentados por professoras primárias em regiões suburbanas – como era o caso de Leolinda Daltro. Além do ensino diário das noções básicas da língua materna, da matemática e demais conteúdos escolares era preciso lidar com questões estruturais decorrentes da incipiente urbanização das regiões afastadas do centro da cidade.

O levantamento de fontes no âmbito da administração pública municipal da cidade do Rio de Janeiro nos permite localizar centenas de requerimentos onde as professoras, falando por si próprias, registram os muitos desafios enfrentados na carreira docente. Tais desafios se relacionavam a uma grande diversidade de situações, sendo as principais: atraso no recebimento dos vencimentos, pedidos de licença médica (que nem sempre eram atendidos), pedidos de revisão de descontos salariais (geralmente em virtude de problemas de saúde), solicitação de incorporação de gratificações por tempo de serviço.

Também localizei solicitações a respeito da nomeação para regência e/ou mudança de

¹²⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Livro Provimento de lugares, reclamações, mudanças de escola* (1880-1892), 20/01/1891, pp.268-269, (Grifos meus).

estabelecimentos escolares, como o fez a professora Januária Soares de Vasconcellos em requerimento enviado ao “Cidadão Dr. Presidente e mais membros da Intendência Municipal”:

(...) nomeada 2ª Professora da Escola Municipal de São José em 1876 por concurso feito em 1874 e nomeada para reger a Escola Mista Municipal denominada Nossa Senhora do Patrocínio, na Freguesia do Espírito Santo, em regozijo a lei do 13 de Maio, não sendo essa escola inaugurada por falta de verba, e tendo criado ultimamente algumas escolas e nomeando-se para elas senhoras alheias ao magistério, a suplicante atendendo ao direito de justiça que lhe assiste por contar quinze anos de serviço, pede vos digneis mandar-lhe à referida escola ou outra em qualquer freguesia urbana.

A suplicante confiando no alto critério e justiça que vos caracterizam espera favorável despacho.

Saúde e Fraternidade,

Capital Federal, 28/07/1891.

Januária Soares de Vasconcellos¹²⁵

A fim de “obter favorável despacho” e “justiça”, a professora Januária relata aos destinatários seu percurso profissional ao longo de dezessete anos entre o concurso realizado (1874) e a data do referido requerimento. Foram dois anos até ser nomeada para a função de 2ª professora – o que equivalia ao cargo de adjunta – em 1876. Em outro momento que não é discriminado com precisão e “em regozijo à lei do 13 de Maio”, a professora recebeu nomeação para a reger a Escola Nossa Senhora do Patrocínio. A escola, contudo, não foi inaugurada e Januária perdeu seu posto de regente. Para além do título e da autoridade decorrente, a diferenciação entre “2ª professora” e “regente” acarretava diferenças salariais.¹²⁶

A escola em homenagem à abolição não foi inaugurada por falta de verbas, mas outras foram criadas e em oposição à justiça mencionada por Januária, senhoras “alheias ao magistério” estariam sendo nomeadas ao posto que ela perdera. Em nome dos seus quinze anos de serviço a professora solicita sua nomeação para a “referida escola” (que não fica claro sobre qual se trata) ou para outra “em qualquer freguesia urbana”. Como docente que já atuara em região suburbana, entre 1881 e 1882, ela frisa seu desejo de ocupar o posto de professora principal e em área urbana.¹²⁷

Januária anexou junto ao requerimento uma declaração assinada pelo diretor das escolas

¹²⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Livro Provimto de lugares, reclamações, mudanças de escola* (1880-1892), 03/08/1891, p.287, (Grifos meus).

¹²⁶ Estou utilizando a lógica da diferenciação entre professoras adjuntas (interina, 2ª classe, 1ª classe) e catedráticas pois me parece o caso aqui também. O uso da expressão “regente” me remete a esse lugar de professora principal do estabelecimento. Há uma diferenciação clara entre “nomeada 2ª professora” e “nomeada para reger”.

¹²⁷ A professora Januária narra seu longo percurso no magistério, informando às autoridades sua regência na Escola Mista Municipal de Santa Cruz, região suburbana e muito distante do centro da cidade.

municipais suburbanas, fornecendo ricas e elogiosas informações sobre o seu magistério. Solicitado pela própria em 11 de novembro de 1891 e “a bem de seus direitos, expressava o pedido para que o diretor informasse “qual o seu procedimento durante o tempo que serviu sob a vossa direção”.¹²⁸ Em resposta, Bento Barroso diz:

Respondendo à carta junta folgo em ter ocasião de manifestar-vos o bom conceito que sempre mereceste como professora D’Escola Mista Municipal de Santa Cruz em 1881 e 1882, porquanto visitando frequentemente a escola assisti muitas vezes as lições e observei o zelo, carinho e dedicação que dispensava a vossos alunos, tanto assim que no meu relatório de 15 de dezembro de 1882 entregue ao Presidente Dr. Ferreira Nobre tratando da Escola de Santa Cruz disse:

‘Este ano ainda mais se manifestou o desenvolvimento intelectual e manual dessa escola. (...)

Julgo, pois, muito satisfatório o estado atual da Escola Mista Municipal de Santa Cruz e a professora merece louvores pela sua dedicação. (...)

Saúde e fraternidade, o Excelentíssimo Diretor das Escolas Municipais Suburbanas, Bento Barroso (ilegível)’.¹²⁹

Os trechos grifados expressam uma associação direta entre elementos do exercício profissional (“bom conceito”) e da vida privada (“zelo”, “carinho”); o termo “dedicação” indica alguma ambiguidade por estar associado a ambas as esferas da vida. O longo relatório informa ainda que a festa de encerramento contou com cânticos acompanhado do som de um piano, missa paroquial assistida por todos e pelas alunas “vestidas de branco”. Houve também “provas de suficiência nas quais as alunas responderam satisfatoriamente em diversas matérias de instrução primária”. O diretor menciona a presença dos professores Carvalho, Dr. Sérgio de Oliveira e a própria Januária como avaliadores. Outras professoras são mencionadas e o enfoque dado à Januária faz crer que naquele estabelecimento de ensino ela fosse a “regente” como buscava ser em “qualquer escola urbana”.

O zelo da professora para com as suas alunas se traduziu naquele dia de festejo em forma de doze prêmios (medalhas, livros e presentes) ofertados “às meninas distintas” [bem avaliadas]. Nesse dia a “menina mais pobre e aplicada”, a órfã Francisca Pontes, recebeu um envelope com a quantia de 5\$000. O diretor das escolas suburbanas, Bento Barroso, fez questão de frisar mais uma vez o “bom conceito” da professora Januária, responsável pelo desenvolvimento “intelectual e manual” das meninas que tanto dominavam as “matérias da instrução primária” quanto confeccionavam “almofadas bordadas em lã”, “variados artefatos

¹²⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Livro Provento de lugares, reclamações, mudanças de escola* (1880-1892), 11/11/1891, p.289.

¹²⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Op. Cit.*, (Grifos meus).

de crochê”, “flores de pano e papel”, “quadros”. E na junção entre “zelo”, “carinho” e “dedicação” - isto é, maternidade e magistério – ao final da cerimônia a professora “abraçou uma das meninas para que transmitisse às suas companheiras esse amplexo maternal”.¹³⁰ As palavras do diretor confirmariam, pois, o justo direito da professora em ter atendida a solicitação para o lugar de “regente” em alguma escola da área urbana. Palavras que teriam grande peso tanto por serem transmitidas por alguém em posição hierarquicamente superior quanto por ser uma palavra masculina.

Atuar em uma escola urbana ou o mais próximo possível disso também foi algo pleiteado por Leolinda Daltro, removida à revelia de sua escola em decorrência de um afastamento. Em setembro de 1901 ela enviou um requerimento ao “Dr. Prefeito do Distrito Federal” questionando a remoção e solicitando nova transferência:

Leolinda de Figueiredo Daltro, professora pública municipal, outrora com exercício na 1ª Escola Masculina do 1º Distrito, Freguesia da Gávea, durante um ano aproximadamente, tendo se retirado em missão especial e com licença do Poder Legislativo Municipal, para as regiões de Goiás e Mato Grosso, voltando ao exercício de sua profissão depois de quatro anos de ausência, tempo este legalmente reconhecido e justificado pelo Excelentíssimo Conselho Superior de Instrução, foi surpreendida com a designação e, portanto, com a sua remoção para a 3ª Escola Pública Masculina do 10º Distrito, sem ter pedido nem feito algo para tal castigo e ainda uma vez para uma escola masculina, contra o disposto do artigo 18 da lei n.38 de 09 de maio de 1893, que junta a este, visto ser vitalícia e inamovível pelos artigos 18 e 19 da mesma lei; tendo vagado ontem, pelo falecimento da respectiva professora, a 10ª Escola feminina do 4º Distrito, sita à rua do Visconde de Sapucahy, respeitosamente vem impetrar-vos a graça de ser removida ou transferida da 3ª Escola pública masculina do 10º Distrito onde se acha, para a aludida Escola atualmente vaga.

A requerente pensa poder ali exercer melhor os misteres de sua profissão, atendendo não só a ser esta escola feminina e já ter pago o seu tributo durante longo tempo em escolas masculinas, situadas em longínquas paragens, como também, ao seu estado [incompreensível] que a obriga sistematicamente a curativos e a banhos de mar cotidianos como bem significou o último parecer médico na inspeção de saúde a que se submeteu para obtenção de seus meses de licença em cujo gozo se acha, desistindo do resto da mesma desde que seja transferida, praticas aquelas inexecutáveis na localidade onde funciona atualmente, Mendanha – Campo Grande.

Nestes termos, P. Deferimento

Capital Federal, em 12 de setembro de 1901.

Leolinda de Figueiredo Daltro.¹³¹

A “licença especial” mencionada pela professora Daltro aconteceu em decorrência do engajamento à causa indigenista, que também acarretou afastamento de sua própria família.

¹³⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Livro Provimento de lugares, reclamações, mudanças de escola* (1880-1892), 11/11/1891, p.289.

¹³¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Coleção Prefeitura do Distrito Federal. Série Instrução Pública. *Livro Docentes* (1904-1909), 12 de setembro de 1901, p.142., (Grifos meus).

Partir em direção ao interior do país, deixando para atrás os cinco filhos, a distanciava por completo das idealizações que misturavam maternidade e magistério. Isso porque sua conduta ia em direção oposta aos enquadramentos de gênero onde ser boa mulher, mãe e professora eram tidos por sinônimos. Se aos olhos de Lima Barreto seu feminismo seria burguês, os indícios mostram que a vida da professora primária não era tão burguesa assim.

A professora Daltro não cita as razões do seu afastamento, mas reitera que ele havia sido oficialmente autorizado, entendendo como um “castigo” a sua transferência para uma região totalmente distante do centro da cidade e de sua própria residência (à época Cascadura). Ela também entende como punição o fato de ser enviada a uma escola masculina, mas não explica o porquê disso. A fim de reforçar sua solicitação, Leolinda apoia-se na legislação vigente, em suas necessidades de saúde e na certeza de que melhor poderá exercer o ofício caso esteja mais próxima, no 4º Distrito, e atuando em uma escola feminina. Sua necessidade de frequentes banhos de mar em vista da saúde e a certeza de que já havia “pago tributos” ao permanecer por longo tempo em escolas distantes e masculinas resumem e encerram a solicitação.

No conjunto documental relativo à Instrução Pública há diversas reclamações semelhantes às da professora Daltro bem como sobre atrasos nos salários, o não pagamento dos adicionais por tempo de efetivo exercício, situações em que professoras de escolas subvencionadas (estabelecimentos particulares custeados pela municipalidade) retiravam do próprio bolso os recursos necessários ao seu funcionamento. Esses indícios são fortes o bastante para que possamos afirmar a realidade trabalhadora e não burguesa de grande parte do professorado municipal.

Associada ao “feminismo burguês” e severamente criticada, Leolinda Daltro também não desfrutava de uma vida confortável e para a historiadora Elaine Rocha, a professora pertencia ao “escalão mais baixo da [nascente] classe média”, ainda que tenha sido “influenciada pelas propostas políticas e filosóficas do positivismo”.¹³² As crises econômicas que assolavam a recente República atingiram em cheio a professora e sua família, acarretando atrasos salariais também ao seu cônjuge, Apolonio Daltro, que era funcionário público do Ministério da Fazenda. Dentre as dificuldades materiais houve situações bastante críticas, como “processo por dívida”, sofrido em 1903, em decorrência do não pagamento de empréstimo tomado junto a um agiota.¹³³

¹³² ROCHA, Elaine Pereira. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.8, n.15, janeiro-junho de 2016, 31. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2016v8n15p29>. Último acesso em 17/07/2020, às 23h.

¹³³ ROCHA, Elaine Pereira. *Op. Cit.*, p.40-44.

A associação entre o magistério e o “feminismo burguês” sinaliza para a existência de professoras pertencentes às classes mais favorecidas, mas o conjunto do professorado não era socialmente homogêneo, abrigando mulheres de outras classes sociais. Isto significa dizer que, na “arte de ensinar crianças”, muitas mestras do “nosso feminismo” viviam segundo as condições materiais da classe trabalhadora, tendo pouco ou quase nada do “feminismo burguês” defendido por Anna Osório. Fato é que, dentre as possíveis distinções de classe, os enquadramentos de gênero impunham-se de modo contundente a todo o professorado, inclusive às professoras negras investigadas nesta tese. Para elas existiam ainda os desafios relacionados às questões raciais de que trataremos na próxima seção.

1.5 - “Use o Pilofero!”¹³⁴: a estética como instrumento de estigmatização das pessoas negras

Durante mais de três séculos as pessoas sequestradas do continente africano – e os seus descendentes nascidos aqui – vivenciaram processos de desumanização elaborados a partir da combinação entre elementos visíveis – cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz e lábios – e invisíveis – hábitos, costumes e comportamentos. Esses elementos serviram – de modos variados – à estigmatização de toda a população negra, escravizada, livre ou liberta. Nesta seção importa discutir os caminhos pelos quais as noções de raça foram combinadas às antigas crenças de inferioridade negra – a racialização – e o papel central adquirido pela estética nos processos de discriminação racial. Situar a população negra no patamar da inferioridade racial passava também pela desvalorização social dos seus atributos estéticos, pois os padrões de beleza, relacionados a um conjunto de boas qualidades, eram creditados aos brancos. Desse modo, os atributos negativos conferidos à estética negra convertiam-na em importante elemento nos processos de racialização desse grupo social.

Essa é uma longa história que nem de longe é linear à medida em que os homens e mulheres envolvidos nesse enredo jamais aceitaram as diversas formas de exclusão pautadas em um “estatuto de pureza do sangue” - revogado com a Constituição de 1824, mas que continuava limitando o acesso aos direitos que a letra da lei lhes garantia. É preciso dizer que a não aceitação dessa condição de “cidadão de segunda classe” se expressava pelas vozes masculinas, pois às mulheres e tampouco às mulheres negras havia legitimidade social a ponto de serem consideradas no âmbito do debate público. Mas, o fato era que as pessoas negras, em

¹³⁴ Produto voltado à modificação da estrutura capilar dos cabelos crespos.

geral, – independente da tonalidade da pele – precisaram lidar com as muitas formas de estigmatização em decorrência de serem descendentes de africanos, escravizados ou não. Segundo a historiadora Hebe Mattos,

Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição [de 1824], os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade. Se confundidos com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeita de serem escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar sua carta de alforria.¹³⁵

A cor seguiu sendo “a marca da discriminação herdada do Império Português”¹³⁶, marcando os que não fossem visivelmente brancos. Desse modo, mesmo as pessoas que possuísem a pele clara, os ditos “mulatos”, não estavam livres de carregar o fardo da discriminação. Com o passar do tempo e as transformações sociais o “estatuto de pureza de sangue” foi caindo em desuso, entretanto a discriminação das “pessoas de cor” continuava de pé. Mas, agora sob o argumento da raça que misturava elementos relacionados às origens étnicas e características físicas aparentes.

Pessimistas ou otimistas, os defensores das perspectivas de superioridade e inferioridade raciais proclamavam um racismo que ganhava mentes dentro e fora dos seus gabinetes.¹³⁷ Ideias que se materializavam em práticas discursivas definidoras dos padrões de beleza, boas qualidades e feminilidade como sinônimos da brancura. Portanto, pode-se afirmar a intrínseca relação entre estética, discriminação racial e exclusão social, constituindo o que o sociólogo Erving Goffman definiu como estigma, ou seja, “(...) a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena.”¹³⁸

Em suas análises, Goffman verificou a existência de três tipologias relacionadas à estigmatização: as abominações do corpo; as culpas de caráter individual; e os “estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.”¹³⁹ Os que se distanciavam desses stigmas estariam dentro da categoria dos “normais”, nutrindo crenças e costumes no cotidiano das relações que levariam à descrença na completa humanidade dos indivíduos e grupos estigmatizados. Esses “normais” seriam os responsáveis pela construção de “(...) uma teoria do estigma; uma

¹³⁵ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 2004, p. 21.

¹³⁶ MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 22.

¹³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28 e p.65.

¹³⁸ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 04.

¹³⁹ GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.*, p. 07.

ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela [a pessoa estigmatizada] representa (...).”¹⁴⁰

Alguns registros cotidianos nos contam sobre os diversos caminhos de estigmatização das pessoas negras – fossem elas escravizadas, libertas ou livres: cerceamento do ir e vir, limitação quanto ao uso de determinadas vestimentas (sapatos eram proibidos aos escravizados, por exemplo), espaços sociais organizados segundo a cor e o *status* social (as irmandades, por exemplo), dentre muitos outros mecanismos de exclusão. Nos círculos letrados as restrições poderiam não ser tão diretas e contundentes como as que eram lançadas sobre a população pobre e analfabeta – sobretudo os escravizados –, mas os testemunhos de intelectuais negros são bastante fortes quanto aos processos de estigmatização que vivenciavam. Uma dessas vozes foi a de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, um importante abolicionista e responsável pela libertação de centenas de pessoas escravizadas. Segundo Gama:

Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, (...) à semelhança da terra, (a) através da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade. Vim (lembrar ao) ofensor do cidadão José do Patrocínio por que nós, os abolicionistas, animados de uma só crença, dirigidos por uma só ideia, formamos uma só família, visando um sacrifício único, cumprimos um só dever.¹⁴¹

O protesto de Luiz Gama em defesa do correligionário José do Patrocínio foi ampliado em manifesto público em prol de toda a coletividade negra que, mediante a vil exploração de seu árduo trabalho, convertia-se em origem das riquezas desfrutadas por aqueles a quem o abolicionista define por salteadores. Dentre inúmeras estigmatizações, Gama informa aos seus leitores que “até a cor” era transformada em defeito, um “vício imperdoável de origem” e o “estigma de um crime”. Essa “cor convencional da escravidão” continuava a ser estigmatizada mesmo após a conquista da liberdade, fazendo com que seus portadores fossem marcados e excluídos da “normalidade” de que fala Goffman.

Luiz Gama conheceu o peso de viver sob a condição de escravizado, experiência que atravessou sua vida e produção intelectual de modo contundente e que pode ser observada em suas duras críticas às desigualdades raciais de seu tempo. Em suas “Trovas Burlescas” (1859), Gama denunciava que ao “pretinho da Costa” estavam interditadas as Ciências e letras em virtude de ser “não gente aqui”. E que “Na terra que rege o branco/ Nos privam até de

¹⁴⁰ GOFFMAN, Erving. *Op. Cit.*, p.08.

¹⁴¹ GAMA, Luiz. Emancipação, *Gazeta do Povo*, São Paulo, 01 de dezembro de 1880. Apud: DANTAS, Carolina Viana. In: XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013, Natal (RN). Luiz Gama e José do Patrocínio: autobiografia, memória e ensino de história. Disponível em: [Microsoft Word - 1364948366_ARQUIVO_carolinaanpuh2013.docx](https://arquivo.carolinaanpuh2013.docx). Acesso em: 27/12/2021, às 16h, (Grifos meus).

pensar!...”¹⁴² A narrativa poética de Gama nos conta a respeito da intrínseca relação entre estética (aparência física), origens e discriminação racial “na terra em que rege o branco”. Tal relação descredibilizava os “pretinhos da Costa” e “Getulinos” de tal modo que a marca de nascença era convertida em estigma e mecanismo de exclusão até mesmo dos que possuísem os atributos intelectuais necessários à participação no mundo das letras e ciências. A cor que indicava origens africanas demarcava lugares sociais, descredibilizava e delimitava a aceitação das chamadas “pessoas de cor” em determinados círculos.

Cotidianamente publicadas nas páginas dos principais jornais das cidades, as narrativas sobre escravizados à venda ou fugidos eram detalhistas quanto às características físicas e comportamentais atribuídas a essas pessoas. As características físicas facilmente poderiam ser identificadas em mais de uma pessoa negra, o que colocava a todos sob suspeição. O *Jornal do Commercio* era o principal veículo de comunicação para a divulgação dessas notas que podem ser localizadas às dezenas em cada edição. Vejamos algumas dessas publicações feitas à mesma época das produções de Luiz Gama em 1859 e 1880, respectivamente:

¹⁴² GAMA, Luiz. *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*. 1ª ed. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1859, p.14. Disponível em: [Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: Primeiras trovas burlescas de Getulino \(usp.br\)](#). Acesso em: 05/03/2022, às 18h.

1859	
Anúncios sobre venda	Anúncios sobre fuga
“Escravos para vender Vendem-se dois escravos <u>pardos escuros</u>, um perfeito sapateiro e o outro derrubador e falquejador, ambos <u>boas peças</u>; na rua Municipal n.8.” “Cavouqueiros Vendem-se dois escravos de nação, muito moços, sadios e morigerados, <u>as melhores peças</u> que se podem desejar; na rua de São Bento, n.35.”	“Escrava Fugida. Fugiu, no dia 26 do corrente, uma escrava de nome Geralda, crioula da Bahia, que tem os sinais seguintes: <u>é alta e reforçada, cor retinta, o semblante carrancudo</u>, pisa forte como preta da roça, e tem uma cicatriz em sentido horizontal sobre a capela do olho direito; levou vestido saia de chita e paletó da mesma fazenda, e desconfia-se que anda para o lado do Morro da Conceição e ruas adjacentes. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem lhe der couto, e gratifica-se a quem a levar à rua Estreita de S. Joaquim n.27.” “100\$000 Fugiu no dia 15 do corrente, o escravo Matheus, de nação Cabinda, <u>estatura regular, cheio de corpo, fala atrapalhada, beijos grossos</u>; levou calça de casimira escura, colete escuro, camisa branca e jaqueta de pano preto; foi visto no dia 22 às 11 horas da manhã, perto do consulado, na Prainha, de chapéu preto de copa baixa, sem fita, e chapéu de sol de paninho verde. Quem o apreender e levar à Rua da Direita n.82, loja, receberá a gratificação acima.”

Quadro 1. Fonte: *Jornal do Commercio*, 28 de janeiro de 1859, p. 03. Grifos meus.

1880	
Anúncios sobre venda/serviços	Anúncios sobre fuga
“Recebem-se <u>pretas e pardas</u> engomadeiras, cozinheiras, lavadeiras ou boas mucamas, negrinhas para andar com crianças, pretos cozinheiros e chacareiros, moleques bons copeiros e para outros serviços, pagando-se aluguéis vantajosos e adiantados; trata-se a qualquer hora, com Antonio Caetano da Silva, à praça da Constituição n. 65, junto à secretaria do império.” “Vendem-se, de casas de família, as escravas seguintes: <u>uma parda robusta</u>, de 25 anos, perfeitíssima engomadeira de toda a qualidade de roupa, lavadeira, cozinheira e do mais serviço doméstico; Uma <u>parda de 18 anos, peça especial</u>, mucama de casa de tratamento, cozinha, engoma, cose, lava, tudo regularmente; Uma <u>pardinha</u> de 13 anos, perita copeira, cose muito bem e faz mais serviços de casa, nunca foi vendida; Uma dita de 10 anos, muito ativa para o serviço doméstico e meiga para crianças; Uma <u>preta de 28 anos</u>, com um bonito filho, moleque de 9 anos, própria para o serviço da roça, e também é boa lavadeira; na rua da Alfândega n.117.”	“Escrava Fugida. Avisa-se aos pedestres que no sábado 3 do corrente, fugiu da casa de seu senhor a <u>preta Marcelina, crioula, alta, cheia de corpo, com falta de dentes na frente, com seios grandes</u>, com fala grossa e muito desbocada. É escrava de João Francisco da Cruz. Quem a apreender e conduzi-la à casa de seu senhor, no Saco de São Francisco, Jurujuba, será gratificado. Protesta-se proceder com todo rigor da lei contra quem lhe der couto.” “Atenção Fugiu no dia 06 do corrente, o moleque Anastacio, de 16 anos, <u>bons dentes, nariz chato, estatura baixa e reforçado</u>. Veio há um mês de Cantagalo com seu senhor e intitula-se forro; levou camisa azul riscado e sapatos de cano alto com atacadores na frente. Quem o apreender pode entregá-lo à rua do Cabral n.2, Icaraí, Niterói, que será gratificado generosamente. Protesta-se com todo rigor da lei contra quem o tiver acoutado.”

Quadro 2. Fonte: Anúncios variados publicados pelo *Jornal do Commercio* entre 5 e 17 de janeiro de 1880.

Os quatro conjuntos de anúncios relativos aos anos de 1859 e 1880, respectivamente, nos contam sobre uma gama de recursos de linguagem através dos quais as pessoas negras escravizadas eram objetificadas, e os seus corpos e comportamentos reduzidos a descrições fixas associadas aos ofícios que realizavam. Quando se tratava de anúncios de vendas, cor e boas qualidades laborais eram prontamente informadas; em casos de fuga a cor também se fazia presente (variava entre “cor retinta” e cor clara; “pardo claro”, “pardo escuro”, preto), e outras características como “beiços grossos”, “bons dentes”, “nariz chato”, “seios grandes”. As características comportamentais costumavam ser positivadas em casos de vendas e/ou aluguéis

de serviços; em casos de fuga detalhava-se o tom e o modo da voz, informando se o/a fugitivo/a apresentava fala grossa, atrapalhada ou não.

As inúmeras publicações desse tipo reforçavam imagens estéticas e comportamentais que estigmatizavam e objetificavam as pessoas e os corpos negros escravizados. Os anúncios funcionavam em seus objetivos imediatos de compra, venda ou captura, mas iam além porque ao fim estavam criando e difundindo um imaginário social de que aquelas não seriam pessoas, mas “peças” que poderiam ser movimentadas ao sabor dos interesses senhoriais. Por outro lado, também devemos pensar sobre os modos pelos quais essas pessoas faziam valer sua humanidade na acomodação circunstancial à condição de cativos e cativas: mostravam-se “fiéis”, “meigas”, “boas lavadeiras”, “ativas”. O que também pode-se dizer quanto às fugas, pois escolhiam roupas, sapatos, chapéus e outros itens que reforçariam a imagem de pessoas livres e libertas que tanto almejavam ser. Os testemunhos de Luiz Gama, construídos à época em que ele não mais vivia sob a condição cativa, nos contam sobre a extensão desses processos de estigmatização e objetificação para além dos limites da escravidão.

Para além de Gama e do próprio regime escravista podemos afirmar a perpetuação da objetificação da população negra em tempos da modernidade – e na contramão dos silêncios que imperavam em registros oficiais da administração pública –, a imprensa empresarial carioca do início do século XX construía diversas narrativas onde imperava a racialização dessas pessoas.¹⁴³ Revistas ilustradas, em especial, facilmente acessíveis a um amplo público formado por pessoas letradas ou não, abrigavam uma diversidade de anúncios, artigos, charges e caricaturas onde não havia silêncios ou pudores quanto à utilização de rótulos raciais.

Nessas páginas é possível localizar uma profusão de sátiras, charges, artigos e anúncios que explicitavam diferentes formas de racialização da população negra. Isso nos mostra que as concepções hierárquicas sobre as raças não ficaram circunscritas aos intelectuais defensores de teorias racialistas, mas estavam difusas e ativas sob diferentes formas no cotidiano das pessoas. De um lado silenciava-se a racialidade branca, sustentando epistemologias, noções de beleza e de boas qualidades, representações da modernidade enquanto universais. Conforme já foi dito, os anúncios de produtos de beleza e higiene eram todos associados às pessoas brancas; o mesmo ocorria quando se anunciavam os produtos da modernidade – geralmente acompanhados por figuras brancas. Por outro lado, as pessoas negras eram apagadas ou representadas de maneira

¹⁴³ Parte significativa dos documentos referentes ao mundo letrado produzidos no âmbito da administração pública silenciava a cor das pessoas. Nas centenas de páginas onde estão registrados o cotidiano escolar da cidade do Rio de Janeiro – em tempos imperiais ou republicanos – são raras as menções à cor dos professores e alunos.

racializada, caricata e estigmatizada.

Quando a estética negra rompia o lugar do silêncio e da invisibilidade, tornava-se “risível” ou acabava sendo captada por uma publicidade que prometia o milagre da diminuição (e quem sabe o apagamento?) das características físicas negras. E neste caso, para homens e mulheres indistintamente, o alvo certo era uma das principais marcas da negritude: os cabelos crespos. Assim sendo, houve quem investisse em produtos estéticos voltados exclusivamente para as “pessoas de cor”, expressando a racialização das pessoas negras e a mesma lógica de “melhoramento” contida em anúncios com chamadas aparentemente universais.

Foi o caso dos produtos *Nadinar Óleo*, *Kakily*, *Lysodor* e *Pilofero* que buscaram atingir especificamente o público negro¹⁴⁴, utilizando chamadas publicitárias que remetiam a processos miraculosos ao mesmo tempo em que mobilizavam o que Stuart Hall define como “regime de representação racializada”.¹⁴⁵ Não se trata aqui de discutir a recepção a essa publicidade e o consumo de tais produtos pela população negra – cujos dados não dispomos – mas de analisar a recorrência de tais anúncios, a relação deles com os estereótipos raciais e a consolidação do poder exercido por uma pequena elite branca enquanto disseminava seus próprios padrões culturais e estéticos sob a capa da universalidade.

O mais antigo de tais produtos, o *Nadinar Óleo* anunciava em grandes jornais da imprensa comercial como *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*, mas também em periódicos menores como *O Estudante*¹⁴⁶ e *A Capital*.¹⁴⁷ Localizei tais anúncios entre os anos de 1909 e 1920, em meio aos de outros produtos, geralmente em tamanho bem pequeno e sem qualquer representação visual:

NADINAR

Óleo fino para fazer o cabelo das pessoas de cor igual ao das pessoas brancas, tendo o cuidado de usar diariamente, pois por algum tempo obtém este resultado.
Vende-se na rua dos Andradas, n. 12, 55 e 95, [rua] Hospício n. 23, [rua] Sete de Setembro n. 91.¹⁴⁸

¹⁴⁴ Localizei essas fontes a partir da pesquisa nominal realizada no âmbito da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O objetivo era levantar registros acerca das relações e hierarquias raciais construídas no âmbito dos periódicos. Para atingir tal fim utilizei a busca por algumas palavras-chave como a expressão “pessoas de cor” e tive como resultados dezenas de referências aos produtos estéticos supracitados.

¹⁴⁵ HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

¹⁴⁶ O jornal “O Estudante - Órgão Defensor do Estudante” foi um periódico mensal com circulação entre abril e julho de 1919. Tendo Julio C. Leal Neto por diretor-redator, foi publicado pela primeira vez em 11 de abril de 1919. No limite de suas quatro páginas mensais o periódico publicou artigos de opinião, anúncios, receitas e notas sobre a vida social da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: [O Estudante \(RJ\)- 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/03/2022, às 19h.

¹⁴⁷ “A Capital” foi um periódico de publicação diária na cidade de Niterói, circulando 1902 e 1911, sob a direção de Álvares de Azevedo Sobrinho. Como um jornal de ampla circulação, o periódico publicava notícias, anúncios e artigos de opinião. Disponível em [A Capital \(RJ\) - 1902 a 1911 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/03/2022, às 19h.

¹⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 16 de dezembro de 1910, p.14, (Grifos meus). Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/12/2021, às 13h 45 min, (Grifos meus).

!! ALTA DESCOBERTA!!

NADINAR – Óleo que faz todo cabelo por mais encarapinhado que seja completamente liso; não se conhecendo até mesmo as pessoas de cor pelo cabelo. Vidro 2\$000 – Drogaria Granado & Filhos – [rua] Uruguyana, 91 e todas as outras farmácias e perfumarias. Depósito geral – [rua] S. Pedro 266. Norte 3430 – A.C. Leal. (D 20103).¹⁴⁹

Estes dois anúncios, assim como os demais localizados, mobilizavam um título bastante chamativo, em letras maiúsculas, anunciando a “alta descoberta” capaz de realizar o milagre da alteração da estrutura capilar “das pessoas de cor” “por mais encarapinhada” que fosse tornando-a completamente lisa. Em alguns periódicos a mensagem ia além, prometendo aos consumidores não se reconhecer “as pessoas de cor pelo cabelo” (*A Época*, 1914); indistinção entre “as pessoas brancas das de côr” (*A Capital*, 1911); “fazer o cabelo das pessoas de côr igual ao das pessoas brancas” (*Jornal do Commercio*, 1910). Nesses anúncios ocorre algo que não verificamos nas propagandas dos produtos estéticos que se pretendiam “universais”: a nomeação da brancura. Uma nomeação utilizada em contraste ao rótulo racial das ditas “pessoas de cor”, indicando a elas que poderiam alcançar o padrão estético das “pessoas brancas” utilizando a “alta descoberta” que era o *Nadinar Óleo*.¹⁵⁰

Outro produto anunciado nas páginas dos periódicos da cidade do Rio de Janeiro era o *Lysodor*, de propriedade da indústria *Perestrelo Filho & Co.*, mais uma comandada por homens brancos que também prometia a façanha de tornar “lisos e desencrespados” os cabelos das “pessoas de cor”. Localizei centenas de anúncios desse produto entre os anos de 1916 e 1935, em profusão consideravelmente maior que o *Nadinar Óleo*. Anunciado por textos curtos e sem qualquer imagem, *Lysodor* também prometia a possibilidade de alteração dos fios de modo que os cabelos passariam a um aspecto liso – como eram os cabelos das pessoas brancas:

As pessoas de côr

Conseguem tornar os seus cabelos lisos, por mais ondulados ou encrespados que sejam, com o Lysodor que é infalível. À venda em todas as perfumarias de 1ª ordem e na “A Garrafa Grande”, à rua Uruguyana 66, e Avenida Passos 106.
PERESTRELLO & FILHO

¹⁴⁹ *Correio da Manhã*, 29 de março de 1919, p. 09. Grifos meus. Disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/12/2021, às 13h 50 min, (Grifos meus).

¹⁵⁰ Fabricado pela Drogaria Granado, o produto estava disponível em seus depósitos, além de diversas farmácias e perfumarias da cidade do Rio de Janeiro. De propriedade do português José Antônio Coxito Granado, a farmácia fundada em 1870 fabricou diversos produtos químicos e de origem vegetal ao longo de sua existência, alcançando o título de “Farmácia Oficial da Família Imperial Brasileira” em 1880. Em 1909, ano dos primeiros anúncios do *Nadinar Óleo*, a empresa já era muito bem estabelecida e conceituada na cidade do Rio de Janeiro. O fato dela se dedicar à produção de alisantes capilares ao longo de uma década é forte indício da existência de um fiel público consumidor. Para saber mais sobre a Drogaria Granado ver: [Nossa história Granado](#). Acesso em: 29/12/2021, às 14h 20 min.

Vidro 3\$000, pelo Correio 4\$000.

Não se aceitam selos nem estampilhas. Em Nictheroy, drogaria Barcellos. Em Campos, farmácia Pacheco.¹⁵¹

Os anúncios de *Lysodor* informavam sua capacidade em alisar os cabelos “por mais ondulados ou encrespados” que fossem, “até mesmo o cabelo das pessoas de cor”, sendo vendido em todas as drogarias, farmácias e perfumarias da cidade. É importante salientar a hierarquia estética racializada estabelecida pela publicidade: cabelos lisos (a serem alcançados), cabelos ondulados (que poderiam pertencer a pessoas de diferentes “cores”) e o cabelo encrespado (das “pessoas de cor”). A mensagem é bem direta neste sentido: o produto seria “infalível” em alisar os cabelos ondulados e “até mesmo o das pessoas de cor” – um eufemismo para nomear as pessoas negras.

O uso da expressão “até mesmo” transmite tanto a ideia de infalibilidade do produto quanto a hierarquização da estética. Levando-se em conta que um cabelo não existe por si só, mas expressa uma característica e identidade de uma pessoa – em especial das mulheres – a conclusão explícita a que chegamos é a de que a textura e grau de ondulação dos cabelos definia e hierarquizava pessoas brancas e negras. Uma hierarquização que também nos conta sobre as gradações de texturas capilares – que poderiam ser lisas, onduladas, encrespadas – no interior de categorias raciais informadas pelos conceitos de “branco”, “moreno”, “mulato”, “pessoa de cor”.

Diferentemente do *Nadinar Óleo*, alisando ou desencrespando os cabelos, *Lysodor* não prometia o fim das distinções entre pessoas brancas e as “de cor”, do mesmo modo que em alguns momentos indicava a existência de duas opções – alisar ou desencrespar. E há uma diferença considerável entre estes dois procedimentos capilares, indicando até onde poderia ir a aproximação à estética branca. Desencrespar não é o mesmo que alisar, o próprio texto publicitário indica isto ao usar a expressão ou. Tornar menos crespo não significaria uma transformação inequívoca do cabelo aproximando do padrão associado aos brancos (liso), mas de alguma forma levaria à diminuição e ao decorrente afastamento dos sinais de negritude.

Durante a pesquisa de anúncios sobre o *Lysodor*, cheguei a outro produto destinado à manipulação dos cabelos: o *Kakily*, um produto mais modesto e com textos ainda menores,

¹⁵¹ *Correio da Manhã*, 24 de maio de 1916, p. 12, (Grifos meus). Disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/12/2021, às 14h 35min.

publicados entre 1914 e 1919.¹⁵² As curtas chamadas publicitárias eram bem diretas para tentar convencer o público consumidor utilizava o mesmo tom milagroso verificado em outras propagandas: "SÓ NÃO TEM? – Quem não conhece o *Kakily*, um cabelo corrido e bonito. Drogaria Pacheco, [rua] Andradas n. 43 e 47.¹⁵³ Desse modo direto o produto comunicava aos leitores e consumidores em potencial que ter um cabelo “corrido e bonito”, era fácil e acessível a quem o desejasse. A promessa de “cabelo corrido” (liso) denota tratar-se de um padrão de beleza desejável que poderia (e deveria) ser alcançado por todos. O alisante também prometia aos consumidores a possibilidade de esticar o cabelo “por mais carapinhado” que fosse fazendo com que não se reconhecesse pelo cabelo “a pessoa de cor”.¹⁵⁴ Assim sendo, o “uso constante do *Kakily*” faria “o pior cabelo ficar liso, fino, sedoso e bastante lustroso”.¹⁵⁵

Em seus textos curtos e mensagens diretas, *Kakily* não informava sobre a indústria que o produzia e tampouco seu preço de comercialização, como faziam os outros produtos direcionados ao público negro. Apesar dessas diferenças, há um elemento que conecta os três produtos: a explícita racialização das pessoas negras em suas respectivas publicidades. Os títulos dos anúncios deste óleo alisante procuravam comunicar de modo provocativo e impactante, em letras maiúsculas e na forma interrogativa aquilo que desejava vender: a “alta descoberta” capaz de alisar os cabelos, a incrível possibilidade de fazer liso “o pior cabelo” (sic), tornando-o “sedoso e bastante lustroso”, “corrido e bonito”. Por “pior cabelo” subentende-se aquele que não fosse liso e “corrido”, ou seja, o cabelo crespo. O óleo vegetal *Kakily* além de “esticar o cabelo por mais carapinhado” que fosse, também permitiria que não se conhecesse “pelo cabelo a pessoa de cor”.

Aqui temos mais uma vez representações ancoradas em estereótipos raciais, onde a estética negra é associada a adjetivos como “pior” e “cabelo carapinhado”, já a estética branca do cabelo liso é associada aos adjetivos “lustroso”, “bonito”, “sedoso”, podendo ser alcançada por qualquer pessoa bastando para isto a utilização do óleo alisante. Assim como o *Nadinar Óleo*, *Kakily* também prometia aos consumidores a possibilidade de apagamento de uma das principais marcas fenotípicas negras, que são os cabelos crespos.

Por último vamos ao produto capilar *Pilofero*, que nomeia esta seção, cujos anúncios

¹⁵² Após a identificação do *Kakily* em anúncio próximo ao do *Lysodor*, fiz levantamento utilizando seu nome como palavra-chave e localizei cerca de 100 anúncios entre 1914 e 1919.

¹⁵³ *O Paiz*, 10 de junho de 1914, p. 14. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/12/2021, às 14h 45min, (Grifos meus).

¹⁵⁴ *A Época*, 14 de fevereiro de 1914, p. 08. Disponível em: [A Época \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/12/2021, às 15h.

¹⁵⁵ *Jornal do Brasil*, 08 de outubro de 1916, p.16, (Grifos meus). Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1910a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/12/2021, às 15h 05 min.

foram localizados apenas entre os anos de 1922 e 1923, distribuídos entre o *Jornal do Brasil* e *A Noite*, e voltados exclusivamente aos cabelos das “pessoas de cor”.¹⁵⁶

Em 1923 localizei uma única propaganda curta e singela no *Jornal do Brasil*, limitando-se a três minúsculas linhas. Em meio a outros anúncios mesclados na página do jornal e talvez devido ao diminuto tamanho, seus autores buscaram uma publicidade bem direta e ao mesmo tempo com um repertório bem conhecido dos leitores e público consumidor. Sem rodeios, lançaram mão das mesmas formas de representação estereotipada que os outros produtos capilares analisados até aqui, afirmando que o “cabelo encarapinhado” se transformaria em liso e “sedoso”.¹⁵⁷



Figura 10. Anúncio do produto Pilofero *A Noite*, 11/02/1922, p.11.

A despeito do curtíssimo tempo de circulação, entre janeiro e fevereiro de 1922, os anúncios publicados no jornal *A Noite* também optaram pela adoção de uma representação ancorada em estereótipos raciais, lançando mão de imagens que hierarquizavam brancos (ciência/produto químico) e negros (natureza/cabelos crespos). Não se fala em “cabelo carapinha/ encarapinhado”, mas em cabelos crespos associados ao termo “pixaim”. Apesar de também lançar mão de títulos chamativos, o motivo da grande transformação proporcionada por *Pilofero* – e capaz de promover a indistinção “das pessoas de cor pelo cabelo” – seria a ação

¹⁵⁶ Há muitos anúncios do *Pilofero* publicados na década de 1930, porém não há qualquer menção aos consumidores negros.

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1923, p.18. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1920 a 1929 - DocReader Web \(bn.br\)](http://jornal-do-brasil.rj.gov.br/). Acesso em: 29/12/2021, às 15h 20 min.

da ciência e não de um milagre como sugerem os anúncios de outros produtos. A “assombrosa descoberta” seria, pois, o domínio da natureza pela ciência, isto é, o apagamento de uma parte significativa das características físicas negras e o consequente “melhoramento” da sua aparência. “Use o Pilofero”, diz o anúncio em letras garrafais, e como estratégia de venda o depositário L. Wellisch oferecia gratuitamente vidros para que os clientes experimentassem.

Ao contrário dos outros alisantes, *Pilofero* combinou texto e imagem em dois dos dez anúncios publicados pelo jornal *A Noite*. Do texto escrito à imagem selecionada, tudo nessa publicidade é extremamente racializado, o que a insere no escopo das “representações abertamente estereotipadas” e, portanto, degradantes.¹⁵⁸ O produto, uma “assombrosa descoberta” que permitiria o “domínio” da natureza pela “ciência”, também prometia a indistinção das “pessoas de cor pelo cabelo” e o fim dos “cabelos crespos (pixaim)”. A imagem animalésca era irreconhecível quanto ao gênero e acompanhada de uma fala eufórica diante da possibilidade de “ficar de cabelo bom”, dizia sua mensagem publicitária contundente que “Para cabelo pixaim: Pilofero”.

Diferentemente da publicidade que anunciava produtos estéticos “universais” sempre acompanhada de figuras brancas, em sua maioria femininas, os anúncios de produtos destinados exclusivamente à população negra não apresentavam qualquer imagem. O que indica total ausência de preocupação quanto aos anseios de homens e mulheres negras, indicando que ambos deveriam manipular seus cabelos crespos a fim de alcançarem o padrão branco dos cabelos lisos, “corridos” e “bons”. Indica tanto a desumanização das “pessoas de cor”, ao serem reduzidas a estereótipos raciais, quanto o não reconhecimento, aos moldes aburguesados, da feminilidade das mulheres negras. Já nos dois anúncios do *Pilofero*, o texto e a imagem não deixam dúvidas sobre a desumanização dos seus possíveis consumidores.

Analisando as formas de representação empreendidas na Inglaterra e nos Estados Unidos do século XX, Stuart Hall identifica a permanência, mesmo em tempos pós-escravistas, de uma “gramática básica da representação racial”. Tal gramática teria por conteúdos alguns estereótipos raciais que reduziriam as pessoas negras “aos significantes de sua diferença física – lábios grossos, cabelo crespo, rosto e nariz largos e assim por diante.”¹⁵⁹ Esta “gramática”, ainda segundo Hall, só foi possível acontecer mediante a existência de um contexto no qual a criação/manutenção de estereótipos raciais fazia algum sentido. Esse contexto seria o “regime racializado de representação”, onde a estereotipagem figurava como “produtora de significados

¹⁵⁸ HALL, Stuart. *Cultura e representação*, pp.173-174.

¹⁵⁹ HALL, Stuart. *Op. Cit*, p. 175-177.

na representação da diferença racial.”¹⁶⁰ Em *Pilofero* temos uma pequena, mas potente concretização, na sociedade brasileira do pós-abolição, daquilo que Hall afirma para as sociedades pós-escravistas do Norte.

Isto significa dizer que mensagens mobilizadas por textos e imagens desses desprezíveis anúncios não foram aleatórias ou desconectadas da experiência social cotidiana da população negra na então capital federal. Por serem coloquiais e bem diretas, ao contrário da documentação produzida no âmbito da administração pública, foram parte ativa e direta das relações raciais do período. Esses registros, constituintes da vida cotidiana de todas as classes e camadas sociais, situavam na brancura aquilo que era “normal”, “bonito” e “aceitável”. De outro lado, tudo que fosse relacionado às “pessoas de cor” era associado ao “anormal” e “inaceitável” e, portanto, estereotipado.

Nesse “regime racializado de representação”, do qual todos participavam, as relações de poder pautadas em cor e raça buscavam reatualizar os lugares sociais de senhor e escravizado. Ao mesmo tempo, traduziam para o linguajar popular e comercial as ideias formuladas por teóricos que defendiam a superioridade branca - supostamente ancorada na ciência e na civilização-, e a inferioridade negra, situada no “reino da natureza”. A normatização da brancura era consolidada através dos dois caminhos: a estereotipagem da população negra e a fixação de um “tipo social ideal” que eram as pessoas brancas, diferenciadas segundo os gêneros.¹⁶¹

A recorrente mensagem de transformação dos fios crespos, via mecanismos “miraculosos” ou via “Sciencia”, indica um caminho para que pessoas estigmatizadas por sua “raça” pudessem se aproximar do “tipo ideal” branco com seus cabelos lisos e “corridos”. Afirmar que esta textura capilar era sinônimo do que era “bom” automaticamente levava ao entendimento de que os crespos e “encarapinhados” representavam o cabelo “ruim” (sic). Esta operação, aparentemente fútil e distante das “grandes” questões daquela sociedade (tais como moradia, educação, mobilização de trabalhadores, projetos políticos definidos pelas elites etc.) estava longe de ser pequena. O domínio dessas elites – não por acaso brancas – se consolidava e se reproduzia não apenas nos gabinetes e nas grandes decisões, mas igualmente no interior

¹⁶⁰ Idem, pp.189-190.

¹⁶¹ Em Dyer o conceito de “tipo social ideal” é definido enquanto “caracterização simples, vivida, memorável facilmente compreendida e amplamente reconhecida, na qual alguns traços são promovidos e amudança ou o ‘desenvolvimento’ é mantido em seu valor mínimo”. Assim sendo, a estereotipagem seria uma apropriação e a redução do grupo a essa “caracterização simples”. DYER, Richard (Org.). *Gays and Film*. Londres: British Film Institute, 1977, p. 28. *Apud*: HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016, p.191.

dessas relações cotidianas. As relações sociais hierarquizadas estavam assentadas em assimetrias de classe, mas, também, de raça e de gênero.

A possível inversão ou o fortalecimento de perspectivas diferenciadas em torno do domínio branco, gerando um “ódio de raças”, poderia ser fonte tanto de preocupação quanto de satirização. E este movimento de tornar risível, como já dito, é também uma forma de hierarquização das relações – algo exercido com maestria pelas revistas ilustradas já tratadas. A despeito da pretensa “polifonia” presente em tais periódicos, tanto nas representações quanto nos seus sujeitos produtores, defendo que de modo geral elas estavam atuando na construção e consolidação de estereótipos raciais e consequente de relações hierarquizadas entre brancos e as “pessoas de cor”. A publicação de crônicas escritas por Lima Barreto, um “homem de cor”, não tornava a revista *Careta* menos racista. Ou, dito de outra forma, a participação de homens negros em tais periódicos não anulava a supremacia branca produzida e difundida por suas práticas discursivas racializadas. Tais representações eram acessadas em larga escala por trabalhadores pobres e “remediados” – como alguns professores –, assim como por pessoas pertencentes às camadas mais favorecidas e brancas da cidade.

E por falar em *Careta* - a revista que propunha “fazer a careta do próximo” -, não foram poucas as “caretas” em que o conteúdo central eram os estereótipos raciais. Seu alvo principal eram alguns homens negros que alcançaram lugares de prestígio intelectual, como o professor Hemetério dos Santos e o deputado Monteiro Lopes, alvos de ataques abertamente racistas. O lugar da “polifonia”, como defendem Rogério Silva e Silvia Almeida, perdia espaço quando o assunto era atacar qualquer possibilidade de poder exercido por homens negros.¹⁶² Não localizei nenhuma publicação endereçada diretamente às mulheres que pertenciam às famílias desses homens negros de prestígio, o que indica aderência aos padrões de gênero nesses círculos letrados onde a voz pertencia ao “homem da família”. A revista *Careta* também publicava conteúdos racistas endereçados a um público mais amplo, dirigindo-se à população negra de modo geral:

E por falar em macacos os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma cousa que não existia: o preconceito da cor.

Os pretos querem fazer no Brasil o que os brancos fazem nos Estados Unidos: excluir os que não são negros do convívio social. Está aí no que deu a intrigalhada feita em torno do caso Monteiro Lopes! Agora os brancos vão ver o que é perseguição: bonde

¹⁶² Em pesquisa de mestrado analisei as violências racistas, travestidas de humor, que as revistas satíricas direcionavam aos homens negros que detinham algum prestígio social, em especial o professor Hemetério José dos Santos. Sobre isto ver: SILVA, Luara Santos. 'Etymologias, preto': Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2015.

à parte, restaurantes à parte, teatros à parte, e por qualquer crimezinho, um linchamento com todas as regras.

Porque os negros perderam a paciência e querem enfim tomar o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer que muita coisa entre as quais que o que hoje nós chamamos *cabelo ruim* vai ser agora chamado de *cabelo bom*.

Porque enfim isto não passa de uma simples convenção: por que é bom o cabelo do branco e ruim o cabelo do preto? Porque se convencionou que assim fosse: mas, desde que se estabeleça que a cabeleira crespa ou torcida seja a boa, a que for lisa merecerá sem dúvida o nome de má cabeleira. Logo, fiquem sabendo os de cabelo bom atualmente, que este mesmo cabelo vai ser chamado ruim e será um estigma aviltante.¹⁶³
Zagloba.

O texto satírico, em aparente relativização dos padrões estéticos vigentes naqueles tempos, mobiliza estereótipos raciais que desumanizam o coletivo de “pretos” e “negros”, associando-os aos macacos (sic). A medida das relações raciais hierarquizadas é dada justamente através do uso de representações relacionadas aos cabelos de pessoas brancas considerado “bom” e aos de pessoas negras como “ruim”. A grande ironia do texto reside justamente na possibilidade de inversão dessa ordem hierarquizada, a partir da mobilização em favor da posse de Monteiro Lopes com deputado eleito.¹⁶⁴

A perspectiva de que os pretos buscavam “fundar uma coisa que não existia”, o “preconceito de cor”, e a direta associação com as relações raciais nos Estados Unidos provocam riso ao mesmo tempo em que poderiam indicar certo exagero na condução de todo o imbróglio sobre a posse do deputado Monteiro Lopes. O contexto de inversão em que os negros perderiam a paciência, adotando medidas de exclusão contra os brancos, soa anedótico e reforça ainda mais a ideia de que aqui no Brasil as relações raciais não seriam pautadas pela discriminação.

Falando sério ou de modo risível os registros históricos analisados até aqui têm em comum a utilização dessa “gramática básica da representação racial” de que fala Hall. Com propósitos diferentes, todas essas formas de representação são práticas discursivas que, ao mobilizarem estereótipos, alimentam e são alimentados por desigualdades raciais. Práticas

¹⁶³ Zagloba. “Vendo e contando”, *Revista Careta*, Ano II, n.44, 03/04/1909, p.13, (Grifos no original).

¹⁶⁴ Em 1909 o advogado republicano e membro da Irmandade do Rosário, Manoel da Motta Monteiro Lopes foi o primeiro deputado negro eleito no Brasil. Manteve estreitas relações com o Centro Internacional Operário, especialmente vinculado aos “trabalhadores de cor”. A princípio sua eleição não foi reconhecida pelas autoridades competentes e isso gerou intensa mobilização em seu favor. Sobre isto ver mais em: DANTAS, Carolina Viana. Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República. Fundação da Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - FBN/MinC, 2008. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i>. Último acesso em: 17/07/2020, às 23h.

discursivas em um regime de representação racializada que traduzem relações de poder em movimento, isto é, nada estava fechado e definido por completo. O movimento de situar pessoas negras na subalternidade passou pela estereotipagem de aspectos menos palpáveis e mais subjetivos (como a cognição e o intelecto) e igualmente por aqueles concretos e visíveis como as características físicas.

O cabelo crespo é uma marca fenotípica que foi alvo dessas intervenções discursivas de uma forma sem igual exatamente por ser cambiável e passível de ser escondido. Ainda que pudesse ser transformado em “cabelo corrido”, levando à indistinção entre pessoas brancas e as “pessoas de cor”, a demarcação da hierarquia estava posta. E exatamente essa possibilidade de alteração da estrutura capilar, tratada de modo sério ou anedótico, indica um caminho de “melhoramento” (sic) rumo à norma, à estética branca. E a questão colocada e respondida por Zagloba “porque é bom o cabelo do branco e ruim o cabelo do preto?” Porque se convencionou que assim fosse (...)” é um ponto importante para destacarmos, pois de fato essas perspectivas racializadas nada mais são do que construções sociais e culturais. Entretanto, nem de longe era possível colocar em termos simétricos “cabelo bom” (brancura) e “cabelo ruim” (negrura) como sugere o autor.

Quando a publicidade prometia aos consumidores que seus produtos produziram a ação de “não se distinguir as pessoas de cor” estava indicando que os negros poderiam se aproximar à estética branca e não o contrário. E por que seria necessária essa transformação? Tão somente por modismo e convenção social? Por que incutir nas pessoas, brancas e “de cor”, trabalhadoras e da elite, que o modelo ideal era ser branco? Quais os sentidos desse “modelo ideal”? Se seguirmos a lógica argumentativa de Zagloba e da revista *Careta* com a propalada ausência do “preconceito de cor”, tenderemos a encarar a questão restrita ao universo das convenções sociais. Contudo, é através de suas formas de representação e de outras tantas localizadas nas práticas discursivas que nos é permitido acessar intervenções diretas e indiretas que desaguavam em práticas cotidianas de inferiorização da população negra e consequente fortalecimento do poder de uma pequena elite branca.

Assim sendo, é perfeitamente possível afirmarmos a existência de um regime racializado de representação na sociedade carioca do imediato pós-abolição e, enquanto capital da modernidade, um importante vetor de difusão de tais práticas culturais. Sistema ancorado em um conjunto de estereótipos, no interior de uma sociedade racialmente hierarquizada ainda que não oficialmente segregada, definindo lugares de poder e subalternidade. Como salienta Stuart Hall, o poder vai além da coerção física e da exploração econômica, incluindo “(...) o exercício do poder simbólico através das práticas

representacionais e da estereotipagem”, determinando de que maneira são representados grupos sociais em desvantagem.¹⁶⁵

Esse poder de representar o “outro”, na maioria das vezes de modo estereotipado, é uma das chaves para a legitimação dos poderes de origem econômica e social. E por ser simbólico é cultural e ideológico, compartilhado através de costumes e tradições que podem se manter e ser transmitidos ao longo de gerações. Neste sentido, brancos excluídos dessas elites e as próprias “pessoas de cor” participavam desse regime racializado de representação. Não de modo horizontal e simétrico, tampouco com a mesma intensidade. A caracterização do cabelo crespo como “cabelo ruim” ou a associação entre pessoas negras e primatas são ações extremamente violentas porque desumanizam e buscam estabelecer um não-lugar capaz de atingir a toda coletividade negra, independentemente do gênero, tonalidade da cor da pele ou sua condição social.

1.6 - “A igualdade das raças já é um facto!”¹⁶⁶

O título dessa seção remete a um dos anúncios do *Pilofero* que prometia aos clientes negros as “maravilhas” de uma transformação capilar que os levaria a parecerem brancos. Além disso, o anúncio afirmava categoricamente que, mediante tal transformação estética, a “igualdade das raças” já poderia ser considerada um fato consumado. Ou seja, uma “igualdade” que seria conquistada mediante o apagamento de uma das principais marcas de negritude – os cabelos crespos. O texto publicitário reconhece a existência de desigualdades raciais quando anuncia a possibilidade de alteração dos fios “carapinhas” promover a “igualdade das raças”.

Em meio às diversas narrativas que traziam para o centro do debate público a temática das relações raciais, podemos fazer uma ponte entre a afirmação categórica de *Pilofero* e as formulações teóricas que circulavam nos âmbitos letrados da cidade. Muito se produziu sobre as raças no Brasil e parte de seus principais teóricos – intelectuais brancos – não pouparam esforços na busca para comprovar que homens e mulheres negros e mestiços seriam inferiores por natureza. Mas, não ficaram sem respostas visto que desde fins do século XIX – como vimos através de Luiz Gama – os intelectuais negros tomaram parte no debate e promoveram disputas narrativas que desestabilizavam os consensos formados em torno dessas formulações teóricas racistas.

¹⁶⁵ HALL, Stuart. *Op. Cit.*, p.193.

¹⁶⁶ Anúncio do produto capilar *Pilofero*, publicado pelo jornal *A Noite* em 11 de janeiro de 1923, p. 07. Disponível em: [A Noite \(RJ\) - 1920 a 1929 - DocReader Web \(bn.br\)](http://A%20Noite%20(RJ)%20-%201920%20a%201929%20-%20DocReader%20Web%20(bn.br)). Acesso em: 29/12/2021, às 17h 20 min.

Nesta tese interessa particularmente os modos pelos quais esses intelectuais em disputa pensaram as questões de raça e gênero, isto é, como esses homens negros e brancos formularam concepções e difundiram valores sobre as mulheres negras. A elas impunha-se o desafio cotidiano de lidar com a desumanização promovida pelos estereótipos raciais, ao mesmo tempo em que eram excluídas das concepções de feminilidade e objetificadas sexualmente. Por outro lado, para serem reconhecidas enquanto mulheres encaixadas à feminilidade padrão tinham suas vozes encobertas pelo manto da invisibilidade posta pelos “homens da família” (alguns deles homens negros). Portanto, experimentavam lugares de silenciamento por serem mulheres e de objetificação por serem mulheres negras.

Como já dito, as mulheres negras não figuravam nos anúncios de produtos estéticos de uso “universal” ou dos produtos destinados a elas e tampouco compunham representações positivas da maternidade ou de uma feminilidade aburguesada. As imagens e representações dirigidas a elas eram *imagens de controle* que combinavam e unificavam diferentes ferramentas de opressão.¹⁶⁷ Segundo a socióloga estadunidense Patricia Hill Collins, as *imagens de controle* configuram-se como um conjunto de concepções e definições externas às mulheres negras, que combinam estereótipos raciais e de gênero, funcionando como poderoso mecanismo de subordinação desse grupo na sociedade estadunidense desde os tempos da escravidão.¹⁶⁸

No caso brasileiro, González analisa a combinação entre estereótipos raciais e de gênero – também provenientes dos tempos escravistas – na constituição do que ela definiu por “tripla discriminação” (classe, raça e gênero).¹⁶⁹ Nesse sentido, as três imagens mobilizadas aqui no Brasil seriam a mulata, a [empregada] doméstica e a mãe preta para a manutenção das mulheres negras em lugares e papéis sociais fixos e subalternos, constituindo a tônica da intersecção entre racismo e sexismo no Brasil. Nesse combinado, a dominação ocorreria também a partir da manipulação de elementos externos às mulheres negras, atuando como

¹⁶⁷ De acordo com Patricia Hill Collins é preciso ter em mente que *imagens de controle* e *interseccionalidade* são duas categorias analíticas fundamentais nos estudos sobre as mulheres negras: “(...)em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. (...) essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada.” Ver: COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021, p. 16.

¹⁶⁸ Segundo essa autora as imagens de controle mobilizadas na opressão das mulheres negras estadunidenses seriam: *mammy* (“a serviçal fiel e obediente”); a *matriarca* (“a figura materna nas famílias negras”); a *mãe dependente do Estado* (aquelas que dependem dos auxílios financeiros dos governos); a *dama negra* (profissionais negras de classe média que incorporariam uma versão moderna das políticas de respeitabilidade); a *jezebel* (mulheres que apresentam uma forma desviante da sexualidade feminina negra, relaciona-se com a perspectiva de que mulheres negras apresentam uma sexualidade agressiva). Sobre isto ver mais em: COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 140–155.

¹⁶⁹ GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa*. 1ª edição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 44.

ferramentas de dominação.¹⁷⁰

Essas ferramentas analíticas são essenciais para analisarmos os enquadramentos de gênero, o racismo sexista, os silêncios e a invisibilização das mulheres negras que pertenciam aos círculos letrados. Ao contrário do que pregava o anúncio do *Pilofero*, a igualdade das raças não era um fato e a própria crença na existência de diferentes raças humanas corporificava as desigualdades existentes entre brancos e as “pessoas de cor”, que eram classificadas como pretos, mulatos, mestiços, morenos, pardos e outras classificações.

De formas variadas, racismo e antirracismo atravessaram as vidas das professoras e demais pessoas negras que viveram no Rio de Janeiro, de fins do século XIX e primeiros anos do XX. Assim, é central explorarmos essas teorias raciais que, sustentadas pelas formulações teóricas de homens brancos que exerceram funções de poder direta ou indiretamente ligadas à instrução pública, defendiam abertamente a inferioridade hiper sexualizada das mulheres negras. José Veríssimo, de quem já falamos, também se pôs a enunciar “verdades científicas” acerca das raças no Brasil. Almejando reconhecimento e autoridade sobre o assunto, o intelectual de origem paraense propôs uma análise bastante crítica acerca do recente passado escravista brasileiro e suas influências ao seu tempo:

Não somente abolindo como degradando o trabalho, a escravidão consumou em nós a morte de todas as energias, já enfraquecidas pelo clima e viciadas pela hereditariedade.

Extinta a escravidão índia, o africano alegre e descuidoso, afectivo, meteu-se com a sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas ideias e crenças fetichistas, na família, na sociedade, no lar. Invadiu tudo e imiscuiu-se em tudo. (...)

Não havia casa onde não existisse um ou mais moleques [sinônimo para meninos negros], ou curumins, vítimas consagradas aos caprichos do nhônho. (...)

As meninas, as moças, as senhoras tinham para os mesmos misteres, as mucamas, em geral crioulas e mulatas.¹⁷¹

Sobre as mulatas – mulheres negras de pele mais clara e frutos da mestiçagem – José Veríssimo imputava a responsabilidade pelo “amolecimento do caráter” brasileiro, pois:

¹⁷⁰ Sobre isto ver também: BISPO, Alexandre Araujo. “Mãe Preta: memórias e monumentos negros”. *OMenelik*, setembro de 2011. Disponível em: <http://www.omenelik2ato.com/historia-e-memoria/734>; SANTOS, Thaís Silva. Discutindo os sentidos de mãe-preta: uma leitura feminista negra da produção visual de artistas negras. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-28052019-120929/pt-br.php>; SILVA, Lissa dos Passos e. Preto na cor e branco nas ações: representações raciais no teatro de revista. O caso da peça *Secose Molhados*, 1924. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2417/projeto/LISSA_DOS_PASSOS_E_SILVA.pdf

¹⁷¹ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p. 34, (Grifos meus). A primeira edição do livro foi publicada em Belém, em 1890 e a segunda pela Livraria Francisco Alves, no Rio de Janeiro em 1906.

Nunca se notou bastante a depravada influência desse peculiar tipo brasileiro, a mulata, no amolecimento do nosso caráter. “Esse fermento afrodisíaco pátrio”, como lhe chama o Sr. Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral. A poesia popular brasileira a mostra, com insistente preocupação apaixonada, em toda a força dos seus atrativos e da sua influência. O povo amoroso não se fatiga em celebrar lhe, numa nota lúbrica, os encantos, que ele esmiuça, numa sofreguidão de desejos ardentes. Canta-lhe a volúpia, a magia, a luxúria, os feitiços, a faceirice, os dengues, os quindins como ele diz em sua linguagem piegas, desejosa e sensual. Decididamente ela atormenta sua inspiração (...).

Na família é a confidente da sinhá-moça e a amante do nhônô. Graças principalmente a ela, aos catorze anos o amor físico não tem segredos para o brasileiro, iniciado desde idade mais tenra na atmosfera excitante que lhe fazem em torno, dando-lhe o banho, vestindo-o, deitando-o.¹⁷²

Veríssimo responsabiliza as próprias mulheres negras por toda a estigmatização sofrida – inclusive no que diz respeito às violações sexuais que são o real nome a ser dado ao que ele chama de “segredos do amor físico”. E a dita celebração à mulata, mencionada por ele em tom crítico, estava carregada de objetificação sexual, pois mobilizava atributos como “volúpia”, “luxúria”, “feitiços”.

Falando sobre outras fases da vida, Veríssimo novamente despeja sobre as mulheres negras a responsabilidade pelo insucesso da “educação nacional”:

O aleitamento, a ablactação ou o desmamamento, a primeira nutrição, o vestuário, para não esmiuçarmos outros elementos que notáveis teóricos da educação fazem entrar nos seus sistemas, como os mesmos objetos que cercam o infante, os sons que cumpre ele ouça, as cores que devem ferir a retina, em suma todas as influências do meio circunstante, exigem atenções especialíssimas numa educação física inteligentemente dirigida. Se na Europa cultíssima estes ensinamentos de médicos e pedagogos não entraram ainda completamente na massa do público, entre nós são sequer conhecidos, com gravíssimo prejuízo não só para o melhoramento da população como para o seu crescimento. (...)

(...) a nossa educação infantil, física como espiritual, é inteiramente primitiva e empírica.

Os nossos filhos eram entregues aos cuidados das escravas, cujo leite quase sempre eivado de vícios que mais tarde lhes comprometeria a saúde, principalmente os alimentava. Eram as mucamas, escravas ou ex escravas, - e isto basta para indicar seu valor como educadoras - que de fato dirigiam a sua primeira educação física, pois eram elas quem superintendiam na alimentação, nos passeios, no vestuário e nos demais atos da vida infantil.¹⁷³

Dada a exploração das pessoas escravizadas em todos os âmbitos da vida social, elas eram as responsáveis por todos os cuidados e ensinamentos das crianças filhas de seus senhores. Reconhecendo que pais brancos entregavam seus filhos “aos cuidados das escravas” e que elas se convertiam em educadoras da infância, Veríssimo aponta a grande problemática da situação

¹⁷² VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 35, (Grifos meus).

¹⁷³ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 69-70.

já que, através da amamentação – e da convivência diária – transmitiriam às crianças uma série de “vícios”. Suas perspectivas sobre “a educação física, intelectual e moral”, segundo o próprio, não se pautavam na “psicologia do obsoleto ensino de filosofia”, mas na “psicologia científica, cuja base [seria] a biologia e fisiologia”.¹⁷⁴ Suas perspectivas expunham as perspectivas do racismo científico, sendo ele um expoente desse racismo ancorado na biologia que buscava legitimar-se em terras brasileiras.

Vale dizer que Veríssimo foi mais que um intelectual de gabinete, exercendo funções de comando na municipalidade do Rio de Janeiro que proporcionaram poder e instrumentos materiais para colocar em prática suas ideias e preconceitos. Como diretor da Escola Normal, como veremos mais à frente, ele não poupou esforços em atacar o curso noturno da instituição – que atendia as professoras trabalhadoras, muitas das quais mulheres negras. Do mesmo modo confrontou diretamente aos professores Hemetério dos Santos e Coema Hemetério dos Santos, ambos negros e em exercício na Escola Normal.

Além de Veríssimo havia outras vozes masculinas que endossavam crenças na inferioridade racial dos negros e mestiços. Esses homens também ocupavam cargos e posições de poder, desfrutando de semelhante autoridade intelectual e, embora nem sempre fossem aliados, acabavam convergindo em torno de ideias quando o assunto eram as “raças” no Brasil. Uma dessas autoridades foi Sílvio Romero¹⁷⁵ que, segundo a historiadora Carolina Dantas, se dedicou “profundamente a pensar nas relações entre raça, cultura e nação entre o final do século XIX e o início do XX, influenciando seus pares e as gerações posteriores.”¹⁷⁶

Intelectual reconhecido e respeitado, Romero endossava as teorias de que negros e mestiços eram racialmente inferiores ao mesmo tempo em que enaltecia “(...) a mestiçagem como instrumento de assimilação racial dos considerados grupos inferiores(...)”. Assim como outros intelectuais brancos – como João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional e presidente da Academia Nacional de Medicina¹⁷⁷ – Romero creditava à mestiçagem a

¹⁷⁴ VERÍSSIMO, José. *Op. Cit.*, p. 71.

¹⁷⁵ Sílvio Romero (1851-1914) foi “crítico, ensaísta, polemista, folclorista, professor e historiador da literatura brasileira.” Ocupou cadeira na recém-criada academia Brasileira de Letras (1897), foi professor da cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II (1880-1910); foi deputado provincial e federal; professor na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Atuou na imprensa carioca exercendo grande poder e influência além de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fonte: [Sílvio Romero | Academia Brasileira de Letras](#). Acesso em: 03/01/2022, às 15h 45min.

¹⁷⁶ DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos, 1903-1904*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 243, (Grifos meus).

¹⁷⁷ João Baptista Lacerda foi o representante brasileiro no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911. Nesse congresso em que o Brasil foi o único país da América Latina a ser convidado, Lacerda defendeu as políticas de imigração como meio eficaz para o embranquecimento e subsequente extinção da “raça negra” do Brasil. Fonte: SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e o seu Brasil branco. *Revista de História, Ciências e Saúde de Manguinhos*, Número 18, Março de 2011. Disponível em:

possibilidade de “aceleração do branqueamento” que, em futuro não muito distante, permitiria a extinção de negros, mestiços e indígenas.¹⁷⁸ Em suma, seu pensamento convergia para a defesa da inferioridade desses grupos “não puros” e da superioridade do homem branco¹⁷⁹ – o que inevitavelmente o situava em oposição às professoras negras sob sua direção na Escola Normal.

Outro intelectual que defendeu, com argumentos ditos científicos, a inferioridade negra foi Raimundo Nina Rodrigues que, segundo a pesquisadora Naila Chaves Franklin, muito contribuiu à hiper sexualização e à racialização das mulheres negras. Nina Rodrigues, em sua vasta produção, endossou no Brasil as teorias da escola italiana de Antropologia Criminal, e contribuiu à elaboração de argumentos supostamente científicos para embasar e justificar o controle social dos grupos considerados inferiores. Assim, sob a perspectiva de Nina Rodrigues, as mulheres negras “(...) eram vistas como infanticidas, prostitutas, mães irresponsáveis e expansivas em seu comportamento.”¹⁸⁰ Desse modo, fazia-se necessário

“(...) um maior controle social das negras pelos seus próprios pares (homens negros ou sociedade de modo geral), eis que por pertencerem a povos inferiores, suas práticas eram condutas não toleradas nas sociedades brancas.”¹⁸¹

Em seu estudo Naila Chaves Franklin discorre sobre o pessimismo de Nina Rodrigues quanto às possibilidades de rápida evolução das ditas “raças inferiores” via mestiçagem – o que o levava à defesa de um tratamento criminológico diferenciado dos que ele comparava a crianças.¹⁸² Sem muitos rodeios ou tergiversações, o médico maranhense dizia:

O negro não tem mau caráter, mas somente caráter instável como a criança (...). Num meio de civilização adiantada, onde possui inteira liberdade de proceder, ele destoa... (...). As suas impulsividades são tanto melhor e mais frequentemente frequentadas para o ato antissocial, quanto as obrigações da coletividade lhes aparecem mais vagas, quanto elas são, em uma palavra, menos adaptáveis às condições de sua moralidade e do seu físico. O negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano: é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual.

[Portanto]A presunção logica, por conseguinte, é que a responsabilidade penal, fundada na liberdade do querer, das raças inferiores, não pode ser equiparada a das raças brancas civilizadas.¹⁸³

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/wRVg8H99n65JLwhF9BMbHpF/?lang=pt>. Acesso em: 06/03/2022, às 14h.

¹⁷⁸ DANTAS, Carolina Vianna. *Op. Cit.*, p. 246.

¹⁷⁹ SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvia Romero: uma leitura da população brasileira no final doséculo XIX, p.169. *Revista Projeto História*, n°.42, Junho de 2011: Viagens, viajantes e deslocamentos, p.163 – 183. Disponível em: [v. 42 \(2011\): JAN./JUN. Viagens, Viajantes e Deslocamentos | Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\)](http://v.42(2011):JAN./JUN.Viagens,ViajanteseDeslocamentos|ProjetoHistória:RevistadoProgramadeEstudosPós-GraduadosdeHistória(pucsp.br)). Acesso em: 03/01/2022, às 16h 30min.

¹⁸⁰ FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues*. Universidade de Brasília (UnB). Mestrado (dissertação), 2017, p. 90.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Op. Cit.*, p. 91.

¹⁸³ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro:Editora

Sob concepções racialistas, Nina Rodrigues defende a incapacidade das pessoas negras devido ao seu “caráter instável como a criança”, conservando os “instintos brutais do africano” e “violento em suas impulsões sexuais”. Ele até reconhece as faculdades intelectuais dos mestiços de negros, definidas como as “diversas espécies de mulatos”, mas argumenta que “(...) o que eles ganham em inteligência perdem em energia e mesmo em moralidade.” Pretendendo-se científica, sua argumentação defendia que

O desequilíbrio entre as faculdades intelectuais e as afetivas dos degenerados, o desenvolvimento exagerado de umas em detrimento das outras tem perfeito símile nesta melhoria da inteligência dos mestiços com uma imperfeição tão sensível das qualidades morais, afetivas, que deles exigia a civilização que lhes foi imposta. E esta observação estreita ainda mais as analogias que descubro entre o estado mental dos degenerados superiores e certas manifestações espirituais dos mestiços. Nestes casos como que se revela em toda a sua plenitude, em toda a sua brutalidade, o conflito que se trava entre qualidades físicas, entre condições físicas e fisiológicas muito desiguais de duas raças tão dessemelhantes, e que a transmissão hereditária fundiu em produto mestiço resultante da união ou cruzamento delas.¹⁸⁴

Não haveria, pois, escapatória para os mestiços sendo a degenerescência – intelectual ou moral – o destino certo aos filhos de casamentos entre pessoas de diferentes “raças”. O inevitável conflito entre as “qualidades físicas e fisiológicas” de duas raças diferentes levaria à exacerbação sexual:

A sensualidade do negro pode atingir então às raias quase das perversões sexuais mórbidas. A excitação genésica da clássica mulata brasileira não pode deixar de ser considerada um tipo anormal. "Nunca se frisou bastante, diz o Sr. José Veríssimo (A educação nacional, Pará, 1890), a depravada influência deste característico tipo brasileiro, a mulata, no amolecimento do nosso caráter.¹⁸⁵

Elementos como sensualidade, “perversões sexuais mórbidas”, “excitação genésica da mulata brasileira” e “anormalidade” são combinados nas formulações de Rodrigues como verdades científicas e não meras hipóteses ou indagações. Nesta passagem o médico maranhense estabelece diálogo direto com José Veríssimo e Sílvio Romero, o que reforça a afirmação de que, embora nutrissem algumas divergências, esses intelectuais racistas comungavam em alguns pontos como a ideia de que as mulheres negras mestiças (“mulatas”) seriam anormais em sua sexualidade.

Os mecanismos de controle feminino negro, como acabamos de ver, passavam pelo controle da sua sexualidade – o que daria a medida da honra e honestidade de uma mulher. Portanto, que honra e honestidade caberiam às mulheres negras (mulatas, mestiças etc.) diante

Guanabara, 1894, p. 124, (Grifos meus).

¹⁸⁴ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Op. Cit.*, p. 153, (Grifos meus).

¹⁸⁵ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Op. Cit.*, p. 163-164, (Grifos meus).

de uma pretensa predisposição biológica à anormalidade sexual? Para a jovem Arminda Maria da Conceição, cuja história é resgatada pela historiadora Silvana Santiago, a realidade dessas afirmações se impôs de modo contundente no ano de 1903: ao ceder aos apelos do namorado, o jovem Francisco Joaquim Eriz, ela teve frustradas as suas expectativas de casamento oficial em virtude de ser uma moça de cor preta. Seu depoimento, confirmado por outras testemunhas, relata a existência de namoro às escondidas que resultou em relação sexual consensual com a promessa de futura oficialização da união:

“(...) Francisco Joaquim Eriz, era namorado da declarante, sendo por sua mãe contrariada nessa pretensão, o que mantivera a declarante às escondidas, (...), que em doze do mês passado (...) sendo deflorada nessa ocasião (...), isso na sala da casa onde então morava; que a pedido de seu namorado nada contou à sua mãe, pois seu namorado lhe pediu nada relatar, pois, acabado o carnaval, se casaria, que findo um mês, tendo seu ofensor lhe dito que não mais se casaria, e que se a declarante quisesse a colocaria em uma casa para juntos viverem (...) com o fim de ver se o seu sedutor ofensor casava-se com ela (...). Que foi Francisco seu ofensor, pois, com outro homem não teve relações sexuais; que seu ofensor não quer casar-se com ela declarante por ser ela negra (...)”.¹⁸⁶

Embora o casamento oficial não fosse a regra entre as camadas pobres da cidade tal prática costumava ser aspirada assim como entre as pessoas de melhores condições sociais.¹⁸⁷ Casar-se oficialmente funcionaria como a confirmação pública da honestidade feminina, independentemente de ter havido relações sexuais prévias – o que levou Arminda a sentir-se segura para relacionar-se sexualmente com o namorado. A jovem, que até esse momento não havia tido experiências sexuais, teve seus anseios atropelados pela dureza do racismo, sendo inferiorizada em virtude da cor de sua pele e origens. Arminda, uma moça pobre e trabalhadora como seu namorado e demais vizinhos, teve seus planos amorosos frustrados em função de estereótipos que relacionavam cor, raça e a tal “sexualidade exacerbada” argumentada por Nina Rodrigues.¹⁸⁸

Como já dito outras tantas vezes nesta tese, e como confirma a triste experiência da jovem Arminda Maria, os estereótipos raciais não se circunscreveram às mentes e gabinetes dos que comungavam das perspectivas racistas. Eles serviram à legitimação da desigualdade e à subordinação social feminina, portanto eram imagens de controle extremamente violentas que tinham o potencial de atingir a todas as mulheres negras – inclusive às letradas e professoras.

¹⁸⁶ Apud: SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal*. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Universidade Estadual de Campinas(UNICAMP). Mestrado (Dissertação), 2006, p. 55, (Grifos meus).

¹⁸⁷ SOIHET, Rachel. *Op. Cit.*

¹⁸⁸ Além de confirmar o defloramento, o exame de corpo de delito realizado na jovem apontava características físicas capazes de desqualificá-la enquanto “moça honesta, inocente e vítima de sedução”. Ver: SANTIAGO, Silvana. *Op. Cit.*, p. 48-49.

Essa depreciação das mulheres negras estava presente em outros espaços da sociedade como o teatro e a imprensa. A pesquisadora Lissa Passos e Silva, em recente trabalho sobre as ambíguas representações raciais no teatro de revista, demonstra a explícita associação entre estereótipos e objetificação das mulheres negras (mulatas) nos palcos cariocas das primeiras décadas da República brasileira.¹⁸⁹ O pesquisador Thiago Campos, também em recente estudo, demonstra o quão racistas e machistas eram algumas publicações da imprensa, reforçando depreciações que associavam o pensamento racialista da época e os ideais de modernidade. Segundo ele, em tais publicações as mulheres negras eram associadas “às funções subalternizadas, ao vício e à prostituição”.¹⁹⁰

Como veremos nos próximos capítulos, as dez professoras negras investigadas nesta tese construíram vidas perfeitamente enquadradas às normas de moralidade vigentes. Essas mulheres e suas famílias empreenderam esforços cotidianos para serem e parecerem providas de moralidade e honestidade. Naquela sociedade onde a cor continuava sendo vista como um defeito e um impedimento ao acesso pleno aos direitos e cidadania, elas também precisavam enfrentar o racismo lançado sobre as mulheres e população negra em geral. Mas, diferentemente de Luiz Gama e do próprio professor Hemetério, elas não desferiram golpes na discriminação racial a partir de escritos – ao menos não em primeira pessoa.

Furar bloqueios, alcançar posições de alguma segurança material e de prestígio social custava bastante, portanto era fundamental mantê-los acima de qualquer contenda que as descredibilizasse. Foi aliando estética e bom comportamento – sobre o qual falaremos melhor adiante – que as professoras das famílias Hemetério dos Santos, Silva Guimarães e Silva Callado construíram suas trajetórias. Aqui analisaremos os usos que essas mulheres negras realizaram da estética cujos sentidos, naquela sociedade racista, eram muito mais profundos que a mera imitação dos padrões brancos e aburguesados. Introjetar padrões de beleza difundidos pela propaganda e imprensa como universais era uma forma de mulheres negras enfrentarem a estigmatização racial – o que as jovens Coema e Gulnare Hemetério dos Santos faziam inclusive por meio de seus nomes – escolhidos por seus pais – cujas origens remetiam a narrativas poéticas.

Como vimos, as dezenas de fotografias publicadas pelas revistas ilustradas no Rio de Janeiro costumavam mostrar as mestras muito bem-vestidas e penteadas, e foi exatamente assim

¹⁸⁹ SILVA, Lissa dos Passos e. *Op. Cit.*, p. 42.

¹⁹⁰ SILVA, Thiago Campos da. *A cor da cidade: raça, controle social e reformas no Rio de Janeiro (1890-1906)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022, p. 183.

que a professora Coema Hemetério dos Santos Pacheco se apresentou aos leitores da revista *A Cidade*:



Figura 11. Professora Coema Hemetério dos Santos Pacheco. *A Cidade*, Magisterio Municipal, 26/04/1913, p. 05.

Este retrato acompanha o texto biográfico publicado pela revista, servindo de composição à narrativa sobre a jovem professora que era “herdeira diletta” do renomado professor Hemetério dos Santos.¹⁹¹ Nele vemos uma mulher que encara a câmera fotográfica com olhar altivo e senhor de si; vemos uma professora segura que domina os saberes que ensina. Ela encara a câmera diretamente, transmitindo segurança acerca das suas capacidades intelectuais e da beleza estética expressada por cabelos totalmente contidos, alinhados e alisados, vestido rendado, colar e brincos. O retrato transmite ainda a respeitabilidade de uma mulher casada e mãe.

A professora Elvira Pilar, outra professora negra e parte da família extensa de Hemetério dos Santos, também foi biografada pela revista *A Cidade*, tendo a sua trajetória no magistério municipal narrada como “cheia de lutas, esforços e de justo renome”.¹⁹² À essa época ela era

¹⁹¹ A revista *A Cidade* através da coluna “Magistério Municipal” compôs uma série de biografias acerca das professoras primárias da cidade do Rio de Janeiro, entre dezembro de 1912 e junho de 1913. O texto biográfico de Coema foi publicado em 1913 e seguiu a mesma linha laudatória para falar das demais professoras biografadas.

¹⁹² Magistério Municipal. *A Cidade*, 05 de março de 1913, p. 05. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional.

uma mulher de quarenta anos, sem filhos ou casamento. Sua trajetória, assim como seu retrato, apresenta algumas semelhanças e diferenças em relação à sua colega:



Figura 12. Professora Elvira Pilar da Silva Guimarães Magisterio Municipal, *A Cidade*, 05/03/1913, p.05.

Elvira Pilar não encara a câmera, mas seu retrato também transmite segurança de si e das suas capacidades de “renomada professora”. Seu traje é escuro e bem fechado, como convinha a uma mulher de sua idade e função, chamando pouca atenção assim como sua própria expressão facial. Os cabelos também estão completamente alinhados, aparentando estarem alisados. O retrato não transmite tanto a ideia de beleza, mas em conjunto os elementos portados expressam respeitabilidade, seriedade e competência profissional.

Reconhecendo-se bela, a professora Gulnare lançou sua candidatura ao “Grande Concurso de Beleza do *Jornal das Moças*” em 1921, alcançando vinte votos.¹⁹³ À essa época ela contava trinta anos de idade, sem filhos ou casamento. A ausência de fotografias nos impossibilita detalhar suas características estéticas, sendo a cor registrada em sua certidão de nascimento a única certeza que podemos afirmar: Gulnare era uma mulher negra. Desse lugar ela arriscou-se a concorrer ao posto de moça mais bela em um periódico onde imperava a brancura estética e cultural.

A partir da reafirmação de sua feminilidade e moralidade, essas professoras realizavam

¹⁹³ “Grande Concurso de Beleza do *Jornal das Moças*”.

o duplo movimento de se enquadrarem aos padrões de gênero e, com isso, refutarem as imagens de controle racistas que eram lançadas sobre elas. Deste modo, os sentidos da beleza estética para as pessoas negras, sobretudo as mulheres, precisam ser vistos para além de mera reprodução dos padrões culturais hegemônicos. Não devemos excluir essa dimensão, mas é preciso considerar que, em seu cotidiano, mulheres como Coema, Elvira Pilar e Gulnare lidavam diariamente com o dilema de serem impedidas de estudar e exercer o magistério em função de perspectivas racializadoras da sua condição feminina.

Mostrar-se ao mesmo tempo bela e decente, harmonicamente adornada, ter sua fotografia publicada em uma coluna em homenagem ao “magistério municipal” ou participar de concursos de beleza eram formas de exercerem uma feminilidade associada à respeitabilidade. Com isso, afirmavam suas existências em oposição à hiper sexualização imaginada pelos intelectuais racistas daqueles tempos. Como vimos, o processo de desumanização das pessoas negras passava por vários caminhos de depreciação, em especial a estética, intelectual e moral. Portanto, esse investimento na boa apresentação era uma ferramenta de proteção e enfrentamento às violências raciais que levavam à exclusão. Desse modo, corpo e aparência funcionavam como “sinalizadores da posição social”, reafirmando “determinados atributos de classe raramente associados aos negros na sociedade brasileira”.¹⁹⁴ E, como muito bem sinaliza o estudo da socióloga Sonia Giacomini, “o cuidado com a aparência é mais que mero capricho ou acessório”, mas movimento estratégico desse grupo historicamente marcado pelo estigma da cor – que pode vir a ser apagado, ou minimizado, mediante a “aparência cuidada”.¹⁹⁵

Em seus estudos sobre a imprensa negra paulistana, a historiadora Maria Aparecida Oliveira afirma que os autores de tais periódicos investiam na construção da imagem de um “novo negro”, mais afastado da África e do exotismo, portanto mais moderno e ocidental. Nesse processo, diz ela, “(...) existia a aceitação da verdade dos estereótipos dos brancos sobre os pretos”, adequando-se aos modelos brancos como um caminho para a ascensão social.¹⁹⁶

Embora nossos estudos privilegiem realidades históricas diferentes, considero importante estabelecer um diálogo, pois trata-se de sujeitos negros escolarizados vivendo em espaços urbanos e que precisavam lidar com o racismo ao longo de suas vidas. Não coaduno com esta perspectiva que afirma a tácita aceitação, pelas pessoas negras, dos estereótipos

¹⁹⁴ GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, p. 35.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ LOPES, Maria Aparecida Oliveira. *Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana, 1920 -1940*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2002, p. 05 – 08.

raciais, por entender que ela minimiza os impactos das violências sofridas. O que esses homens, sobretudo mulheres, faziam era refutar tais estereótipos utilizando-se de ferramentas legitimadas socialmente. Isto é, negavam as imagens de controle e reafirmavam suas existências a partir dos padrões instituídos pelo próprio sistema.

As professoras negras diretamente investigadas nesta tese – assim como as registradas nas fotografias analisadas nas seções anteriores – experimentaram atravessamentos cotidianos em que raça, gênero, sexualidade e classe social atuavam de maneira interseccional, portanto de maneira unificada. Intelectuais da instrução primária, todas elas foram desafiadas a se equilibrarem entre o enfrentamento à objetificação dos seus corpos – promovida pelo racismo sexualizado e o enquadramento aos padrões de feminilidade que também era utilizado como ferramenta de dominação.

Não enfrentaram esses desafios sozinhas, pois encontraram um porta-voz na figura do professor Hemetério dos Santos que escreveu e palestrou sobre as qualidades das mulheres negras:

Pretidão de amor

Benedicto Severo, pseudônimo que esconde um dos nossos mais distintos professores e polemistas, imprimiu em folheto a conferência que realizou a 22 do mês findo, no Grêmio das Senhoras do Rio de Janeiro tendo por tema a sugestiva qualificação empregada pelo poeta de Os Lusíadas, em umas estâncias à escrava Bárbara – pretidão de amor.

Esse tema, ou melhor, esse mote da conferência, define-a toda. A conferência é o panegírico e a defesa da raça negra no Brasil, principalmente da mulher mestiça tão intimamente ligada à nossa organização nacional e cujas qualidades de dedicação e ternura o autor, acentuado mestiço que timbra de o ser, exalça em páginas finamente literárias.

É um trabalho interessante, anotado de episódios da própria conferência, e que termina por um apelo às senhoras para que não consentam que a escola seja fechada ao filho de quem formou este belo Brasil moral e hospitaleiro, amorosamente vos criando com o branco leite do seu amor.¹⁹⁷

Segundo a narrativa de *O Paiz*, o professor Hemetério palestrou às senhoras presentes sobre a importância da “raça negra” na sociedade brasileira, exaltando as “qualidades de dedicação e ternura” da mulher mestiça (negra), responsável pela formação do “belo Brasil moral e hospitaleiro”. Ele reconhece nas mulheres negras as qualidades atribuídas sob a perspectiva do modelo feminino hegemônico: dedicação, ternura e maternidade. Embora fosse pai, marido e amigo de professoras negras, ele silencia sobre as qualidades intelectuais, preconizando as características relacionadas a uma feminilidade positiva.

¹⁹⁷ SANTOS, Hemetério dos. “Pretidão de amor”. *O Paiz*, 04 de janeiro de 1906, p. 01. Disponível em: [OPaiz \(RJ\) - 1900 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](https://docreaderweb.bn.br/DocReaderWeb/bn.br). Acesso em: 16/01/2022, às 18h 40min, (Grifos meus).

Em outra narrativa sobre a conferência, o jornal *A Noite* destaca que Hemetério “quis lembrar que os indivíduos de cor preta foram os que mais colaboraram para a constituição da nacionalidade brasileira, chamando a atenção para o fato de homens do mais alto valor intelectual terem apreciado e até mesmo amado mulheres de cor preta. (...)”¹⁹⁸. Ao defender “os indivíduos de cor preta”, o professor Hemetério lembra aos presentes à conferência o fato de terem sido aqueles os que mais contribuíram para a construção na nação brasileira. Assim sendo, não seria justo excluir crianças negras das escolas, tampouco deixar de reconhecer o valor das “mulheres de cor preta”. O importante na narrativa não foi destacar o “alto valor intelectual” das mulheres negras, mas o dos homens que as apreciaram e “até mesmo” amaram-nas.

O antirracismo de Hemetério refutava por completo os estereótipos raciais lançados sobre as mulheres negras, e reforçava as perspectivas de gênero onde aos homens era atribuída a função de pensar e às mulheres o sentir. Podemos, então, supor que o professor desconsiderasse as capacidades intelectuais das professoras ao seu redor e as de sua família? Certamente que não, e as suas ações em prol da escolarização feminina e subsequente acesso ao magistério primário nos confirmam isso. Nas relações cotidianas Hemetério costumava colocar-se como porta-voz de suas alunas e mulheres da família, ocupando um lugar atribuído aos homens, indicando sua concordância com os limites impostos às agências masculinas e femininas naquela sociedade. Observar e seguir os limites estabelecidos a cada um dos gêneros foi o caminho escolhido por ele, tanto por convicção quanto por ação tática no enfrentamento ao racismo.

As mulheres das famílias Silva Callado, Hemetério dos Santos e Silva Guimarães, participantes dos círculos letrados assim como alguns homens negros, eram confrontadas a todo o momento por imagens racializadas da população negra, de um lado, e pela hiper valorização da estética branca, de outro. E embora elas não tenham teorizado sobre suas próprias experiências como fizeram as intelectuais afro-americanas investigadas pela historiadora Giovana Xavier, seus caminhos se aproximam no que concerne aos usos do “modelo feminino hegemônico” para construir “sentidos positivos sobre a feminilidade negra”.¹⁹⁹ Do mesmo modo, traço um paralelo às experiências das mulheres afro- americanas investigadas pela historiadora Evelyn Higginbotham que, no interior das igrejas batistas, procuraram construir sentidos afirmativos para a feminilidade negra, expressando seu descontentamento e

¹⁹⁸ *A Notícia*, 26 de janeiro de 1906, p. 03. Disponível em: (Grifos meus).

¹⁹⁹ XAVIER, Giovana. *História social da beleza negra*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021, p. 68-69.

demandando por direitos iguais para homens e mulheres negras.²⁰⁰ O ponto em comum às professoras negras investigadas nesta tese diz respeito ao modo como ocupavam o espaço público: através de “formas cotidianas de resistência à opressão e à desmoralização” e da aceitação dos papéis de gênero – o que não pode ser confundido com a completa subordinação.²⁰¹

Através da estética, do bom comportamento e da atividade intelectual diária no magistério primário municipal – como veremos mais à frente – essas professoras negras criaram sentidos afirmativos e antirracistas associados à feminilidade negra. Caminho que foi percorrido distante dos “protestos dramáticos”²⁰² e na ausência de vozes em primeira pessoa. Esse delicado equilíbrio entre antirracismo, padrões de gênero e respeitabilidade foi construído no seio dessas três famílias negras cujas experiências exploraremos a partir do próximo capítulo.

²⁰⁰ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Righteous Discontent: The Women's Movement in the Black Baptist Church, 1880-1920*. Massachusetts: Harvard University Press, 1993, p. 01-02.

²⁰¹ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. Op. Cit., pp.02-03.

²⁰² Idem.

CAPÍTULO 2:

Histórias de famílias negras

2.1- Prólogo

Não estava em meu horizonte explorar as experiências familiares das professoras negras identificadas, até mesmo porque as fontes de que eu dispunha informavam apenas sobre seus percursos formativos e sobre o exercício do magistério, e muito pouco sobre suas vidas pessoais. Isso mudou à medida em que iniciei o levantamento de fontes no Arquivo Nacional, tendo contato com uma substantiva documentação composta por registros de nascimento, casamento, óbito e batismo.

Apesar da formalidade inerente a esses documentos, eles nos permitem acessar momentos decisivos nas vidas dessas pessoas, registrando passagens de dor, tristeza, de alegria, nos fazendo indagar sobre suas expectativas e projetos para o presente vivido ou para um porvir. Em alguma medida estes documentos também indicam as redes construídas, as relações de parentesco e vizinhança, as formas como lidavam com suas identidades e as relações com as normatizações da vida social. Neste sentido, o matrimônio de um casal não se circunscrevia ao cumprimento das “formalidades legais”, mas poderia franquear a inclusão das mulheres adultas – algumas delas já vivendo uniões conjugais – em um universo de “respeitabilidade”, ainda mais fundamental para as mulheres negras. Respeitabilidade era também sinônimo de moralidade, um dos requisitos indispensáveis ao exercício do magistério primário público.

Registros de nascimentos nos contam sobre o protagonismo masculino no ato de declarar e testemunhar tais acontecimentos, pois mesmo na ausência de um marido e pai da criança, competia a algum homem da família proceder a esse registro. Através desses documentos também ficamos sabendo sobre as condições de moradia e os ofícios exercidos pelo pai e pelas testemunhas. Registros de óbitos informam sobre os locais de moradia, compartilhamento das habitações, sobre as condições materiais daqueles que partiram – significativamente, nos casos aqui analisados, nenhum deixou testamento ou bens. Os registros de batismo a seu turno nos permitem verificar as relações de compadrio, em grande parte uma oportunidade para estreitar os laços familiares entre irmãos, cunhados, amigos, dentre outros. Os silêncios em alguns desses documentos são bastante reveladores ao deixarem, por exemplo, de registrar as profissões exercidas pelas mulheres que estavam se casando ou quando se tornavam mães.

Um ponto crucial na análise desses documentos diz respeito à declaração, ou ao silêncio, sobre a cor das pessoas envolvidas. No primeiro caso, as pessoas foram categorizadas em

brancas, pardas, morenas e “de cor clara”. Em nenhum momento essas pessoas foram registradas como negras, pretas ou mulatas – categorias que também faziam parte das formas de identificação naqueles tempos. Diante da recorrência das categorias pardo e moreno tendo a crer que estas fossem opções oferecidas no ato do registro em cartório, ficando a escolha ao cargo do pai declarante. Assim, a escolha dessas categorias indica, em certa medida, as formas pelas quais as pessoas negras eram vistas e como viam a si próprias.

Quando havia declaração da cor das pessoas envolvidas, o branco não era silenciado, mas não verifiquei a existência de variações como acontecia às pessoas não-brancas. Ou seja, não havia categorias “branco claro”, “branco escuro” ou similares, mas a ocorrência de variação em pelo menos três formas de identificação dos que não fossem brancos. O “arco-íris” descritivo das cores das peles, segundo os estudos da historiadora Hebe Mattos sobre o Sudeste cafeeiro do século XIX, era uma forma de “driblar o estigma do cativo, que continuava a acompanhar a designação racial de ‘preto’ ou ‘negro’”. Para aquele contexto Mattos conclui, portanto, que o uso das diversas categorias de cor ou o próprio silenciamento eram meios para contornar o estigma do cativo e o racismo decorrente.²⁰³ As dez professoras investigadas e os seus familiares não vivenciaram o cativo, mas, como vimos, o preconceito de cor também os atingia por sua cor e origens. Assim sendo, é plausível que essas pessoas livres também tenham lançado mão desse “arco-íris” de cores com intuito de atenuar quando possível o racismo e driblar a discriminação.

No transcorrer das leituras desses documentos fui entendendo que as vidas de todas essas mulheres estiveram visceralmente ligadas às suas famílias, o que precisa ser entendido para além da adesão e adequação aos modelos patriarcais e burgueses de família nuclear - hegemônicos e legitimados naqueles tempos. Essas professoras e suas famílias viveram em um mundo onde a cor e as origens negras eram associadas a estereótipos e frequentemente utilizados como mecanismos de exclusão. Essas famílias negras constituíram-se plenamente livres ainda que parte de suas histórias tenham sido escritas enquanto perdurava o sistema escravista na sociedade brasileira. Eles não eram exceção, pois como demonstram alguns estudos, um grande contingente da população negra já vivia em liberdade antes da abolição.²⁰⁴

Segundo os estudos do historiador Robert Slenes, os “olhares brancos” lançados sobre

²⁰³ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 350.

²⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. *História Social*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, n° 19, 2010.; MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

os “lares negros” (dos escravizados) costumavam afirmar a “promiscuidade” (sic) das uniões conjugais não sacramentadas pela igreja, assim como afirmavam a inexistência de “freios civilizados” à sexualidade e às famílias dos africanos e seus descendentes.²⁰⁵ A conexão entre esses “olhares brancos” e as vidas dos sujeitos cujas histórias serão contadas neste capítulo chama-se racismo, o conhecido “preconceito de cor” que atingia a todos os indivíduos e famílias negras, direta ou indiretamente. Assim sendo, as histórias de famílias negras em liberdade não estavam desconectadas das histórias daqueles que estiveram submetidos ao cativeiro. Ser livre em uma sociedade escravista e ser negro em uma sociedade racista, foram dois grandes desafios enfrentados por esses homens e mulheres.

A construção de famílias coesas constituiu-se como um projeto capaz de estruturar suas vidas, inserindo-os em postos de trabalho que lhes garantissem sobrevivência econômica e alguma segurança em meio à “precariedade estrutural da liberdade” e às incertezas cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores em geral. A manutenção de famílias estáveis também possibilitaria a construção de laços de solidariedade horizontal e vertical, isto é, redes na vizinhança e com pessoas de prestígio social.²⁰⁶ Ser um Hemetério dos Santos ou Silva Callado tanto permitiria a construção dessas redes de vizinhança quanto poderia ser útil para a constituição de relações pessoais que resultassem em indicações para o acesso à instrução formal e aos postos de trabalho no serviço público.

Todas essas pessoas cujas histórias são contadas a seguir eram trabalhadoras, embora isso não signifique que vivessem exatamente as mesmas condições materiais. Por exemplo, todos os membros da família Hemetério dos Santos eram funcionários públicos, enquanto nas famílias Silva Guimarães e Silva Callado alguns dos rapazes haviam se inserido no trabalho operário. Embora houvesse certa insegurança comum a todos eles, eram consideráveis as diferenças das condições de trabalho e dos rendimentos obtidos entre funcionários públicos e operários. Assim, é necessário considerar as diferenças que existiram entre as condições econômicas de uma família formada exclusivamente por funcionários públicos àquelas em que alguns de seus membros tenham pertencido ao operariado, por exemplo.

Mas, há elementos em comum a essas três famílias: nenhuma delas possuía bens, altos cargos e rendimentos ou pomposas heranças, todas dependiam dos salários que recebiam como fruto do próprio trabalho. Em algum momento de suas vidas as três famílias dependeram da

²⁰⁵ SLENES, Robert. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª edição corrigida. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 147 – 148.

²⁰⁶ MATTOS, Hebe. Op. Cit., p. 76.

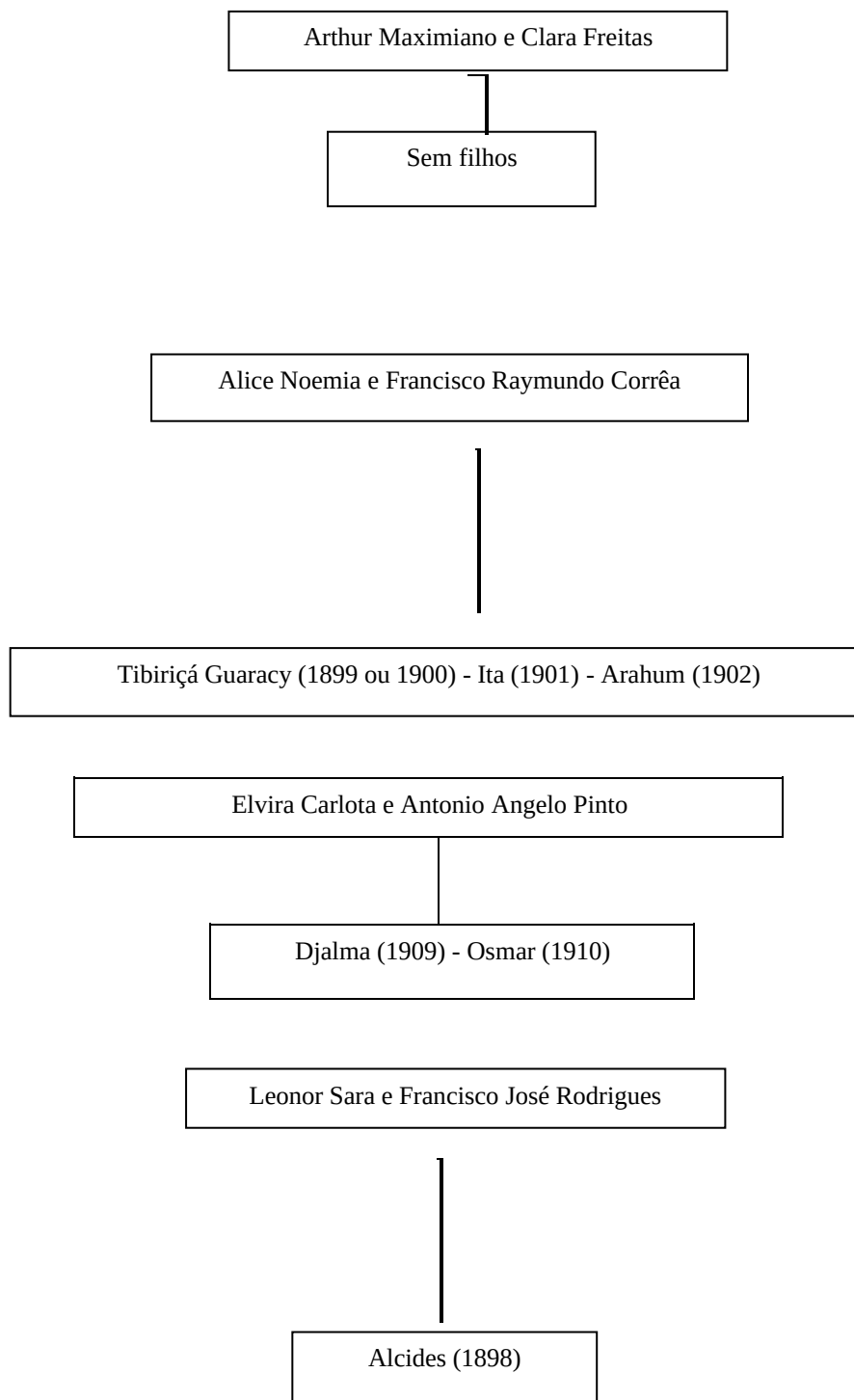
habitação concedida àquelas que fossem professoras catedráticas e diretoras escolares. Além disso, embora tenham formado outras famílias conjugais, alguns membros continuaram dividindo o mesmo teto, compartilhando recursos materiais e os custos de vida. A herança, o legado, que transmitiram de uma geração a outra foi o magistério, formando “lares docentes” conforme conceituam as historiadoras Fabiana Munhoz e Diana Vidal.²⁰⁷ Segundo ambas, “a aprendizagem do ofício no âmbito familiar doméstico foi importante via de reprodução da docência”, levando algumas famílias a investirem na transmissão dessa “herança imaterial”²⁰⁸ e na inserção dos seus membros no magistério público.²⁰⁹ É o que poderemos observar nas histórias dos Silva Callado, Hemetério dos Santos e Silva Guimarães ao longo de suas trajetórias familiares.

Além de um legado, a combinação entre coesão familiar e exercício do magistério reiterava a respeitabilidade conquistada por todos os membros dessas três famílias negras e convertia-se em tática cotidiana de enfrentamento ao racismo. Suas histórias permitem reconstituir em parte os caminhos percorridos por indivíduos e famílias para driblar o desprezo e desprestígio da população negra, mas, nem de longe, negam a existência da discriminação racial vigente ao seu tempo.

²⁰⁷ MUNHOZ, Fabiana e VIDAL, Diana. Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil. *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, vol. III, núm. 6, 2015, pp. 125-157. Disponível em: [Vista de Experiencia docente y transmisión familiar del magisterio en Brasil \(somehide.org\)](#). Acesso em: 27/01/2022, às 17h 40 min.

²⁰⁸ As autoras utilizam-se deste conceito originalmente formulado pelo historiador Giovanni Levi que o define como o “prestígio acumulado e herdado” que poderia variar “segundo o comportamento e a opinião dos habitantes” da localidade investigada por ele. Sobre isto ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 218.

²⁰⁹ MUNHOZ, Fabiana e VIDAL, Diana. Op. Cit., p. 127.



Quadro 3. Árvore genealógica da família Silva Callado. Fonte: registros diversos arquivados no Family Searc

Aos vinte oito dias do mês de julho de 1923 falecia a matriarca da família Callado, Feliciano Adelaide da Silva Callado. De posse do atestado de óbito feito pelo médico Azevedo Júnior (?), o neto Alcides Callado, aos vinte e cinco anos de idade e residente ao mesmo

endereço da avó, foi o responsável pelo registro em cartório.²¹⁰ Uma semana após o falecimento, a família Callado convidava a “todas as pessoas de sua amizade para assistirem à missa de sétimo dia pelo descanso eterno de sua prezada chefe (...), que será realizada amanhã, às 9 horas, na igreja de Nossa Senhora do Parto, antecipando desde já seu agradecimento.”²¹¹

A “prezada chefe” da família Callado desempenhou diretamente este papel desde 1880, quando faleceu o seu esposo, Joaquim Antonio Silva Callado (Jr) – músico bastante reconhecido e respeitado na cidade do Rio de Janeiro, de quem falaremos mais adiante. O endereço de residência da família era o mesmo desde 1888, quando Feliciano recebeu por herança de sua madrinha, também uma Feliciano. Provavelmente, Antonio e Adelaide quiseram homenagear a madrinha escolhida para sua filha, por afeto, por vislumbre nessa futura herança ou por ambas as motivações. O fato é que em novembro de 1888 Feliciano Rosa, a madrinha já viúva e sem filhos, falecera deixando a sua vontade registrada em testamento: a realização de três missas por sua alma e duas pela alma de seu marido, Francisco Carlos Donevant, falecido em 1877²¹², além da transferência do imóvel à posse de sua afilhada. O comunicado publicado na Gazeta de Notícias detalhava informações sobre a falecida e sobre sua herdeira, indicando quais os termos para a posse e manutenção dessa herança:

Faleceu ontem às 8 ¼ de horas da manhã, à rua do Conde d’Eu n.21, Feliciano Rosa Donevant, católica apostólica romana, filha natural de Luiz da Rocha Santos e Rosa Maria de Jesus, ambos já falecidos e natural desta cidade. (...)

Deixou à sua afilhada Feliciano Adelaide da Silva Callado o prédio da rua Conde d’Eu n.21, em usufruto, o qual, por sua morte, passará em plena propriedade à sua filha e sua afilhada Luiza da Silva Callado; e se esta falecer antes de sua mãe, deixando descendentes, passará o dito prédio aos mesmos, e não os havendo, pertencerá em plena propriedade também a Carlos Rodrigues da Silva Callado.

Deixou tudo o mais que possuía à sua afilhada Feliciano Adelaide da Silva Callado, que disporá como entender.²¹³

E assim foi feito: em 05 de dezembro de 1888 Feliciano Adelaide da Silva Callado e

²¹⁰ Diz o atestado de óbito: “Aos vinte e oito dias do mês de julho de mil novecentos e vinte e três, nesta cidade do Rio de Janeiro, [ilegível], compareceu Alcides Calado Rodrigues, com vinte e cinco anos de idade, solteiro, brasileiro, residente à rua Frei Caneca 21 e apresentando atestado médico do Doutor Azevedo Junior, declarou que no dia vinte e sete de julho, às quatro horas da tarde [ilegível] Feliciano Adelaide da Silva Calado, filha de Antonio Tavares e Adelaide Tavares, natural desta capital, Inspectora do Lyceu de Artes e Ofícios, com 66 anos, cor parda, viúva de Joaquim da Silva Calado, residente à mesma rua, sendo causa da morte arteriosclerose [ilegível]. Deixou dois filhos maiores. Não fez testamento. Vai ser sepultada no cemitério de São João Batista. [ilegível].”, (grifos meus).

Fonte: Coleção de registros “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829- 2012”, 3ª circunscrição, óbitos Julho/1923 a Fevereiro/1924, número do certificado: 334, p.21. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/>. Acesso em: 29/01/2022, às 15h 25min.

²¹¹ Correio da Manhã, 07 de agosto de 1923, p.08, seção “Actos Fúnebres”. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. (Grifos meus).

²¹² Jornal do Commercio, 18/03/1877, p.06. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

²¹³ Gazeta de Notícias, 30/11/1888, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

seus filhos agradeciam “a todas as pessoas que se dignaram acompanhar os restos mortais de sua prezada madrinha, d. Feliciano Rosa Donevant”, convidando “as pessoas de amizade da finada para assistirem à missa de sétimo dia, que mandam rezar por sua alma, na Matriz de Santo Antonio dos Pobres hoje, às 8 ½ horas”, agradecendo antecipadamente.²¹⁴

A família Silva Callado foi constituída a partir da união matrimonial entre Feliciano Adelaide e Joaquim Antonio da Silva Callado (Jr). Por força da tradição da época, a jovem adotou integralmente o sobrenome do marido, assim como foi feito com os filhos do casal. Entretanto, antes deste núcleo se constituir existiram seus pais: Antonio e Adelaide Tavares, de um lado; e Joaquim Antonio da Silva Callado e Mathilde Joaquina de Souza Callado, de outro. Com o levantamento de fontes primárias e bibliográficas consegui reunir informações sobre os Callado, mas sobre os Tavares nada além de seus nomes. Joaquim Antonio foi professor de música, tocador de instrumentos como cornetim e trompete, além de reger a banda da Sociedade União dos Artistas.²¹⁵ Em publicação referente ao ano de 1863, o *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* informa sobre a composição da referida sociedade, dentre outras que agregavam músicos, indicando Callado (pai) como um de seus integrantes.²¹⁶

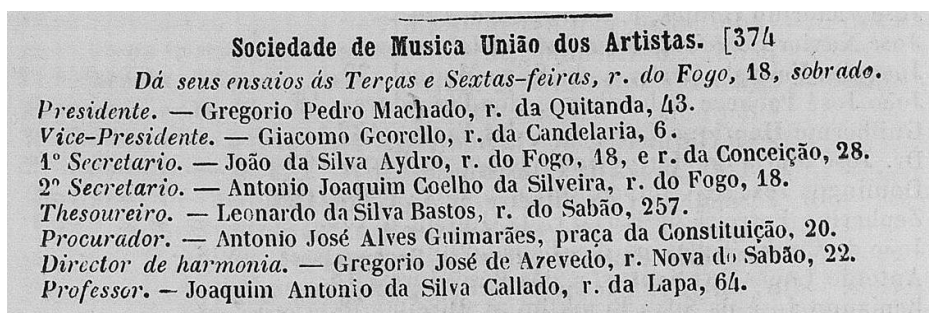


Figura 13. Lista de membros da Sociedade de Música União dos Artistas
Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1863, p.394.

Outra congregação da qual ele fez parte foi a *Sociedade de Música Feliz União Lusitânia Brasileira* - ao que tudo indica uma congregação formada por artistas portugueses e brasileiros. O falecimento do músico e professor Callado (pai) em 1867, consternou essa sociedade que expressou publicamente seu pesar em nota publicada pelo *Jornal do Commercio*:

S.P.M.F.U. Lusitania Brasileira

Tendo esta sociedade por seu mestre Joaquim Antonio da Silva Callado, e falecendo este depois de longa enfermidade, por isso a mesma sociedade resolveu tomar luto por quatro meses em sinal de amizade e reconhecimento para com seu digno e querido mestre; esta sociedade deplora tal acontecimento e dá seus sentimentos a toda sua

²¹⁴ Gazeta de Notícias, 05/12/1888, p.04. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

²¹⁵ DINIZ, André. Joaquim Callado: o pai do choro. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008, p.16.

²¹⁶ *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Academias, Companhias. 1863, p.394. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

ilustre família, ficando de hoje em diante como mestre da sociedade seu filho Joaquim Antonio da Silva Callado Junior. Rio, 25 de Junho de 1867. – O secretário, Bibiano José de Souza.²¹⁷

A *União dos Artistas* também rendeu suas homenagens, realizando missa pelo “trigésimo dia do passamento do sempre chorado Joaquim Antonio da Silva Callado, nosso muito digno professor”, na matriz do Santíssimo Sacramento, convidando ao ato “todos os parentes e amigos”. O 1º secretário Antonio Augusto Pimenta Meneses informa ainda que “Os Srs. Sócios de estante devem achar-se na sala competentemente uniformizados, às 7 horas [uma antes da missa], para não haver interrupção na hora marcada.”²¹⁸

É também pelas páginas do *Jornal do Commercio*, na seção informativa sobre os sepultamentos de pessoas livres, que tomamos conhecimento de que o professor Joaquim Antonio Callado (pai) falecera aos 52 anos de idade em decorrência de uma endocardite [doença cardíaca]. Nessa pequena coluna são mencionadas as pessoas sepultadas, a nacionalidade caso fossem de outro país; ou se eram “Fluminense” (natural da província do Rio de Janeiro) – o caso de Callado.²¹⁹ Outra publicação dois dias após esta, em nome da família agradeceu “a todas as pessoas que tiveram a bondade de acompanhar o corpo do finado ao seu último jazigo” e convidando-as para que assistissem a missa de sétimo dia, que seria celebrada na matriz de Santo Antonio dos Pobres. A publicação incluía ainda um pedido de desculpas pelos possíveis esquecimentos nos convites ao sepultamento, mencionando como autores da mensagem: D. Mathilde Joaquina de Souza Callado [esposa], Joaquim Antonio da Silva Callado [filho], D. Feliciano Adelaide da Silva Callado [nora], D. Francisca Joaquina Dias [cunhada] e Francisco Carlos Donepon [amigo].²²⁰

Não localizei registros que indicassem a nacionalidade de Joaquim Antonio Callado (pai), mas diante de sua atuação na já mencionada *Sociedade de Música Feliz União Lusitania Brasileira*, tenho forte suspeita de que ele tivesse uma ascendência portuguesa e branca.²²¹ Não era o caso de sua esposa, Mathilde Joaquina, cujo óbito ocorrido em 27 de janeiro de 1902 foi atestado em documento que indicava, dentre outras informações, a sua cor “morena”:

Aos vinte e sete de janeiro de mil novecentos e dois no Rio de Janeiro, em meu cartório compareceu Manoel Antonio de Oliveira, casado, de trinta e oito anos de idade, empregado [incompreensível], morador à Rua [incompreensível], cento e quarenta e

²¹⁷ *Jornal do Commercio*, 25/06/1867, p.03. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

²¹⁸ *Jornal do Commercio*, 17/07/1867, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

²¹⁹ *Jornal do Commercio*, 21/06/1867, p.02. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

²²⁰ *Jornal do Commercio*, 23 de junho de 1867, p.03. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

²²¹ Localizei outros registros de jornal em que a *S.P.M.F.U. Lusitania Brasileira* era referida como “sociedade de música Feliz União Lusitania Brasileira”, estando relacionada à *Associação dos Artistas Portugueses*. Uma dessas publicações foi feita pelo *Jornal do Commercio* em 14/07/1863, p.02. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

[incompreensível], casa quatro, na qualidade de [genro?] e portando os atestados, exibiu os atestados médicos do Doutor Francisco C. Pereira de Barros, declarou que ontem [incompreensível] vinte e dois de janeiro [incompreensível], à uma hora da tarde, à Rua [incompreensível], cento e quarenta e três, casa número quatro, onde residia a [incompreensível], faleceu Dona Mathilde Joaquina de Souza Callado, [incompreensível], viúva de Joaquim Antonio Silva Callado; do sexo feminino, de cor morena, [oitenta?] anos de idade, natural desta Capital, [incompreensível] a causa [incompreensível], digo [incompreensível] arteriosclerose. Pelo declarante foi dito que a finada deixa uma filha maior de nome Luiza Moura Callado de Oliveira, [incompreensível] testamento, e vai ser sepultada no cemitério de São Francisco Xavier.

E para constar lavrei o presente termo, que lido, assina o declarante. [incompreensível]

[assinam o termo]: [incompreensível], [incompreensível], Manoel Antonio de Oliveira.²²²

Apesar da difícil compreensão da caligrafia foi possível extrair deste registro informações precisas sobre a identidade, cor da pele e vínculos familiares de dona Mathilde Joaquina da Silva Callado. Não há menção à filiação como de costume em outros registros - o que pode ser um indício de que a mulher de “cor morena”, nascida no longínquo ano de 1822,²²³ fosse filha de pais escravizados. Embora não haja menção à Joaquim Antonio Callado (Jr), outras fontes confirmam a relação parental entre o trio.²²⁴

Não é possível identificar com exatidão o nome da rua onde dona Mathilde Joaquina residia, mas a numeração registrada - “cento e quarenta e três, casa número quatro” - nos permite concluir que ela e o declarante, Manoel Antonio de Oliveira, residiam no mesmo endereço.²²⁵ Além da referência ao falecido marido Joaquim Callado, o documento registra a existência de uma filha viva, Luiza Moura Callado de Oliveira. O sobrenome Oliveira comum ao declarante e à filha da falecida indica que Manoel Antonio e Luiza Moura eram casados. Apesar das intensas buscas não localizei outros registros que ampliassem as escassas referências a esse provável casal. Em duas situações, consecutivamente oito e nove anos após este registro, Luiza Callado de Oliveira é referida como membro da família, na qualidade de tia de Leonor e Luiza, filhas de Callado (Jr).²²⁶

²²² Coleção de registros “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012”, 7ª circunscrição, óbitos Novembro/1900 a Março/1902. Microfilme de manuscritos no Cartório de Registro Civil da 7ª Circunscrição da cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro, p.176. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/catalog/1582573>, (Grifos meus).

²²³ A plataforma *Family Search* indica a data de 1822 como provável ano de seu nascimento.

²²⁴ Também há a confirmação dos laços familiares do trio Callado em DINIZ, André. *Op. Cit.*, p.16.

²²⁵ Segundo dados da plataforma digital *Family Search*: “A Sétima Circunscrição do Registro Civil da cidade do Rio de Janeiro geralmente corresponde à antiga freguesia do Divino Espírito Santo de Realengo”. O que significa que este núcleo da família residia na área suburbana, distante da região central onde a outraparte da família residia. Fonte: <https://www.familysearch.org/search/catalog/463274?availability=Family%20History%20Library>.

²²⁶ O Paiz, 26 de abril de 1910 e 15 de janeiro de 1911, páginas 02 e 10, respectivamente.

Em meio às lacunas temos algumas certezas: Mathilde Joaquina era esposa de Joaquim Antonio Callado, mãe de Joaquim Callado (Jr) e de Luiza Moura Callado de Oliveira, e uma mulher de “cor morena”. Assim se forma o primeiro núcleo da família Callado: entre um homem branco de ascendência portuguesa, músico e professor em sua arte, com uma moça de “cor morena”. Uma família mergulhada no universo musical, “frequentadora dos encontros promovidos pelas sociedades musicais” e que “apreciava os festejos de carnaval”, inspirando o jovem Callado a compor, “aos dezenove anos, sua primeira melodia conhecida: a quadrilha ‘Carnaval de 1867.’”²²⁷

As fontes bibliográficas afirmam que Callado (Jr) nasceu em 1848, portanto à época da morte de seu pai, em 1867, ele estaria com dezenove anos de idade. Ainda mais jovem, em fevereiro de 1865, ele uniu-se em matrimônio com Feliciano Adelaide. Dentre os dezessete enlaces ocorridos na matriz da Glória constava o de Joaquim Antonio da Silva Callado Junior e Feliciano Adelaide de Barros (sic):²²⁸

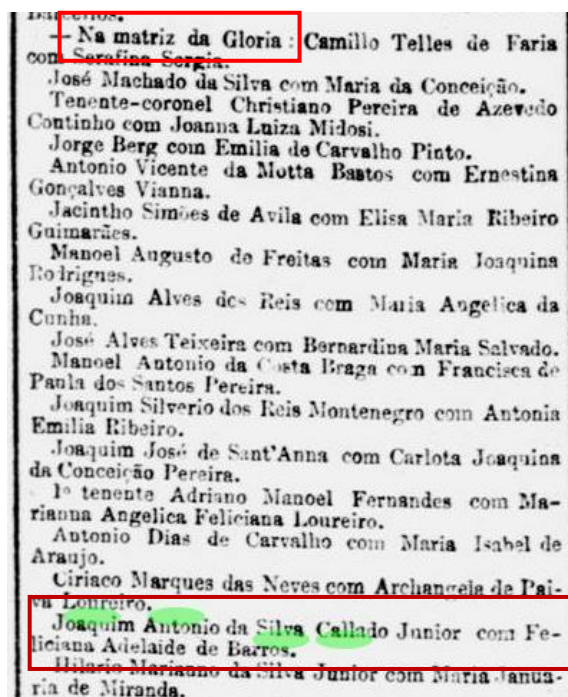


Figura 14. Lista de casamentos ocorridos na igreja matriz da Glória *Jornal do Commercio*, 18/04/1865, p.08

Não localizei fontes que tratassem especificamente sobre Callado (Jr), mas obtive as certidões de casamento dos filhos, de óbito de sua esposa, registros produzidos pela imprensa,

²²⁷ DINIZ, André. *Op. Cit.*, p.16-17.

²²⁸ *Jornal do Commercio*, 18/04/1865, p.08. Disponível em:

e as pesquisas que exploraram sua obra musical. Considerado o criador do choro, sua trajetória musical foi estudada por pesquisadores de diferentes áreas, dentre as quais o folclore, a história e a música.²²⁹ Todos são unânimes em afirmar que ele foi o “pai do choro”, gênero musical instrumental no qual a flauta se destaca, misturando ritmos europeus ao lundu africano. Como homenagem póstuma a *Revista Illustrada* publicou notinhas e pequenos textos sobre Callado Jr, além de uma capa estampada com a imagem do músico:

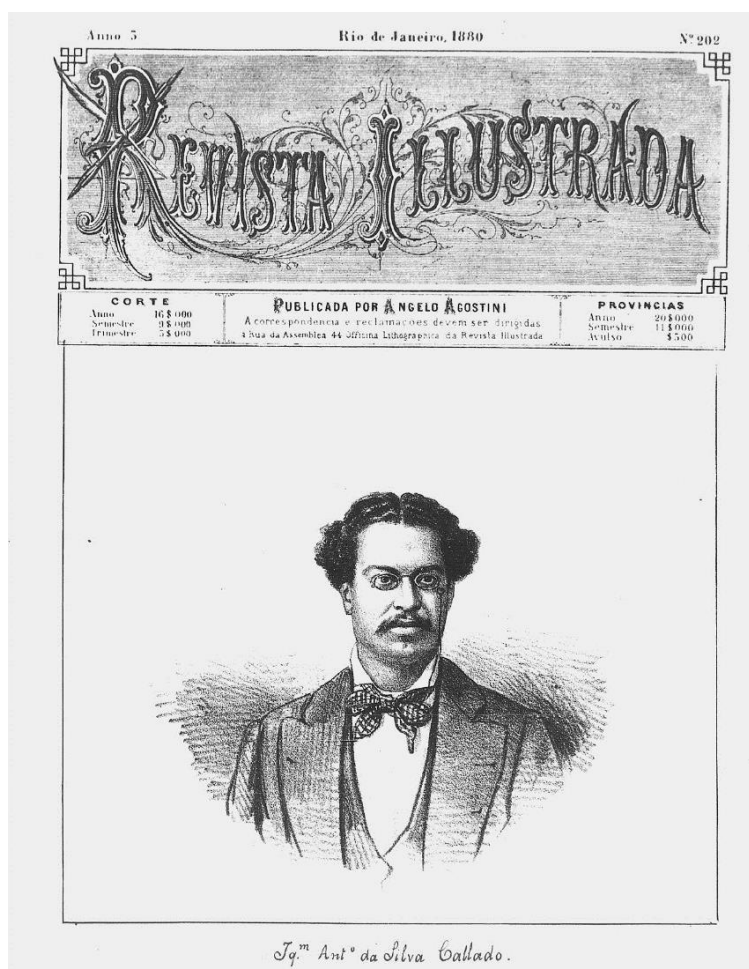


Figura 15. Joaquim Antonio da Silva Callado. *Revista Illustrada*, 03/04/1880, ano 5, n.202, p.01.

A imagem escolhida em sua homenagem é um desenho no qual Callado aparece vestido em trajes formais, cabelos totalmente alinhados, olhar compenetrado que não encara de frente quem o retrata e que não sorri. O conjunto de elementos componentes dessa imagem transmite

²²⁹ A produção mais densa é a do historiador André Diniz, que teve por fontes principais os memorialistas que falaram sobre Callado Junior. Neste trabalho Diniz faz referências sobre seus pais, esposa e filhos, mas não indica ter levantado qualquer um dos atestados (óbito, casamento e nascimento) que estou trabalhando ao longo desta seção.

aos leitores mensagens de seriedade e competência nos ofícios de músico e professor que também atuava animando “festas familiares”.²³⁰ A mensagem é justamente a de um “homem de família” que não fazia qualquer referência à vadiagem e degenerescência racial atribuída naquele momento aos homens negros em geral e, aos músicos, em particular.

Não localizei registros que explicitassem rótulos raciais conferidos a Joaquim Callado ao seu tempo. Ao contrário, o que sempre era evidenciado nas publicações relacionadas à sua vida adulta tinha relação com o seu ofício de artista, sendo escassas as referências à sua vida pessoal e nenhuma à cor da sua pele. É difícil definir sua cor a partir da publicação da *Revista Ilustrada*, embora os cabelos encaracolados sejam evidentes no “flautista moreno [e com] vasta cabeleira crespa”.²³¹ Todos os estudos a seu respeito o definem como “mestiço”, reproduzindo o rótulo conferido pela professora e folclorista Mariza Lira, reconhecida como a primeira pessoa a investigar vida e obra do artista.²³² O fato é que ao menos pelo lado materno, Callado Jr tinha origens negras, assim como muitas de suas parcerias musicais²³³ - dentre elas a pianista Francisca Edwiges Gonzaga, a popular Chiquinha Gonzaga.²³⁴ A parceria entre os dois, construída por ofício, parentesco e amizade²³⁵ - nos conta sobre a construção de laços de solidariedade pautados em relações de afeto, ofício e cor da pele.

Sob circunstâncias desconhecidas por nós os caminhos de Callado Jr e Feliciano Adelaide se cruzaram quando ainda eram bem jovens, unindo em matrimônio o rapaz “moreno” e a moça “de cor parda”, constituindo a partir daí a segunda geração da família Silva Callado. É importante salientar que os termos “parda/o”, “morena/o” e “mestiça/o” carregam sentidos plurais ao longo de toda nossa história, mas sempre indicando a visível ascendência africana dos sujeitos. No caso específico de dona Feliciano Adelaide a pele poderia de fato ser mais clara, ou a designação de sua cor como “parda”, em pleno ano de 1923, indicasse a permanência de um costume dos tempos escravistas para designar as pessoas livres e libertas, fossem elas mais claras ou não.

O casamento que começou cedo para os jovens, em 1865, durou quinze anos e teve por

²³⁰ LIRA, Mariza. *Chiquinha Gonzaga, grande compositora popular brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978, p. 47.

²³¹ Idem.

²³² Segundo a folclorista, a música de Callado ao unir produções europeias e africanas estaria criando uma arte genuinamente brasileira, isto é, mestiça.

²³³ DINIZ, André. *Op. Cit.*, p.34.

²³⁴ Novamente segundo o historiador André Diniz, houve “grande cumplicidade” entre os dois músicos, e o decisivo apoio de Callado à Chiquinha quando ela decidiu pôr fim ao seu casamento. A parceria entre os dois - por ofício, parentesco e amizade - foi fundamental para que a pianista fosse aceita nos círculos musicais e na própria sociedade. Sobre isto ver: DINIZ, André. *Op. Cit.*, p.47-48.

²³⁵ De acordo com a biografia publicada por Mariza Lira em 1935, Callado era afilhado do militar José Basileu Neves Gonzaga, o pai de Chiquinha Gonzaga. Sobre isto ver: LIRA, Mariza. *Op. Cit.*, p. 47.

“frutos” os seis filhos do casal.²³⁶ Carlos Rodrigo, nascido em 1866; Arthur Maximiano, nascido em 1868; Alice Noêmia, nascida em 1871; Leonor Sara, nascida em 1872; Luiza, nascida em 1878; e Elvira Carlota, nascida em 1880. Callado Jr faleceu em março de 1880, aos trinta e dois anos de idade, deixando a esposa, cinco filhos e a Elvira Carlota, que nasceria em fins daquele ano, ainda um bebê em gestação.²³⁷ Além de afamado músico, Callado era professor no *Conservatório de Música*²³⁸ e é bem provável que seus proventos fossem a principal fonte de renda da família. A atuação nesta instituição lhe rendeu, junto a outros docentes, a condecoração com “o grau de cavaleiro da ordem da Rosa, pelos relevantes serviços que prestaram na qualidade de professores do Conservatório de Música”.²³⁹

Segundo André Diniz, Callado também tinha por fontes de renda as aulas particulares e os cachês recebidos pelos bailes realizados nos lares das “famílias de classe média”²⁴⁰ O pesquisador conta também que em 1870, “Callado começaria sua caminhada como músico famoso na sociedade carioca.”²⁴¹ Essa fama, as aulas particulares e os bailes remunerados, são elementos que podem indicar certa estabilidade financeira para a família Callado. Ainda assim, há registros no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*²⁴², de que a família residiu em pelo menos três endereços diferentes entre 1871 e 1880: Rua da Glória (entre 1871 e 1874); Rua do Rezende, 31 (1876 a 1878); Rua do Visconde de Itaúna (1880). O que seguramente indica a ausência de residência própria, fazendo com que os Silva Callado morassem em imóveis alugados e precisassem recorrer com frequência às mudanças.

Localizei na seção de “professores de música e diversos instrumentos”, no mesmo periódico, informações sobre suas atividades profissionais realizadas nos mesmos os endereços residenciais citados anteriormente. Até o ano de 1874 constava também a referência ao

²³⁶ Localizei referências a uma criança de um ano de idade, de nome Carlos, batizada em 1867 como filholegítimo de Joaquim Antonio da Silva Callado e de D. Feliciano Adelaide da Silva Callado (Correio Mercantil, 06 de abril de 1867, p.02). Assim, ele teria nascido em 1866, sendo o primeiro filho do casal Silva Callado. O testamento de Feliciano Rosa, em 1888, também menciona este filho.

²³⁷ Elvira Carlota casou-se em 24/10/1908 e o documento indica que ela estava com vinte e sete anos. Acredito que ela faria vinte e oito ainda naquele ano, tendo nascido em fins de 1880. Esta seria a única a possibilidade de ser “filha legítima” de Callado Jr como consta em sua certidão de casamento.

²³⁸ Instituição fundada pelo imperador d. Pedro II em 1848, mediante as “reivindicações dos músicos”, a escola atendia gratuitamente homens e mulheres livres que desejassem se profissionalizar no ofício da música. Ver mais em: DINIZ, André. *Op. Cit.*, p.19.

²³⁹ *Revista Musical e de Bellas Artes*, ano I, n.51, 20/12/1879, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Este assunto também é tratado por DINIZ, André. Idem, p.80.

²⁴⁰ DINIZ, André. Joaquim Callado: o pai do choro. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008, p.34.

²⁴¹ DINIZ, André. *Op. Cit.*, p.35.

²⁴² Periódico que publicava informações sobre profissionais de diversos ofícios, agrupados segundo suas atividades laborais. Além disso, tais publicações informavam os endereços de trabalho e residenciais – quetambém poderiam ser os locais onde ofereciam seus serviços. Foi fundado em 1843 por Eduardo Von Laemmert, “cavaleiro da Imperial Ordem Brasileira da Rosa”, dentre outros títulos que remetiam a um pertencimento nobiliárquico, e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Conservatório de Música como local de seu ofício. De 1876 em diante só consta seu endereço residencial, sendo que em 1880 ele é indicado como membro do corpo docente do *Imperial Lyceu de Artes e Offícios*. Este estabelecimento é definido na publicação como

(...) patriótico e gratuito e utilíssimo estabelecimento, cujos professores lecionarão sem a menor retribuição. (...) Contando já 22 anos de existência, tem prestado ao povo, e principalmente às classes operárias, utilíssimos serviços. Além dos cursos públicos de sciencias applicadas, que já funcionam com a maior regularidade, espera abrir brevemente oficinas para o ensino prático dos seus alunos.²⁴³

Chama a atenção o fato de não haver qualquer retribuição aos que ensinassem nessa instituição e me pergunto o que levaria os vinte e nove professores que em 1880 ministravam aulas de desenho de figuras, desenho geométrico, arquitetura naval, música, aritmética, álgebra, física, química e mecânica, a atuarem de forma gratuita. Fontes primárias e bibliográficas reiteram esta informação, mas também não dão pistas sobre as motivações desses professores.²⁴⁴ A proposta da instituição criada em 1856 era a de proporcionar ensino gratuito, livre ou profissional, aos trabalhadores da cidade – funcionando no período noturno. Segundo a pesquisadora Alba Carneiro, a fundação e manutenção da instituição pela Sociedade Propagadora das Belas Artes objetivava “(...) implantar um segmento intermediário de estudo que permitisse o exercício profícuo e digno de uma profissão nos diversos ramos das chamadas artes industriais ou artes menores.” Sendo o corpo docente “(...) formado por pessoas eminentes e por diversos artistas, (...). [Que] não recebiam qualquer remuneração, pelas diversas aulas que ministravam ou pelos outros cargos que ocupavam no Liceu. Tradição que perdurou até cerca de 1930.”²⁴⁵

Segundo as informações acima, a atuação no Lyceu de Artes e Ofícios não seria uma fonte de renda para Joaquim Callado (Jr), mas uma doação de seu tempo e saberes aos trabalhadores operários matriculados naqueles cursos noturnos. Ser parte desse corpo docente também poderia conferir-lhe alguma importância, pois o estabelecimento de ensino era apadrinhado pelo imperador Pedro II desde 1871.²⁴⁶ Ou seja, era tanto uma forma de contribuir para a causa da educação dos trabalhadores quanto ser bem-visto e bem relacionado. Mas, era também uma forma de contribuir para a educação de outros meninos negros como seus próprios

²⁴³ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1844 a 1885)*, 1880, p.500, (Grifos meus).

²⁴⁴ Em 11 de outubro de 1881 o periódico *Gazeta da Tarde* reitera a informação de que os docentes não eram remunerados. Na *Enciclopédia Itaú Cultural* há a mesma afirmação, indicando além disso que o corpodocente era “composto de pessoas importantes da época e beneméritos” que contribuíam com a “manutenção do ensino”. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao115540/liceu-de-artes-e-oficios-rio-de-janeiro-rj>

²⁴⁵ BIELINSKI, Alba Carneiro. O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906. *19&20*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/liceu_alba.htm.

²⁴⁶ BIELINSKI, Alba Carneiro. Op. Cit..

filhos.

Em 1880 acontece o precoce falecimento de Callado, fato registrado por diversos periódicos dentre os quais a *Revista Illustrada* que define o ocorrido como uma “calamidade” em vista de ser ele “artista distinto e estimado por seu talento e boas qualidades”, que “(...) tocava flauta com rara perfeição e gosto (...)”, conquistando “(...) merecidamente a fama de segundo flautista do Rio de Janeiro que o admirava com justiça.”²⁴⁷ A mesma revista informa sobre as difíceis condições financeiras da família diante da repentina morte de seu provedor – fato ratificado pelo obituário publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, informando aos leitores que o enterramento do “distinto artista brasileiro” ficou “às expensas do professorado do Lyceu [de Artes e Ofícios]”.²⁴⁸

Para Feliciano Adelaide e os filhos a situação não foi das melhores, levando os amigos do falecido músico a angariarem fundos para a família através de eventos como a festa “promovida pela união acadêmica, em benefício da viúva Callado”.²⁴⁹ À essa época os filhos Carlos Rodrigo e Arthur Maximiano, respectivamente tinham catorze e doze anos de idade, enquanto suas irmãs Luíza, Alice, Leonor e Elvira eram ainda muito pequenas. Não é impossível que os meninos tenham buscado meios para contribuir financeiramente com as despesas da família. Também não duvido que ela tenha contado com redes de apoio e com o prestígio construído por seu falecido marido, para conseguir ocupar a função de inspetora de alunos no mesmo *Lyceu de Artes e Ofícios*.²⁵⁰ Não há exatidão sobre o momento em que se iniciou essa atuação, mas graças ao seu atestado de óbito sabemos que foi o seu principal meio de renda até o fim de seus dias.²⁵¹

Não sabemos se a família continuou contando com apoio financeiro dos amigos músicos e professores, ou mesmo da parte de dona Mathilde Joaquina e Luiza Moura – mãe e irmã de Callado (Jr). Tendo a crer que o recebimento de um imóvel por herança indique que todos tenham sido acolhidos por Feliciano Rosa Donevant, madrinha de Feliciano Callado, desde 1880.²⁵² Em novembro de 1888, quando a família recebe oficialmente o imóvel, Carlos Rodrigo

²⁴⁷ *Revista Illustrada*, Ano 5, n. 201, 27/03/1880, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747c&pesq=&pagfis=1200>.

²⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, Ano VI, n.81, 22/03/1880, p.02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Joaquim%20Antonio%20Silva%20Callado%22&pasta=ano%20188&pagfis=359.

²⁴⁹ *Revista Illustrada*, Ano 5, n.217, 24/07/1880, p.03.

²⁵⁰ DINIZ, André. Op. Cit., p.60.

²⁵¹ A única referência indicando que a atuação de Feliciano Adelaide como inspetora de alunos no Lyceu de Artes e Ofícios começou a partir da viuvez é de André Diniz (citado na nota anterior), mas ele não indica qual fonte se baseou. Nos levantamentos que realizei não localizei nenhuma indicação anterior à data de 1880.

²⁵² O testamento indicava que o imóvel passaria à propriedade de Feliciano Adelaide, Luiza e Carlos Rodrigo – respectivamente.

já era jovem adulto de vinte e dois anos; Arthur Maximiano um jovem de vinte anos de idade; Alice Noêmia uma jovem de dezessete anos; Leonor Sara contava com dezesseis anos; Luiza era uma garotinha de dez anos de idade; e a caçula Elvira Carlota estava aos oito anos de idade. A plena união dessas pessoas - aliada ao suporte provido pelas redes de solidariedade - permitiu à família Silva Callado atravessar os reveses da vida.

A rede formada entre a família Silva Callado e dona Feliciania Donevant pode ser entendida como uma nova configuração familiar, pautada na solidariedade e em laços que transcendiam a consanguinidade. A estabilidade decorrente dessa rede é a chave para entendermos o desenrolar das vidas das crianças órfãs de pai desde tão cedo. É o que nos explica, por exemplo, o fato de todas elas terem acessado a instrução formal – algumas delas (ou todas, não sabemos) no mesmo *Lyceu de Artes e Ofícios* como veremos no próximo capítulo. A rede de relações construída por Callado em vida também é um elemento que precisa ser considerado para entendermos o desenrolar dessa história que permitiu a todos os filhos acessarem colocações em empregos formais, especialmente no serviço público. O legado do magistério proveniente dos Callado (avô e pai) compôs essa “herança imaterial”, um patrimônio transmitido às suas filhas Luiza e Alice Noêmia que também foram professoras.

Arthur Maximiano, o segundo dentre os seis irmãos, foi admitido como “auxiliar de trem” da Estrada de Ferro Central do Brasil em maio de 1893²⁵³, mas dois meses depois, no ato do seu casamento civil com a professora Clara Freitas, declarou-se “artista”:

Aos vinte de julho de mil oitocentos e noventa e três, nesta Capital Federal, na sala das Audiências desta Nona Pretoria, onde se achava o juiz Doutor Antonio Cardoso de Gusmão, comigo Escrivão do seu cargo adiante declarado, e as testemunhas Francisco José Rodrigues, Carlos Rodrigo da Silva Callado ahi [incompreensível] em matrimônio Arthur Maximiano da Silva Callado, filho legítimo do finado Joaquim Antonio da Silva Callado e de Feliciania Adelaide da Silva Callado, nascido nesta Capital Federal, de idade vinte e cinco anos, solteiro, morador à Rua do Conde D’Eu, número duzentos e vinte e seis, Artista, com Clara de Andrade Freitas, filha legítima dos finados Joaquim José de Andrade e Maria Luiza da Conceição Andrade, nascida nesta Capital Federal, de vinte e três anos, viúva de Francisco Alves de Freitas, do qual não há filhos, não tendo procedido a inventário por nada haver para isto, moradora à Rua do Conde D’Eu, número duzentos e vinte e seis. (...) ²⁵⁴

O casamento ocorrido na Nona Pretoria teve por testemunhas o alfaiate Francisco José Rodrigues e o empregado da Estrada de Ferro Carlos Rodrigo da Silva Callado. Eles eram,

²⁵³ *O Tempo*, 16 de maio de 1893, p. 01. Disponível em: [O Tempo \(RJ\) - 1891 a 1894 - DocReader Web\(bn.br\)](http://www.docreaderweb.com.br/O_Tempo_RJ_-_1891_a_1894_-_DocReader_Web(bn.br).). Acesso em: 29/01/2022, às 18h 35min.

²⁵⁴ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 6ª circunscrição, Casamentos 1892 (dezembro)-1894 (janeiro) v. 3-4 (9a. pretoria). (Grifos meus). Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XH57-963?cc=1582573&wc=9GBKRM9%3A113334201%2C135195401%2C135321301>. Acesso em: 29/01/2022, às 18h 40min.

respectivamente, cunhado e irmão do noivo Arthur Maximiano. Legalmente Arthur era solteiro e Clara viúva, casando-se oficialmente naquele momento, contudo ambos declararam residirem à Rua Conde D'Eu, número duzentos e vinte e seis. Portanto, na prática o matrimônio já acontecia antes dessa oficialização. A moça de 23 anos, viúva de Francisco Alves de Freitas, ainda carregava o sobrenome do antigo casamento, mas não houve filhos dessa união e tampouco herança “por nada haver para isso [inventário]”. De todos os presentes ao ato civil, Clara foi a única que não teve a profissão indicada e nem mesmo foi mencionado se ela era uma mulher “do lar”.

No entanto, rastreando os caminhos profissionais de Clara localizei referências indicando que a partir de 1886 a moça de dezesseis anos já estava casada, atuando como “adjunta interina”²⁵⁵ e cursando a Escola Normal da Corte.²⁵⁶ Segundo publicação do jornal *Gazeta da Tarde*, em 1886, “A professora adjunta interina às escolas públicas do município da corte, Clara Martins Andrade, passou a assinar-se Clara de Andrade Freitas, por se haver casado.”²⁵⁷ Dois anos depois, em 1888, outras notícias sobre a jovem informam que ela foi “aprovada com distinção” no exame de aritmética da Escola Normal da Corte.²⁵⁸ O matrimônio com Francisco Alves de Freitas, um jovem português de vinte e três anos de idade, trabalhador “hidráulico” e de origem portuguesa, durou apenas quatro anos, encerrando-se com o falecimento do rapaz, em junho de 1890, em decorrência de um “aneurisma da aorta”.²⁵⁹

Entre 1890 e 1893, ano de seu segundo casamento, localizei poucas e curtas referências à professora, todas felicitando a “Exma Sra. D. Clara de Andrade Freitas” por estar aniversariando.²⁶⁰ O tom respeitoso, usado com frequência nos periódicos - mas não para todas as pessoas -, indica o reconhecimento de uma respeitabilidade diretamente atrelada ao magistério. Também pode indicar que a professora Clara, e outras mulheres tratadas dessa

²⁵⁵ Clara foi nomeada “adjunta interina” em dezembro 1885, conforme registro da *Gazeta de Notícias* em 25/12/1885, p.01, e o magistério iniciado apenas em 1886.

²⁵⁶ O sobrenome Martins aparentemente não tem relação com os pais da professora Clara, Joaquim José de Andrade e Maria Luiza da Conceição Andrade. Mas, os indícios levantados não deixam dúvidas de que se trata da mesma pessoa. Um desses indícios é a referência ao casal Francisco Alves de Freitas e Clara Martins de Andrade na lista de “proclamas” realizados em maio de 1886, publicado em *O Apóstolo*, 05/05/1886, p.03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&Pesq=%22Clara%20Martins%20de%20Andrade%22&pagfis=10033>.

²⁵⁷ *Gazeta da Tarde*, 17 de junho de 1886, p.01. Disponível em: [Gazeta da Tarde \(RJ\) - 1880 a 1901 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/01/2022, às 18h 50 min.

²⁵⁸ *Diário do Commercio*, 25 de dezembro de 1888, p. 02. Disponível em: [Diário do Commercio \(RJ\) -1888 a 1892 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 29/01/2022, às 18h 50 min.

²⁵⁹ Coleção de registros “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012”, 2ª circunscrição, Óbitos 1890 (fevereiro) - 1892 (março), imagem 99 de 203. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HY6WMQYSB?i=98&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A794H-RWPZ>.

²⁶⁰ *Diário do Commercio*, 13 de agosto de 1891, p.01.

forma, estava perfeitamente ajustada aos padrões morais daqueles tempos. Além da conduta cotidiana no espaço público, o casamento formal era um elemento que servia de parâmetro para esse enquadramento ao rol das “mulheres respeitáveis”.

As expressões “excelentíssima” e “senhora” também podem indicar que a professora Clara não pertencia aos estratos subalternizados daquela sociedade. Lembremos, entretanto, que a moça não era rica e tampouco pertencia à elite: o casamento com um trabalhador hidráulico, a ausência de herança após a viuvez e o trabalho no magistério desde a adolescência são evidências disso. Portanto, penso que a respeitabilidade expressa por esses tratamentos formais oferece indícios de que ela demonstrava um “bom” comportamento, aquele que era desejável e esperado de mulheres que eram professoras e pertencentes aos círculos letrados.

O registro do casamento entre Arthur Maximiano e Clara, também nos conta que ambos viviam próximos à Adelaide Feliciano, à Rua Conde D’Eu/Frei Caneca, na freguesia de Santana, área central da cidade. A proximidade geográfica favorecia o apoio mútuo e a continuidade dos fortes laços entre os Silva Callado, mas, por motivos desconhecidos, a partir do ano de 1900 o casal passa a viver no subúrbio onde Clara seguiu exercendo seu magistério. Lá a professora viveu e regeu turmas, chegando ao posto de catedrática e diretora escolar, ou seja, alcançou o topo da carreira.²⁶¹

Foi também no subúrbio que, mais uma vez, ela se viu em estado de viuvez com a morte de Arthur Maximiano, em 06 de dezembro de 1907, catorze anos após a oficialização do matrimônio. À esta altura com trinta e nove anos e com patente de tenente, o homem “de cor parda”, faleceu “em consequência de arteriosclerose aguda no peito”, sem deixar testamento ou filhos.²⁶² Clara tinha trinta e sete anos de idade, já havia perdido os pais, não tinha filhos e estava ligeiramente distante da maior parte dos Silva Callado. Essa nova viuvez poderia ter se convertido em solidão e desamparo, mas não foi o que aconteceu, pois nesse momento delicado ela pôde contar com o apoio direto dos cunhados Luiza Callado e Narciso Ribeiro – o

²⁶¹ Indícios como seu endereço de residência e a frequência à *Escola Normal da Corte* apontam que a professora Clara atuou em escolas da área urbana entre os anos de 1886 e 1900. A partir de então, a professora e o marido fixaram residência no subúrbio – como indica a publicação do jornal *Cidade do Rio* em novembro de 1900 ao informar sobre a realização de “exames de promoção de classe” na 3ª escola pública do sexo feminino, 8º Distrito, “dirigida pela professora catedrática D. Clara Callado”. Fonte: *Cidade do Rio*, 24 de novembro de 1900, p. 02. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&Pesq=%22Clara%20Callado%22&pagfis=1135>
1. Acesso em: 29/01/2022, às 19h 15 min.

²⁶² Coleção de registros “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012”, 13ª circunscrição, Óbitos v. 43-46 1907 (outubro) a 1908 (agosto), Imagem 109. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HT-64P3-3YK?cc=1582573&wc=9GRTBZ3%3A113334201%2C172490201%2C172928401>. Acesso em: 31/01/2022, às 09h 30min.

responsável pelo registro de mais este óbito em família. O atestado de registra o óbito de Arthur Maximiano indica que os dois casais compartilhavam o mesmo endereço à rua Doutor Manoel Victorino, número 177, C, freguesia de Inhaúma. De acordo com o “escrevente paramentado” do cartório da Décima Terceira Pretoria, Narcizo Ribeiro de Castro, morador no endereço citado, “declarou que em sua residência faleceu (...) o Tenente Arthur Maximiano da Silva Callado (...).”²⁶³

Todos os indícios dessa história nos mostram que a mudança para o subúrbio ocorreu de modo planejado, sendo parte de um projeto familiar e muito provavelmente relacionado ao trabalho. Além do compartilhamento do lar, as cunhadas Clara e Luiza Callado atuaram na mesma escola por ao menos quatro anos consecutivos, entre 1907 e 1911. Um dos registros dessa escola data de junho de 1909, publicado pela revista *O Malho*, sob o título “Magistério Público”:²⁶⁴

O MALHO

Ao M. L.
A mulher reconhecendo-se fraca em materia do amor, deve sempre manter o capricho como um sentimento contra as offensas ao seu amor proprio.—D. R. Mineira (São Paulo).

Ação nobre, pura, generosa e mais significativa no ser humano, é a d'aquelle que dá um obulo ao pobre sem distincção de raça, porém, isso só acontece aos espiritos puros e sublimes, que comprehendem verdadeiramente a magnanima intenção do Creador.—Noemia M. Otero (Engenho de Dentro).

A...
Distante do olhar querido a alma abysma-se nas trevas da duvida...—Violeta B. Santos (Mogy das Cruzes).

A' querida amiga Rola Bastos:
Teu coração é tão meigo como suave é o canto do mimoso colibri.—Alda Sollecrab (Rio dos Indios, E. do Rio).

A' minha filha Antonietta:
O maior e o mais sublime ideal da mulher é a lealdade e a firmeza de um coração amante e generoso.—Orminda Villa (Rio).

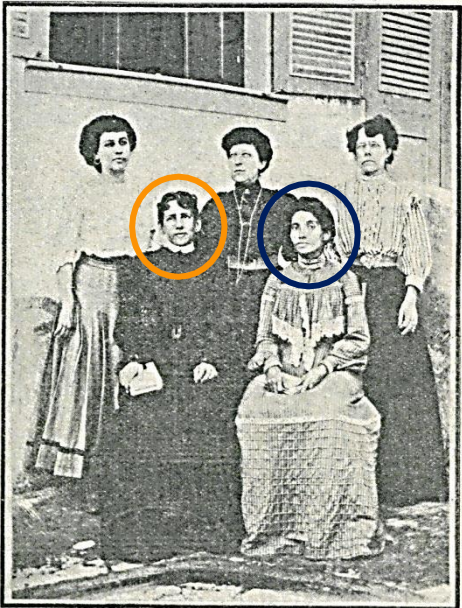
O nosso dever é cumprir essa missão divina: —o amor de mãe! E' elle que traz ao coração o balsamo da verdadeira felicidade.
A esperança é a estrella divina que suavisa o meu soffrer.—Carlota Couto (E de Dentro).

A' queridinha Mimi:
Os teus olhos brilham como as estrellas no céu e o teu sorriso é como as flores que abrem no jardim,—Odette A. Carrazedo.

A' A. S. V.
A sympathia é a corda que prende dous corações bondosos, é o elo de duas almas que se confundem em um dos mais sublimes sentimentos humanos. — Alice Caldas Raposos (Estado de Minas).

EXQUISITO...

MAGISTERIO PUBLICO



PESSOAL DOCENTE DA 3ª ESCOLA PUBLICA FEMININA, SÉDE DO 11º DISTRITO — ESTAÇÃO DA PIEDADE, RIO DE JANEIRO
DD. Graziella de Barcellos Pinheiro, Lucinda Bittencourt, Polydora Maria Tourinho, Clara Freitas da Silva Callado (directora) e Luiza Callado Ribeiro de Castro.
Essa escola tem uma frequencia de cerca de 200 alumnas

Figura 16. Grupo de professoras da 3ª escola feminina do 11º distrito (Rio de Janeiro). Clara Callado (em destaque laranja) e Luiza Callado (em destaque azul). *O Malho*, 19/06/1909, p. 39.

²⁶³ Idem., (Grifos meus).

²⁶⁴ *O Malho*, “Magistério Público”, 19 de junho de 1909, p.39. Disponível em: [O Malho \(RJ\) - 1902 - 1953-DocReader Web \(bn.br\)](https://o-malho.rj.gov.br/). Acesso em: 02/03/2022, às 15h 30min.

A terceira escola pública feminina do Décimo Primeiro Distrito estava instalada na área suburbana e próxima à estação [de trens] da Piedade. Como veremos mais à frente, os registros indicam que essa escola estava localizada na mesma Rua Dr. Manuel Victorino, onde residiam os dois casais. À época desse registro o estabelecimento tinha frequência de cerca de duzentas alunas, sendo dirigido por Clara Freitas da Silva Callado, que contava com o apoio das adjuntas Graziella de Barcellos Pinheiro, Lucinda Bittencourt, Polydora Maria Tourinho e Luiza Callado Ribeiro de Castro. É importante ressaltar o quão alinhadas essas professoras estavam: penteados bem parecidos em cabelos bem presos, roupas compridas e olhares fixos e sérios. Em conjunto elas eram a imagem da respeitabilidade – exigida e imposta às professoras públicas primários desses tempos – como exploraremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Voltando às questões de ordem familiar, não resta qualquer dúvida quanto ao planejamento e organização dessa mudança de parte dos Silva Callado para o subúrbio. E é importante salientar que a distância geográfica do núcleo central da família Silva Callado poderia ser encurtada pelas linhas do trem que “promoviam a circulação cotidiana de pessoas, trabalhadores e mercadorias”, articulando fortemente as áreas urbanas e suburbanas.²⁶⁵ O que significa dizer que o afastamento não significou a ruptura definitiva dos vínculos afetivos e familiares. Sobretudo nos momentos difíceis como o falecimento de algum membro, a família mostrava-se reunida para os ritos fúnebres cristãos, como a celebração de missas. Foi o que aconteceu em 16 de dezembro de 1907, quando todos se uniram para mandar rezar uma missa de sétimo dia pela morte de Arthur Callado:

Às 9 horas, realizou-se no altar de Nossa Senhora da Conceição da igreja de S. Francisco de Paula da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos, missa de sétimo dia em sufrágio da alma do tenente Arthur Maximiano da Silva Callado.

Esta cerimônia que se revestiu de solenidade foi mandada efetuar pelas srs. d.d. Clara Freitas da Silva Callado, Feliciano Adelaide da Silva Callado, Alice Noêmia Callado Corrêa, seu marido e filho, Leonor Callado Rodrigues e filhos, Elvira Carlota da Silva Callado, Luiza Callado Ribeiro de Castro, seu marido e filhos.

O ato foi celebrado pelo padre João da Matta Tarlé, coadjuvado pelo sacristão Corinto Toledo de Souza.²⁶⁶

O jornal listou nominalmente cerca de setenta pessoas presentes à solenidade religiosa, mas sem maiores detalhes acerca dos vínculos entre eles e o falecido. A família nominalmente

²⁶⁵ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p.160-175, jan.-abr. 2019, p.163.

²⁶⁶ *Correio da Manhã*, 16 de dezembro de 1907, p.08, (Grifos meus). Disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\)- 1901 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](http://Correio da Manhã (RJ)- 1901 a 1909 - DocReader Web (bn.br)). Acesso em: 31/01/2022, às 10h.

citada – que incluía irmãs, cunhados, sobrinhos e a matriarca Feliciano Adelaide -, se reuniu para a realização da missa na igreja de São Francisco de Paula, localizada no Centro da cidade. A família se reuniria ainda outras vezes em virtude de sepultamentos e missas de sétimo dia. Após a solenidade em memória de Arthur Maximiano, Clara, Luiza, Narciso e filhos tomaram o trem de volta para o subúrbio, dando prosseguimento às suas vidas.

E é sobre a vida de outra professora, Luiza Moura da Silva Callado, que se entrelaça à de Clara, falaremos a partir de agora. Nascida em 19 de julho de 1878, a filha legítima de Joaquim Antonio da Silva Callado e de Feliciano Adelaide da Silva Callado, foi batizada em 30 de julho de 1882, aos quatro anos de idade, na Matriz de Santo Antonio. A menina Luiza teve por padrinhos Feliciano Rosa Donevant e o Doutor Manoel Luiz de Moura. Os vínculos de afeto e compadrio estenderam-se à Feliciano Adelaide e à sua filha Luiza e muito provavelmente ao primogênito Carlos Rodrigo.

Assim, o testamento que legava o prédio da Rua Conde D’Eu n.21 especificamente para Feliciano Adelaide e em sequência aos filhos Luiza e Carlos Rodrigo não foi feito de maneira aleatória. Mas, estava seguindo o costume secular de apoio financeiro dado por padrinhos e madrinhas aos seus afilhados. E Feliciano Rosa Donevant não queria mesmo que a herança saísse das mãos da família Silva Callado, pois uma das cláusulas definiu que o imóvel estava sendo legado na condição de “uso-fructo” das mulheres dessa família. Isto é, a primeira herdeira seria a afilhada Feliciano Adelaide e em caso de sua morte passaria à Luiza e posteriormente aos seus filhos. Somente em caso da morte de ambas e sem a existência de filhos da segunda afilhada o imóvel passaria às mãos de Carlos Rodrigo.²⁶⁷

O registro do batizado localizado não é o documento original de 1878, mas uma transcrição realizada em 1904 quando a jovem Luiza se preparava para a oficialização do matrimônio com Narciso Ribeiro de Castro, sendo este a voz condutora da petição. O conjunto de documentos que o casal juntou para se habilitarem ao casamento reúne: requerimento assinado pelo casal; a declaração de batismo de Luiza Callado (analisada no parágrafo anterior); declaração de idoneidade (Narciso); declaração de testemunhas acerca da idoneidade do casal; e a certidão comprovando a habilitação para o casamento.²⁶⁸ Não há qualquer menção à cor das pessoas envolvidas e tampouco a um possível passado escravista – o que só reafirma o que acompanhamos até aqui: a história de uma família, os Silva Callado, que não possuía proximidade ao cativo. Mas, e quanto ao cônjuge Narciso e seu tronco familiar originário?

²⁶⁷ *Jornal do Commercio*, 30 de novembro de 1888, p.03. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1880a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 31/01/2022, às 10h 20 min.

²⁶⁸ Arquivo Nacional, Coleção 11ª Pretoria, 30 de janeiro de 1904, Número 2784, Caixa 330.

Vejamos o que diz sua mãe, Ermelinda Narcizo Ribeiro:

Eu Ermelinda Narcizo Ribeiro, viúva de José Caldas Ribeiro, mãe de Narcizo Ribeiro de Castro, declaro na forma da Lei que ele é meu filho legítimo, nascido e batizado na Freguesia de Nossa Senhora das Dores, na Cidade de Campos, Estado do Rio, de 27 anos de idade, solteiro, livre e desimpedido.

E para clareza mandei fazer este documento que assinam duas testemunhas abaixo, por não saber ler e nem escrever.

Rio, 30 de Janeiro de 1904.²⁶⁹

Originária da cidade de Campos, a família Ribeiro era mais uma a compor o grande contingente de migrantes em busca de melhores condições de vida na antiga Corte e Distrito Federal da república. A breve declaração feita por dona Ermelinda não dá maiores detalhes sobre as motivações dessa migração, então não ficamos sabendo desde quando e como os Ribeiro deixaram seu local de origem. O fato de não saber ler e nem escrever é evidência contundente das origens humildes da família, reforçando a possibilidade de que tenham migrado por motivações econômicas. Quando fala de si, Narciso se declara “artista”, mas nada diz sobre a profissão da futura esposa e muito menos sobre as cores de ambos:

[incompreensível] Narciso Ribeiro de Castro, filho legítimo de José Caldas Ribeiro e de Ermelinda Narciso Ribeiro, de 27 anos de idade, solteiro, natural do estado do Rio de Janeiro, Artista, e Luiza Moura da Silva Callado, filha legítima de Joaquim Antonio da Silva Callado e Feliciano Adelaide da Silva, de 26 anos de idade, solteira, natural desta Capital, ambos residentes à rua D. Bibiana n. 9, que achando-se justos e contratados para casarem se requerem V. excia. se digne mandar afixar editais de proclamas para que se verifiquem se há impedimento algum que os iniba de casarem-se um com o outro.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1904.

[assinam:] Narciso Ribeiro de Castro

Luiza Moura da Silva Callado.²⁷⁰

Apesar de se declararem solteiros, o documento assinado por ambos diz que os dois residiam à rua D. Bibiano n.09. Assim como Clara e Arthur, é evidente que eles já viviam como marido e mulher e estavam apenas oficializando a união matrimonial naquele momento. Outro ponto em comum é que Luiza e Narciso também não compartilhavam da residência à Rua Frei Caneca n.21. O casal conseguiu comprovar o que diziam Agostinho José [ilegível] e Carolina Augusto Mesquita, suas testemunhas: eram solteiros e não existia “entre eles nenhum impedimento que os iniba de casarem-se um com o outro.”²⁷¹ A declaração de deferimento foi

²⁶⁹ Arquivo Nacional, Coleção 11ª Pretoria, 30 de janeiro de 1904, Número 2784, Caixa 330, (Grifos meus).

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Arquivo Nacional, Coleção 11ª Pretoria, 30 de janeiro de 1904, Número 2784, Caixa 330.

expedida em 12 de fevereiro de 1904 e no dia seguinte os noivos oficializavam o casamento na “undécima pretoria”, situada à “Rua de São Cristóvão, sessenta e nove”. Além do casal, do juiz e do escrivão, estavam presentes ao ato civil “as testemunhas Alferes Arthur Maximiano da Silva Callado e Francisco Raymundo Corrêa”. Recebendo-se em matrimônio

(...) com as formalidades legais, Narciso Ribeiro de Castro e Luiza Moura da Silva Callado, ambos solteiros, de cor parda, residentes à Rua Bebiano número nove, ele de vinte e sete anos, fundidor, natural do estado do Rio de Janeiro, (...), ela de vinte e seis anos de idade, natural desta capital, (...). Pelos [incompreensível] foi simultaneamente dito que se casaram segundo [incompreensível] em comunhão de bens.²⁷²

Para o oficial que realizou o casamento, ambos eram pessoas “de cor parda”, ou seja, possuíam uma ascendência africana – assim como os pais de Luiza, Callado (Jr) e Feliciano Adelaide. Sendo Narciso Ribeiro igualmente uma pessoa “de cor parda” é certo que ao menos um de seus pais compartilhasse dessa mesma ascendência.²⁷³ Aqui Narciso não foi apresentado como artista, mas fundidor, isto é, um operário metalúrgico.

O endereço declarado por Luiza e Narciso não nos permite saber se a essa época ambos já viviam ou não no subúrbio, mas podemos ter a certeza de que ainda não compartilhavam a residência com Arthur e Clara. Esse registro de casamento nos mostra que Arthur Maximiano, uma das testemunhas, já residia na Rua Manoel Victorino, freguesia de Inhaúma. É mais um indício que nos confirma a mudança desse núcleo dos Silva Callado para o subúrbio lá pelos idos de 1900. Aqui Arthur mantém a identificação de artista, embora algumas referências indiquem que ele atuou como auxiliar de trem da Estrada de Ferro Central a partir de 1893.²⁷⁴ Em 28 de maio de 1903 o *Jornal do Brasil* cumprimenta os aniversariantes do dia seguinte - dentre os quais o “Alferes Arthur Maximiano Callado”.²⁷⁵ Quatro anos depois, em 1907, ele é referido como tenente, mas ainda são nebulosos os caminhos que em dez anos o levaram do ofício de auxiliar de trem à carreira militar. O fato é que quando tinha a liberdade de se apresentar definia-se como artista, tal qual seu pai e avô:

²⁷² Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil 1829-2012, Rio de Janeiro, 8ª Circunscrição, Matrimônios 1904 a Fev 1905, imagem 05 de 223, (Grifos meus). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6SL5-M3V?i=4&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AXJ3T-FYL>.

²⁷³ Apesar das intensas buscas não consegui maiores informações e documentos sobre Ermelinda e José, mas não é impossível que os membros dessa família migrante compartilhassem da mesma ascendência africana. Inclino-me a pensar, inclusive, que os pais de Narciso guardavam alguma relação próxima ao recente passado escravista.

²⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 10 de maio de 1893, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=%22Arthur%20Maximiano%20da%20Silva%20Callado%22&pasta=ano%20189&pagfis=10978.

²⁷⁵ *Jornal do Brasil*, 28/05/1903, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pesq=%22Arthur%20Callado%22&pagfis=12201.

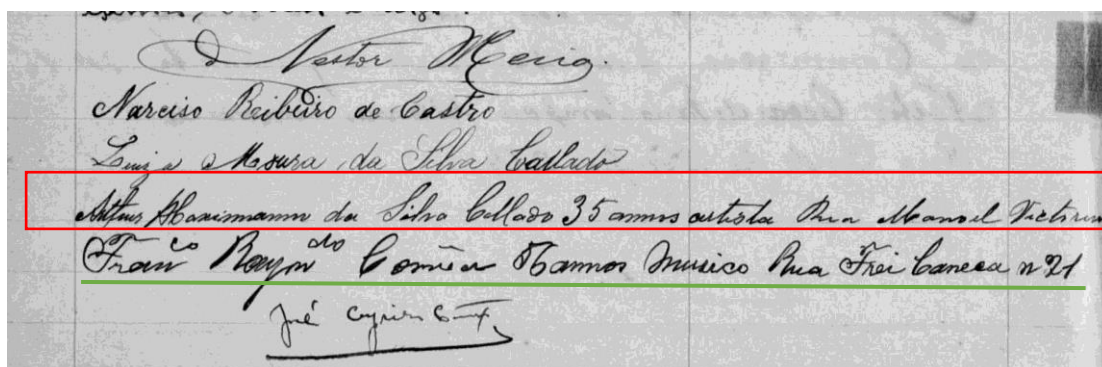


Figura 17. Registro de Casamento entre Luiza Callado e Narciso Ribeiro.

À época do casamento formal, Luiza e Narciso eram dois trabalhadores que a despeito de não gozarem de riqueza material conseguiam se sustentar – inclusive mantendo residência em endereço diferente do edifício da Rua Frei Caneca n.21, onde vivia parte da família Callado - dentre eles o músico Francisco Raymundo Corrêa Ramos, um dos cunhados. No mesmo ano da formalização da união eles seriam pais de Oswaldo Callado Ribeiro de Castro²⁷⁶, seu primeiro filho - indicativo de que esse tenha sido o motivo principal para o casal dispender recursos materiais e o próprio tempo, cumprindo as exigências legais para se casarem formalmente. Professora atuante desde 1897²⁷⁷, Luiza sabia que a maternidade decorrente de uma relação conjugal não formalizada seria malvista – o que poderia acarretar desde aborrecimentos corriqueiros até o impedimento ao exercício do seu ofício.

Apesar do debate conduzido pela imprensa sobre a propriedade de uma mulher exercer o magistério, casamento e a maternidade simultaneamente ou, ainda, de conciliar o ser professora enquanto estivesse “em estado interessante”,²⁷⁸ era exatamente o que fazia Luiza Callado, pois ela era esposa, mãe e professora. Casar-se e ter filhos eram fruto da pressão social, enquanto exercer um ofício remunerado era uma imposição da necessidade da busca pela sobrevivência premente para as mulheres negras e filhas de famílias trabalhadoras. Assim, para que o núcleo familiar fosse capaz de custear suas necessidades de alimentação, moradia, vestimentas, dentre outras, era fundamental que pudessem contar com os rendimentos do

²⁷⁶ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Rio de Janeiro, 8ª Circunscrição, Casamentos Livro 41-53, 1924 (outubro) a 1928 (março), imagem 179. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DRLK7P?cc=1582573&wc=9GTY2NP%3A113334201%2C149603201%2C123181001>. Acesso em: 31/01/2022, às 12h.

²⁷⁷ Nesse ano Luiza Callado foi designada “adjunta estagiária”, uma espécie de primeiro degrau na carreira do magistério e que era ocupado por jovens que ainda cursavam a Escola Normal. Esse lugar na carreira do magistério era também transitório, garantindo apenas uma espécie de pró-labore e sem incorporação aos quadros oficiais do funcionalismo municipal.

²⁷⁸ Jornal das Moças, *Op. Cit.*

marido, da esposa e dos filhos assim que crescessem. E não é impossível crer que as dificuldades materiais tenham levado Luiza, Narciso e Oswaldo a fixarem residência no subúrbio – região da cidade onde os custos de vida eram menores a essa época.

Conseguir colocação em postos de trabalho formais e estáveis era central ao sustento das famílias, e no caso das professoras primárias o objetivo principal era conseguir vaga em uma escola pública primária. Conquistar esse lugar no magistério público garantiria o recebimento mensal dos vencimentos salariais, colocando professora e família em condições materiais mais seguras. Para alcançar tal fim, a professora Luiza Callado investia em sua formação na Escola Normal e isso a levou a conseguir a colocação de adjunta estagiária em 1897.²⁷⁹ Mas, o lugar de adjunta estagiária era transitório, o que não retirava Luiza e muitas outras professoras dessa posição de total insegurança. Assim, era preciso buscar outras formas de exercer o magistério e adquirir os recursos materiais necessários ao sustento, e a manutenção de estabelecimentos de ensino era um desses caminhos. E foi o que fizeram as professoras e irmãs Luiza e Alice Noêmia²⁸⁰, que em 1901 dirigiam uma escola particular frequentada por crianças de ambos os sexos em turmas das 1ª e 2ª Classes Elementares.²⁸¹

Segundo a historiadora Sylvia Damazio o trabalho como professora além de prover os recursos financeiros necessários, seria a possibilidade concreta de fazer parte das chamadas “camada médias urbanas”, uma espécie de “meio caminho entre as massas proletarizadas e os detentores dos meios de produção”. Seria um caminho aberto para uma possível mobilidade social daqueles que “não possuíam sobrenomes tradicionais ou bens de família”.²⁸² A família Silva Callado tinha um perfil muito mais próximo da realidade das classes trabalhadoras, financeira e culturalmente. As relações construídas, os modos de viver, os salários que recebiam os situam como trabalhadores que alcançaram certa segurança material. Portanto, é mais correto entender as professoras dessa família como “trabalhadoras de prestígio” qualificadas por dominarem saberes socialmente valorizados e estarem exercendo um trabalho intelectual.

De todo modo, o exercício do magistério tinha impactos materiais e simbólicos nas vidas dessas professoras negras e de suas famílias. E isto não era pouca coisa, especialmente quando voltamos os olhos às teorias racistas em voga naqueles tempos²⁸³ ; ou quando abrimos as

²⁷⁹ O percurso de Luiza Callado na Escola normal foi muito longo, iniciando-se em 1894, quando ela ainda não tinha dezesseis anos, e seguindo até 1908. Sobre isto consultei seu histórico escolar que será analisado no capítulo seguinte.

²⁸⁰ Tratarei da professora Alice Noêmia Callado em outra oportunidade.

²⁸¹ Cidade do Rio, 23 de dezembro de 1901, p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pesq=%22Alice%20Callado%22&pagfis=12043>

²⁸² DAMAZIO, Sylvia F. retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p.121.

²⁸³ Conforme analisado no capítulo anterior, as perspectivas racialistas – conhecidas como parte do “racismo

páginas de revistas ilustradas como *Careta* e encontramos centenas de anúncios de produtos que associavam beleza, inteligência, qualidades morais e intelectuais às imagens de pessoas brancas (sobretudo de mulheres). Portanto, exercer o ofício de professora pública primária poderia ser uma mistura entre o desejo, as necessidades materiais e a concreta possibilidade de escapar à subalternização econômica e simbólica vividas por tantas mulheres pobres e em especial por mulheres de ascendência africana como Luiza Callado.

Durante os catorze anos de tentativas na Escola Normal²⁸⁴, a jovem foi reprovada diversas vezes em decorrência de avaliações insatisfatórias e por ausências nas avaliações escolares. As legislações republicanas implementadas definiam que os exames prestados pelas normalistas seriam convertidos em pontuações utilizadas como um dos critérios para a alocação em uma vaga no magistério público primário.

Apesar dos movimentos para que apenas as professoras diplomadas fossem incorporadas ao magistério público havia brechas que permitiam a incorporação daquelas que ainda estivessem cursando a Escola Normal. Era bastante comum que moças ainda em formação fossem admitidas, especialmente nas escolas suburbanas – o que favoreceu a incorporação da professora Luiza Callado ao magistério público primário, em 1907. Ela conseguiu lugar como adjunta na 3ª Escola Feminina do 11º distrito, na freguesia suburbana de Inhaúma, sob a direção da professora catedrática Clara Callado. O fato de ter sido alocada exatamente na mesma escola dirigida por sua cunhada também deve ser considerado como um fator importante e não mero acaso.

Em 1904, três anos antes dessa incorporação ao magistério público, Luiza Callado casou-se oficialmente e simultaneamente foi mãe de Oswaldo. Não foi possível frequentar as aulas da Escola Normal neste ano e o motivo registrado em seu histórico escolar não foi a maternidade: segundo o documento ela foi jubilada em 1903 por não ter completado o 3º ano. Entretanto, levando-se em conta que o bebê nascera em março de 1904, em 1903 ela já estava gestando – o que pode ter sido também um ingrediente nesta reprovação que culminou com a sua exclusão da escola. Em 1905, provavelmente ainda atuando como professora particular, ela foi readmitida à Escola Normal; nesse mesmo ano, quando o bebê Oswaldo tinha por volta de 1 ano e 5 meses, Luiza e Narciso foram pais novamente. Em 24 de agosto, “às nove horas da manhã, nascia uma criança de cor parda, do sexo masculino, que tomou o nome de ‘Newton’,

científico” - deitaram raízes em diversos campos como a educação e a criminologia, formulando teorias que defendiam a inferioridade racial de pessoas negras. Eles foram parte do que ficou conhecido como “racismo científico”.

²⁸⁴ Oficialmente o curso durava quatro anos.

filho legítimo dele declarante e de Dona Luiza Callado Ribeiro de Castro.”²⁸⁵

Em 04 de maio de 1906, oito meses após o nascimento, o menino Newton faleceu, ficando a cargo de Arthur Maximiano o registro do óbito. O tio, que novamente se declarou “artista”, foi identificado pelo “escrevente juramentado” do cartório (ou assim autodeclarado) como um homem “brasileiro, de cor parda”. O endereço registrado é a mesma Rua Manoel Victorino, 177 C, que sabemos estar localizado na freguesia de Inhaúma. Já o endereço dos pais e do bebê falecido foi declarado por Arthur como sendo Rua Magalhães, casa número 23. Embora não seja possível definir em qual freguesia a família estava vivendo, sabemos que já não era o mesmo endereço declarado em 1904 à época do casamento oficial. Ou seja, após dois anos a família estava residindo em novo endereço – o que pode ter sido motivado por diversos fatores, dentre os quais o preço do aluguel. O “inocente Newton”, um bebê “de cor parda” não resistiu a uma broncopneumonia.²⁸⁶ Ao final desse mesmo ano a professora Luiza seria “eliminada nas duas chamadas” para os exames em matérias do 3º ano do curso noturno.²⁸⁷

Em abril de 1907, onze meses após a perda abrupta do bebê Newton, o casal Luiza e Narciso teve um novo filho a quem nomearam Jurandy. Com a família ainda residindo à Rua Magalhães, número 23, o pai novamente se encaminhou ao cartório da 7ª Circunscrição a fim de proceder ao registro de nascimento da criança que foi lavrado nos seguintes termos:

Aos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e sete, nesta Capital Federal e em meu cartório compareceu Narciso Ribeiro de Castro, brasileiro, de cor morena, de vinte e nove anos, casado, operário, residente à Rua Magalhães, vinte e três e perante as testemunhas abaixo nomeadas, disse que na casa supra mencionada, no dia vinte e um do corrente mês e ano, às onze e meia horas da manhã, nasceu uma criança de cor parda, do sexo masculino, que tomou o nome de Jurandy, sendo filho legítimo dele declarante e de Dona Luiza Calado Ribeiro de Castro, brasileira, de cor parda, de vinte e oito anos de idade, casados na Décima Primeira Pretoria (...). e para constar lavrei o presente termo que lido assina ele o declarante com as testemunhas Antonio Angelo Pinto, brasileiro, de vinte e oito anos, [operário] gravador, residente à Rua São Diogo, cento e oitenta e dois, e Arthur Maximiano da Silva Calado, brasileiro, de trinta e oito anos, artista, residente à Rua Manoel Victorino, cento e setenta e sete C.²⁸⁸

Neste registro Narciso é declarado como uma pessoa “de cor morena”, ao passo que

²⁸⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Rio de Janeiro, 7ª Circunscrição, Nascimentos, 1905(jun) – 1906 (abr), imagem 111 de 204, p.110, (Grifos meus). A Sétima Circunscrição do Registro Civil da cidade do Rio de Janeiro geralmente corresponde à antiga freguesia do Divino Espírito Santo de Realengo.

²⁸⁶ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Rio de Janeiro, 7ª Circunscrição, Óbitos 1906 (mar-jul), imagem 82. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XCRH-GKD?cc=1582573&wc=9GBG-7MS%3A113334201%2C144695201%2C129069001>. Acesso em: 31/01/2022, às 13h 30 min.

²⁸⁷ Informação consta em seu histórico escolar que será analisado no próximo capítulo.

²⁸⁸ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Rio de Janeiro, 7ª Circunscrição, Nascimentos, Livros 82-86, 1906 (dezembro) a 1907 (agosto), imagem 177. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67V3-XWM?cc=1582573&wc=9GYY-YWP%3A113334201%2C144695201%2C146573501>. Acesso em: 31/01/2022, às 13h 45min, (Grifos meus).

declara esposa e filho como pessoas “de cor parda”. Além da referência aos avós de ambos os troncos, o documento registra ainda que Narciso era um operário e que ele e Luiza eram oficialmente casados. As testemunhas foram Arthur Maximiano, que novamente se declara artista, e Antonio Angelo, operário gravador e outro cunhado.²⁸⁹ e muito provavelmente um homem de cor parda.²⁹⁰ O fato de ter sido arrolado como testemunha na certidão de nascimento do bebê Jurandy indica que Antonio Angelo já era parte da família Silva Callado, como cunhado ou amigo muito próximo.²⁹¹

Em abril de 1907 os trabalhadores Luiza e Narciso eram pais de Oswaldo, com três anos de idade, e do recém-nascido Jurandyr. Ainda matriculada no curso noturno da Escola Normal, a professora Luiza Callado lidava com mais algumas reprovações nas disciplinas do 3º ano. Enfrentava, também, questões de ordem prática como os cuidados que precisava dispensar aos filhos pequenos e com aquelas de ordem emocional - como a recente perda do bebê Newton. A despeito de tantas questões com as quais precisavam lidar, bons ventos pareciam bater à porta da família: por caminhos ainda desconhecidos, Luiza Callado passa a atuar como adjunta na escola pública dirigida por sua cunhada Clara. Creio ter sido esse o momento em que os ramos familiares se juntaram no mesmo endereço, o que significou o compartilhamento de recursos financeiros e até mesmo dos cuidados com as crianças pequenas.

Devidamente instalados na casa à Rua Manoel Victorino, Narciso e Luiza tiveram outro bebê em 1908 a quem deram o nome de Jaldemar. Embora fosse filho e neto de pessoas “de cor parda”, ele curiosamente foi declarado pelo pai como uma criança “de cor branca”²⁹² – algo que não se verifica nos registros de nenhum dos outros quatro filhos desse casal. Esta ação é bastante reveladora do quanto a cor da pele poderia ser determinante para a (auto) identificação racial de uma pessoa e, como já sinalizado, todo esse “arco-íris de cores” configurava-se como tática do cotidiano a fim de driblar o estigma do cativo associado às denominações “negro” e “preto”.²⁹³ Não devemos, contudo, creditar exclusivamente aos declarantes a determinação da

²⁸⁹ Em 1908 Antonio Angelo Pinto se casaria com Elvira Carlota, a filha caçula dos Silva Callado. Assim como Narciso, ele também era um trabalhador operário. O registro de casamento entre Antonio Angelo e Elvira Carlota, e os registros de nascimento dos dois filhos não mencionam a cor do casal, mas neste últimocaso as duas crianças foram identificadas como “pardas”.

²⁹⁰ Localizei o registro de casamento entre Antonio Angelo e Elvira Carlota, além dos registros de nascimento dos dois filhos. Em nenhum deles a cor do casal é mencionada, mas como as duas crianças foram identificadas como “pardas” concluo ser esta a mesma identificação do pai.

²⁹¹ Estes mesmo registros vão indicar que Antonio Angelo e Elvira só passam a compartilhar o mesmo endereço a partir do casamento oficial em 1908. Portanto, em 1907 eles eram no máximo um casal de noivos.

²⁹² Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 11ª Circunscrição, Nascimentos 1908 (maio a julho), p.82, imagem 84 de 202. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DY4S-VH6?i=83&cc=1582573>

²⁹³ MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, p. 350.

cor de uma criança registrada, considerando-se outros elementos como a participação de quem oficializava tais documentos. Em meio às múltiplas possibilidades, essas experiências nos confirmam a existência de categorias de identificação pautadas na cor das pessoas, e demarcando a ascendência africana dos seus portadores.

A partir de 1908, portanto, a casa da Rua Doutor Manoel Victorino, 177 C, abrigava três adultos e três crianças pequenas: todos, à exceção de Jaldemar, identificados como pessoas “de cor parda” ou “morena”. Embora não tenhamos maiores elementos sobre as dinâmicas familiares no interior desse lar, diante dos padrões da época tendo a afirmar que os cuidados maternos ficassem prioritariamente ao cargo de Luiza e Clara Callado, em consonância ao magistério na 3ª Escola Feminina do 11º Distrito. Além de tia, Clara também foi madrinha de Jaldemar, batizado por ela em dezembro de 1908 conforme registrado em seu assentamento de batismo:

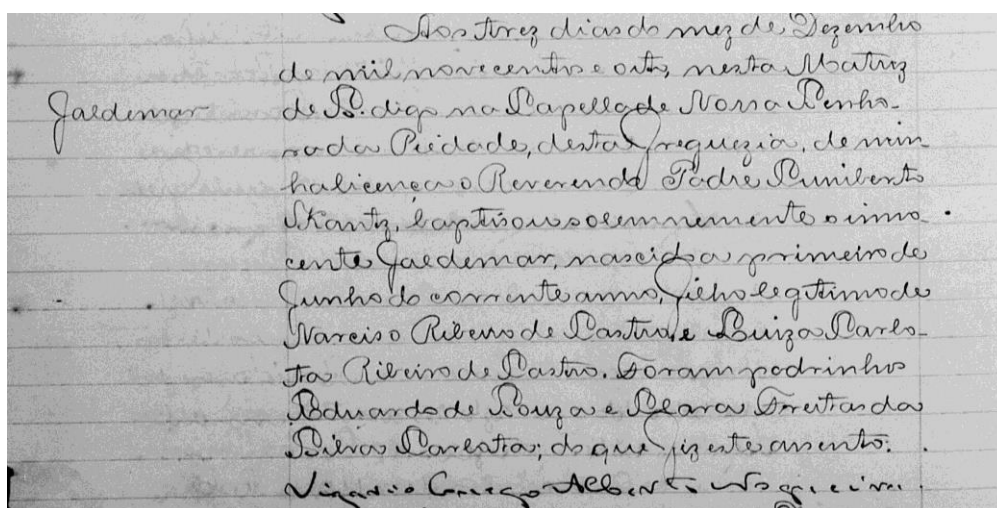


Figura 18. Certidão de Batismo de Jaldemar Callado Ribeiro de Castro em 03/12/1908.

O “inocente Jaldemar” foi batizado aos seis meses de idade, na Capela de Nossa Senhora da Piedade, freguesia de Inhaúma²⁹⁴ – onde a família residia desde 1907. Além de marcar oficialmente o pertencimento ao culto católico o batismo representava também a afirmação de um compromisso dos padrinhos para com seus afilhados. Segundo os costumes, os padrinhos deveriam tomar parte na formação religiosa e no socorro material quando necessário – além de assumirem integralmente a criação dos afilhados menores em caso de falecimento dos pais. Era

²⁹⁴ Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980, Batismos 1908 (jun) a 1909 (nov), p.118, imagem 129 de 323; Paróquias Católicas. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KV4D-M?i=128&cc=1719212> O responsável por este registro se equivocou ao registrar “Carlota” e não Callado como sobrenome de Luiza e Clara. Mas, todo o conjunto de informações nos dá a certeza de que se trata das pessoas que estamos tratando ao longo dessas últimas páginas.

uma grande responsabilidade que indicava confiança, afeto e a tomada de obrigações. Em 04 de dezembro de 1908, dia seguinte ao registro dessa cerimônia de batismo, Narciso se encaminhava ao cartório para a feitura de outro documento, dessa vez registrando o óbito do bebê, “em consequência de uma enterocolite”.²⁹⁵ Essa nova perda familiar não deixou de seguir os ritos católicos, reafirmando o pertencimento da família ao cristianismo oficial, reforçando este elemento que também era importante à manutenção das redes de solidariedade entre os membros da família e pessoas próximas.

Em 1908 Luiza continuava matriculada no curso noturno da Escola Normal, nas disciplinas de Francês e Trabalhos Manuais do 3º ano – sendo aprovada nesta e inabilitada naquela.²⁹⁶ Este foi o último registro de sua longa e penosa jornada em busca de uma diplomação e ao que tudo indica o fim de suas tentativas após catorze anos vinculada à instituição. O histórico escolar de Luiza não deixa claro se ela havia sido novamente excluída da Escola Normal ou se optou por encerrar as tentativas de diplomação. Eram muitos desafios a serem enfrentados pela professora nessa jornada: cuidar de três filhos pequenos, dar aulas diariamente para no mínimo 50 crianças, pegar o trem rumo à região central da cidade, voltar para casa pelos mesmos trilhos, driblando os possíveis perigos das ruas à noite. E além desses desafios, a perda de mais um filho pequeno.

Em 10 de agosto de 1909 nascia Mary, mais uma filha do casal Luiza e Narciso, declarada por seu progenitor como uma criança “de cor parda”.²⁹⁷ O registro feito na Décima Terceira Pretoria, indicava a permanência na família no mesmo endereço localizado na freguesia de Inhaúma. A composição desse ramo da família Callado era agora formada pelo casal Luiza e Narciso, seus filhos Oswaldo, Jurandyr e Mary; além de sua cunhada Clara. As duas professoras continuavam exercendo o magistério na mesma 3ª Escola Feminina do 11º Distrito, Narciso continuava sendo um operário fundidor da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em 09 de janeiro de 1911, Luiza Callado faleceria aos 31 anos de idade, deixando o magistério e os filhos pequenos. A causa de sua morte registrada por Narciso no mesmo cartório do Décima Terceira Pretoria indicava uma “infecção puerperal”²⁹⁸, em consequência de um

²⁹⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil 1829-2012, 11ª Circunscrição, Óbitos 1908, página 02, imagem 03 de 202. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DZP9-TYV?i=2&cc=1582573>

²⁹⁶ Informação consta em seu histórico escolar que será analisado no próximo capítulo.

²⁹⁷ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 11ª Circunscrição, Nascimentos v. 73-77, 1909 (março a setembro), imagem 14. Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012; https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6WG5-QH?cc=1582573&wc=9GBM-YWP%3A113334201%2C161769101%2C161943501](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6WG5-QH?cc=1582573&wc=9GBM-YWP%3A113334201%2C161769101%2C161943501). Acesso em: 31/01/2022, às 14h 50 min.

²⁹⁸ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 11ª Circunscrição, Óbitos v.57-61, 1910 (junho) a 1911(março), imagem 43. Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012; https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XXCT-9H?cc=1582573&wc=9GBG-PT5%3A113334201%2C161769101%2C142035701](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XXCT-9H?cc=1582573&wc=9GBG-PT5%3A113334201%2C161769101%2C142035701). Acesso em: 31/01/2022, às 14h 55 min.

recente parto – o sexto em um período de sete anos. Novamente de acordo com os ritos católicos, sete dias depois a família e “o pessoal docente da 3ª escola pública feminina do 11º distrito” convidavam “parentes, colegas e alunos” e mais “pessoas de sua amizade” a participarem de duas missas que seriam celebradas por sua alma, na Igreja de Nossa Senhora da Piedade (estação da Piedade, Inhaúma). Como de costume o texto publicado mencionava os nomes do marido, filhos, mãe, irmãs e seus maridos, sobrinhos.²⁹⁹ No conjunto dos filhos citados consta o nome de Boanerges Callado Ribeiro de Castro – de quem não localizei qualquer registro e ao que tudo indica foi o último filho a quem ela deu à luz.

Os registros analisados nesta seção indicam que os vínculos entre os irmãos Luiza e Arthur Maximiano foram muito estreitos, costurando redes de afeto e solidariedade dentro e fora de casa. Materialmente, essa proximidade era tática à medida em que permitia aos dois ramos da família juntarem recursos e ampliarem as possibilidades de uma vida menos difícil. Para o casal Luiza e Narciso esta vida compartilhada foi crucial, pois como operário fundidor ele vivia as agruras decorrentes da necessidade de equilibrar custos de vida e os baixos salários que o operariado em geral recebia – o que motivava frequentes mobilizações grevistas.³⁰⁰ Como professora adjunta, Luiza recebia salários mensais em torno de 250\$000, talvez um pouco menos por atuar no subúrbio³⁰¹ e não tenho dúvidas de que seu cônjuge recebesse bem menos que esse valor, pois um operário geralmente não tinha vencimentos superiores a 100\$000.³⁰² Havia ainda a possibilidade de atrasos salariais em ambos os ofícios, tornando a vida ainda mais difícil para a família. Portanto, o compartilhamento dos custos de vida era um mecanismo crucial diante dos gastos relativos à alimentação, vestimenta, moradia, impostos, que assombravam os trabalhadores nesse período.³⁰³

Habitar o mesmo lar também sinaliza para a construção de uma vida compartilhada em praticamente todas as esferas, especialmente na condução coletiva da rotina cotidiana –

²⁹⁹ O Paiz, 15 de janeiro de 1911, p.10.

³⁰⁰ GOLDMACHER, Marcela, A “Greve Geral” de 1903- O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910, 181p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2009.

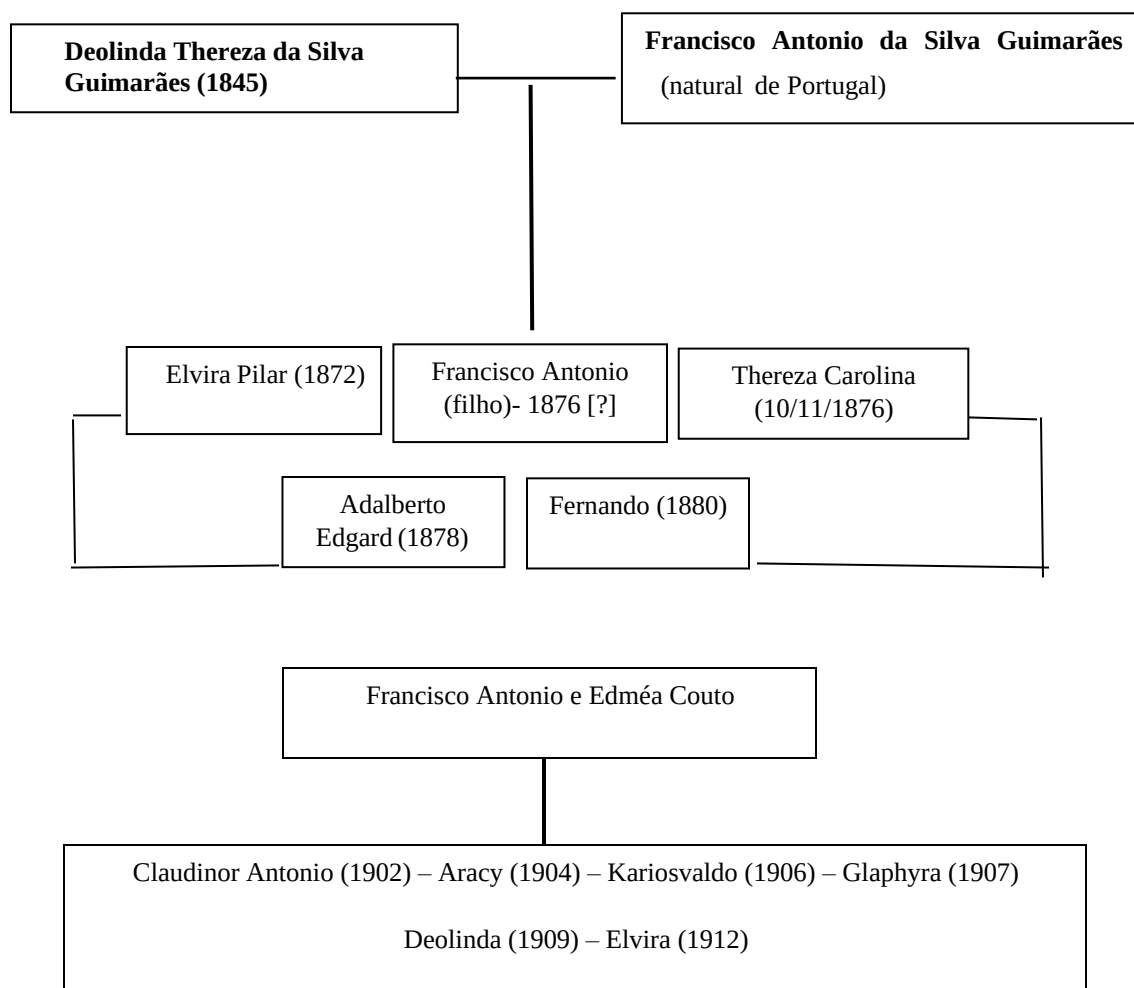
³⁰¹ Não localizei a exatidão desses valores salariais das professoras suburbanas para o referido período. A legislação de 1901, vigente até 1911, dizia que haveria diferença salarial, mas não explicitava quais eram os valores recebidos pelas professoras adjuntas das áreas urbanas e suburbanas.

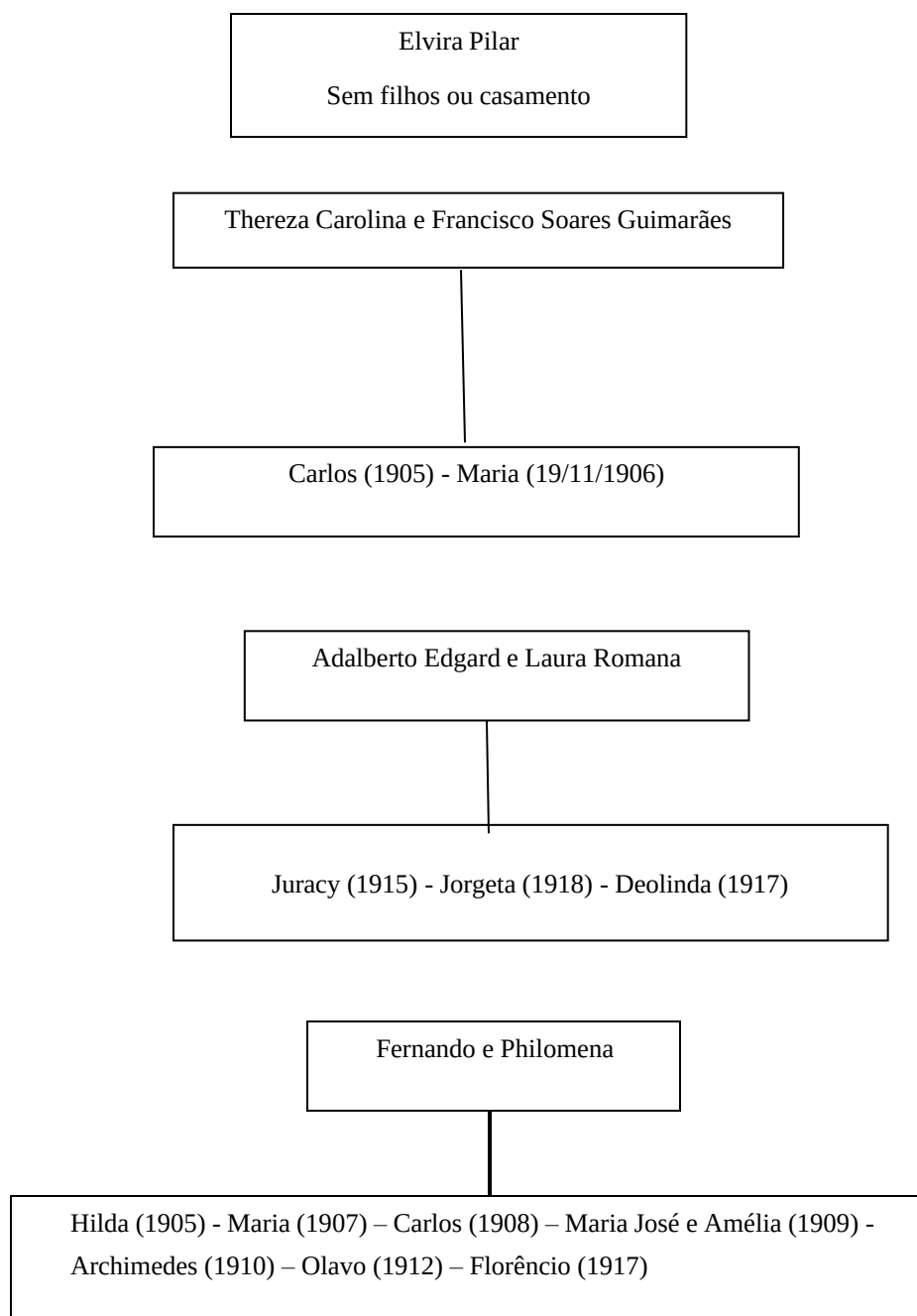
³⁰² Tomo por base as indicações referentes aos operários fabris que entre 1910 e 1913 recebiam salários entre 50\$000 e 104\$000 (mil réis). Fonte: BRASIL, Eric. Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-Of -Spain, Trinidad (1838-1920). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2016, p. 85.

³⁰³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, Out – Dez 1971. Disponível em: [Vista do Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares \(fgv.br\)](http://Vista.doEvolucao.dosprecos.edopadrãodevida.noRio.deJaneiro.1820-1930-resultados.preliminares.fgv.br). Acesso em: 31/01/2022, às 16h 30 min.

incluindo-se aí a construção de projetos para um futuro próximo ou distante. E a dimensão familiar não estava atrelada apenas à consanguinidade, mas podia igualmente ser derivada de variadas formas de convivência, inclusive a relação de compadrio: Clara era madrinha do pequeno Jaldemar e Arthur Maximiano foi padrinho do menino Oswaldo. Ao passar dos anos, de Santana a Inhaúma e vice-versa, os Silva Callado, uma família de trabalhadores negros, teceu uma sólida rede de afeto e apoio mútuo que foi muito importante em diferentes âmbitos como o do trabalho, o domínio da cultura letrada, a construção de um núcleo familiar coeso, estável e alinhado aos padrões condizentes com pessoas respeitáveis moral e intelectualmente.

2.3 - Família Silva Guimarães





Quadro 4. Árvore genealógica da família Silva Guimarães. Fonte: registros diversos arquivados no family Search.

A família Silva Guimarães se inicia a partir da união entre Deolinda Theresia e Francisco Antonio, mas não se sabe a partir de quando, como e em quais condições foi construída essa relação entre uma mulher “de cor morena” e um homem branco português. São escassas as informações sobre ambos, mas são fartas as referências ao casal enquanto pais e avós em documentos de nascimento, casamento, óbito e batismo. Localizei três registros publicados pelo *Jornal do Commercio* que informam sobre um momento bastante delicado para a família, relacionado ao falecimento de Francisco Antonio. Informações publicadas nos dias 25, 27 e 29

de agosto de 1882 informaram sobre a “liquidação do inventário” nos seguintes termos:

Arrematações Judiciárias

Praça

No dia 29 do corrente, depois da audiência do juiz de órfãos da segunda vara, que terá lugar às horas do costume, na rua da Constituição n.48, vai à praça à requerimento de D. Deolinda Theresa da Silva Guimarães, inventariante dos bens do finado Francisco Antonio da Silva Guimarães, para liquidação do inventário, o prédio da rua Indiana n.90 (Laranjeiras), com acomodações para grande família, jardim com gradil na frente, terrenos nos fundos, água e banheiro dentro de casa, avaliado em 10.000\$; as avaliações podem ser vistas no cartório do escrivão Gomes de Paiva, por onde corre o inventário.³⁰⁴

À essa época Deolinda Thereza era uma mulher de aproximadamente trinta e sete anos, mãe de cinco crianças pequenas cujas idades estavam entre dez e dois anos, e viúva. Um imóvel amplo, com jardim, terrenos, água e banheiro dentro de casa seria o lugar ideal para que seus filhos crescessem bem e felizes. Então, por que levá-lo “à praça”, vendendo-o? A explicação mais plausível para que a mãe se desfizesse da casa “com acomodações para grande família” seria a falta absoluta de outras fontes seguras de recursos financeiros, ou a existência de dívidas familiares a serem liquidadas. Não sabemos sobre o resultado desse procedimento, tampouco qual foi o destino imediato dessa mãe e de seus cinco filhos pequenos. Registros posteriores mostram que a família chefiada por Deolinda Thereza encontrou meios para contornar os revezes da vida, indicativo de que eles contaram com redes de apoio e de solidariedade. O que permitiu aos Silva Guimarães manterem-se unidos e coesos.

Em 1902, vinte anos após esse momento crítico, o filho Francisco Antonio reunia familiares e amigos para sua cerimônia de casamento com a jovem Edméa Couto. O documento registra que a oficialização dessa união foi realizada na própria residência do casal, localizada à Rua Dr. Conselheiro Sampaio Vianna, número 08, contando com a presença do juiz e escrivão responsáveis pela Undécima Pretoria. Atendendo às formalidades legais,

(...) às três horas e trinta minutos da tarde receberam-se em matrimônio Francisco Antonio da Silva Guimarães e Edméa Magalhães Couto, ambos solteiros, naturais desta Capital, residentes nesta casa, ele de cor parda, com vinte e seis anos de idade, empregado no comércio, filho natural de Francisco Antonio da Silva Guimarães e de Deolinda Theresa da Silva Guimarães, esta natural desta Capital, onde reside e aquele (que era natural de Portugal) faleceu, e ela de cor branca, com vinte e dois anos de idade, filha natural de Josephina do Carmo, natural desta Capital, onde reside. Pelos [incompreensível] foi dito que se casaram segundo o regime de comunhão de bens. São testemunhas presentes a este ato: Major Hemetério José dos Santos, Domingos Luiz da Costa e Deolinda Theresa da Silva Guimarães, bem como Elvira Pilar da Silva Guimarães, Theresa Carolina da Silva Guimarães. Por não poder escrever, é excluída a testemunha Deolinda Theresa da Silva Guimarães. (...) ³⁰⁵

³⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 25 de agosto de 1882, p.03, (Grifos meus). Disponível em: [Jornal do Commercio\(RJ\) - 1880 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](http://jornaldocomercio.rj.gov.br/). Acesso em: 31/01/2022, às 16h 50 min.

³⁰⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 8ª Circunscrição, Casamentos, 11- 15 de julho de 1900

Residentes no mesmo endereço da cerimônia, o casal estava formalizando uma união conjugal que na prática já existia – algo também recorrente na família Callado. E novamente precisamos considerar que a oficialização do casamento não era mera formalidade, mas um instrumento capaz de permitir ao casal e filhos algum socorro material quando necessário. E igualmente atender aos enquadramentos morais que pretendiam padronizar as relações conjugais oficiais como legítimas e melhores – realidade distante de grande parte da população da cidade. Quatro meses depois, em 18 de dezembro de 1902, nasceria Claudionor Antonio, filho do casal.³⁰⁶ Mais uma vez é plausível considerar que esse movimento de oficialização tivesse relação direta com a chegada de um filho, sendo o casamento um instrumento capaz de impedir a desqualificação pública da mulher e mãe e, também, uma proteção aos nascidos dessas uniões.

Voltando aos festejos matrimoniais, ficamos sabendo que o evento contou com a participação de Deolinda Thereza, Elvira Pilar e Thereza Carolina, mãe e irmãs do noivo. As duas últimas eram professoras primárias atuantes há algum tempo. Outro professor presente foi Hemetério José dos Santos, identificado como “Major”.³⁰⁷ A presença do professor Hemetério nesse e em outros momentos da vida dessa família indica a existência de fortes laços entre os dois núcleos familiares:

– junho de 1905, pp.186 187, imagem 188 de 202, (Grifos meus). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6SLS-SXV?i=187&cc=1582573&personUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AXJ3T-8VS>.

³⁰⁶ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 7ª Circunscrição, Nascimentos, Livros 64-68, 1902 (dezembro) a 1903 (novembro), imagem 21. Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012;https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63LC-91?cc=1582573&wc=9GYJ-16X%3A113334201%2C144695201%2C146431301](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63LC-91?cc=1582573&wc=9GYJ-16X%3A113334201%2C144695201%2C146431301). Acesso em: 31/01/2022, às 17h 10 min.

³⁰⁷ O título de “Major” era apenas honorífico em virtude de Hemetério atuar como professor no Colégio Militar desde 1889.

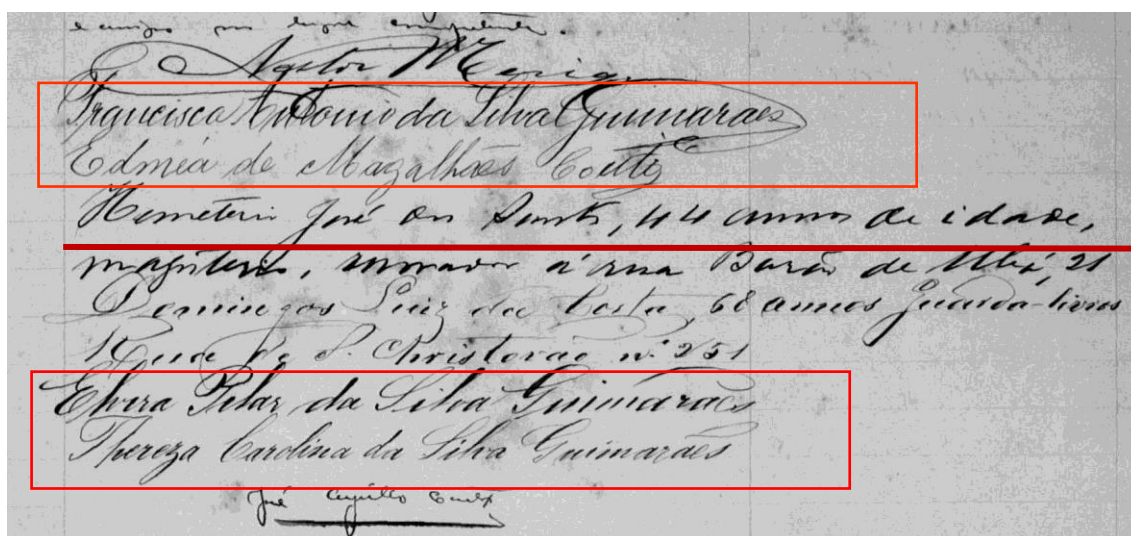


Figura 19. Assinaturas das testemunhas do casamento entre Francisco Antonio da Silva Guimarães e Edméa Magalhães, 1902.

Aqui como em todos os outros registros de casamento a que tive acesso são apenas informados os ofícios exercidos pelos homens, omitindo-se essa informação sobre as mulheres. Outras fontes cartoriais e da imprensa nos permitem saber que Elvira Pilar e Thereza Carolina eram professoras primárias e Edméa possuía a “ocupação doméstica”.³⁰⁸ Quanto aos homens, Francisco Antonio era um empregado do comércio, Hemetério dos Santos atuava no magistério e Domingos Luiz era um guarda-livros. Estes dois últimos residentes na freguesia de São Cristóvão e geograficamente próximos da família Silva Guimarães.³⁰⁹ Os sentidos dessa proximidade entre as famílias Silva Guimarães e Hemetério dos Santos poderiam ser muitos, mas em especial evidencia a existência de uma rede de apoio sólida e acionável com alguma facilidade.

Em 1902, Francisco Antonio, Edméa, Elvira Pilar e a matriarca Deolinda Thereza compartilhavam o mesmo endereço à Rua Conselheiro Sampaio Vianna, número 08 – situação que permaneceu pelo menos até 1909. Assim como ocorria com os Silva Callado, estamos diante de outra família trabalhadora que compartilhava a vida material e afetiva de forma bem direta. Para Francisco Antonio e Edméa havia também a possibilidade do compartilhamento dos cuidados necessários aos seus filhos Claudionor Antonio, Aracy, Karyosvaldo, Glaphyra e Deolinda Thereza – nascidos entre os anos de 1902 e 1909. Aparentemente, os demais filhos

³⁰⁸ Função declarada por Francisco Antonio nos momentos em que procedeu ao registro civil de nascimentos dos filhos do casal.

³⁰⁹ Atualmente a Rua Sampaio Vianna, onde a família Silva Guimarães residia, está situada no bairro do Rio Comprido. Uma simulação na ferramenta “Google Maps” mostra que a distância era relativamente curta entre as residências dos Silva Guimarães e dos Hemetério dos Santos.

de Dona Deolinda Thereza não residiam no mesmo endereço, mas são fortes os indícios dos estreitos vínculos entre todos eles. E as irmãs Thereza Carolina e Elvira Pilar - de quem falaremos melhor mais à frente – ainda que não habitassem a mesma residência na vida adulta, mantinham estreitos vínculos inclusive no mundo do trabalho ao compartilharem o exercício do magistério.³¹⁰

Assim como sua mãe, Deolinda Thereza, uma mulher de “cor morena” que se casara com um homem branco (de origem portuguesa), Francisco, um homem “de cor parda”, se casa com uma mulher branca. O primeiro filho do casal, Claudionor Antonio, é declarado pelo pai no ato do registro de nascimento como “[seu] filho do sexo masculino, de cor clara.”³¹¹ Chama a atenção o uso da categoria “cor clara”, demonstrando a existência de certa ambiguidade na percepção paterna ao definir a cor de seu filho Claudionor Antonio – algo que não aconteceria com os outros filhos que foram declarados brancos. Esse padrão pode ser observado nas dinâmicas matrimoniais e de nascimentos dos outros membros da segunda e terceira gerações dos Silva Guimarães.³¹² Era parte de suas experiências de vida os casamentos entre pessoas de cores e origens diferentes, a começar pelo casal fundador da família – Francisco Antonio da Silva Guimarães e Deolinda Thereza da Silva Guimarães.

Pessoas de todas as cores e origens viviam cercadas por imagens brancas: os santos das igrejas, o Cristo crucificado, os modos de ser, a educação formal, os padrões morais e inúmeras outras práticas discursivas. Direta ou indiretamente os ideais de branquidão atravessavam as vidas de todas as pessoas naquela sociedade construída por hierarquias pautadas em gênero, cor e origens sociais. Contudo, é preciso sempre salientar que havia múltiplas facetas nessas relações das pessoas negras com os ideais de branquidão, indo muito além da completa introjeção e reprodução. Conforme já foi dito, as pessoas negras afetadas por uma série de desqualificações respondiam usando as ferramentas do próprio sistema – sendo os ideais de branquidão parte dessa realidade.

Além dos ideais de branquidão havia outros elementos pautando as relações construídas naquele cotidiano tão desafiador onde era preciso equilibrar necessidades materiais e aspectos

³¹⁰ *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1902, p. 03. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1900 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](http://www.docreader.com.br/docreader/16X%3A113334201%2C144695201%2C146431301). Acesso em: 31/01/2022, às 17h 35 min.

³¹¹ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 7ª Circunscrição, Nascimentos, Livros 64-68, 1902 (dezembro) a 1903 (novembro), imagem 21. Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829- 2012; https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63LC-91?cc=1582573&wc=9GYJ-16X%3A113334201%2C144695201%2C146431301](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63LC-91?cc=1582573&wc=9GYJ-16X%3A113334201%2C144695201%2C146431301). Acesso em: 31/01/2022, às 17h 10 min.

³¹² Foram cerca de dezenove crianças nascidas na família Silva Guimarães, filhos de quatro dos cinco irmãos, sendo a menina Deolinda - uma das filhas de Francisco Antonio e Edméa, nascida em 1909 – a única declarada como um bebê “de cor morena”.

simbólicos da vida. É importante também considerar as relações de vizinhança e de solidariedade atravessando as uniões conjugais e movendo os sujeitos em suas escolhas amorosas. A vida compartilhada e os desafios cotidianos tecem fios capazes de conectar as pessoas e é principalmente nesse sentido que compreendo as experiências das três famílias investigadas.

Assim como os casamentos, os momentos de morte em família envolvem questões de natureza afetiva e as de ordem prática - como a financeira -, podendo inclusive mesclá-las como era o caso dos rituais religiosos. Os velórios, os rituais de enterramento e as missas podem ser entendidos dessa forma, como uma mescla entre a formalidade costumeira e a crença de que aquele de fato era um momento espiritualmente importante. Não foi diferente para a família Silva Guimarães, tanto nos idos de 1880 quanto em 1908 com o falecimento de Dona Deolinda Thereza, a matriarca daquele núcleo familiar.

Era prática comum às pessoas pertencentes às camadas letradas, sobretudo trabalhadores do funcionalismo público, utilizarem os jornais para tornar acontecimentos de caráter privado – como nascimentos, mortes e enterramento e a execução missas – em eventos públicos ao angariar a presença de pessoas de fora do círculo familiar através da publicação de notas e convites. Essa era também uma tática para reforçar a respeitabilidade do conjunto familiar, mostrando a adesão e deferência aos ritos da religião oficial e, também, a capacidade de mobilizar manifestações de apreço e solidariedade. E assim foi feito pela família Silva Guimarães, informando aos que porventura se interessassem:

[que] vitimada por antiga e pertinaz enfermidade, faleceu ontem D. Deolinda Thereza da Silva Guimarães, mãe do 2º tenente Francisco Antonio da Silva Guimarães, comissário do cruzador-torpedeiro Tamoyo, e das professoras DD. Elvira Pilar da Silva Guimarães e Thereza Carolina da Silva Guimarães.

Seu corpo será dado à sepultura hoje, às 5 horas, no cemitério São Francisco Xavier, saindo o féretro da Rua Sampaio Vianna n.12.³¹³

Seguindo os padrões ditados pelo catolicismo, a religião oficial da República laica, a família realizou ao menos duas missas, uma ao 7º dia do falecimento e outra ao 30º dia:

No altar-mor da igreja de S. Francisco de Paula será rezada amanhã, às 9 ½, missa de 7º dia por alma de D. Deolinda Thereza da Silva Guimarães, mãe do 2º tenente Francisco Antonio da Silva Guimarães, comissário da armada, e das professoras municipais DD. Elvira Pilar da Silva Guimarães e Thereza Carolina da Silva Guimarães e do Sr. Adalberto Edgard da Silva Guimarães, guarda-livros da fábrica de tecidos da Companhia América Fabril, na raiz da serra de Petrópolis.³¹⁴

As professoras Elvira Pilar da Silva Guimarães, Thereza Carolina da Silva Guimarães e filha, 2º tenente Francisco Antonio da Silva Guimarães, senhora e filhos, Adalberto

³¹³ “Vida Social – Enterros”, *O Paiz*, 29 de dezembro de 1908, p.03, (Grifos meus).

³¹⁴ “Vida Social – Missas”, *O Paiz*, 03 de janeiro de 1909, p.03, (Grifos meus).

Edgard da Silva Guimarães, Fernando da Silva Guimarães, senhora e filho, Marciana Guimarães Rodrigues da Costa e Paulo Rodrigues da Costa, profundamente feridos com o falecimento de sua idolatrada mãe, avó, sogra e tia Deolinda Thereza da Silva Guimarães, de coração agradecem aos bons amigos que a acompanharam a sua última morada, e participam que sua missa de 7º dia será amanhã, segunda-feira, 4 do corrente, às 9 ½ horas, no altar-mor da igreja de São Francisco de Paula, pelo que confessam desde já gratos aos que lhes fizerem o favor de assistirem a esse ato religioso.³¹⁵

Embora publicados praticamente no mesmo momento, cada um desses textos traz informações que indicam terem sido solicitadas por diferentes membros da família e, principalmente, evidenciam o esforço em se afirmar perante a opinião pública como dignos e respeitáveis trabalhadores. A primeira delas informa sobre falecimento e o enterro, fazendo referência somente aos filhos Francisco Antonio da Silva Guimarães (“2º tenente, comissário da armada”) e às “professoras municipais” Elvira Pilar e Thereza Carolina. A segunda publicação, feita seis dias após o falecimento de Dona Deolinda, informa sobre a realização da missa de 7º dia e faz referência a outro filho: o guarda-livros Adalberto Edgard da Silva Guimarães, trabalhador da “fábrica de tecidos da Companhia América Fabril, na raiz da serra de Petrópolis”. A precisão nas informações indicando inclusive o nome da fábrica indica que tenha sido o próprio Adalberto Edgard quem tenha encomendado a publicação feita no jornal O Paiz. A terceira e última publicação desse bloco inclui outros familiares e faz referências a todos os cinco filhos da falecida: Elvira Pilar, Thereza Carolina, Francisco Antonio, Adalberto Edgard e Fernando – omitindo as profissões destes dois últimos.

A última missa foi realizada na mesma igreja de São Francisco de Paula, também no horário de 9 e meia, trinta dias após o falecimento, convidando “as pessoas de sua amizade” para assistirem à cerimônia realizada pelo “descanso eterno de sua saudosa mãe, avó, sogra e tia Deolinda Thereza da Silva Guimarães. Aqui também são citadas as profissões de Elvira Pilar, Thereza Carolina e Francisco Antonio, indicando que a autoria da mensagem publicada fosse desse trio de filhos - os que conviviam de perto com a matriarca falecida. Por essas publicações também podemos saber que à exceção de Elvira Pilar, todos os irmãos eram casados e tinham filhos.

Outra fonte importante para a escrita da história da família Silva Guimarães é o atestado de óbito de Dona Deolinda, pois ele fornece dados que nenhuma dessas notas publicadas, e pagas, pela família na imprensa forneceu em vista de serem registros com objetivos e finalidades diferentes. O registro do óbito foi feito a partir da declaração de Francisco Antonio e do atestado médico portado por ele, informando a causa mortis, a cor da falecida, o endereço

³¹⁵ “Atos Fúnebres”, *Correio da Manhã*, 03 de janeiro de 1909, p.07, (Grifos meus).

de residência e o estado civil dela e do declarante, e a idade em que estava quando faleceu:

Aos vinte e nove dias de dezembro de mil novecentos e oito, nesta Capital e Cartório, compareceu o segundo tenente comissário Francisco Antonio da Silva Guimarães, morador à rua Sampaio Vianna, oito, exibiu atestado do Doutor Theofilo Jorge Meirelles, declarando ter falecido ontem às cinco horas da tarde, de tuberculose pulmonar Dona Deolinda Thereza da Silva Guimarães, natural desta Capital, de sessenta e três anos de idade, morena, viúva de Francisco Antonio da Silva Guimarães, deixando cinco filhos de maior idade, sem deixar testamento e vai ser sepultada no Cemitério de São Francisco Xavier. E para constar assinam este termo o escrivão e declarante.³¹⁶

Acometida por uma tuberculose pulmonar, “antiga e pertinaz enfermidade”, Deolinda Thereza faleceu aos sessenta e três anos de idade, sem deixar testamento - um forte indício da ausência de bens materiais e que fortalece a suspeita de que a venda da casa em 1882 realmente tenha acontecido por ausência de outras fontes de renda naquele momento. Algo que nenhum desses documentos esclarece é sobre o tipo de ofício exercido por Deolinda ao longo da vida e embora eu tenha suspeitado de que ela tivesse sido professora, não localizei indícios seguros a esse respeito. Mas, professoras foram as suas duas filhas, Elvira Pilar e Thereza Carolina, das quais falaremos a partir de agora.

Filha primogênita da família Silva Guimarães, Elvira Pilar nasceu por volta de 1872 e à época da venda da casa na Rua Indiana n.90, Laranjeiras, tinha no máximo dez anos de idade. Assim como a mãe Deolinda e o irmão Francisco Antonio, Elvira era uma pessoa de “cor parda”, livre que viveu os primeiros em uma sociedade escravista. Nessa mesma época a jovem buscava assento na Escola Normal da Corte: em 1887 localizamos registros de sua busca por uma vaga na Escola Normal da Corte, sendo chamada à prova oral de admissão, junto a outros vinte e quatro candidatos - dos quais seis eram homens.³¹⁷ Outro aviso convocando para “prova oral de português” publicado no mesmo período indica que ela e mais quinze moças eram alunas ouvintes na Escola Normal da Corte:

Exames – Escola Normal da Corte. Hoje às horas da tarde em ponto, serão chamadas à prova oral de português da 1ª série as ouvintes: D. Delphina do Espírito Santo Rodrigues, Hortência de Miranda Rodrigues, Octavia Emília Coelho da Silva, Maria Rosa de Jesus, Francisca da Camara de Bittencourt e Oliveira, Adelaide Rosa de Moraes Almeida, Elisa Duque-Estrada, Alice Cruz, Mathilde de Lessa Ferreira da Silva, Elisa Sayão Carvalho, Amelia Augusta da Silva Coutinho, Elvira Pilar da Silva Guimarães, Christina Barbosa dos Santos, Orminda Hildebrand da Costa Miranda e Guilhermina Candida Ferreira Machado.³¹⁸

³¹⁶ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 8ª Circunscrição, Óbitos, Livros 62-66, 1908 (junho) a 1909 (fevereiro), imagem 178, (Grifos meus). Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012;https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6983-8GL?cc=1582573&wc=9GRW-2NG%3A113334201%2C149603201%2C141594801](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6983-8GL?cc=1582573&wc=9GRW-2NG%3A113334201%2C149603201%2C141594801). Acesso em: 05/02/2022, às 10h 50 min.

³¹⁷ Gazeta de Notícias, Avisos, 22 de março de 1887, p.02. Disponível em: [Gazeta de Noticias \(RJ\) - 1880a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 01/02/2022, às 11h 40 min.

³¹⁸ Jornal do Commercio, Avisos, 03 de março de 1887, p. 03. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) -1880 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 01/02/2022, às 11h 50 min.

No ano seguinte a jovem estava na faixa dos dezesseis anos de idade e continuava frequentando a Escola Normal da Corte. Variados registros de convocações para prestar avaliações – como a da prova oral de caligrafia e desenho linear, aplicada em 15 de dezembro de 1888 – informam sobre a participação de Elvira Pilar³¹⁹ e o seu excelente aproveitamento:

Escola Normal – o resultado dos de caligrafia e desenho linear dos dias 7, 10, 15 e 17 do corrente foi o seguinte:

Aprovadas com distinção: D. Francisca Klier, José Antonio Gonçalves Junior e Raymundo Honório da Silva; [aprovados] plenamente: D. Almerinda Machado da Silveira, Esmeria Adelaide de Castro Leal, Herminina Caminha Duque Estrada, Maria Bapstina Ducis Pereira, (...) Elvira Pilar da Silva Guimarães, Rufina Vaz Carvalho dos Santos, (...).

Não compareceram à prova prática três alunos.³²⁰

Foram publicados os resultados obtidos por trinta e oito alunos nos exames, dos quais apenas sete eram homens. Na distribuição dos conceitos, três foram “aprovados com distinção”, vinte e quatro “aprovados plenamente”, oito “aprovados simplesmente” e três alunos faltosos a essa avaliação prática. Elvira Pilar teve resultado “plenamente”, assim como Rufina Vaz, sua amiga-irmã.

Em janeiro de 1889 localizei uma única referência à Elvira Pilar e outras alunas da Escola Normal da Corte, muito provavelmente relacionada ao ano anterior.³²¹ Trata-se de um abaixo-assinado feito pelas normalistas em agradecimento ao professor de português Fausto Barreto, exonerado do cargo. Em 1891 e 1892 localizei referências curtas a seu respeito, informando sobre a realização de provas e os respectivos resultados. Outras publicações indicam que este processo formativo se estendeu até o ano de 1896, quando ela finalmente se tornou uma professora diplomada³²² – quase dez anos após a prova de admissão. Ainda em 1891, aos dezenove anos de idade, a jovem foi nomeada professora “adjunta interina às escolas públicas primárias” junto a outras quarenta e uma professoras.³²³ Em 1896, ano de sua diplomação, Elvira já estava plenamente incorporada ao magistério público como uma das

³¹⁹ Gazeta da Tarde, *Escola Normal*, 15 de dezembro de 1888, p. 02. Disponível em: [Gazeta da Tarde \(RJ\)- 1880 a 1901 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 11h 15 min.

³²⁰ Jornal do Commercio, *Exames*, 21 de dezembro de 1888, p. 03. Disponível em: [Jornal do Commercio\(RJ\) - 1880 a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 11h 30 min, (Grifos meus).

³²¹ *Gazeta do Norte*, Escola Normal da Corte – ao público, 26 de janeiro de 1889, p.02. Disponível em: [Gazeta do Norte : Órgão Liberal \(CE\) - 1880 a 1890 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 11h 15 min.

³²² *Jornal do Brasil*, 01 de junho de 1896, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20189&pagfis=6136

³²³ *Gazeta de Notícias*, 06 de maio de 1891, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20189&pagfis=3323

quase trezentas professoras adjuntas efetivas do 1º grau do Distrito Federal.³²⁴

Além de professora, Elvira Pilar foi filha, irmã, cunhada, tia, amiga. Não foi mãe e nem se casou – contrariando o que era esperado das mulheres de seu tempo. É difícil acompanhar os caminhos de sua vida pessoal, pois todas as referências localizadas a seu respeito contam sempre sobre a carreira no magistério, e quase nada sobre a vida privada. Os poucos registros que informam sobre momentos da sua vida privada geralmente se referem a outros membros da família Silva Guimarães ou sobre os Hemetério dos Santos, indicando a sua presença e convivência. Creio que ela tenha vivido experiências para além do magistério, mas por não ter se casado ou tido filhos torna-se mais difícil acessar outros registros que não sejam apenas aqueles relacionados ao mundo do trabalho.

Tendo a crer que Elvira Pilar tenha tido participação ativa e direta na criação dos sobrinhos Claudionor Antonio, Aracy, Kariosvaldo e Glaphyra, nascidos entre 1902 e 1907, quando ela, Deolinda, Francisco e a esposa Edméa compartilhavam a residência à rua Sampaio Vianna, n.08. Todos estavam compartilhando a vida cotidiana, os dissabores, os projetos, os cuidados com a casa, com as crianças e a matriarca da família em seus momentos de adoecimento. Esse compartilhar da vida implicava em obrigações e na construção de laços de solidariedade como o apoio entre a tia sem filhos e a mãe de muitas crianças pequenas como era o caso da dona de casa Edméa que em 1908, além de mãe das quatro crianças bem pequenas, gestava outro bebê. Nascida em 27 de janeiro de 1909, a caçula da família foi batizada em homenagem a avó: foi chamada Deolinda Thereza.³²⁵ Os laços familiares também funcionavam em momentos difíceis como os de morte, portanto eram vínculos que engendravam compromissos materiais e simbólicos.

Dezoito meses após o nascimento a menina Deolinda Thereza veio a óbito, ficando o registro a cargo do tio Adalberto Edgard da Silva Guimarães, que residia à mesma casa da rua Conselheiro Sampaio Vianna:

Aos vinte e três de julho de 1910, nesta Capital Federal e neste cartório, compareceu Adalberto Edgard da Silva Guimarães, brasileiro, com trinta e um anos, estudante, solteiro, residente à rua Conselheiro Sampaio Vianna cinquenta e seis, exibiu um atestado firmado pelo Doutor Antonio [incompreensível], que declarava:

“Nome – Deolinda Thereza, com dezoito meses, branca, feminino, desta Capital, filha do Tenente Francisco Antonio da Silva Guimarães e de Dona Edméa Korff da Silva

³²⁴ Jornal do Commercio, 31 de março de 1896, p. 06. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%AAs%22&pasta=ano%20189&pagfis=20727

³²⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 8ª Circunscrição, Nascimentos Livros 103-107, 1908 (julho) a 1909 (fevereiro), imagem 37. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-67LS-4JC?cc=1582573&wc=9GRP-VZS%3A113334201%2C149603201%2C137886001>. Acesso em: 05/02/2022, às 12h 15 min.

Guimarães, domiciliava-se a falecida à casa do declarante, em consequência de Enterite Crônica [incompreensível], às sete horas da manhã de hoje.” Pelo declarante foi dito que o cadáver será sepultado no cemitério de São Francisco [incompreensível].³²⁶

O tio, autodeclarado estudante, fez valer o compromisso familiar em suas dimensões materiais e simbólicas, possibilitando algum descanso aos pais do bebê recém-falecido. O compromisso perante a família incluiu, ao turno de Elvira Pilar, o compartilhamento de sua residência com seus irmãos, cunhada, mãe e sobrinhos pequenos. O fato de Francisco e Edméa terem escolhido o nome Elvira para a filha nascida em 27 de julho de 1912 é mais um indicativo de que essa rede familiar esteve ancorada no comprometimento material e simbólico entre todas as partes envolvidas.³²⁷ Comprometimento familiar que também envolveu as relações de compadrio entre os Silva Guimarães e os Hemetério dos Santos em mais uma evidência dos fortes vínculos entre os dois núcleos familiares: o apadrinhamento da menina Elvira pelo casal Hemetério José dos Santos e Rufina Vaz Carvalho dos Santos:

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e doze, nesta igreja, o [incompreensível] padre Lourenço [incompreensível] solenemente batizou Elvira, nascida a vinte e sete de julho de mil novecentos e doze, filha legítima de Francisco Antonio da Silva Guimarães e de Edméa Korff da Silva Guimarães.

Foram padrinhos Hemetério dos Santos e Rufina Vaz Carvalho dos Santos.³²⁸

Tais vínculos e compromissos familiares também se convertiam em meios para o fortalecimento de seus membros nos “mundos do trabalho”: assim como na família Silva Callado, as mulheres da família Silva Guimarães estiveram muito próximas no exercício do magistério. Como a irmã Elvira Pilar, a jovem Thereza Carolina buscou por formação, diplomação oficial e a tão concorrida inserção no magistério público primário.³²⁹ Alguns anos depois dos movimentos em direção ao magistério, ela se tornou mãe ao dar à luz ao bebê Carlos. Nascido em 20 de setembro de 1905, o bebê era fruto de seu relacionamento com Francisco Soares de Sousa, “natural de Portugal, casado, negociante, residente à Rua Barão de Itapagipe, 95”³³⁰, que ao registrar esse nascimento declarou:

³²⁶ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 8ª Circunscrição, Óbitos Livros 70-73, 1910 (maio) a 1911(julho), imagem 126. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-624G-NK?cc=1582573&wc=9GTQ-SP6%3A113334201%2C149603201%2C129111901>. Acesso em: 05/02/2022, às 13h 25 min, (Grifos meus).

³²⁷ Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980, Registros Paroquiais, Igreja de São Francisco Xavier, Batismos 1911-1914, imagem 97. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-GFYX-H?cc=1719212&wc=M6ZY-36D%3A131775101%2C131775602%2C143043001>. Acesso em: 05/02/2022, às 13 50 min.

³²⁸ Idem.

³²⁹ O percurso da professora Thereza Carolina será explorado no próximo capítulo.

³³⁰ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-1912, 08ª Circunscrição, Nascimentos Livro 82-85, 1905 (julho) a 1906 (janeiro), imagem 192. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-GFYX-H?cc=1719212&wc=M6ZY-36D%3A131775101%2C131775602%2C143043001>.

(...) que no dia vinte do corrente mês, às seis horas da tarde na casa de sua residência nasceu uma criança branca do sexo masculino a quem deu o nome de Carlos, o qual é filho de Thereza Carolina da Silva Guimarães, natural desta Capital, solteira. São avós da criança Francisco Antonio da Silva Guimarães e Deolinda Thereza da Silva Guimarães.³³¹

Considerando que o pai da criança se diz um homem casado e declarou Thereza como uma mulher solteira, a união entre ambos não estava respaldada pelas formalidades legais, assim como o filho nascido desta relação. Ele declara também que o nascimento da criança ocorrera em sua residência, o que é mais um indicativo da existência de uma vida conjugal entre os pais do bebê. Como as outras dezesseis crianças nascidas na terceira geração da família, Carlos foi declarado branco e, sem dúvida, ser reconhecido por um pai branco e imigrante favorecia essa classificação. Em 22 de novembro de 1906, um ano e dois meses após o nascimento de Carlos, a professora Thereza Carolina deu à luz a outra criança: a menina Maria. Dessa vez o declarante do registro fora o tio, Francisco Antonio, e não há qualquer menção ao pai da criança:

Francisco Antonio da Silva Guimarães, natural desta Capital, casado, segundo tenente comissário da Armada e morador à rua Sampaio Vianna, oito, e declarou que no dia vinte e dois do corrente mês às cinco horas da tarde na casa à rua Barão de Iguatemy [incompreensível], sua irmã dona Thereza Carolina da Silva Guimarães, natural desta Capital, solteira, deu à luz a uma criança do sexo feminino, a quem deu o nome de Maria, a qual tem por avós Francisco Antonio da Silva Guimarães e dona Deolinda Thereza da Silva Guimarães, aquele falecido.³³²

Francisco, declarante do nascimento registrado, não indicou a cor da menina Maria e reiterou o estado civil de solteira de sua irmã Thereza Carolina. A comparação entre os dois registros nos mostra que foram realizados no mesmo cartório e pelo mesmo escrivão, em um curto espaço de tempo. Portanto, esse silêncio quanto à cor e ao pai da menina foi escolha do declarante. Outro ponto que merece destaque é a diferença entre os endereços de residência declarados: em 1905 a família residia à rua Barão de Itapagipe, no ano seguinte moravam à rua Barão de Iguatemy. As localizações eram bem próximas entre si e igualmente da casa à Rua Sampaio Vianna, onde residiam Francisco Antonio, Deolinda Thereza e Elvira Pilar.

A proximidade geográfica dessa rede permitiu à Thereza Carolina contar com o apoio de sua família em um momento em que poderia estar completamente desamparada sob o

<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6357-Y36?cc=1582573&wc=9GYV-924%3A113334201%2C149603201%2C150510301>. Acesso em: 05/02/2022, às 14 13 min., (Grifos meus).

³³¹ Idem., (Grifos meus).

³³² Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-1912, 08ª Circunscrição, Nascimentos Livros 89-92, 1906 (outubro) a 1907 (fevereiro), imagem 127, (Grifos meus). Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-63V3-NSP?cc=1582573&wc=9GRD-RMW%3A113334201%2C149603201%2C150528601>. Acesso em: 05/02/2022, às 14h 25 min.

estigma da mulher solteira e com filhos. A menina Maria pôde contar com o apoio dos tios, da avó Deolinda e de uma figura fundamental que também esteve presente em outras experiências familiares: o seu tio Francisco, que também era o seu padrinho.³³³

Mais um aspecto importante a ser analisado são as relações entre a família Silva Guimarães e pessoas de origem portuguesa. Francisco Soares, pai dos filhos de Thereza Carolina, era um homem branco português que ao registrar o bebê Carlos teve por testemunha também um conterrâneo seu, Antonio de Azevedo Estrada que se identificou como trabalhador do comércio.³³⁴ Francisco Antonio ao registrar a sobrinha Maria também teve por uma de suas testemunhas o português Justiniano José Machado, do comércio.³³⁵ Além disso, Francisco Antonio da Silva Guimarães (pai) também era português. Essas relações de proximidade indicam um compartilhamento da vida entre pessoas de cores e origens diferentes – algo perfeitamente cabível naquela sociedade que não era oficialmente segregada e tampouco provinciana.

Isto não significa dizer que as estreitas relações entre pessoas brancas e negras indicassem a ausência de “preconceitos de cor” na cosmopolita capital republicana. Indica que, apesar dos preconceitos e das hierarquias sociais construídas a partir da estigmatização das “pessoas de cor”, houve espaços para a construção da convivência e de relações de afeto e solidariedade. Relações que envolviam proximidade, apoio mútuo e o comprometimento em suas dimensões simbólica e material.

Não localizei documentos que contassem sobre qual fim levou a relação conjugal entre Francisco Soares e Thereza Carolina, mas outros documentos levantados indicam que em algum momento houve a oficialização deste casamento. Contudo, tais documentos não têm a autoria desse homem e sequer indicam a presença dele no momento de sua confecção.³³⁶ Um desses

³³³ Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980, Registros Paroquiais, Igreja de São Francisco Xavier, Batismos 1905-1908, imagem 49. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-GFRN-9?cc=1719212&wc=M6ZY-368%3A131775101%2C131775602%2C143018401>. Acesso em: 05/02/2022, às 14h : 25 min.

³³⁴ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-1912, 08ª Circunscrição, Nascimentos Livro 82-85, 1905 (julho) a 1906 (janeiro), imagem 192. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6357-Y36?cc=1582573&wc=9GYV-924%3A113334201%2C149603201%2C150510301>. Acesso em: 05/02/2022, às 14 13 min., (Grifos meus).

³³⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-1912, 08ª Circunscrição, Nascimentos Livros 89-92, 1906 (outubro) a 1907 (fevereiro), imagem 127. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-63V3-NSP?cc=1582573&wc=9GRD-RMW%3A113334201%2C149603201%2C150528601>. Acesso em: 05/02/2022, às 14h 25 min.

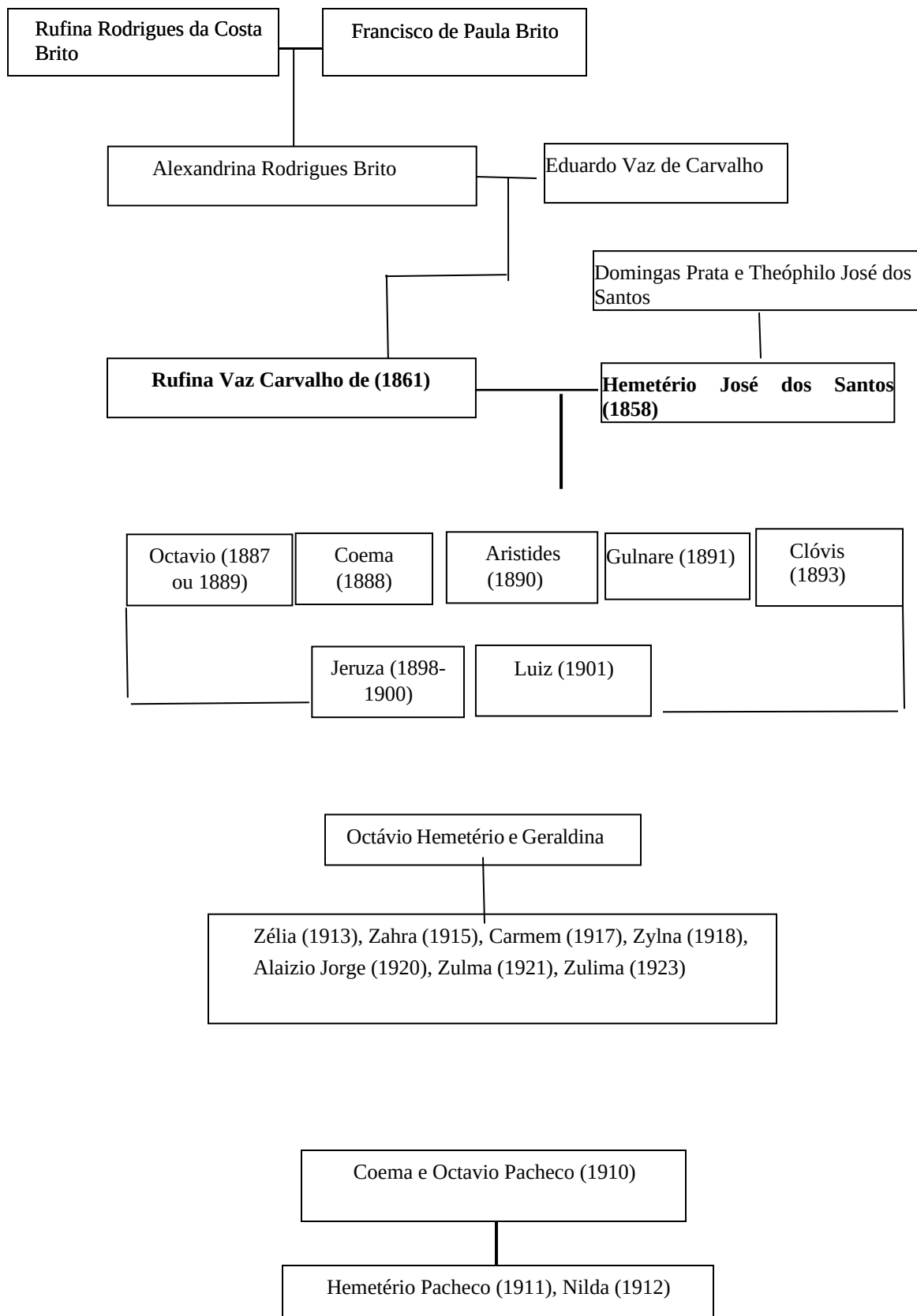
³³⁶ O primeiro deles é a confecção em 1919 de um novo registro de nascimento para a menina Maria, destavez tendo por declarante sua tia Laura Guimarães. Nesse documento a declarante afirma que Francisco Soares e Thereza Carolina se casaram formalmente “perante o juiz da Décima Primeira Pretoria”. Dona Laura Guimarães, como é chamada no documento, declarou ainda que a menina Maria nascera na “casa da Rua Bella de São João, vinte e dois” (São Cristóvão) e que tinha a “cor branca”. Registro disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6L8Q-CXQ?i=70&cc=1582573>

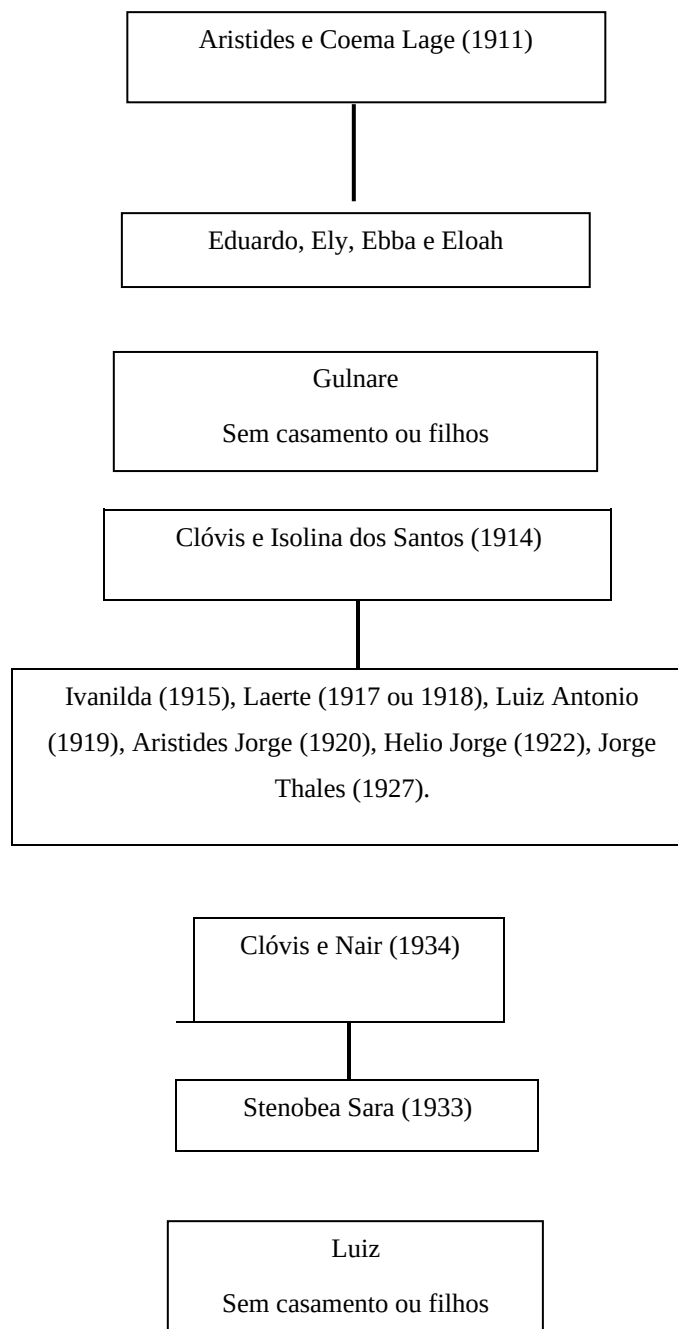
documentos é a certidão de óbito de Thereza Carolina, registro feito em 1957, quando ela tinha oitenta anos, muitas décadas posteriores ao período que estou analisando.

Apesar da distância no tempo acho válido tratar dele aqui por três motivos: a reafirmação da relação conjugal entre Thereza Carolina e Francisco Soares, com a indicação de que ela era “viúva de Francisco Soares”; sua profissão registrada como “doméstica”; e a informação de que sua cor era branca. Sua declaração como “doméstica” indica que ela se tornara uma dona de casa, portanto o exercício do magistério público não foi à frente. Quanto à sua cor há muitas questões que podem ser pensadas: a declaração feita por terceiros, em uma época em que as classificações raciais seguiam outro padrão e a possibilidade de que ela de fato tenha assumido para si este lugar de mulher branca. Não duvido que ela fosse uma pessoa “de cor clara”, parafraseando seu irmão Francisco, o que não necessariamente seja indicativo de que ela tenha sido vista e se visto dessa forma por toda a sua vida.

A história da família Silva Guimarães não se encerra nesse processo que culminou com o embranquecimento de alguns dos seus membros: eles fizeram parte de um arranjo familiar maior e construído para além dos laços consanguíneos e conjugais entre pessoas brancas, pardas, de cor clara e morenas. Uma família extensa formada majoritariamente por pessoas negras de onde não estava excluída a convivência com pessoas de outras cores e origens; pessoas que compartilhavam estreitos vínculos de compromisso material e simbólico que ultrapassavam os limites da consanguinidade. Família extensa que unia os Silva Guimarães aos Hemetério dos Santos a partir de diferentes fios de conexão, dentre elas a parceria entre as professoras Elvira Pilar e Rufina. Para explorar diretamente esses vínculos que eram de trabalho, de amizade, de produção intelectual, de compartilhamento da residência e de afeto passo agora a contar a história dos Hemetério dos Santos – de quem já se sabe bastante, mas não tudo!

2.4 - Família Hemetério dos Santos





Quadro 5. Árvore genealógica da família Hemetério dos Santos. Fonte: registros diversos arquivados no Family Search.

Falar da família Hemetério dos Santos é um grande desafio, especialmente por conta da centralidade construída em torno da figura do “homem da família”, o professor Hemetério José dos Santos. Uma centralidade construída a partir de uma potente agência intelectual “em defesa de uma raça” e por uma educação que atendesse aos filhos dessa raça, bem como a todos os outros filhos da república brasileira. Ao longo dessa longa e potente trajetória, ele construiu

conexões de naturezas diversas: com pessoas brancas e negras, abolicionistas, republicanos, professores e professoras, lideranças operárias, proprietários de periódicos, políticos poderosos, figuras influentes, sendo lido e ouvido em suas conferências por todas essas pessoas e até mesmo pelos “mais altos chefes da nação”. Todas as referências produzidas a seu respeito demonstram o quanto o professor foi alguém que se fez plenamente conhecido e ouvido na capital federal de fins do século XIX e primeiras décadas do XX.³³⁷

Maranhense da província de Codó, Hemetério era filho do fazendeiro escravista Theóphilo José dos Santos Reis e de Domingas Maria Prata dos Santos, possivelmente uma mulher africana que em algum momento viveu sob o cativeiro. Digo possivelmente por que as informações a respeito de sua infância no Maranhão são ainda parciais e por vezes contraditórias.³³⁸ O próprio Hemetério falou muito pouco sobre este período de sua vida, tratando desse assunto apenas para contar de suas experiências escolares durante a infância, mas sem nada falar acerca dos seus pais. Nessa rememoração ele conta ter frequentado o *Collegio Imaculada*, um internato frequentado por alunos cujas famílias possuíam poder econômico e político.³³⁹

Ter estudado nesse internato pode tê-lo afastado parcial ou completamente de sua mãe, a quem ele declara chamar-se Domingas Maria. Um afastamento que o impediu de criar vínculos ou memórias afetivas e a possível causa dos silêncios. Por outro lado, todas as falas e artigos escritos sempre se concentravam em questões relativas às pautas coletivas, e muito pouco sobre sua vida pessoal propriamente dita. Suas mensagens eram sempre muito claras a

³³⁷ O trabalho de pesquisa de Maria Lúcia Rodrigues Müller sobre a trajetória do professor Hemetério dos Santos foi pioneiro ao levantar e analisar dados da biografia, atuação no magistério e o engajamento na luta antirracista. Um dos resultados dessa pesquisa é o artigo *Pretidão de Amor* que integra a também pioneira coletânea intitulada *Cor e Magistério* (2006). A partir dos apontamentos desse trabalho, desenvolvi uma pesquisa com o objetivo de ampliar o que se sabia até então e jogar luzes sobre a agência negra para além das narrativas de subalternidade lançadas sobre a população negra. Em minha dissertação de mestrado, intitulada ‘Etymologias, preto’: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920) aprofundei o conjunto de dados sobre sua trajetória no magistério, as articulações construídas com outras figuras importantes da cidade e sobre a vida em família, aprofundando as análises. Tratei da agência dele enquanto professor, mas dei enfoque à sua atuação na causa antirracista – da qual ele foi intenso defensor. Outro trabalho importante é a tese *Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)*, 2019, na qual o pesquisador Aderaldo dos Santos analisa toda a vida e obra de Hemetério, as conexões entre educação e antirracismo, e as relações entre passado e presente na luta antirracista.

³³⁸ Uma das fontes sobre as relações de parentesco e a infância de Hemetério é o artigo *Hemetério José dos Santos: educador, homem das letras e sua obra* onde Tadeu Luis Maciel Rodrigues afirma que o menino era filho do Major Frederico dos Santos Marques Baptisei e da escrava Maria, tendo sido batizado em 17/07/1858. A fonte do pesquisador é a certidão de batismo, de onde ele transcreve tais informações. Entretanto, em todos os tipos de registro que levantei sobre filhos, netos e o próprio Hemetério indicam por seus pais o major e fazendeiro Theóphilo José e Domingas. Escolhi considerar as informações localizadas nestes documentos que localizei, por serem em grande parte frutos da declaração do próprio Hemetério.

³³⁹ SANTOS, Hemetério José. *Carta aos Maranhenses*, 1906, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional/RJ.

esse respeito: mesmo quando fizesse qualquer menção a ele próprio, estava falando em nome de uma coletividade que sofria as mazelas da discriminação e do descaso das autoridades políticas. Desse modo, Hemetério combinava a defesa de pautas coletivas com a centralidade em torno de sua figura, sendo o imediato pós-abolição e o período republicano o momento de ênfase nessa atuação. Essa ênfase também precisa ser relacionada ao seu amadurecimento como professor e em decorrência do avançar de sua idade.

O rapaz que chegou ao Rio de Janeiro em 1875 tinha apenas dezessete anos de idade e alguns projetos em mente, que foram sendo gradativamente construídos ao longo de sua vida. E nessa vida o “preconceito de cor” foi algo que o perseguiu desde os primeiros dias em que pisou na Corte imperial, em tempos que ainda escravistas. Segundo o jornal *A Noite*, em artigo biográfico, foi de Hemetério a iniciativa de vir para o Rio de Janeiro tão logo terminou os estudos preparatórios em São Luiz do Maranhão. O texto não detalha sobre quais seriam esses estudos, mas podemos concluir que ele realizou toda a formação primária e secundária ainda no Maranhão, e dominando os saberes e fazeres transmitidos pela educação formal buscou inserção no magistério.³⁴⁰ Ainda segundo *A Noite*:

Aqui procurou o alfaiate Benjamin. Com uma apresentação de Benjamin, que lhe deu cama e mesa, foi a um professor considerado que o tratou bem, mas pensou ser o lugar de condutor de bonde o melhor que lhe conviria, e mandou fazer o respectivo uniforme. O jovem, porém, irrequieto, que ansiava por melhor destino, nem foi experimentar a roupa e, sem rancor, sem mágoa, retirou-se. Procurou, então, o Monsenhor Raymundo da Silva Brito, reitor do Colégio de Pedro II e maranhense também. Monsenhor Raymundo conheceu logo no jovem a fibra de um brasileiro que haveria de servir ao país na alta missão de professor. Fê-lo então repetidor de francês e foi quando o imperador Pedro II, visitando o colégio, admirou-se da proficiência do moço mestre (...). O imperador conheceu, à primeira vista, ter diante de si uma capacidade pedagógica que bem poderia ser aproveitada. Mandou-lhe alunos e nomeou-o, em 1889, lente de Português do Colégio Militar.³⁴¹

Escrito em 1939, esse artigo foi uma homenagem póstuma ao educador recém-falecido, e não apresenta autoria ou as fontes de onde retira as informações biográficas compartilhada com os leitores. A pesquisas realizadas décadas mais tarde confirmam boa parte dessas informações, então tendo a crer que esse texto foi construído a partir de uma costura dos muitos testemunhos de antigos alunos, colegas de profissão e dos próprios familiares. Por sua natureza póstuma ele é um texto bastante laudatório, utilizando como fio condutor a narrativa de uma trajetória vitoriosa sobre todas as adversidades e essa vitória como consequência das altas

³⁴⁰ “Hemetério José dos Santos: alguns dados biográficos”, *A Noite*, 03 de agosto de 1939, p. 01-02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22carta%20aos%20maranhenses%22&pagfis=65800. Acesso em: 05/02/2022, às 15h 45 min.

³⁴¹ *A Noite*, idem., (Grifos meus).

capacidades do biografado.

Quero destacar os dois trechos que grifei no excerto biográfico, pois eles são significativos testemunhos dos preconceitos enfrentados por Hemetério, um homem preto. O primeiro conta sobre o “professor considerado” que, ao ser procurado pelo rapaz, logo descarta sua capacidade intelectual para o exercício do magistério, entendendo ser a função de condutor de bondes “o melhor que lhe conviria”. Outro trecho conta sobre um momento quase mágico, um ponto alto e abridor de portas em sua vida: o reconhecimento de suas capacidades intelectuais vindo do próprio imperador Pedro II.

Embora em 1875 grande parte das pessoas negras já vivesse em condições de liberdade³⁴², a relação entre escravidão, ascendência africana, cor da pele e discriminação era parte do cotidiano desses homens e mulheres. Ainda que pessoas como Hemetério se distinguíssem por meio de sua condição jurídica, pelas formas de se portar, pela estética adotada e sobretudo pelo domínio da leitura e da escrita, não estavam ilesos de experimentarem situações de discriminação racial. Ao longo de séculos se construiu um complexo entrelaçamento entre desumanização, inferiorização, escravidão e cor da pele. Entrelaçamento que vai ganhando outros contornos e se fortalecendo, sendo calcificado pelas teorias racialistas à medida em que o “edifício da escravidão” vai sofrendo escavações a ponto de ruir em algum momento.³⁴³ A experiência de portar a cor tida como “defeito”, “vício imperdoável de origem” e “estigma de um crime”, segundo o contundente manifesto do abolicionista Luís Gama³⁴⁴, atravessou as experiências desses homens e mulheres em condição cativa, liberta e mesmo livre há algumas gerações. Portanto, apesar de não indicar fontes e autoria, o artigo escrito em 1939 é uma construção de memória perfeitamente verossímil e cabível para aquela sociedade de fins do século XIX.

Unindo a incredulidade de uns e a admiração de outros, havia um ponto em comum: algum nível de certeza quanto à ausência de capacidades intelectuais consideradas superiores e capazes de retirarem as pessoas dos lugares de subalternidade. E nessa certeza que unia admirados e incrédulos se desenhavam ou apagavam oportunidades de construção de uma vida material e simbolicamente menos dramática e afastada da subalternidade imposta às “pessoas

³⁴² CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil. Op. Cit., p.36.

³⁴³ Segundo Hebe Mattos, o regime escravista não foi legitimado com base na “moderna ideia de raça”, construção do século XIX, mas em “estigmas e distinções apoiados na ascendência”. Tais distinções foram alicerçadas através do “estatuto da pureza de sangue”, que remonta a meados do século XV, e que “limitava o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e honoríficos de todos os que não fossem portugueses há pelo menos quatro gerações.” Fonte: MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit., 2004, p.14.

³⁴⁴ Gazeta do Povo, 01º de dezembro de 1880. Apud: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial Cidade de São Paulo*. Campinas, SP, Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. 280p.

de cor”. Para Hemetério valeu a primeira opção, desenhando-se valiosas oportunidades através da interferência de outro homem maranhense, o Monsenhor Raymundo que foi capaz de reconhecer as potencialidades do rapaz. Valeu a solidariedade de um conterrâneo, mas não descarto a possibilidade de o nome paterno também ter sido um ponto importante no desenrolar dessa situação.

Entre a chegada ao Rio, em 1875, e a nomeação como professor no Colégio Militar, 1889, se passam quase quinze anos e muita história acontece na história de Hemetério. Entre os anos de 1877 e 1878 há registros de “exames de preparatório” em português³⁴⁵, geometria³⁴⁶ e aritmética³⁴⁷; há também registros que contam sobre a publicação de seu livro, *Homônimos Gramaticaes*, “um atestado eloquente de seu talento e aplicação”.³⁴⁸ Talento e aplicação que parecem não terem sido muito considerados pelo Ministério do Império que declarou ao reitor interino do Internato do Imperial de Pedro II que não convinha “conceder a permissão pedida pelo bacharel João Severiano da Fonseca Hermes e por Hemetério José dos Santos para, por convite dos pais de alguns alunos, explicarem a estes no mesmo estabelecimento as matérias que têm de estudar.”³⁴⁹

A trajetória pública do professor Hemetério dos Santos foi muito mais ampla que as situações analisadas anteriormente, incluindo também a sua atuação em prol da causa abolicionista – identificada e analisada por Aderaldo dos Santos.³⁵⁰ Mas, é preciso retomar o fio da meada e nos voltarmos aos meandros de sua vida doméstica. Afinal, este capítulo se propõe a pensar os arranjos e as relações de gênero, classe e raça dentro e fora dos núcleos das três famílias negras que estamos tratando neste capítulo. A história da família Hemetério dos Santos começa efetiva e oficialmente a partir do casamento com Rufina Vaz de Carvalho, em 25 de dezembro de 1885.³⁵¹ Ele tinha vinte e sete anos de idade e ela vinte e quatro e dessa

³⁴⁵ “Notícias Diversas”, *O Globo*, 13 de setembro de 1877, p. 02. Disponível em: [O Globo : Órgão da Agência Americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria \(RJ\) - 1874-DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h.

³⁴⁶ “Avisos”, *O Cruzeiro*, 21 de maio de 1878, p. 01. Disponível em: [O Cruzeiro \(RJ\) - 1878 - DocReaderWeb \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h.

³⁴⁷ “Avisos”, *O Cruzeiro*, 21 de julho de 1878, p. 02. Disponível em: [O Cruzeiro \(RJ\) - 1878 - DocReaderWeb \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h.

³⁴⁸ *O Apóstolo*, 27 de março de 1878, p. 03. Disponível em: [O Apóstolo : Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade \(RJ\) - 1866 a 1901 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h.

³⁴⁹ Diário do Rio de Janeiro: consagrado ao comércio, lavoura e indústria, Ano 61, Número 48. Secção Official, Ministério do Império, *Expediente*, 26 de maio de 1878, p. 01. Disponível em: [Diário do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1860 a 1878 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h 10 min.

³⁵⁰ SANTOS, Aderaldo. Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930), 2019, p. 95.

³⁵¹ *O Apóstolo*, *Expediente do Bispado – Proclamas*, 30 de dezembro de 1885, p.03. Disponível em: [O Apóstolo : Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade \(RJ\) - 1866 a 1901 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h 10 min.

união, que durou quase sessenta anos, nasceram seus sete filhos e vinte netos. A longeva vida do casal foi construída em consonância ao exercício do magistério, que foi seguido de perto pelos filhos Coema, Gulnare e Clóvis.

A parceria entre Hemetério e a filha Coema, dentro e fora dos limites do lar, foi tão forte que se torna muito difícil dissociá-los. A relação foi de pai e filha, mestre e aluna, professora adjunta. Ou seja, uma relação de muito afeto e de alguma verticalidade. Por algum tempo eu tive segura certeza de que a menina Coema teria sido a primeira filha do casal Hemetério e Rufina, inaugurando o sobrenome da família.³⁵² Mas, levantamentos recentes indicam que talvez o primeiro filho do casal tenha sido o menino Octávio. A diferença de idade entre ambos é muito pequena, compreendendo os anos de 1886 e 1888. Este novo dado não altera os aspectos significativos da construção dessa família, em especial o fato de Hemetério ter transformado o seu nome em sobrenome para todos os seus descendentes a partir do nascimento quase concomitante desses dois filhos.

Essa ação é bastante simbólica, indicando o abandono (ou a tentativa) de uma identidade imposta a partir de relações senhoriais e escravistas, reconstruindo no mundo o seu lugar e os lugares dos que viriam. Seus filhos, netos e gerações seguintes não seriam mais “dos Santos”, mas, sim, Hemetério dos Santos, carregando para sempre sua memória. O sobrenome também serviu para demarcar o lugar de patriarca da família, da figura central que apagava os homens das gerações anteriores como seu próprio pai – o fazendeiro Theóphilo José dos Santos –, Francisco de Paula Brito e Eduardo Vaz Carvalho, respectivamente avô e pai de Rufina. Outra importante consequência dessa ação em relação ao uso do sobrenome foi a possibilidade de associá-lo aos ideais de respeitabilidade que recaíam a todos os membros dessa família. Portanto, essa ação foi parte calculada do projeto familiar dessas pessoas negras.

As gerações seguintes também não seriam “Vaz de Carvalho”, apagando dessa construção a figura de sua esposa Rufina, uma mulher negra que carregava consigo uma história antes da construção dessa família. Essa ação de retirar o nome da figura feminina não foi exclusividade de Hemetério, mas prática costumeira há séculos e respaldada na legislação de seu tempo. Inclusive o nome completo de Rufina não incluía o sobrenome materno. Naquela sociedade patriarcal para os efeitos legais e costumeiros era a palavra de homem que valia, por isso eram eles os declarantes e as únicas testemunhas dos nascimentos em família, a maioria das testemunhas dos casamentos oficiais e os majoritários declarantes dos óbitos ocorridos.

³⁵² SILVA, Luara dos Santos. Etymologias, preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920), 2015, p.93.

Mas, para além da legislação havia na conduta do professor Hemetério de aceitação e manutenção dessa verticalidade nas relações entre homens e mulheres. Direta ou indiretamente, ele afirmou ser o homem o “pai da família”, aquele que deveria falar por todos e ter a palavra final nas decisões tomadas.

Quando tive os primeiros contatos com documentos sobre Rufina Vaz Carvalho dos Santos soube apenas que ela era a “esposa do professor Hemetério”, posteriormente foi possível descortinar a mulher professora que chegou ao posto de catedrática e diretora escolar - o topo da hierarquia no magistério público primário. Também foi possível descobrir que ela era uma mulher “mulata”, segundo as palavras de seu esposo.³⁵³ Em sua pesquisa o historiador Aderaldo dos Santos levantou importantes dados dessa história de vida anterior ao matrimônio e maternidade: Rufina era filha do casal Eduardo Vaz de Carvalho e Alexandrina Brito. Pelo lado materno, Rufina era neta de Francisco de Paula Brito³⁵⁴, um homem negro que foi um importante tipógrafo e editor do Império, e cujo prestígio também se construiu a partir das relações com outros literatos, alguns dos quais também “homens de cor”, como o jovem Machado de Assis. Em 1831 o jovem Paula Brito deu início à sua Tipografia Fluminense, que se converteu em “um espaço de redes negras”, segundo a historiadora Ana Flávia Magalhães; dois anos depois editou o periódico *O Mulato*, fundando a imprensa negra do século XIX no Brasil.³⁵⁵

Embora não tenha conhecido o avô, Rufina também era parte dessa família que lidou com as mazelas do preconceito de cor, rebatendo-o publicamente através da voz masculina e centralizadora de Paula Brito.³⁵⁶ A história de Rufina envolve seus processos de educação formal, a convivência direta com o mundo das letras, suas aspirações e possíveis situações de preconceito que combinavam atravessamentos de raça e gênero em vista de ser ela uma menina/mulher “de cor”. E essa relação intrínseca com o mundo das letras não era apenas consequência da obra do prestigiado avô tipógrafo, mas fruto direto da relação com sua mãe

³⁵³ O Imparcial, *Resposta ao Sr. Alcindo Guanabara*, 20/10/1913, p. 05. Disponível em: [O Imparcial : Diário Ilustrado do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 05/02/2022, às 16h 45 min.

³⁵⁴ SANTOS, Aderaldo Pereira. *Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. p. 139-142.

³⁵⁵ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 31 e 35.

³⁵⁶ Ao longo da vida, Paula Brito encarou cerceamentos diretos ou indiretos à sua condição de cidadão e homem livre, exclusivamente relacionados à sua cor e ascendência africana. Conta-nos o historiador Rodrigo Godoi que em 1853 Brito e a família, embora bem-posicionados social e financeiramente, não foram aceitos como sócios do elegante e elitista *Club Fluminense* e a causa, segundo seus contemporâneos, era uma só: ser o tipógrafo um “homem de cor”. Fonte: GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 340p. Campinas, SP: 2014, pp.150-151.

Alexandrina, uma mulher negra letrada que foi professora por alguns anos de sua vida.

Localizei publicações da imprensa que informam sobre esse exercício do magistério nos anos de 1874 e 1875, um momento em que uma das exigências para ser nomeada professora primária era ser bem avaliada nas “provas de capacidade profissional”. Ou, dependendo das boas indicações ser dispensada de tais provas, como aconteceu a Alexandrina e a outros cinquenta candidatos, dos quais vinte e um eram professoras mulheres:

Noticiário

Pela secretaria de estado dos negócios do império concedeu-se dispensa de provas de capacidade profissional a: (...)

D. Alexandrina Rodrigues Brito de Carvalho para dirigir colégio de instrução primária e ensinar as respectivas matérias. (...) ³⁵⁷

Alguns desses candidatos eram responsáveis por “ensinar instrução primária”, já outros, como Alexandrina, ensinariam “as respectivas matérias” e dirigiriam o colégio. Pouco tempo depois, em maio de 1876, a professora Alexandrina se casaria oficialmente pela segunda vez, desposando Antonio Carvalho de Figueiredo. ³⁵⁸ Já fazia seis anos que Eduardo Vaz de Carvalho, seu primeiro marido e pai de Rufina, havia falecido. Fazia também quinze anos que seu pai, Paula Brito, falecera deixando para a família um montante em dívidas que gerou transtornos a todos, em especial à Rufina (mãe/avó), a “viúva Paula Brito”. ³⁵⁹ As possíveis heranças que adviriam dos investimentos do pai em forma de “dote” às filhas do casal Paula Brito e Rufina foram investidos nas tipografias, portanto só restaram as dívidas para a família do finado editor. ³⁶⁰ É certo que a família Vaz de Carvalho vivia dos rendimentos provenientes da atividade comercial exercida por Eduardo e não é impossível que o orçamento familiar também contasse com recursos obtidos por Alexandrina no exercício do magistério particular.

Ao se casar pela segunda vez ela já exercia o magistério primário, conforme vimos há pouco, mas não localizei notícias sobre a sua continuidade no ofício. Alexandrina faleceu em 1917, e o registro de seu óbito não fornece pistas que esclareçam esse ponto. Por outro lado, o documento confirma sua filiação, a cor de sua pele, a ausência de testamento indicando a falta de bens e a segunda viuvez. Declarado pelo professor Hemetério José dos Santos, o registro de

³⁵⁷ A Instrução Pública: Publicação Hebdomadaria (RJ) – 1872 a 1888, 10 de maio de 1874, p. 08. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=233048&pesq=%22Alexandrina%20Rodrigues%20Brito%20de%20Carvalho%22&pagfis=1046>. Acesso em: 05/02/2022, às 17h 15 min.

³⁵⁸ “Casamentos”, *O Apóstolo*, 04 de agosto de 1876, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=%22Alexandrina%20Rodrigues%20Brito%22&pagfis=4433>. Acesso em: 05/02/2022, às 17h 15 min.

³⁵⁹ GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861). Tese (doutorado). Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2014.

³⁶⁰ Idem.

óbito de dona Alexandrina diz:

Aos dois de maio de mil novecentos e dezessete, nesta Capital Federal e neste cartório, compareceu o professor Hemetério José dos Santos, brasileiro de cinquenta e nove anos, professor público e residente à Rua Barão de Ubá, oitenta e nove, e exibiu um atestado firmado pelo Doutor Adriano Duque Estrada Azevedo, que declarou: Nome – Alexandrina Rodrigues Brito de Figueiredo, de oitenta e três anos, cor parda, sexo feminino, viúva, natural desta Capital, domiciliada e falecida na casa acima em consequência de uma arteriosclerose generalizada, às duas horas de hoje.” Pelo declarante foi dito que o enterramento terá lugar no cemitério de São Francisco Xavier, que a finada era filha de Francisco de Paula Brito e de dona Rufina Rodrigues da Costa Brito, era viúva de quem não se recorda, não fez testamento e deixa filhos e netos. (...) ³⁶¹

Viúva de uma segunda vez, a octogenária dona Alexandrina vivia junto à filha Rufina e ao genro Hemetério, compartilhando da companhia de seus seis netos e cerca de seis bisnetos. Não sabemos com exatidão qual foi a duração dessa convivência sob o mesmo teto, mas podemos acreditar que as jovens Coema e Gulnare, professoras primárias, tiveram muito o que ouvir e aprender sobre o ofício com a avó materna. Todos os netos e bisnetos tiveram a oportunidade de ouvirem histórias sobre o passado familiar, inclusive sobre o bisavô Francisco de Paula Brito - o prestigiado tipógrafo de quem já falamos. Nessa casa três gerações de “mulheres de cor” - pardas ou morenas segundo os registros - compartilharam as experiências da vida doméstica e do ofício. Compartilharam, pois, alguns legados: a condição de “mulheres de cor”, o domínio da cultura letrada e o exercício do magistério.

Por outro lado, é muito revelador que Hemetério tenha informado a filiação de Alexandrina, indicando haver pleno conhecimento da relação familiar com Francisco de Paula Brito. O que teria levado o professor a não mencionar esta relação em nenhum dos artigos que publicou? Alguns desses textos eram contundentes ao versarem sobre “as questões raciais de seu tempo”, muitas das vezes recorrendo ao passado para afirmar as boas qualidades e capacidades de pessoas negras no mundo, inclusive em África. Nesse sentido, diversas personalidades negras de nossa história eram elencadas como personagens centrais de seus argumentos, refutando as visões de inferioridade negra e afirmando toda a potência de “uma raça”. ³⁶² Mas, Paula Brito, seus jornais da imprensa negra e as “redes negras na Corte” ³⁶³ nunca foram mencionados. Ao silenciar sobre o afamado avô de sua esposa ele estava afirmando seu próprio nome e tomando para si o papel de pai fundador da família.

³⁶¹ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, 8ª Circunscrição, Óbitos, Livros 95-99, 1917 (janeiro) a 1918 (janeiro). Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012; https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XCWS-V3N?cc=1582573&wc=9GB2-RM7%3A113334201%2C149603201%2C151475801](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-XCWS-V3N?cc=1582573&wc=9GB2-RM7%3A113334201%2C149603201%2C151475801). Acesso em: 12/02/2022, às 12h 25min., (Grifos meus).

³⁶² SILVA, Luara dos Santos. “Etimologias, preto”: Hemetério José dos Santos e as questões raciais do seutempo (1888-1920). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, CEFET/RJ, 2015.

³⁶³ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Apesar do silêncio sobre os dois antepassados, Hemetério falou e muito ao longo de sua vida. Em uma dessas falas afirmou, em tom autocongratatório, que ele havia escolhido uma mulher mulata para ser sua esposa, a despeito de não faltarem mulheres brancas dispostas a isso.³⁶⁴ Naquela sociedade patriarcal, geralmente, eram os homens quem tomavam as decisões dentro e fora dos seus lares, incluindo aí as dinâmicas de casamento. Mas, há que se considerar os limites desse poder masculino quando se tratava dos homens negros: escravizados não desfrutavam desse poder; se livres ou libertos encaravam limitações pautadas em sua cor e origens. O próprio artigo onde Hemetério afirma esse poder decisório nas questões conjugais foi feito em resposta ao intelectual e político Alcindo Guanabara em meio a uma grande querela onde eles discutiam acerca das desigualdades entre homens brancos e negros. Segundo o intelectual branco:

Os filhos de Cam pedem piedade. Arroga-se a falar por eles um representante da raça malsinada, que é aliás um culto espírito e uma inteligência respeitável. Referimo-nos ao sr. Professor Hemetério dos Santos, que acaba de publicar “à pureza”, uma carta dirigida ao sr. Senador Pinheiro Machado e destinada a “ser apenas lida por poucos, à surdina”, embora traga o intuito de “cortar” um mal “em plena latência entre nós”, mal que “está prestes a desaparecer da sociedade mundial por uma reação tremenda e intimamente humana e justa”.

Nada diremos da oportunidade de tal missiva (...). Não queremos tampouco indagar se o seu autor foi movido sobretudo por um interesse de ordem pessoal, que pode ser legítimo. Mas, como a questão gira em torno do procedimento de raça (...), é lícito discuti-la como tese, sem tomar especialmente em conta o homem que a agita.

Preconceito de raça? Má vontade contra o negro, ódio ao negro, repulsão do negro? Nada disso se verifica na sociedade brasileira. Jamais um negro de valor sofreu entre nós a contrariedade sistemática, oposta pelos homens brancos. (...)

Não. Decididamente não é o preconceito de cor a razão de escassearem os homens negros nos altos postos da república, nas artes e nas letras. A razão é o definhamento da raça, consequência de um fenômeno social positivo e explicável. O que há, em suma, para o Brasil, sociologicamente falando é a “morte” do negro.³⁶⁵

Percebe-se que a perspectiva de Alcindo Guanabara está totalmente ancorada nas teorias raciais em voga, negando a existência de mecanismos que excluía os homens negros dos “altos postos da república, nas artes e nas letras”. Segundo ele, o problema estaria nos próprios negros, no que ele chama de “definhamento da raça” que “positivamente” levaria à “morte do negro” no Brasil. A perspectiva racista vai além da condenação dos homens negros à medida em que postula o “definhamento da raça”, portanto, lança-se à família Hemetério dos Santos e demais famílias negras do seu tempo. Naquela sociedade comandada por e partir das figuras masculinas, alijar o homem negro dos lugares de poder na política, nas artes e nas letras recaía

³⁶⁴ “Resposta ao Sr. Alcindo Guanabara”, *O Imparcial*, 20 de outubro de 1913, p. 05. Disponível em:

³⁶⁵ A Imprensa, 29 de setembro de 1913, p. 01. Disponível em: [A Imprensa \(RJ\) - 1898 a 1914 - DocReaderWeb \(bn.br\)](http://A%20Imprensa%20(RJ)%20-%201898%20a%201914%20-%20DocReaderWeb%20(bn.br)). Acesso em: 12/02/2022, às 13h 20 min., (Grifos meus).

sobre todos os membros da família. Refutar tais perspectivas e reverter a exclusão masculina seria um caminho aberto à inclusão das mulheres negras, mas seguindo as normas atribuídas a cada um dos gêneros.

Quando contestava os limites ao exercício do poder masculino pelos homens negros, Hemetério estava reafirmando-o sobre todas as mulheres, brancas e negras – e sobre a própria família como ele deixa claro diversas ocasiões, direta ou indiretamente. E a reafirmação desse poder masculino também se relacionava às questões geracionais, pois ele compartilhava da perspectiva vigente de que caberia ao pai dar o direcionamento a ser seguido pelos membros da família. Em outra querela pública, dessa vez ocorrida entre fins de 1907 e início de 1908, ele aponta o que considera erros no processo de avaliação das alunas da Escola Normal – em especial o fato da aluna Zilá Duarte ter sido avaliada por seu tio, Olavo Freire. Ele contesta o resultado “aprovada com distinção” conferido à jovem ao passo que seis moças haviam sido reprovadas e outras treze julgadas com conceitos inferiores:

Tendo o Diretor Geral de Instrução Pública de classificar depois da 2ª época dos exames da Escola Normal as normalistas conforme o número de exames e as melhores notas obtidas nos mesmos, de acordo com o artigo 7 da primeira parte do Decreto número 844 de 19 de dezembro de 1901; e tendo o sr. Professor Olavo Freire, nos exames de 21 de dezembro passado, aprovado com distinção a sua sobrinha; reprovado seis alunas e julgado inferiormente treze, é claro que agiu por afeição, e para “promover interesse pessoal seu” e assim o fez, e de ciência notória e visível, (...).³⁶⁶

O resultado das avaliações geraria uma classificação que permitiria às moças melhores avaliadas serem incorporadas ao serviço público, portanto segundo a narrativa do professor Hemetério a dita banca avaliadora estava prejudicando um conjunto de normalistas em benefício da jovem Zilá – resultado direto da ação de Olavo Freire, o patriarca da referida família. A oposição de Hemetério não é ao exercício do poder patriarcal, mas à interferência dessa relação no âmbito da municipalidade:

Ao pai compete alimentar – física, moral e intelectualmente – o filho, perante o direito natural e o civil; este, no caso contrário lhe repetirá o alimento, pois é o pai o seu mestre legítimo, o seu protetor, não podendo, porém, julgá-lo o que se não viu ainda nos institutos de ensino municipal.³⁶⁷

Em contra-ataque, e sem deslegitimar a lógica patriarcal, o professor Olavo Freire coloca em xeque a denúncia de Hemetério:

(...) urge trazer à luz a causa verdadeira e única da presente tão intempestiva quanto retardatária. (...)

Será, como alega o professor reclamante, por ter sido, na comissão julgadora de que

³⁶⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Coleção Prefeitura do Distrito Federal, Série Instrução Pública, Livro Escola Normal (1900-1910), 15 de janeiro de 1908, p. 93-96, (Grifos meus).

³⁶⁷ Idem.

fez parte o professor reclamado, aprovada com distinção sua sobrinha, a aluna número 379, obtendo notas inferiores treze alunas, e reprovadas seis outras?

Não, de certo, pois se o fosse, o zelo ardente e notório pela moral tão cruelmente arranhada e ofendida, chegaria mui desapressado. Primeiramente, e a contar de poucos dias atrás devera insurgir-se o honrado professor Hemetério contra o próprio professor Hemetério, não por haver julgado em prova oral, ou escrita, a última das quais fiscalizou até o final, sorteando o ponto, mas por haver julgado durante todo o ano em sabatinas mensais, sua aluna e filha Coema Hemetério dos Santos, que chegou ao fim do ano com média 3 (ótima), devido a ter obtido em cada uma daquelas provas, em número de cinco, sempre aquele grau ou aquela nota! (...)

Em segundo, deveria revoltar-se o professor Hemetério contra o ato de sua comadre e comensal, a Exma. Sra. Professora D. Arminda Bastos, professora de Português (1º ano do curso noturno) por haver a comissão examinadora daquela disciplina e de que fazia parte a referida docente, aprovado com distinção outra filha do professor Hemetério, a aluna Gulnare Hemetério dos Santos! (...) ³⁶⁸

A resposta do professor Olavo Freire consiste na afirmação de que Hemetério utilizara-se de mecanismos semelhantes na avaliação de suas filhas e alunas, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos. Não há, em suma, negação de nenhum dos lados sobre o fato de terem participado das avaliações de moças de suas famílias. Isto é, Hemetério e Olavo não negam o exercício da função patriarcal nos meandros da municipalidade, mas acusam-se mutuamente. A querela e os argumentos utilizados pelos dois professores nos descortinam os caminhos pelos quais os postos no magistério público municipal poderiam ser acessados e o papel que a família poderia adquirir nesse processo. E vê-se que a noção de família ia além dos laços consanguíneos, incluindo agregados como a professora Arminda Bastos, “comadre e comensal” de Hemetério. ³⁶⁹

Embora trate-se de uma ferrenha disputa ancorada principalmente em argumentos, há elementos que indiquem a possibilidade de ter havido alguma forma de preferência das normalistas Zilá, Coema e Gulnare ao longo de suas trajetórias. Até onde foi essa interferência é algo difícil de definir, mas um ponto é claro: por caminhos objetivos e subjetivos, a família foi fundamental para a reprodução do magistério e acesso ao serviço público por parte dos Hemetério dos Santos. Assim, por meio de táticas miúdas do cotidiano, a família negra e letrada construiu para si um lugar de prestígio e respeitabilidade. ³⁷⁰ E, como já sabemos, essa não foi uma tradição inaugurada pelo professor Hemetério em vista de que há três gerações o tronco materno de Rufina era formado por pessoas pardas e morenas que dominavam a leitura e escrita,

³⁶⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Coleção Prefeitura do Distrito Federal, Série Instrução Pública, Livro Escola Normal (1900-1910), 03 de janeiro de 1908, p. 88-89, (Grifos meus).

³⁶⁹ Arminda Augusta Bastos, uma mulher branca, era professora de Língua Portuguesa da Escola Normal. Além de comadre do casal Hemetério e Rufina, ela chegou a viver na residência da família por um tempo. A parceria intelectual entre eles estendeu-se à Coema Hemetério, conforme veremos no próximo capítulo.

³⁷⁰ SILVA, Luara. Etymologias, preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920), 2015, p

além de outros conhecimentos e habilidades, sendo plenamente inseridas no mundo livre e letrada desde pelos menos os anos de 1830.

Retomo aqui a perspectiva da “família extensa” para entendermos os fortes laços construídos entre os Hemetério dos Santos e os Silva Guimarães, duas famílias negras que compartilhavam a vida pública e privada. A primeira referência que localizei dessa relação é um agradecimento de Hemetério, registrado no prefácio, à colaboração das professoras Rufina e Elvira Pilar à construção de sua *Gramática Portuguesa*, publicada em 1913.³⁷¹ À essa época eu não sabia que Elvira Pilar, a “colaboradora tão inteligente quanto desinteressada”³⁷², também era uma mulher negra – algo que pude concluir a partir da localização da fotografia publicada em abril de 1913 pela revista *A Cidade*.³⁷³

Os registros sobre Rufina e Elvira Pilar estão sempre indicando que as duas estiveram juntas ao longo da maior parte de suas vidas profissionais: desde a frequência à Escola Normal em fins dos anos de 1880, até os anos de exercício no magistério público primário, entre 1891 e 1916 (ano de aposentadoria de Rufina). Localizei ocorrências sobre a realização de provas na Escola Normal (e os respectivos resultados) indicando a presença das duas; as nomeações ao cargo de adjuntas aconteceram para ambas no mesmo momento do ano de 1891 e o cruzamento de fontes indica que as duas foram enviadas a escolas no Curato de Santa Cruz; a diplomação pela Escola Normal Livre em 1896; a nomeação ao cargo de professora catedrática que aconteceu para as duas em 1898, sete anos após a incorporação ao serviço público.³⁷⁴

As páginas do *Almanak Laemmert*, dentre outros expedientes, geralmente prestavam informações sobre o funcionalismo público municipal, indicando os endereços das repartições bem como os dos funcionários. Quanto ao magistério público não era diferente, portanto, a cada ano os leitores desse periódico recebiam informações sobre as escolas urbanas e suburbanas, além dos endereços residenciais das professoras primárias e suas famílias. Nas buscas realizadas constatei que entre os anos de 1913 e 1914³⁷⁵ as professoras Rufina Vaz Carvalho dos Santos e Elvira Pilar da Silva Guimarães, catedráticas no 5º distrito, estavam relacionadas ao mesmo endereço residencial localizado à Rua Barão de Ubá, número 89:

³⁷¹ SANTOS, Hemetério José dos. *Gramática Portuguesa*, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1913. Arquivada na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional/RJ.

³⁷² Idem.

³⁷³ Trata-se da mesma fotografia já analisada no capítulo anterior.

³⁷⁴ As trajetórias de ambas na Escola Normal e no magistério serão aprofundadas no próximo capítulo.

³⁷⁵ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*, Prefeitura Municipal, Professoras Cathedráticas, 1914, p.857. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pagfis=54309>

PREFEITURA MUNICIPAL	
Alexandrina Azevedo dos Santos Silva, r. Mattos, 182.	America Xavier Monteiro de Barros, r. Haddock Lobo, 198.
Anna Luiza de Gouvêa Leal, r. 7 de Setembro, 197.	Anna Lecticia da Frota Pessoa Lourenço Gomes.
Azeneth de Oliveira Carvalho.	Carmen Marroig de Azevedo, r. Visconde de Sapucahy, 60.
Antonio de Souza Cabral, r. Tavares Ferreira, 43.	Elvira Pilar da Silva Guimarães, r. Barão de Ubá, 89.
Beatriz Sespes Fernandes, r. Visconde de Itauna, 10.	Emilia Braga Gomes da Cruz, r. Visconde de Sapucahy, 166.
Carlinda Panasco de Athayde, r. Senador Pompeu, 177.	Guilhermina A. Bandeira Barradas, r. Itapirú, 254.
Clarinda America Brasileira, r. Coqueiros, 56.	Helena Toledo de Medeiros e Albuquerque.
Claudina de Paula Nunes, r. Fortunato de Brito, 17.	Joanna de Lima Bastos, r. do Cunha, 58.
Edith Fonseca Montarroyos, r. Fonseca Telles, 147.	Julia de Carvalho Pereira, r. Barão de Sertorio, 83.
Ernestina de Castro P. de Carvalho, r. Souza Neves, 2.	Julia Ferreira de Freitas, r. Haddock Lobo, 226.
Francisca de Cerqueira Braga, r. Senador Eusebio, 16.	Jovelina Martins Corrêa, r. Santa Luiza, 85.
Joanna Ribeiro do Nascimento, r. João da Bola, 151.	Maria Francisca Gonçalves, r. Visconde de Itauna, 403.
José Soares Dias, r. Leste, 50.	Maria José Reis, r. Cabral, 1.
Leonie Teixeira da Silva, r. S. José, 39.	Pedro Manoel Borges, r. Aristides Lobo, 109.
Luiza Angelica Fernandes, r. Rezen de, 58.	Rufina Vaz Carvalho dos Santos, r. Barão de Ubá, 89.
Maria da Gloria Esteves, r. Corrêa Dutra, 72.	Thomazina Siqueira Queiroz e Vasconcellos, r. Barão de Petropolis, 93.
Maria Mattos Moreira da Rosa, r. Pardal Mallet, 11.	6.º Districto:
Maria do Nascimento Reis Santos,	

Figura 20. Listagem de professoras por distrito (Rio de Janeiro). Destaque para as professoras Rufina e Elvira Pilar. *Almanak Laemmert*, 1913.

A partir de 1915 a professora catedrática Elvira Pilar já estava instalada em outro endereço, à Rua Francisco Manoel, número 22, enquanto sua amiga Rufina mantinha-se residindo no mesmo endereço.³⁷⁶ Por serem professoras catedráticas e diretoras escolares ambas tinham o direito de residirem em casa pertencente ao terreno da escola onde lecionavam, ou na ausência dessa possibilidade a garantia de receberem adicionais para o aluguel. Ainda são nebulosas as circunstâncias que levaram Elvira a buscar abrigo na casa da família Hemetério dos Santos, tampouco posso afirmar que ambas tenham dividido o magistério à mesma escola.

E o que me pareceu ser o primeiro momento em que as famílias compartilharam a residência era, na verdade, apenas uma retomada de algo que já havia ocorrido antes. Em 1893 quando Hemetério se dirigiu ao cartório para registrar o nascimento de seu quarto filho ele levou consigo outros homens para serem testemunhas, dentre os quais o jovem Francisco Antonio da Silva Guimarães, irmão de Elvira Pilar:

Aos quatorze dias do mês de março de mil oitocentos e noventa e três, nesta Capital Federal e no cartório da undécima Pretoria, compareceu Hemetério José dos Santos, natural do Estado do Maranhão, professor, morador à rua São Luiz Gonzaga, número cento e setenta e declarou: que no dia doze do corrente mês, à uma hora da manhã, na casa de sua residência, nasceu uma criança do sexo masculino, a quem dá o nome de

³⁷⁶ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*, Prefeitura Municipal, Professoras Cathedráticas, 1915, p.955. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20191&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%AAs%22&pagfis=59155>

Clóvis Hemetério dos Santos, é filho legítimo do declarante e de sua mulher D. Rufina Vaz Carvalho dos Santos, natural desta Capital, casados na Matriz do Espírito Santo. É neto paterno de Theóphilo José dos Santos Junior e de Domingas Prata, materno de Eduardo Vaz de Carvalho e de Alexandrina Brito de Carvalho, [incompreensível] filha de Francisco de Paula Brito. Foram testemunhas desta declaração: o Capitão Alexandre Carlos Barreto, natural do Ceará, casado, trinta e quatro anos de idade, professor do Colégio Militar, morador à Rua Bento Lisboa, número dois A, e Francisco Antonio da Silva Guimarães, natural desta Capital, solteiro, dezessete anos de idade, morador na casa do declarante.³⁷⁷

Além de deixar registrado os nomes dos avós e do famoso bisavô, o professor Hemetério informa que o jovem Francisco Antônio, uma das testemunhas, era “morador à casa do declarante”. Há algumas possibilidades quanto ao compartilhamento da residência, uma delas seria a de que apenas o jovem Francisco Antonio fosse morador à mesma casa da família Hemetério dos Santos. Mas, outros registros indicam que os Silva Guimarães estiveram juntos a maior parte do tempo pelo menos até o falecimento da matriarca D. Deolinda, em 1908. Portanto, creio que à essa época todos residissem na mesma casa situada à rua S. Luiz de Gonzaga, 170, na freguesia de São Cristóvão. Em caso afirmativo a casa abrigaria por volta de dez pessoas, dentre adultos e crianças.

Embora bastante desafiadora essa vida compartilhada seria a possibilidade da divisão de tarefas como os cuidados com as crianças pequenas da família Hemetério dos Santos e, muito importante, a divisão das despesas com alimentação, moradia, vestimenta e possíveis gastos com a instrução. Além disso, Rufina e Elvira Pilar poderiam compartilhar ainda mais de perto as lições das matérias que a essa época elas ainda cursavam na Escola Normal.³⁷⁸ Seria, portanto, uma divisão que os fortaleceria individual e coletivamente.

Alguns anos antes do nascimento do menino Clóvis, o jovem Hemetério era professor e proprietário do “Colégio Froebel”, fundado nos primeiros anos da década de 1880 e que funcionava como um “Pequeno Jardim de Infância” e estabelecimento dedicado ao “Ensino Primário Intuitivo”. A escola recebia principalmente crianças do sexo masculino sob o pagamento de mensalidades que custavam 10\$000 (dez mil réis).³⁷⁹ Segundo José do Patrocínio em sua *Gazeta da Tarde*:

Entre os nossos estabelecimentos de instrução distingue-se o colégio Froebel dirigido por nosso ilustrado amigo, o Sr. Hemetério José dos Santos.

Situado nas condições as mais vantajosas em relação à higiene, pois acha-se à rua do Barão de Petrópolis n.3, o método de ensino aí seguido, o hábil e provecto pessoal

³⁷⁷ Disponível em: [Pesquisar registros históricos • FamilySearch](#).

³⁷⁸ Segundo publicação da *Gazeta de Notícias*, em 16 de março de 1892, p.02, ambas foram aprovadas “plenamente” no exame de 2ª época na disciplina de Francês da 2ª série. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Rufina%20Vaz%22&pasta=ano%20189&pagfis=5384

³⁷⁹ PEREIRA, Aderaldo dos Santos. *Op. Cit.*, p.96.

docente são outros tantos elementos que se impõem, o hábil e provecto pessoal docente são outros tantos elementos que se impõem aos pais de família que desejarem perfeita educação e instrução para seus filhos.³⁸⁰

Esse registro indica a relativa proximidade entre Hemetério e Patrocínio – assim como outras publicações nas páginas dos periódicos do famoso abolicionista.³⁸¹ Uma proximidade que sinaliza para os investimentos de ambos na construção de “redes negras”, em particular do jovem maranhense que compartilhava das perspectivas contrárias à escravidão, definindo-a como um “terrível cancro”.³⁸² Dois meses após a publicação feita por Patrocínio, o periódico *A Vanguarda* relatava sobre os festejos que marcariam o encerramento do ano letivo de 1885 no *Collegio Froebel*. A programação contaria com a apresentação do hino escolar, um “discurso acadêmico”, textos literários como a *Canção do Tamoyo* (de Gonçalves Dias), *Palmares* (de Oliveira Martins), dentre outros.³⁸³ Cada um desses momentos seria executado por um “aluno conselheiro”, dentre os quais Francisco Guimarães que lia *O homem*, também de Oliveira Martins.³⁸⁴ Seria este último o mesmo Francisco Antonio Silva Guimarães, à essa época aos nove anos de idade? Possivelmente, sim.

Apesar das buscas incessantes eu não localizei outras referências que confirmem a suspeita de que o menino Francisco Antonio tenha sido aluno do *Collegio Froebel*. Contudo, não há mais dúvidas sobre a relação estreita entre as duas famílias – nos permitindo pensá-las como uma família extensa. Através de Elvira Pilar e de Francisco Antonio podemos perceber essa relação muito próxima entre as duas famílias em diversos âmbitos de suas vidas: formação escolar, exercício do magistério, produção intelectual, compartilhamento da moradia, além de testemunharem os casamentos e nascimentos como do menino Kariosvaldo, em 08 de janeiro de 1906:

Aos doze de janeiro de 1906 neste cartório compareceu Francisco Antonio da Silva Guimarães, natural desta Capital, casado, [incompreensível], comissário da Armada e morador à rua Conselheiro Sampaio Vianna, oito, e declarou: que no dia oito do corrente mês, a cinco horas e quinze minutos da manhã, na casa de sua residência, nasceu uma criança branca do sexo masculino, a quem deu o nome de Kariosvaldo, o qual é seu filho legítimo e de dona Edméa Korff da Silva Guimarães, natural desta Capital, casados nesta Pretoria. São avós paternos da criança: Francisco Antonio da Silva Guimarães e dona Deolinda Thereza da Silva Guimarães, e maternos Josephina

³⁸⁰ Gazeta da Tarde, 07 de outubro de 1885, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=226688&Pesq=%22Col%C3%A9gio%20Froebel%22&pagfis=5348>. Acesso em: 12/02/2022, às 18h., (Grifos meus).

³⁸¹ SILVA, Luara dos Santos. *Op. Cit.*, p.17.

³⁸² PEREIRA, Aderaldo dos Santos. *Op. Cit.*, p.44.

³⁸³ Sobre o Collegio Froebel e a atuação de Hemetério dos Santos ver: PEREIRA, Aderaldo. *Op Cit.*, p.104.

³⁸⁴ “Teatros e Salões – Collegio Froebel”, *A Vanguarda*, 03 de dezembro de 1885, p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=171948&pesq=%22Col%C3%A9gio%20Froebel%22&pasta=ano%20188&pagfis=61>

[incompreensível]. Foram testemunhas desta declaração Adalberto Edgard da Silva Guimarães, natural desta Capital, comércio, e morador à rua Conselheiro Sampaio Vianna, número oito, e Octavio Hemetério dos Santos, natural desta Capital, estudante, e morador à rua Barão de Ubá, vinte e um. (...)³⁸⁵

Para registrar o nascimento de seu segundo filho Francisco Antonio levou consigo o irmão Adalberto Edgard e o amigo Octavio Hemetério dos Santos. À essa época, Francisco, Edméa, seus dois filhos, Elvira Pilar, dona Deolinda e o próprio Adalberto Edgard já viviam na casa à Rua Conselheiro Sampaio Vianna, número oito, a uma curta distância da residência dos Hemetério dos Santos. Estes, incluindo-se o próprio Octavio Hemetério, eram residentes à rua Barão de Ubá, número 21. Elvira Pilar e Francisco Antonio – professora e tenente da Armada, respectivamente - foram os que tiveram maior proximidade com o professor Hemetério dos Santos, acessando a educação formal de modo mais sistemático e conseguindo a inserção em funções onde poderiam ter acesso a melhores remunerações e condições laborais em comparação aos outros irmãos.

Quanto às condições materiais de vida, os indícios indicam que os Hemetério dos Santos desfrutavam de uma situação relativamente mais confortável que as outras duas famílias analisadas até aqui. Todos os filhos do casal Rufina e Hemetério conseguiram colocações no serviço público, ao passo que muitos dos membros das famílias Silva Guimarães e Silva Callado foram trabalhadores operários ou em alguns casos exerceram funções de apoio dentro das escolas. Nos anos de 1910, por exemplo, por serem professores o casal Rufina e Hemetério somavam rendimentos em torno dos 500\$000 (quinhentos mil réis).³⁸⁶

Pelo menos até 1912 além de Rufina e Hemetério, o casal Coema e Octavio Pacheco, e Aristides também viviam na casa situada à Rua Barão de Ubá, número 89.³⁸⁷ Todos estes cinco adultos eram funcionários da municipalidade, podendo somar um montante mensal que facilmente chegaria aos 700\$000 (setecentos mil réis). Apesar da vida confortável, nem de longe podemos considerar que a família pertencesse aos estratos abastados e muito menos que pertenciam à elite. Mas, sim, que eles conseguiam minimamente escapar da precariedade e insegurança a que estavam expostos a maioria esmagadora dos trabalhadores em fins do século XIX e primeiros anos do século XX.

³⁸⁵ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil 1829-1912, 08ª Circunscrição, Nascimentos, Livros 82-85, 1905 (julho) a 1906 (janeiro), imagem 175. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6357-Y4C?cc=1582573&wc=9GYV-927%3A113334201%2C149603201%2C150516401>. Acesso em: 12/02/2022, às 18h 40 min., (Grifos meus).

³⁸⁶ SILVA, Luara dos Santos. Op. Cit., p.97-98.

³⁸⁷ Coema era professora adjunta desde o ano de 1910, além de atuar no Curso Noturno da Escola Normal no mesmo período; seu esposo Octávio Pacheco era funcionário público do Ministério da Agricultura. Aristides também, referido como funcionário público, à essa época exercia a função de amanuense.

Quanto às dinâmicas matrimoniais, os filhos de Rufina e Hemetério casaram-se tanto com pessoas brancas quanto com pessoas pardas e morenas, tendo filhos igualmente brancos, pardos e morenos.³⁸⁸ Coema foi a primeira a se casar, em 20 de outubro de 1910, aos recém-completados vinte e dois anos, e logo após ser oficialmente diplomada pela Escola Normal.³⁸⁹ O noivo era Octavio Ferreira Pacheco, um rapaz de vinte e dois anos, de cor branca, filho de pai português, e que também já estava posicionado dentro do serviço público. A cerimônia civil aconteceu na residência da família, à Rua Barão de Ubá, número 89, “à uma hora e vinte minutos da tarde”, tendo por testemunhas o “General José Pinheiro Machado, Carlos Gomes Xavier, Benedita Brasilina Pinheiro Machado, Julia de Sousa Xavier, Pedro do Couto, major Hemetério José dos Santos e Rufina Vaz Carvalho dos Santos”.³⁹⁰

Diferentemente de todos os outros enlaces matrimoniais analisados até aqui, o casal Coema e Octavio Pacheco teve sua cerimônia anunciada pela imprensa antes e depois de acontecer, em ambos os casos havendo destaque para os “paraninfos” e para a filiação da noiva:

Casamentos

Efetua-se hoje o enlace matrimonial da senhorita Coema Hemetério dos Santos, com o Sr. Octavio Ferreira Pacheco, funcionário do Ministério da Agricultura.

Testemunham os atos civil e religioso o general Pinheiro Machado e sua Exma. Senhora e o Sr. Carlos Gomes Francisco Xavier e senhora.

A noiva é filha do professor Hemetério dos Santos.³⁹¹

Desse enlace nasceram os filhos Hemetério (1911) e Nilda (1912), ambos declarados “de cor branca” pelo pai, sob o testemunho do avô Hemetério e do tio Aristides. A homenagem a esse avô, registrando um de seus filhos com o mesmo nome, é indicativo que o casal Coema e Octávio Pacheco tinham profundo apreço e consideração pelo patriarca da família. É também indício da grande influência e poder da figura paterna na vida dessa filha que, segundo diversos registros, era a “herdeira natural” das qualidades do pai. A formação na Escola Normal transcorrida no tempo regulamentar de quatro anos, a colocação como professora pública primária, o magistério na Escola Normal, o casamento e os filhos... As bodas, comemoradas na residência do “feliz casal” formado pela “distinta professora” Coema e pelo “zeloso

³⁸⁸ Estas são as mesmas classificações de cor utilizadas nos registros das outras duas famílias demonstrando que eram identidades recorrentes utilizadas tanto pelas próprias famílias quanto pelos responsáveis cartoriais.

³⁸⁹ “Notas Mundanas - Colação de Grao”, *A Imprensa*, 01 de setembro de 1910, p. 06. Disponível em: [BNDigital](#).

³⁹⁰ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil 1829-2012, 08ª Circunscrição, Matrimônios 1908 (novembro) a 1912 (julho), imagem 83. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HT-6QPQ-W1R?cc=1582573&wc=9GRV-168%3A113334201%2C149603201%2C149947101>. Acesso em: 12/02/2022, às 19h.

³⁹¹ “Casamentos”, *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1910, p. 04. Disponível em: [Gazeta de Notícias\(RJ\) - 1900 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 12/02/2022, às 19h 20 min.

funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil” Octavio.³⁹² Um conjunto de eventos tão bem harmonizados, traduzindo uma vida formatada e alinhada aos padrões de respeitabilidade imposto às mulheres de seu tempo.

Embora as pequenas notícias publicadas transmitissem essas imagens de perfeição e harmonia na vida da jovem família, nem tudo transcorreu desse modo. Coema Hemetério e Octavio, assim como alguns casais das famílias Silva Callado e Silva Guimarães, também perderam filhos – no caso três filhas: a menina Nilda após cinco dias de nascida, em 1912; outra bebê em 24 de dezembro de 1914; e a última em dezessete de março de 1916, uma “criança de cor morena, do sexo feminino”.³⁹³ E a imagem de “família perfeita” se parte de vez em 1919 quando Octávio Ferreira Pacheco desaparece, pouco tempo após ter sido promovido “a amanuense da 3ª Divisão” na Estrada de Ferro Central do Brasil.³⁹⁴ O desaparecimento foi noticiado em diferentes periódicos, geralmente reproduzindo os encaminhamentos administrativos da Estrada de Ferro Central do Brasil: comunicado oficial do desaparecimento, convocações de comparecimento do funcionário, abertura de inquérito administrativo e, após seis meses, a exoneração “por abandono de emprego”.³⁹⁵

Uma dessas publicações, feita por *A Razão*, contou em detalhes o desenrolar da situação: após passar uns dias na casa de parentes na cidade de Petrópolis, Octavio decidiu retornar ao Rio, mas desaparecera. De acordo com os próprios familiares, Octávio “saiu de casa de seus parentes, em Petrópolis, com destino ao Rio, dizendo àqueles que vinha providenciar na remessa de alguns objetos de uso próprio, a fim de ali poder passar descansadamente os noventa dias de licença que havia obtido.” Mas, a despeito das intensas buscas efetuada pela polícia petropolitana, nas matas da região, “não mais se soube notícias do sr. Octavio Ferreira Pacheco.” (...) “O que terá acontecido? Suicídio? Crime?”³⁹⁶ Ao seu turno a polícia do Rio também não obteve sucesso e nada descobriu a respeito de seu paradeiro, portanto as perguntas

³⁹² “Ecos Sociais – Bodas”, *A Época*, 20 de outubro de 1914, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=%22Octavio%20Ferreira%20Pacheco%22&pagfis=6626>

³⁹³ Disponível em: [Pesquisas registros históricos • FamilySearch](http://pesquisas.registros.historicos.org.br/FamilySearch).

³⁹⁴ “Nomeações promoções na Central do Brasil”, *Correio da Manhã*, 17 de julho de 1919, p.04. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Octavio%20Ferreira%20Pacheco%22&pagfis=40039

³⁹⁵ “Estrada de F.C. do Brasil – Expediente da Directoria”, *O Jornal*, 23 de janeiro de 1920, p.09. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=%22Octavio%20Ferreira%20Pacheco%22&pagfis=298

³⁹⁶ “Crimes e criminosos - Um funcionário da Central do Brazil que desaparece”, *A Razão*, 20 de outubro de 1919, p.04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=129054&pesq=%22Octavio%20Ferreira%20Pacheco%22&pagfis=8342>. Acesso em: 12/02/2022, às 19h 30 min.

lançadas pelo jornal ecoaram por muitas décadas entre seus familiares, especialmente para a esposa Coema e o filho Hemetério. Para nós fica também a questão: por que Octavio passaria três meses longe da esposa e filho que à essa época tinha apenas oito anos de idade?

Não sabemos a resposta exata para o desaparecimento de Octávio Pacheco, mas para todos os fins ele foi dado como falecido e um novo registro de nascimento foi feito para o menino Hemetério em 1926. O documento declarado por Hemetério dos Santos, reforça que o falecido e a professora Coema “foram casados nesta pretoria”.³⁹⁷ A professora seguiu a vida de mãe, dona de casa e professora pública primária, conseguindo a anulação do casamento apenas em 1953, quase trinta anos após o sumiço do marido.

As turbulências no seio familiar não reverberaram em sua vida pública, o que é fruto dos seus próprios esforços em manter a imagem de professora respeitável que trilhara um caminho reto, livre de qualquer atitude que a desabonassem e tampouco à sua família. Estar perfeitamente adequada aos padrões morais exigidos das mulheres – e em especial das professoras primárias - adquiria outros contornos para Coema e outras mulheres negras de seu tempo, especialmente porque se enquadrar a uma “feminilidade respeitável”³⁹⁸ também poderia significar a positivação de toda a família negra. Pesava sobre os seus ombros - e das demais mulheres de sua família extensa - a responsabilidade de serem a materialização da excelência pautada pelo professor Hemetério José dos Santos. Ao pautar outras “etymologias” para a palavra preto, ele estava pavimentando caminhos de afirmação e positivação da coletividade negra, personificando a excelência e estendendo-a às demais pessoas da família. Todos eles eram a face pública da respeitabilidade e as publicações na imprensa reforçavam esse lugar – assim como suas próprias ações cotidianas.

³⁹⁷ Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil 1829-2012, 08ª Circunscrição, Nascimentos. Disponível em: [Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012; https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6X9Q-24C?cc=1582573&wc=9GB7-L2C%3A113334201%2C149603201%2C150614201](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6X9Q-24C?cc=1582573&wc=9GB7-L2C%3A113334201%2C149603201%2C150614201). Acesso em: 12/02/2022, às 19h 35 min.

³⁹⁸ Utilizo este conceito a partir das reflexões da historiadora Giovana Xavier em sua tese acerca das mulheres afro-americanas em fins do século XIX e primeiros anos do XX, igualmente confrontadas pelo racismo e poder do patriarcado. Sobre isto ver novamente: XAVIER, Giovana. História Social da Beleza Negra. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

CAPÍTULO 3:

“Inteligente, honesta e de rara competência”³⁹⁹: histórias de professoras negras

3.1 – Prólogo

No Natal de 1912, a revista *A Cidade*, feita por e para o funcionalismo municipal da cidade do Rio de Janeiro, inaugurava a seção *Magistério Municipal*.⁴⁰⁰ O objetivo era publicar notas biográficas de todos os professores públicos municipais, completando os relatos com suas fotografias. A empreitada seria vasta, pois o magistério municipal contava com muitos docentes⁴⁰¹, “cada qual mais devotado e cada qual mais cumpridor dos seus árduos deveres.”⁴⁰² O tom laudatório endereçado aos docentes era comum em grande parte dos periódicos no Rio de Janeiro entre fins do século XIX e início do XX. Isso indicava as expectativas sobre os comportamentos de professores e, sobretudo das professoras, no exercício do ofício. Das mulheres que exerciam o magistério, além da disciplina dentro e fora do ambiente escolar, tanto a administração pública quanto a imprensa cobravam provas de um comportamento moral irrepreensível para serem reconhecidas publicamente como “inteligente, honesta e de rara competência”.⁴⁰³

Quando da promulgação da primeira lei do ensino primário em 1827, quase cem anos antes da publicação de *A Cidade*, os requisitos de “honestidade” e domínio dos conhecimentos a serem ensinados foram estipulados como condições necessárias e indissociáveis ao exercício do magistério:

Art.12º: As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º.⁴⁰⁴

Em seus dezessete artigos a lei não indica quais seriam os critérios dessa “reconhecida

³⁹⁹ A Cidade: folha principalmente dedicada a assumptos municipaes, *Magistério Municipal*, 25 dedezembro de 1912, p.08. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ.

⁴⁰⁰ O periódico fundado em 23 outubro 1912, tendo por fundador A. Soutinho e por proprietários G. Silva e A. Soutinho. Redação funcionava à Rua General Câmara, n.363, Centro do Rio de Janeiro.

⁴⁰¹ Em 1912 havia 68 professores homens e 1.371 professoras mulheres, totalizando 1.409 docentes atuando em escolas municipais do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Fonte: MÜLLER, Lúcia. As construtoras da nação: professora primária na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999, p.104.

⁴⁰² A Cidade, *Magistério Municipal*, Op. Cit.

⁴⁰³ A Cidade, Op. Cit.

⁴⁰⁴ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original), Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 18/02/2021, às 11h 40 min., (Grifos meus).

honestidade”, tampouco faz qualquer referência à cor e status social das mulheres que seriam aceitas como mestras. Na letra fria da lei, portanto, qualquer moça que atendesse aos requisitos de nacionalidade brasileira, honestidade e domínio dos conhecimentos estaria apta ao ofício. Mas, considerando outras normas sociais vigentes à época e a própria lei de 1827, podemos concluir que: mulheres escravizadas (africanas ou nascidas no Brasil) e as africanas libertas estavam automaticamente excluídas dessas possíveis nomeações. Assim sendo, em 1827 podemos crer que havia poucas chances para que mulheres negras fossem nomeadas ao posto de mestras das primeiras letras. Contudo, é importante não perdermos de vista que à essa época as mulheres ainda não eram maioria no magistério, pois esse ofício era majoritariamente exercido por homens. Se a condição social pautada na cor colocava as mulheres brancas em melhor posição, o gênero funcionava como limitador.

A lei trazia, ainda, explícita a diferenciação pautada em gênero no acesso ao ensino público, estabelecendo a hierarquização entre os saberes, impedindo amplo acesso das meninas aos mesmos ensinamentos que seriam dados aos meninos: para elas a exclusão das noções de geometria, limitando a aritmética às quatro operações, e o ensino das “prendas que servem à economia doméstica”.⁴⁰⁵

A lei de 1827 determinava, assim, *quem* poderia ensinar e o *que* deveria ser ensinado, combinando interdições diretas e indiretas pautadas em status social, cor, origens e gênero. Muitas outras leis e decretos foram sancionados no decorrer do século XIX e nos primeiros anos do XX, normatizando o magistério e o acesso à educação formal. É o caso do Regulamento de Instrução Primária e Secundária do Rio de Janeiro de 1854, que em seus cento e trinta e cinco artigos estabelecia parâmetros para regulamentar os estabelecimentos públicos e privados de instrução. As exigências para ambos os sexos que quisessem exercer o magistério eram: maioridade legal; moralidade; capacidade profissional.⁴⁰⁶ Nenhuma pessoa que pretendesse oficialmente exercer o magistério poderia ter sido objeto de ações judiciais por crimes de roubo, furto, adultério, dentre outros, ou crimes que ofendessem “a moral pública ou a Religião do Estado”. Para as professoras havia, ainda, as exigências de:

Art. 16. As professoras devem exhibir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica forma da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou.

As solteiras só poderão exercer o magistério público tendo 25 anos completos de

⁴⁰⁵ Coleção de Leis do Império do Brasil – 1827. *Op. Cit.*

⁴⁰⁶ Conforme Artigo 12 do Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1854, vol. 1, Parte I, p. 45, (Publicação Original).

idade, salvo se ensinarem em casa de seus pais e estes forem de reconhecida moralidade.⁴⁰⁷

Às mulheres não bastava seguir estritamente as exigências individuais de moralidade, pois tal cobrança abarcava toda a família e reforçava o lugar de submissão feminina porque deveria comprovar a existência atual ou pretérita de vínculos com um marido, ou sendo solteira estaria limitada a ensinar na casa dos seus pais se ambos tivessem “reconhecida moralidade”. Todo esse conjunto de “provas de moralidade” precisava ser documentado, apresentado ao Inspetor Geral da Instrução Pública e confirmado por párocos locais. E não estavam dissociadas das capacidades intelectuais à medida em que compunha o conjunto de exigências à docência.

Os termos da lei de 1827 e do Regulamento de 1854, foram mantidos em legislações posteriores e seus ecos ainda podiam ser vistos na imprensa em 1912, visto que honestidade e moralidade continuavam sendo acionadas e associadas às capacidades intelectuais e exigidas dos que se candidatavam ao exercício do magistério – com explícitos objetivos de controle moral e submissão de gênero quando se tratava das mulheres. As prescrições para o exercício do ofício – via legislação, costumes e sanções sociais decorrentes – dependiam diretamente da observação estrita de comportamentos que, no caso feminino, deveria incluir a tutela por uma figura masculina (pai ou marido).

E no transcorrer do tempo, entre fins do século XIX e primeiros anos do XX, cada vez mais as mulheres ocupavam o lugar de professoras públicas primárias, o que continuava mobilizando as inúmeras tentativas de normatização sobre seus comportamentos no espaço público.⁴⁰⁸ Como demonstrado, no capítulo 1, eram inúmeras as condições e cobranças impostas às mulheres, ditando regras de comportamento social e profissional e estabelecendo padrões de feminilidade. Padrões que, articulados aos elogios ao “nosso feminismo”, indicavam os caminhos que deveriam ser seguidos pelas professoras primárias: domínio dos conteúdos escolares, comprovada capacidade intelectual, qualidades morais dentro e fora dos espaços escolares.⁴⁰⁹ As exigências elaboradas por instituições, saberes e autoridades – espaços

⁴⁰⁷ Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, *op. cit.*, (Grifos meus).

⁴⁰⁸ Apoiando-se em dados estatísticos oficiais, o estudo de June Hahner afirma que “No Rio de Janeiro, em 1872 as mulheres representavam um terço do professorado (...). Em 1906, as mulheres representavam 70% dos professores da capital.” Ver mais em: HAHNER, June E. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p.313- 332, 1. Sem. 2010, p. 319.

⁴⁰⁹ Como já vimos, vida pessoal e profissional não eram entendidas como instâncias distintas, mas entrelaçadas e determinantes entre si. Em fins do século XIX o tópico moralidade ainda constava em leis e decretos como um dos requisitos para ingressar, permanecer e acessar certos direitos na carreira do magistério. É o caso, por exemplo, da vitaliciedade no magistério que dentre outros pontos levava em conta “a moralidade e assiduidade do professor”. Fonte: Decreto nº 52, de 09 de abril de 1897. Capítulo III – Do pessoal docente, artigo 29, parágrafo 2º. *Collecção de Leis e Vetos Municipais*.

dominados por homens -, contribuíram à manutenção de uma subordinação de gênero funcionando, conforme definição de Patricia Hill Collins, como “justificativas ideológicas poderosas” para a perpetuação das “opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade”.⁴¹⁰

Se temos poucas certezas sobre a existência de professoras negras à época da primeira lei educacional do Império, registros seguros me permitem afirmar que entre os anos de 1870 e 1920 elas não apenas existiram como é possível identificar sua presença cada vez maior e acompanhar, pelo menos em parte, suas trajetórias de formação acadêmica e experiências na carreira do ensino primário público no Rio de Janeiro. Como descendentes da “raça africana”, estas mulheres carregavam na cor, no cabelo, nas feições e nas origens vínculos com um passado escravista e séculos de negação da humanidade e das capacidades intelectuais das pessoas negras. As dez professoras que terão suas histórias contadas neste capítulo - identificadas como morenas, mulatas, pardas, mulheres de cor – existiram ao seu tempo porque em dado momento de um passado distante (ou nem tão distante) alguma pessoa sequestrada em África desembarcou nesse solo.⁴¹¹ Suas histórias nos contam sobre as experiências e os sentidos de ser mulher negra livre e letrada, entre os tempos escravistas e do pós-abolição. Então, vamos a elas.

3.2- Irmãs D. Alexandrina e D. Rufina de Brito e o magistério público primário na década de 1870

Nascidas em 1834 e 1837, respectivamente, as meninas Rufina e Alexandrina eram filhas do casal Francisco de Paula Brito e Rufina da Costa Brito. Ambas foram registradas com a cor parda, eram livres em uma família de mesma condição jurídica. O pai, também um homem de cor parda, foi figura pública destacada no Brasil Imperial, especialmente pela mobilização em defesa da igualdade jurídica garantida pela Constituição de 1824 a todos os homens que fossem livres.⁴¹² Paula Brito, por meio da atividade tipográfica, foi importante “homem das letras”, construindo “redes negras” de sociabilidade e apoio mútuo junto a outros homens de sua cor e status social.⁴¹³

Os registros sobre a história dessa família nos contam que esses sujeitos viviam em

⁴¹⁰ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 135.

⁴¹¹ Apesar disso, e de viverem entre os anos de 1870 e 1920 nenhuma dessas dez mulheres experimentou a escravização, pois em algum momento dessa longínqua história uma de suas antepassadas alcançou a liberdade para si e, através do ventre, para os seus descendentes.

⁴¹² MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p.

⁴¹³ PINTO, Ana Flávia Magalhães. Op. Cit., p.31-35.

liberdade desde fins do século XVIII, portanto quando as irmãs Brito vieram ao mundo esta condição já estava mais que estabelecida.⁴¹⁴ Estabelecida também era a relação com o mundo das letras, permitindo que ambas tivessem pleno acesso à educação e domínio da cultura letrada. O historiador Rodrigo Godoi aponta indícios de que as irmãs Brito tenham frequentado aulas das primeiras letras nas “aproveitáveis aulas para meninas”, oferecidas a “preços razoáveis”, à Rua do Piolho, n.118.⁴¹⁵

Anúncios publicados na imprensa informam que as aulas estavam abertas a todas as meninas cujos progenitores (ou seus proprietários) pudessem custeá-las, independentemente da condição jurídica: sendo livres as alunas aprenderiam “as primeiras letras, quatro espécies de contas, trabalhos de agulha e de tesoura nos gêneros e gostos conhecidos”. Já para as possíveis alunas que fossem escravizadas estavam reservados os aprendizados relacionados às atividades manuais e domésticas, como “os trabalhos de agulha e de tesoura” (...) a “cozinhar e a fazerem doces de todas as qualidades”.⁴¹⁶ O compartilhamento do espaço por meninas de diferentes condições sociais nos faz imaginar os possíveis distanciamentos e rivalidades entre elas. Por outro lado, também podemos pensar no quanto as meninas livres como as irmãs Brito serviria de espelho às meninas escravizadas. A liberdade seria simultaneamente muro e horizonte para essas meninas que possuíam a cor da pele como elemento em comum.

Em seus anúncios as proprietárias da casa que servia de escola informavam ainda que os bons preços, os cuidados e a vigilância constantes sobre as meninas seriam de “imensa vantagem aos chefes de família” – o que poderia ser confirmado junto aos senhores “major Shoukow (do largo de S. Francisco de Paula), tenente-coronel F. Ferreira Gomes, José Pedro Fernandes Cantalice, Manoel Alexandre da Silva, José Maria de Souza, e F. de Paula Brito”, que tinham por lá “suas filhas ou pessoas que lhes pertencem”.⁴¹⁷ Sendo filhas, as meninas como as irmãs Rufina e Alexandrina⁴¹⁸ aprenderiam as primeiras letras, teriam aulas de música, dança e acessariam uma educação comprometida com a “severidade nas partes civil, moral e religiosa.”⁴¹⁹

A “aproveitável aula de meninas” não pertencia a uma instituição de elite, em vista de não ter por si “a nomeada de grandes colégios”, e a prática de “preços mais acomodados”

⁴¹⁴ GODOI, Rodrigo Camargo de. Op. Cit.

⁴¹⁵ GODOI, Rodrigo Camargo de. Op.Cit. p.85.

⁴¹⁶ “Aproveitável aula de meninas”, *Jornal do Commercio*, 19/06/1844, p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&Pesq=%22Aproveit%c3%a1vel%20a%20de%20meninas%22&pagfis=6436. Acesso em: 30/02/2021, às 15h 15min.

⁴¹⁷ Idem., (Grifos meus).

⁴¹⁸ Segundo Rodrigo Godoi, Rufina nasceu em 28/12/1834 e Alexandrina em 17/04/1837. À época dos anúncios, em 1844, elas tinham nove e sete anos de idade, respectivamente.

⁴¹⁹ Ibidem.

possibilitaria o acesso dos chefes de família que desejassem a instrução de suas filhas. Ainda que se identificasse como um modesto estabelecimento, havia no mínimo uma camada de hierarquia bem demarcada: formação moral e intelectual para as meninas livres; formação e treinamento das meninas escravizadas para as atividades manuais. Os lugares sociais estavam bem demarcados juridicamente, reservando às “raparigas escravas” apenas a possibilidade de aprendizados relacionados ao serviço doméstico. Esse impedimento às meninas escravizadas, legitimado pela lei, foi uma das muitas formas de opressão contra pessoas cativas.

Dominar os conhecimentos formais poderia ser um caminho, por dentro do próprio sistema, em direção à contestação da escravidão e isso colocaria em risco toda aquela arquitetura de domínio senhorial. A proibição do ensino das primeiras letras às pessoas escravizadas não foi obra do acaso, mas uma política estratégica de dominação que produziria gerações de pessoas negras apartadas do mundo das letras. Uma exclusão deliberada que, *a posteriori*, serviria como argumento à subalternização das pessoas de cor, ainda que livres ou libertas, em vista de sua pretensa incapacidade intelectual (sic). Saber ler e escrever era um dos elementos de distinção social e de poder, era causa e consequência da perpetuação de uma pequena elite branca no topo da sociedade.

Como sabemos, não bastava ser livre: também era preciso parecer. Ou seja, era preciso ser portador de uma estética e de elementos como o domínio dos saberes ocidentais para ratificar a sua condição de pessoa livre, dotada de inteligência e de boas qualidades. Em tempos em que as pessoas negras, a qualquer momento, poderiam ser interpeladas acerca de sua condição jurídica essa distinção era central porque reafirmava para elas próprias e para os outros o lugar da liberdade. Reafirmar esse lugar não era mero mecanismo de distinção social, ao contrário, tinha sentido muito mais profundo: era tática de proteção contra as diversas situações de discriminação existentes nas relações cotidianas daquela sociedade. Os testemunhos de homens como Francisco de Paula Brito, pai de Rufina e Alexandrina, nos contam sobre as barreiras que continuavam atravessando as vidas dessas pessoas mesmo estando livres há uma ou mais gerações.⁴²⁰

Não localizei outras pistas sobre a formação escolar das irmãs Brito, mas, como já sabemos, aquela era uma família das letras, chefiada por um homem de prestígio, considerado um grande tipógrafo do Império Brasileiro. Portanto, não lhes faltariam oportunidades, dentro ou fora de casa, para que construíssem uma sólida bagagem de conhecimentos socialmente

⁴²⁰ Paula Brito e outros homens negros letrados e com prestígio social utilizaram a imprensa para denunciarem de modo categórico as diversas tentativas de sua exclusão de espaços de prestígio econômico e social. Sobre isto ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *A imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

validados. Adultas ambas contraíram matrimônios, constituindo seus próprios núcleos familiares. E nos anos de 1870, quando elas tinham quase quarenta anos, tornaram-se professoras públicas primárias diante da comprovação de suas capacidades morais e intelectuais.⁴²¹

Localizei registros que indicam o início do magistério de Rufina de Brito em 1872 na cidade de Macaé – embora não seja impossível que ela já exercesse o ofício antes disso. Cerca de uma década antes, quando do falecimento de Francisco de Paula Brito, o núcleo familiar principal estava afundado em dívidas deixando a “viúva Paula Brito” em apuros e, consequentemente afetando as irmãs Brito.⁴²² Assim, é possível que o magistério tenha se convertido em fonte de renda para o casal Rufina de Brito e Leopoldo de Azeredo Coutinho, ainda que não fosse a principal delas.⁴²³

Contribuindo decisivamente ou não com a renda familiar, o fato é que a professora Rufina de Brito iniciou seu magistério como proprietária “de um colégio de meninas” em território Macaense, no perímetro da cidade, recomendada pelas “excelentes qualidades de cidadão e de chefe de família” do marido, validada tanto pelo *Tribuna do Povo*, jornal local, quanto pela imprensa carioca:

‘Colegio de Meninas. Consta-nos que a Exma. Sra. D. Rufina Coutinho, esposa do Sr. Tabelião Leopoldo de Azeredo Coutinho, pretende abrir nesta cidade, em princípios de janeiro futuro, um colégio de instrução primária para o sexo feminino, tendo já neste sentido oficiado ao digno inspetor municipal, o Sr. Antero Lopes, a quem ofereceu dar ensino gratuito às seis meninas que fossem por S.S. designadas.

O Sr. Inspetor municipal aceitando tão valioso oferecimento, agradeceu o interesse que a distinta professora manifesta pelo progresso da instrução nesta cidade.’

Nós acrescentaremos que as virtudes e capacidade intelectual da distintíssima senhora vão oferecer à educação do bello sexo na cidade de Macahé verdadeiras garantias de uma excelente educação doméstica, como é indispensável entre nós.⁴²⁴

Assim como as mestras da Rua do Piolho, n.118, Rufina também passaria a se dedicar

⁴²¹ Como já vimos, à essa época ainda não havia a exigência de formação na Escola Normal – criada na Corte somente em 1880 -, sendo necessário comprovar, junto às autoridades competentes, o domínio dos saberes que seriam ensinados às crianças e ser portadora dos requisitos de moralidade e honestidade.

⁴²² GODOI, Rodrigo Camargo de. Op. Cit., p. 264-270.

⁴²³ Localizei menção a Leopoldo de Azeredo Coutinho como responsável por um cartório na cidade de Niterói em 1871. A essa época ele e a esposa Rufina já viviam na cidade de Macaé: “Nitheroy”. Carta de Leopoldo de Azeredo Coutinho a José Antonio Gonçalves Barbosa, publicada na seção “A Pedidos” do *Jornal do Commercio* de 08 de julho de 1871, p. 01.

Um edital publicado em 11 de agosto de 1872, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, p.04, traz a assinatura de Leopoldo de Azeredo Coutinho como escrivão.

⁴²⁴ “Noticiário”, *A Patria – Folha Política, Noticiosa e Literária*, ano XIII, n.21, 19 de novembro de 1871, p. 03, (Grifos meus). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&pesq=%22Rufina%20Coutinho%22&pgfis=8557>. Acesso em: 30/01/2021, às 19h 00min.

ao ensino do “bello sexo”, tornando-se professora na cidade de Macaé – onde residia com o esposo, o tabelião Leopoldo de Azeredo Coutinho. O anúncio não faz qualquer menção à sua cor e tampouco das alunas que seriam atendidas – o que nos leva a indagar se, como nas “aproveitáveis aulas para meninas”, haveria algum espaço para as meninas escravizadas da cidade. Os elogios à sua “virtude” de “distintíssima senhora” são combinados ao reconhecimento das suas capacidades intelectuais como uma “distinta professora” capaz de oferecer “excelente educação doméstica” às alunas que se matriculassem em sua escola. Há certa dubiedade quanto ao que seria a “educação doméstica”, mas tudo leva a crer que se tratava de aulas muito parecidas com frequentadas pela própria Rufina, onde as meninas aprendiam as primeiras letras e cálculos em conjunto aos aprendizados relativos às atividades domésticas.

Os silêncios em torno de sua cor parda podem levantar diversas questões quanto aos seus sentidos. De um lado, poderia indicar distinção social, em vista de Rufina ser uma mulher letrada e livre; de outro, pode indicar certo triunfo nos esforços empreendidos por “pessoas de cor” - como seu próprio pai, Paula Brito - em afirmar as capacidades independentemente da cor. Uma terceira possibilidade seria a de que as virtudes e talentos de alguns homens e mulheres negros seriam capazes de atenuar ou mesmo apagar sua cor e origens raciais. É possível, ainda, que os adjetivos utilizados não estivessem atuando em prol do apagamento de sua cor e origens, mas servissem como reforço de suas capacidades *apesar* dessa cor.

São diversas as possibilidades e não existem evidências que permitam afirmar qual delas foi escolhida pela professora Rufina, do mesmo modo que é difícil confirmar a predominância desse tom elogioso em todos os espaços por onde ela transitava. Ao seu tempo são fartos e densos os casos em que homens e mulheres, ainda que livres ou libertos, eram sistematicamente confrontados pelos estigmas da cor. Especialmente nos casos dos homens letrados, a cor podia ser utilizada para barrar ou deslegitimar suas agências e protagonismo no debate público, impedindo que lideranças masculinas negras acessassem esferas de poder, interferindo na ordem escravocrata vigente.⁴²⁵ E como tais homens atuavam em prol de uma coletividade, barrar suas investidas contra a escravidão e as desigualdades pautadas em cor/raça se tornava o caminho eficaz para a manutenção das hierarquias entre a elite branca e a população negra. Há também que se considerar que nem todos os homens negros letrados alcançaram visibilidade no debate público e, além disto, nem todos eles se engajaram nas lutas antiescravistas e antirracistas. Para alguns o objetivo central poderia ser alcançar uma vida estável para si e para o seu núcleo familiar, minimamente protegida das agressões raciais e da decorrente exclusão

⁴²⁵ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade*, op. cit.

social.

No caso das mulheres livres e de cor – assim como para todas as outras – à essa época estava expressamente vedada qualquer possibilidade de atuação mais direta e incisiva nestas questões, ou seja, havia um limite às agências femininas no espaço público. Suas agências seriam construídas por outros caminhos e, talvez, porque não confrontassem os padrões e nem parecessem tão ameaçadoras não recebessem ataques tão diretos quanto os que eram endereçados a homens negros como José do Patrocínio e Luiz Gama, por exemplo. O enfático reforço às boas qualidades da professora Rufina são também indicativos sobre quais táticas e métodos uma mulher negra letrada deveria colocar em prática para escapar dos estereótipos que combinavam cor/raça e gênero. Portanto, eles também cumpriam função pedagógica ao reforçarem o enquadramento aos padrões morais como caminho legítimo para o pleno reconhecimento das capacidades morais e intelectuais a despeito de sua cor (sic).

Voltando ao universo micro das relações sociais, existe um ponto central em toda essa história: a vontade dos sujeitos. Ser reconhecidamente livre/liberto era ter poder de escolha; escolher ir ou ficar, permanecer ou romper, lutar abertamente contra o sistema ou se alhear a tudo. Tornar-se professora, alguém que dominava saberes legitimados pelo sistema, também precisa ser visto como expressão da vontade do mesmo modo que era um caminho para o reconhecimento da autonomia e da liberdade feminina. Como mulher nascida e crescida em berços letrados, era perfeitamente razoável que Rufina de Brito, exercesse o magistério das primeiras letras, por desejo ou necessidade. E assim ela o fez a partir de 1872, do alto dos seus trinta e sete anos de idade, quando iniciou suas aulas subvencionadas no Colégio Nossa Senhora da Piedade.

No ano seguinte ela foi incorporada ao magistério público primário, sendo “nomeada para reger, como professora efetiva de 1ª classe, a escola da freguesia de São José do Barreto”.⁴²⁶ Essa rápida incorporação ao quadro de professoras efetivas não foi ocasional, mas um resultado exitoso de sua ação em abrir uma escola na cidade, chegando a ofertar seis vagas gratuitas para meninas indicadas pelo inspetor municipal. Além de ter sido vista e mostrada com bons olhos pela imprensa, a professora também angariou apoio do inspetor Antero Lopes. Embora mulheres não fossem totalmente autônomas e estivessem sob o poder dos pais e/ou dos maridos, esse registro deixa evidente que toda a movimentação fora capitaneada por Rufina de

⁴²⁶ O Fluminense, *Caderno O Estado, Seção Macaé*. 02/06/1978, p.02. disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=%22Rufina%20Coutinho%22&pagfis=55511. Acesso em: 30/01/2021, às 19h 50min.

Brito Coutinho.

Além de mulher casada e “distinta professora”, em 1874 Rufina também pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento, na mesma cidade de Macaé, onde exercia a função de irmã zeladora junto a outras onze mulheres.⁴²⁷ Esta era uma função administrativa de organização e cuidados com o espaço da irmandade e da igreja. Pertencer a uma irmandade católica garantia o socorro mútuo e o auxílio material quando necessários, mas também reafirmava esse lugar da respeitabilidade dentre a população da cidade. E em uma cidade que contava com pouco mais de três mil habitantes, em um tempo em que não havia separação entre igreja e a administração pública, não era improvável a existência de vínculos entre as irmandades e as escolas de primeiras letras. Não reuni maiores informações sobre essa irmandade, mas a história local conta que ela teve relação direta com a Irmandade do Rosário – uma associação religiosa tradicionalmente composta por pessoas negras (livres, escravizadas e libertas). De acordo com os escassos registros, a Irmandade do Santíssimo Sacramento deu suporte financeiro à do Rosário e ambas estavam próximas, chegando a dividir o mesmo muro.⁴²⁸

Localizei um único registro, mas bem expressivo, da conexão entre a escola da Freguesia de São José do Barreto e a Irmandade do Santíssimo Sacramento: em 1857 o parlamentar Sr. Werneck Figueiredo encaminhou dois projetos à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, “(...) concedendo duas loterias à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Macahé, para a conclusão da capela em construção” (...), [e] “(...) criando uma escola de primeiras letras para meninas em Barreto, no município de Macahé.”⁴²⁹ Para além disso não sabemos, assim como não sabemos o que começou primeiro na vida da professora: o magistério na cidade ou o pertencimento à Irmandade do Santíssimo Sacramento.

O que podemos afirmar é que durante um período da década 1870 Rufina de Brito Coutinho foi professora pública e zeladora de uma irmandade religiosa; uma mulher livre de cor parda que exerceu de modo bastante autônomo duas funções na esfera pública de sua cidade. Funções que lhe permitiam transitar com certa independência, participar de instituições e

⁴²⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Município de Macahé, 1875, p.109. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Rufina%20Rodrigues%20de%20Brito%20Coutinho%22&pagfis=37116>. Acesso em: 02/02/2021, às 15h15min.

⁴²⁸ De acordo com as pesquisas do historiador Antonio Alvarez Parada, em 1862 a Irmandade do Santíssimo Sacramento concedeu ‘gratuitamente à Irmandade do Rosário, o poder de construir o muro do seu cemitério em continuação ao do Santíssimo’, ficando assentado que, em retribuição a essa concessão, a Irmandade do Rosário obrigava-se a ter “sempre limpa, caiada e rebocada a face do mesmo muro do cemitério do Santíssimo”. Fonte: [Prefeitura Municipal de Macaé \(macae.rj.gov.br\)](http://www.macaerj.gov.br). Acesso em: 11/03/2022, às 16h 40 min.

⁴²⁹ Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal (1848 a 1868), Assembleia Provincial – sessão em 07 de agosto de 1857, p.01.

experimental lugares sociais que iam além das funções de dona de casa, esposa e mãe. Sem romper com os padrões morais que visavam controlar os corpos femininos, Rufina negava os estigmas e estereótipos raciais ao mesmo tempo em que afirmava sua condição de mulher e de pessoa livre.

Em 1874 a 2ª escola do sexo feminino da cidade de Macahé caminhava a pleno vapor, levando a professora Rufina de Brito Coutinho a enviar um requerimento “às comissões de fazenda provincial e instrução pública” solicitando que lhe fossem concedidas “duas professoras adjuntas para coadjuvária-la no ensino, visto o excessivo número de 109 alunas matriculadas, prometendo aumentar muito mais.”⁴³⁰ Não localizei pistas seguras que informassem sobre o desfecho desse requerimento, tampouco maiores informações sobre sua atuação em sala de aula. Por motivos igualmente desconhecidos a professora completava seis meses de licença em 26 de outubro de 1875.

Se por adoecimento próprio ou de algum familiar, ou mesmo em decorrência da maternidade, não se sabe, mas o fato é que a Secretaria de Governo informava que dali em diante ela não receberia nenhum vencimento enquanto estivesse licenciada.⁴³¹ Quase um ano depois, o mesmo jornal informa sobre o pedido de “exoneração do cargo de professora provisória da 2ª escola da cidade de Macahé” – sendo atendida no pedido de demissão.⁴³² Nesse mesmo ano há registros informando que seu esposo, Leopoldo de Azeredo Coutinho, era tabelião e oficial de hipotecas na Província do Rio de Janeiro – o que indica alguma estabilidade financeira da família a ponto de prescindir dos vencimentos recebidos por Rufina.

O último registro sobre a professora Rufina é do ano de 1881, quando de seu precoce falecimento, deixando consternados e “profundamente penalizados” o capitão Augusto Pereira Pinto e Polycarpo Barbosa de Azevedo, que em virtude do “inesperado passamento, em Palmeiras, no dia 2 do corrente”, mandavam celebrar, na matriz da cidade [de Niterói], “uma missa pelo repouso eterno da alma” de Rufina – “viúva do sempre lembrado amigo Leopoldo de Azeredo Coutinho”.⁴³³ Não sabemos o que ocasionou essa morte prematura - quando ela

⁴³⁰ Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, Expediente, Sessão em 04 de novembro de 1874, p.278. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218740&Pesq=%22Rufina%20Coutinho%22&pagfis=7055>. Acesso em 30/01/2021, às 20h 13 min.

⁴³¹ Diário do Rio de Janeiro, Expediente da Secretaria do Governo, 31/10/1875, p.02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22Rufina%20Coutinho%22&pagfis=33749. Acesso em: 30/01/2021, às 20h 25 min.

⁴³² Diário do Rio de Janeiro, Administração Pública Provincial – Actos da Presidência, 21/09/1876, p.01. disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22Rufina%20Coutinho%22&pagfis=35014. Acesso em: 30/01/2021, às 20h 35 min.

⁴³³ Jornal do Commercio, 08 de setembro de 1881, p.04.

tinha cerca de quarenta e sete anos de idade – e repentina. Os dois únicos registros que localizei sobre sua morte informam sobre a missa solicitada e realizada em nome daqueles dois amigos do casal Rufina e Leopoldo, sem qualquer menção aos familiares que ainda residiam na Corte.

Apesar da ausência de menção e de registros diretos, creio que os membros da família Rodrigues de Brito tenham mantido os vínculos mesmo residindo em cidades distintas. Uma comunicação frequente por cartas e mesmo visitas periódicas não seriam impossíveis de acontecer. Um indício da permanência desses vínculos familiares foi a menção, em 1879, às irmãs D. Rufina Rodrigues de Brito Coutinho e D. Alexandrina Rodrigues Brito de Figueiredo – dentre outros familiares – que rogavam “aos seus parentes e amigos o caridoso obsequio de acompanhar os restos mortais da mesma finada [a viúva Paula Brito, D. Rufina Rodrigues da Costa Brito]” que sairia em procissão da R. Visconde de Rio Branco, n.6, até o cemitério de S. Francisco Xavier.⁴³⁴ A morte da matriarca da família Brito, dezoito anos após o falecimento do marido Francisco de Paula Brito, pode ter sido um desses momentos de encontro entre as irmãs e demais familiares.

Em 1874, alguns anos antes das mortes da mãe e da irmã mais velha, Alexandrina de Brito também ingressaria no magistério público primário. À essa época ela residia na Corte, era uma mulher viúva e mãe das meninas Rufina e Eliza, respectivamente de treze e nove anos de idade. Não localizei indícios seguros sobre quais foram os caminhos e motivos de sua decisão em ingressar no magistério público primário, mas podemos considerar que as necessidades materiais tenham sido imperiosas nesta decisão. Isso porque em 1870 Alexandrina perdeu o esposo, Eduardo Vaz de Carvalho, sendo mãe de três crianças (Rufina aos nove, Eliza aos cinco e Francisco aos dois anos de idade).⁴³⁵ E desde o falecimento do pai Francisco de Paula Brito, em 1861, as condições materiais da família Brito eram as mais difíceis: acúmulo de dívidas, inventário por fazer, cobranças na justiça. Todo um conjunto de situações que levaram Leopoldo e Eduardo a abdicarem de possíveis quinhões de herança que suas esposas, Rufina e

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Rufina%20Coutinho%22&pagfis=3940. Acesso em: 02/02/2021, às 17h.

⁴³⁴ O Reporter, 09/03/1879, p.03.

⁴³⁵ Estas informações constam em registros localizados na plataforma Family Search: registro de morte de Eduardo Vaz de Carvalho feito pela Igreja de São João Batista (Niterói) em 15 de fevereiro de 1870; registro de morte do menino Francisco Vaz de Carvalho pela mesma igreja em 12 de abril de 1870; registro de óbito de Eliza Vaz Pereira, em 20 de janeiro de 1890, aos 25 anos de idade. Cheguei a todos eles utilizando o nome de Eduardo Vaz de Carvalho como palavra-chave. Consulta feita em: <https://www.familysearch.org/search/record/results?q.givenName=Eduardo&q.givenName.exact=on&q.surname=Vaz%20De%20Carvalho&q.surname.exact=on&f.recordCountry=Brazil&f.recordSubcountry=Brazil%20Rio%20de%20Janeiro&count=20&offset=0&m.defaultFacets=on&m.queryRequireDefault=on&m.facetNestCollectionInCategory=on>, em 04/02/2021, às 19h 05 min.

Alexandrina, viessem a receber.⁴³⁶

Mãe de três crianças, viúva e sem herança, essa era a realidade vivida por Alexandrina de Brito a partir de 1870, portanto é factível que ela exercesse o magistério particular já nessa época. Os registros localizados na imprensa, contudo, indicam o ano de 1874 como o momento desse ingresso no magistério público primário, sendo “dispensada das provas de capacidade profissional (...) para dirigir colégio de instrução primária e ensinar as respectivas matérias.”⁴³⁷ Em 1875 o Ministério do Império registra seu ingresso para exercer as funções de diretora e professora de instrução primária no qual ela figura como vigésimo sétimo nome em uma lista de quarenta e nove professores autorizados ao ofício:⁴³⁸

Ns.	Nomes	Habilitação	Data da concessão	Data do título
23	Francisco José Gomes da Silva	Ensinar instrução primária e mathematicas elementares	Avisos de 29 de setembro e 13 de outubro de 1873	21 de julho de 1874.
24	Alfredo Alexander	Ensinar inglez	Exame feito em abril de 1874	21 de julho de 1874.
25	D. Amelia da Silva Noronha	Ensinar instrução primária	Exame feito em abril de 1874	24 de julho de 1874.
26	José Pereira Soares de Magalhães	Ensinar instrução primária	Aviso de 5 de maio de 1874	27 de julho de 1874.
27	D. Alexandrina Rodrigues Brito de Carvalho	Dirigir collegio de instrução primária e ensinar as respectivas materias	Aviso de 5 de maio de 1874	28 de julho de 1874.
28	D. Julia Maria Fernandes da Silva	Ensinar instrução primária, francez, portuguez e musica	Aviso de 25 de julho de 1874	5 de agosto de 1874.
29	D. Maria Delfina Quintanilha Soares	Dirigir collegio de instrução primária e ensinar as respectivas materias	Aviso de 5 de maio de 1874	13 de agosto de 1874.
30	Fausto Carlos Barreto	Ensinar latim, portuguez, francez e inglez	Aviso de 25 de julho de 1874	10 de agosto de 1874.
31	D. Emilia Loureiro de Andrade	Ensinar instrução primária, francez, inglez e geographia	Aviso de 25 de julho de 1874	11 de agosto de 1874.
32	Bacharel Emílio Francisco Maria Allain	Ensinar francez	Aviso de 5 de maio de 1874	14 de agosto de 1874.
33	Henrique Ferreira Ramos	Ensinar instrução primária	Aviso de 25 de julho de 1874	17 de agosto de 1874.
34	D. Domitilla Flavia da Silveira Alvares	Dirigir collegio de instrução primária e ensinar as respectivas materias	Aviso de 25 de julho de 1874	21 de agosto de 1874.
35	D. Caetana José Leite	Ensinar instrução primária	Aviso de 5 de maio de 1874	17 de agosto de 1874.
36	D. Maria Rosa de Araujo e Oliveira	Dirigir collegio de instrução primária e ensinar as respectivas materias	Aviso de 25 de julho de 1874	24 de agosto de 1874.
37	D. Deolinda Rosa Caldeira	Ensinar instrução primária	Exame feito em abril de 1874	26 de agosto de 1874.
38	D. Maria Luiza Caldeira	Ensinar instrução primária	Exame feito em abril de 1874	26 de agosto de 1874.
39	José Ribeiro Franco	Dirigir collegio de instrução primária e secundaria e ensinar as respectivas materias	Aviso de 25 de julho de 1874	12 de setembro de 1874.
40	Miguel Jacintho de Noronha Feital	Ensinar portuguez, francez e mathematicas elementares	Aviso de 10 de agosto de 1874	17 de setembro de 1874.
41	Manuel Odorico Mendes de Bem	Abriu um externato de instrução primária e secundaria com a denominação de Externato Couto	Aviso de 24 de setembro de 1874	6 de outubro de 1874.
42	Francisco Xavier do Couto	Dirigir collegio de instrução primária e ensinar as respectivas materias	Aviso de 24 de setembro de 1874	7 de outubro de 1874.
43	D. Maria Georgina dos Reis	Dirigir o curso nocturno da escola de humanidades do instituto pharmaceutico	Portaria de 29 de agosto de 1872	10 de outubro de 1872.
44	Eduardo Julio Janvrot	Ensinar instrução primária	Aviso de 13 de outubro de 1873	7 de outubro de 1874.
45	João Luiz Cordeiro	Ensinar instrução primária	Aviso de 24 de setembro de 1874	13 de outubro de 1874.
46	D. Maria Magdalena da Silveira Faria	Ensinar instrução primária	Aviso de 25 de julho de 1874	14 de outubro de 1874.
47	D. Sophia Navarro de Andrade	Ensinar instrução primária	Aviso de 24 de setembro de 1874	14 de outubro de 1874.
48	Irmã Joanna de Lacerda	Ensinar portuguez e composição litteraria	Aviso de 24 de setembro de 1874	14 de outubro de 1874.
49	Irmã Ouin	Ensinar religião, portuguez, francez, geographia, historia, arithmetica e dirigir collegio de instrução primária e secundaria	Aviso de 5 de maio de 1874	14 de outubro de 1874.

Figura 21. Mapa dos Títulos de capacidade expedidos de 19 de abril de 1874 a 31 de março de 1875.

Não localizei outras pistas sobre o exercício do ofício e o único registro localizado acerca de Alexandrina nesse período informa sobre seu segundo casamento, em 1876, com Antonio Carvalho de Figueiredo.⁴³⁹ Entre muitas lacunas fica a certeza de que na Corte e na

⁴³⁶ GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: *op. cit.*, p.266.

⁴³⁷ A Nação, Actos Officiaes – Ministério do Império, 16/05/1874, p.03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=586404&pesq=%22Alexandrina%20Rodrigues%20Brito%20de%20Carvalho%22&pagfis=2133>. Acesso em: 06/02/2021, às 12h 05 min.

⁴³⁸ Ministério do Império, *Títulos de capacidade profissional expedidos de 19 de abril de 1874 a 31 de março de 1875*, p.56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=%22Alexandrina%20Rodrigues%20Brito%20de%20Carvalho%22&pagfis=12221>. Acesso em: 06/02/2021, às 12h 05 min.

⁴³⁹ O Apóstolo, Expediente do Bispado, “Proclamas lidos na Capital Imperial em 6 de Maio de 1876”, 10 de maio de 1876, p. 03. Disponível em: [O Apóstolo : Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da](http://www.apostolo.org.br/Periodico%20religioso,%20moral%20e%20doutrinario,%20consagrado%20aos%20interesses%20da%20Igreja%20Catolica%20do%20Brasil)

cidade de Macaé, as irmãs Brito – duas mulheres de cor parda e nascidas em berços letrados – exerceram o magistério em algum momento de suas vidas. A despeito de não serem figuras públicas conhecidas, e nem figurarem nas páginas da história oficial, ambas exerceram atividade intelectual em uma época em que a liberdade e os direitos das pessoas negras eram frequentemente desafiadas pelo estatuto jurídico da escravidão que permitia considerar toda pessoa negra um possível escravizado até que se provasse o contrário.⁴⁴⁰ Suas experiências no magistério, longevas ou não, nos contam e nos fazem pensar sobre as experiências possíveis de mulheres negras livres vivendo em tempos de escravidão e preconceito de cor/raça.

Ao contrário de sua irmã, Alexandrina viveu por longas oito décadas, convivendo com suas filhas, genros, netos e bisnetos.⁴⁴¹ Não há indícios de que tenha permanecido no magistério público primário, mas sua história com o ofício não se encerrou com a sua própria trajetória: sua filha Rufina, o genro Hemetério dos Santos, e suas netas Coema e Gulnare Hemetério dos Santos seguiram escrevendo essa história coletivamente – como veremos a partir da próxima seção.

3.3 Entre mães, filhas e irmãs: professoras Elvira Pilar, Rufina Vaz, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos

Como já sinalizei, a professora Rufina Vaz Carvalho dos Santos era esposa do professor Hemetério dos Santos, mulher negra e descendente de Francisco de Paula Brito uma das mais importantes figuras do Brasil Império.⁴⁴² Ao longo de toda a sua vida pública, Hemetério se fez voz ativa e figura muito conhecida ao seu tempo. Todos os artigos e livros publicados por ele – assim como as notícias sobre suas conferências – sugerem sempre autoria única e ausente de contribuições. Mas, a leitura das entrelinhas - um mecanismo muitíssimo eficaz à pesquisa histórica – foi me permitindo reunir pistas e construir um panorama mais amplo e, principalmente, me fazendo questionar: e as mulheres negras?

No calor das lutas antirracistas e em prol da educação popular, o conhecido professor

[religião e da sociedade \(RJ\) - 1866 a 1901 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 17h.

⁴⁴⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade*, Op. Cit., p.95.

⁴⁴¹ Até o ano de 1890 Alexandrina vivia com a filha Eliza Vaz e o genro Antonio Antunes Pereira, todos residindo à Rua Argentina, número 01, freguesia de São Cristóvão. Nesse ano Eliza veio a óbito e é possível que a partir daí a matriarca tenha fixado residência com a família Hemetério dos Santos.

⁴⁴² A descoberta do vínculo familiar entre Rufina Vaz Carvalho dos Santos e Francisco de Paula Brito - seuavô e um dos maiores editores do Brasil Império – foi realizada pelo pesquisador Aderaldo Pereira do Santos e analisada em sua tese “A arma da educação... Op. Cit.”, 2019. Em investigações posteriores localizei os registros de óbito de Rufina bem como os de nascimento dos seus filhos, ratificando a relação entre ambos.

pouco falou sobre sua esposa e nada acerca de sua linhagem familiar. Das vezes em que defendeu a importância das mulheres negras na história nacional, Hemetério se remeteu ao passado e não fez relação direta às figuras femininas de sua família. Entendo esse movimento como evidente centralização e fortalecimento de sua imagem enquanto “homem da família”, alinhado às normatizações que hierarquizavam as relações de gênero. Por outro lado, é provável que Hemetério tenha optado por lançar uma espécie de véu protetor sobre elas, amortecendo os efeitos dos estereótipos e estigmas raciais que recaíam sobre todas as mulheres negras àquela época. Na vida mulheres, posicionarem-se como coadjuvantes desencadeava três efeitos diretos: realçava o protagonismo do homem negro da família, reforçando suas qualidades morais e intelectuais; as colocava à sombra de ataques e interdições baseados em sua cor/raça; reafirmava sua condição plena de mulheres em vista de se adequarem aos padrões de feminilidade determinantes nos círculos letrados.

Mas, o silêncio não foi total e o professor Hemetério comunicou aos seus leitores três informações bastante relevantes: sua esposa Rufina era uma mulher mulata, professora primária que, em algum momento, contribuíra com a sua produção intelectual.⁴⁴³ Como professora e diretora pública primária, esposa de uma figura conhecida, Rufina não passou despercebida aos seus contemporâneos, sendo lembrada pela folclorista Mariza Lira⁴⁴⁴ que nos legou preciosas informações ao narrar, na coluna “Nossas Mestras” (Jornal do Brasil, 1955-1956), sua biografia desde a infância. Imbuída da missão de apresentar as trajetórias das professoras do Distrito Federal, fazendo “uma evocação de grato carinho àquelas que deram a mocidade, alegria o melhor de suas vidas para, com o facho esplêndido da instrução, aclarar a inteligência das crianças, engrandecendo o Brasil”⁴⁴⁵, a autora elaborou dezenove biografias de professoras com origens e histórias distintas.⁴⁴⁶

As histórias contadas na coluna de Mariza Lira remontam à década de 1870, encerrando-se no óbito das professoras retratadas, mas sem maiores explicações acerca dos critérios que a levaram à escolha das biografadas. Tais relatos contam sobre os caminhos de inserção no magistério público antes e depois da criação da Escola Normal, durante o Império e o período

⁴⁴³ SILVA, Luara. Etimologias, preto: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (CEFET/RJ), 2015, p. 92.

⁴⁴⁴ Como já foi dito, Mariza Lira foi folclorista e professora de formação (Escola Normal). Ver mais em: https://www.goodreads.com/author/show/1128386.Mariza_Lira. Acesso em: 11/03/2022, às 17h 15min.

⁴⁴⁵ LIRA, Mariza. Nossas Mestras. Jornal do Brasil – 2º Caderno, 20/11/1955, p.02. disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=%22Nossas%20Mestras%22&pagfis=56824. Acesso em: 06/02/2021, às 17h.

⁴⁴⁶ A localização desta coluna também é fruto das investigações do pesquisador Aderaldo Pereira dos Santos.

republicano. Sobre as motivações, suspeito que esteja relacionada à rememoração da história da cidade do Rio de Janeiro, que estava prestes a completar o seu 4º centenário. Quanto à escolha das biografadas suspeito ter relação direta com as memórias de sua mãe, Luiza de Lira e Oliveira, que fora professora exatamente no mesmo tempo e espaço das demais biografadas. É possível que outras pessoas tenham sido consultadas e talvez as próprias biografadas tenham dado alguma contribuição. Como Mariza Lira não nos informa a esse respeito, sigo a hipótese de que sua principal fonte tenha sido a própria mãe.

As histórias das “nossas mestras” foram contadas em 1955 em tom laudatório e afetivo, ainda exaltando as qualidades de mulheres que eram esposas, mães e professoras. Nos textos biográficos essas três dimensões da vida são diretamente associadas umas às outras, reforçando a perspectiva de que o ofício do magistério era lugar da respeitabilidade, do sacerdócio e dos sentimentos maternos. E do mesmo modo, Lira não deixa de reconhecer a importância das professoras públicas primárias na história da cidade do Rio de Janeiro. Por conjugarem as boas qualidades domésticas e profissionais – complementares entre si - as professoras são descritas como mulheres extremamente dedicadas e missionárias em seu ofício. O lar e a escola, âmbitos privado e público, não foram dissociados e tampouco hierarquizados por Lira, mas convertidos em provas concretas sobre o quão importantes e valorosas foram aquelas professoras, mulheres “perfeitas” e “ideais”.

Quando fala das professoras brancas Lira não menciona cor/raça, mas o faz no caso das duas biografadas definidas por ela como mestiças. Em alguns casos, como o da narrativa sobre a sua própria mãe, uma mulher branca, a folclorista faz questão de destacar que o atendimento aos alunos era sempre “sem distinção de cor e classe social”. Como entusiasta das teorias da mestiçagem e da harmonia racial, a biógrafa se dividia entre o reforço às boas qualidades das “mestiças” e ao apagamento de qualquer marca de distinção pautada por cor e raça no magistério das professoras brancas.

É nos termos analisados acima que Mariza Lira conta a trajetória da professora Rufina, a descendente de “dois nomes brilhantes” e destacados pelos feitos “em prol da educação infantil e da literatura”: do lado paterno, o pertencimento ao tronco familiar do pedagogo Felisberto de Carvalho⁴⁴⁷; do lado materno, era neta do tipógrafo Francisco de Paula Brito. Portanto, a relação com o mundo das letras vinha de longa data na família de Rufina. Ao falar de seus pais, Lira conta que o pai de Rufina – Eduardo Vaz de Carvalho – era comerciante, e a

⁴⁴⁷http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=%22Nossas%20Mestras%22&pagfis=59557. Acesso em: 11/03/2022, às 17h 25 min.

mãe – Alexandrina Brito Vaz de Carvalho – é mencionada apenas como a “filha de Paula Brito, o famoso proprietário da livraria-tipografia da Praça Tiradentes”.

Além de não mencionar o magistério de Alexandrina, Lira omite os infortúnios experimentados pela família Brito em decorrência do montante de dívidas acumuladas, do mesmo modo que não faz qualquer menção aos possíveis desafios enfrentados por Alexandrina e as filhas quando do falecimento de Eduardo em 1870. Ao contrário, ela conta que Rufina descendia de “uma família de recursos”, tendo sido criada no “grande sobrado dos avós no Largo do Capim”.⁴⁴⁸ Deste modo, a primeira parte da narrativa biográfica contada por Lira é a de uma infância tranquila, cercada pelo mundo das letras e materialmente confortável.

Evidentemente todas as narrativas biográficas da coluna *Nossas Mestras* passaram por seleções feitas pela autora e por suas fontes de informações e pesquisas – possivelmente outras professoras que rememoraram e contaram tais histórias de vida –, que talvez não tenham convivido com Rufina durante sua infância e juventude. Ainda assim, não coloco em xeque a veracidade das informações, ao contrário, entendo que se trata de uma seleção dos “melhores momentos” que justificariam suas boas qualidades morais e intelectuais na vida adulta. Seguindo o fio condutor condizente à narrativa da vida confortável, Lira conta um pouco sobre a formação das primeiras letras da jovem Rufina:

Próximo a essa residência havia o estabelecimento de couros de um português muito culto, talvez formado pela Universidade de Coimbra.

D. Rufina que devia ter sido uma criança encantadora a julgar-se pelo tipo de mestiça que foi moça e senhora, era muito querida desse coureiro, amigo da família e como era assaz inteligente transformou a amizade em aprendizado e o fazia naturalmente, aperfeiçoando-se, na leitura, escrita, aritmética e francês que falava corrente e corretamente. Em casa tinha uma professora especializada em labores femininos e outra, uma grande pianista da época, que lhe ensinou a tocar otimamente. E assim foi crescendo e fez-se moça D. Rufina.⁴⁴⁹

Segundo a narrativa, a menina Rufina não frequentou espaços escolares, recebendo formação intelectual e aprendizados sobre os “labores femininos” por meio de aulas particulares em sua residência. Essas aulas seriam ministradas pelo “português muito culto” - amigo da família - e por mais duas professoras. Não há qualquer menção à possibilidade de sua mãe Alexandrina ter sido uma de suas professoras. Esse registro sobre os estudos das primeiras letras funciona como outro indício dessa vida confortável, indicando que a família dispunha de recursos materiais tanto para prover o acesso à educação formal quanto para custear professores particulares.

⁴⁴⁸ LIRA, Mariza. *Nossas Mestras*. Op. Cit.

⁴⁴⁹ LIRA, Mariza. *Nossas Mestras*. Op. Cit.

Lira faz questão de registrar as qualidades intelectuais de Rufina, um “tipo de mestiça”, que provavelmente fora uma “criança encantadora”: “assaz inteligente”, aprendia “naturalmente”, tocava piano “otimamente” e falava francês “corrente e corretamente”. As palavras da biógrafa transmitem sua visão positiva sobre a mestiçagem, refutando as perspectivas do racismo científico do século XIX que entendiam a mestiçagem como lugar da “degeneração” e de toda sorte de imperfeições. E por ser entusiasta da mestiçagem e consequente convivência harmônica entre as “raças”, Lira salienta a estreita amizade entre o homem português e uma família que era racialmente mista.

As visões positivadas da mestiçagem que transparecem nas palavras de Mariza Lira escorregam quando o assunto era o marido escolhido por Rufina, o professor Hemetério dos Santos, que (...) embora preto, era pessoa muito insinuante, dotado de grande simpatia, maneiroso” a ponto de enamorar a jovem.⁴⁵⁰ E essa forma de se referir à cor preta indica que o entendimento acerca do mestiço era de alguém com origens negras, porém com a pele mais clara – sentido similar ao rótulo de mulata dado por Hemetério à sua esposa. Em nossa história das relações raciais os mecanismos de discriminação estiveram diretamente relacionados à cor da pele, pele, traçando uma hierarquia dos tons e variações, e outras características fenotípicas que expressavam claramente a ascendência negra. Quando Hemetério, em 1913, e Lira, em 1956, sinalizam as origens negras de Rufina eles estão nos contando sobre as possibilidades de o pertencimento racial não ser exclusivamente definido pela cor da pele. Isto é, os registros feitos por ambos nos contam sobre a possibilidade serem reconhecidas as origens negras de uma pessoa ainda que a cor da sua pele fosse mais clara.

Não temos relatos sobre situações diretas de discriminação racial vividas por Rufina, o que nos remete a muitas questões e nenhuma delas indica a ausência de hierarquias raciais naquela sociedade. Como já vimos, naquele mundo letrado de fins do século XIX e primeiros anos do XX o racismo era um fato e, além de justificar agressões físicas, criava e legitimava barreiras à mobilidade de homens e mulheres de cor.

É um equívoco crer que todas aquelas teorias que pregavam a inferioridade negra, sobretudo dos considerados mestiços, ficaram circunscritas aos gabinetes dos seus ideólogos. Ao contrário, se popularizaram em vista de encontrarem terreno propício para isso. E aqueles homens das letras não eram meros “pensadores de gabinete”, mas pessoas que exerciam funções em setores estratégicos como a medicina, educação e a polícia. O que possibilitou às irmãs Brito (Alexandrina e Rufina) e à Rufina a construção de outros projetos de vida, distantes da

⁴⁵⁰ LIRA, Mariza. *Nossas Mestras. Op. Cit.*, (Grifos meus).

subalternidade e das agressões racistas tem relação com a constituição e manutenção de famílias coesas, acesso à educação formal, adesão aos preceitos de respeitabilidade e o protagonismo do homem negro que as protegia. A construção de um nome masculino respeitado, remetendo a uma figura forte e centralizadora, simultaneamente reunia em si a proteção contra o racismo e a opressão de gênero.

Mariza Lira não aborda diretamente as relações raciais e de gênero, mas aponta que havia lugares bem definidos na família Hemetério dos Santos: enquanto o homem da família era o diretor-proprietário de um estabelecimento escolar, um “grande internato”, Rufina estava perfeitamente integrada à “vida de mãe de família”, “(...) criando os filhos que iam nascendo”, vivendo rodeada de conforto material, levando uma “vida calma e sem preocupações”.⁴⁵¹ Até aqui nada de magistério na vida de Rufina, mesmo existindo uma escola que pertencia à família. Mas, segundo Lira a situação de conforto e exclusiva dedicação à família seria drasticamente afetada diante do esvaziamento do Colégio Froebel:

Nisso irrompe uma grande epidemia de febre amarela. O aspecto da cidade era desolador.

O Colégio Froebel, do professor Hemetério, da noite para o dia ficou vazio. Os alunos, quase todos do interior, foram retirados pelos pais, apavorados com a epidemia.

A família do Professor Hemetério se viu a braços com uma crise tremenda. Foi então que D. Rufina resolveu ser professora.⁴⁵²

A necessidade financeira, portanto, a queda nas condições materiais, teria sido a principal razão para que Rufina se tornasse professora e não uma mobilidade social ascendente. Deixar de se dedicar exclusivamente à casa e aos filhos teria sido, então, uma crítica imposição das circunstâncias. Se, de um lado, o magistério se impôs diante da difícil situação material, de outro, ele significou a possibilidade de exercer uma respeitável atividade intelectual. Como já disse, esta é a versão biográfica contada por Mariza Lira que, intencionalmente ou não, omitiu informações como as dificuldades financeiras vividas pela família Brito e o magistério de Alexandrina, mãe de Rufina, em meados dos anos de 1870.

Segundo Lira, Rufina não exercia o magistério antes das dificuldades financeiras que acometeram a família e eu também não localizei registros que indiquem o contrário. O historiador Aderaldo dos Santos analisou minuciosamente registros que contam a história do Colégio Froebel desde a sua fundação em 1883 até o fechamento em 1887: composição do corpo docente, edifício sede, materiais e metodologias pedagógicas, valores das mensalidades,

⁴⁵¹ LIRA, Mariza. *Nossas Mestras. Op. Cit.*

⁴⁵² Idem.

quem eram os alunos etc.⁴⁵³ Ele também não encontrou qualquer indício de que Rufina tenha sido professora regente no estabelecimento – o que reforça a narrativa biográfica sobre sua vida como mãe e dona de casa em tempo integral.

Não se sabe a data exata do fechamento do Colégio Froebel, mas é possível que tenha sido no segundo semestre de 1887, pois a última publicação sobre o estabelecimento foi feita em agosto daquele ano.⁴⁵⁴ É provável que a crise financeira já estivesse acometendo a família antes desse fechamento, pois em março de 1887 Rufina buscava admissão à Escola Normal da Corte, sendo listada dentre as convocadas ao “exame de admissão”.⁴⁵⁵ Ainda que a busca por diplomação e a possível inserção no magistério público estivessem relacionadas às dificuldades materiais eu acho pouco provável, como indica o estudo de Aderaldo dos Santos, que Rufina nunca tenha exercido o ofício. Sendo ela nascida em berços letrados, filha de professora e casada com um professor, não é impossível que ministrasse aulas particulares ainda que não de modo sistemático.⁴⁵⁶

Um ano após essa convocação, Rufina vivia o desafio de conciliar a vida de mãe de duas crianças pequenas⁴⁵⁷, o papel de esposa e a formação para o magistério. Um desses momentos desafiadores aconteceu quando sua filha Coema tinha apenas dois meses de vida: a convocação, em 14 de dezembro de 1888, para a realização de uma “prova oral da aula de desenho” às cinco horas da tarde daquela sexta-feira.⁴⁵⁸ Ela foi aprovada com o conceito “Plenamente - nove”, assim como a avaliação de Português realizada no mesmo período.⁴⁵⁹ Não há registros de sua permanência na Escola Normal entre os anos de 1889 e 1890, período que coincide com o nascimento de mais um filho, o menino Aristides.

Em 1891, mesmo ano em que dera à luz à menina Gulnare, seu quarto bebê, Rufina retornou à Escola Normal, realizando outras três avaliações: aritmética e álgebra (fevereiro)⁴⁶⁰; francês (março), com resultado “Plenamente – sete”; aritmética e álgebra (dezembro), e

⁴⁵³ SANTOS, Aderaldo Pereira. A arma da educação... Op. Cit., p.95-112.

⁴⁵⁴ SANTOS, Aderaldo Pereira. A arma da educação... Op. Cit., p.112.

⁴⁵⁵ Jornal do Commercio, *Exames*, 24 de março de 1887, p.02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Rufina%20Vaz%20Carvalho%22&pasta=ano%20188&pagfis=17455. Acesso em: 06/03/2021, às 20h.

⁴⁵⁶ Neste sentido estou de acordo com SANTOS, Aderaldo. Op. Cit., p.148.

⁴⁵⁷ À essa época Rufina era mãe de Octávio e de Coema. Eu não consegui registros que indicassem com precisão a data de nascimento do menino, mas localizei um registro de 1889 falando sobre seu aniversário – o que indica que ele nasceu pelo menos em 1887, ano anterior ao nascimento de sua irmã.

⁴⁵⁸ Gazeta de Notícias, *Exames Geraes e Preparatórios*, 14 de dezembro de 1888, p.03. disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Rufina%20Vaz%20Carvalho%22&pasta=ano%20188&pagfis=14873

⁴⁵⁹ SANTOS, Aderaldo. Op. Cit., 2019, p.141.

⁴⁶⁰ Gazeta de Notícias, Avisos – Escola Normal da Capital, 24 de fevereiro de 1891, p.02. Disponível em:

gymnastica (dezembro), ambas com resultado “Simplesmente – três”.⁴⁶¹ Essas duas últimas avaliações ocorreram quando sua bebê Gulnare tinha menos de dois meses de idade, repetindo a experiência de três anos antes.

Além de mãe e dona de casa, em 1891 Rufina estreava no magistério público primário da capital federal, ocupando o cargo de “professora adjunta interina às escolas públicas primárias”.⁴⁶² Entre fevereiro e março de 1892 ela ainda realizaria exames na Escola Normal⁴⁶³; nova interrupção em 1893 (ano de nascimento do filho Clóvis) e um último registro relativo a 1894 quando ela foi “aprovada plenamente” nos “exames de trabalhos de agulha”.⁴⁶⁴ Entre os anos de 1891 e 1896, a professora se dividia entre o magistério, a maternidade de cinco filhos, os cuidados com a casa e os estudos noturnos até finalmente ser diplomada, em sessão solene, pela Escola Normal Livre em maio de 1896.⁴⁶⁵

Dois anos após a diplomação - e já há sete anos exercendo a função de professora pública primária-, Rufina foi nomeada professora catedrática de 1º grau, substituindo a professora D. Thereza Carolina Mirandella, em razão de sua jubilação (aposentadoria).⁴⁶⁶ Essa era uma movimentação prevista em legislação, combinando os critérios de tempo de magistério e de merecimento. A elevação ao posto de catedrática (e diretora escolar) renderia à professora o recebimento de uma gratificação mensal e o direito à residência em casa cedida pela administração municipal e situada no terreno da escola – permitindo a diminuição dos gastos mensais da família. Assim sendo, podemos afirmar que a nomeação chegou em boa hora para Rufina e sua família, fortalecendo a estabilização da vida material e da própria carreira. Também foi importante porque nesse mesmo ano chegava ao mundo a sexta filha do casal, a menina Jeruza, falecida aos dezenove meses de idade, em 1900.⁴⁶⁷

Seu magistério durou exatamente vinte e cinco anos e de acordo com Mariza Lira, ao ser nomeada catedrática Rufina foi “designada para reger escola feminina no Curato de Santa Cruz”, transferida posteriormente para uma escola na Rua Barão de Petrópolis, mas não informa quando isso ocorreu. O registro mais antigo relacionando Rufina a esse endereço é do *Almanak Laemmert* para o ano 1900, indicando-a como “professora pública” com endereço à Rua Barão de Petrópolis 9A.⁴⁶⁸ Não localizei registros sobre os locais de sua atuação entre os anos de 1891

⁴⁶¹ SANTOS, Aderaldo. Idem.

⁴⁶² O Brasil, *Escolas públicas primárias*, 07 de maio de 1891, p.02. Disponível em: [BNDigital](#).

⁴⁶³ No período em que esteve vinculada à Escola Normal, Rufina realizou avaliações relacionadas à 1ª e à 2ª séries, de modo simultâneo como era permitido à época.

⁴⁶⁴ O Tempo, 17 de maio de 1894, p.01. Disponível em: [O Tempo \(RJ\) - 1891 a 1894 - DocReader Web\(bn.br\)](#)

⁴⁶⁵ Jornal do Brasil, 01 de junho de 1896, p. Disponível em:

⁴⁶⁶ A Notícia, 23 e 24 de setembro de 1898, p.01. Disponível em:

⁴⁶⁷ [FamilySearch — Página Inicial — FamilySearch.org](#). Acesso em: 11/03/2022, às 18h 05 min.

⁴⁶⁸ Almanak Laemmert, 1900, p.1530. Disponível em: [Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial](#)

e 1900, mas cruzando os dados podemos inferir que a pesada jornada diária entre São Cristóvão e Santa Cruz, durou ao menos dois anos, entre 1898 e 1900. O fato é que em 1903 a situação já havia sido alterada, pois segundo o mesmo periódico a professora atuava na 3ª escola do sexo feminino do 6º distrito, à Rua Barão de Ubá, número 21.⁴⁶⁹

As mais de cem ocorrências levantadas nas páginas dos periódicos a partir de busca nominal não trazem detalhes sobre o magistério de Rufina, mas nos contam bastante sobre as escolas por onde ela passou, as alunas que avaliou (e os respectivos resultados), as gratificações alcançadas. E embora não tenhamos detalhes do seu cotidiano escolar, sabemos que uma professora catedrática e diretora escolar era a liderança máxima dentro dos estabelecimentos de ensino, exercendo funções de poder em relação às demais professoras. Assim, entre 1898 e 1916 a diretora escolar Rufina teve vez e voz dentro das escolas por onde passou, comandando outras professoras e fazendo cumprir as determinações previstas na legislação assim como as demais deliberações da Diretoria de Instrução Pública.

Uma de suas atribuições enquanto professora catedrática era a avaliação dos alunos, por isso frequentemente Rufina era mencionada em listas de convocação publicadas em periódicos da cidade. Uma dessas avaliações ocorreu em 1903, incluindo a sua própria filha, a jovem Coema Hemetério, que aos catorze anos de idade cursava o último ano da escola primária:

Diretoria Geral da Instrução Pública Municipal

(...)

Relação dos alunos inscritos para o exame final de instrução primária, da 2ª época, exame que deverá começar terça-feira, 03 de fevereiro vindouro às 10 horas da manhã na Escola Modelo Benjamin Constant.

(...)

6º distrito

3ª Escola Feminina - Professora Rufina Vaz Carvalho dos Santos: 67 – Coema Hemetério dos Santos

68 – Alice Pereira Brasil

69 – Etelvina Lima (...) ⁴⁷⁰

(RJ) - 1891 a 1940 - DocReader Web (bn.br)

⁴⁶⁹ Almanak Laemmert, 1903, p.285. Disponível em: [Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial \(RJ\) - 1891 a 1940 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

⁴⁷⁰ Gazeta de Notícias, *Prefeitura do Distrito Federal – Diretoria Geral da Instrução Pública Municipal*, 02 de fevereiro de 1903, p.03, (Grifos meus). Disponível em: [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1900 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 18h 15 min.

Não sabemos se Rufina foi professora de sua filha por longo período, ou se esse registro se refere a uma situação pontual de avaliação, mas ele é importante para pensarmos sobre cruzamentos entre relações familiares e geracionais na construção do magistério. A jovem Coema, que mais tarde também se tornaria professora, teve por mentora, dentro e fora de casa, a própria mãe Rufina que, por sua vez, também viveu a experiência de ser filha de outra professora. Elas constituem, portanto, três gerações consecutivas de mulheres negras professoras que, provavelmente, compartilharam estratégias para ingresso na carreira e, também, práticas e visões sobre como ensinar e aprender. Esse lugar interseccional onde as experiências sobre ser mulher negra, professora e mãe se atravessam foi vivido pelas mulheres Brito e Hemetério dos Santos por três gerações. Essas mulheres compartilhavam não apenas o parentesco consanguíneo, mas desafios semelhantes diante das muitas práticas de controle feminino e especialmente quanto ao racismo que se manteve firme ao longo dessas três gerações.

Os detalhes e aspectos mais densos desses encontros entre essas três gerações de professoras negras nós só podemos supor e imaginar em virtude da escassez de registros mais intimistas e de autoria delas próprias. Ainda assim, podemos afirmar com segurança sobre a proximidade profissional entre Rufina e Coema nos meandros do cotidiano escolar como foi o caso da participação em eventos como a exposição pedagógica inaugurada em 20 de dezembro de 1913:

Inspetoria Escolar do 5º Distrito

Comunico aos Srs. Professores catedráticos e adjuntos desse districto que a exposição pedagógica inaugurar-se-há no dia 20 do corrente mês, às 7 horas da noite, no edifício da Escola Modelo Estácio de Sá, à Rua São Christóvão n.18, permanecendo franqueada ao público, diariamente das 6 às 9 horas da noite, até o dia 27, quando será encerrada às 8 horas, exceção feita ao dia 25, no qual não haverá exposição.

Aos atos de inauguração e encerramento da mesma devem comparecer todos os Srs. Professores e adjuntos em exercício.

Foram designadas as seguintes comissões:

Comissão organizadora da exposição e incumbida da recepção e distribuição dos objetos pelas salas destinadas à exposição:

Antonia N. do Rosário Oliveira, Amelia Dias da Cruz Rocha, Leonidia Ribeiro Teixeira, Honorina Sena de Oliveira, Maria Carolina de Miranda Costa, Laura Pereira, Almerinda Maria da Costa Mattos, Alice de Souza Barreto, Henriqueta Pires Ferreira de Veiga Cabral, Aida Rodrigues, Hilda Guimarães, Irene Capanema.

Comissões de recepção dos visitantes e fiscalização das salas

Dia 20

Amelia Dias da Cruz Rocha (...), Coema Hemetério dos Santos Pacheco [e mais

catorze professoras] (...)

Dia 24

Elvira Pilar da Silva Guimarães [e mais quinze professoras] (...)

Dia 26

Rufina Vaz Carvalho dos Santos [e mais dezesseis professoras] (...) ⁴⁷¹

Durante os sete dias do evento, inclusive na véspera do Natal, as cerca de noventa professoras divididas em comissões diárias deveriam dedicar três horas do seu período noturno, recepcionando os visitantes interessados em apreciar os trabalhos desenvolvidos pelos alunos das escolas do 5º Distrito Escolar. O evento de grande porte deveria ser muito bem cuidado pelas catedráticas e adjuntas, sendo aquelas as responsáveis pelo envio dos trabalhos “durante os dias 12, 13 e 15 do corrente, de 12 às 4 horas da tarde, para o edifício da Escola Modelo Estácio de Sá, à comissão organizadora da exposição”, identificando nome do aluno e da escola, além de se comprometerem em buscar os materiais ao término da exposição pedagógica.⁴⁷² Na exposição seriam divulgadas as produções dos alunos e das próprias professoras, conferindo destaque e importância ao trabalho que elas realizavam. Embora não fosse uma atividade pedagógica facultativa ou pensada exclusivamente pelas professoras primárias, penso que elas também tiveram vez e voz, ocupando um lugar importante no palco da educação pública municipal.

Assim como as demais professoras catedráticas e diretoras escolares, Rufina precisava prestar contas dos resultados obtidos pelos alunos, o que também incluía a avaliação do trabalho desenvolvido pelas adjuntas a seu encargo. E essa prestação de contas além de ser enviada às autoridades competentes – sob a forma de relatórios – eram publicadas nos principais periódicos da cidade. Com isso, as informações circulavam para além dos limites das escolas e, graças a elas, podemos conhecer um pouco desse cotidiano. Uma dessas publicações foi feita em novembro de 1915, final do ano letivo e às vésperas da aposentadoria da professora Rufina, informando aos leitores os resultados e a “relação de alunos que prestaram exames de promoção de classe na 4ª escola feminina do 7º Distrito, sob a direção da professora catedrática d. Rufina Vaz Carvalho dos Santos”.

Não há informações sobre maus resultados nas avaliações das turmas “Classe Média –

⁴⁷¹ O Paiz, *Diretoria Geral da Instrução Pública – Inspeção Escolar do 5º Distrito*, 11 de dezembro de 1913, p. 20-21, (Grifos meus). Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 18h 20 min.

⁴⁷² Idem.

a cargo da adjunta d. Horacina dos Santos Campos”; “3ª Série da Classe Elementar, a cargo da adjunta Maria Virginia Maia de Oliveira”; “2ª Série da Classe Elementar, a cargo da adjunta Argia Duncan de Carvalho Mendes”. Ao contrário, são compartilhados os nomes e resultados daquelas que obtiveram conceitos como “aprovadas com distinção e louvor”, “aprovadas com distinção”, “plenamente – grau 9” e “grau 7”.⁴⁷³ Desse modo, a escola dirigida pela professora catedrática Rufina Vaz Carvalho dos Santos fechava o ano escolar com chave de ouro – ao menos era essa parte da história que estava sendo contada ao público leitor. Para Mariza Lira essa também era a versão da história a ser contada: as alunas além de adorarem a mestra, eram as “melhores classificadas no concurso de admissão à Escola Normal”.⁴⁷⁴

Em maio de 1916 Rufina teve concedida a jubilação solicitada, aposentando-se das funções após vinte e cinco anos de exercício⁴⁷⁵, “sempre dando aos seus alunos a maior atividade da vida diária”, chegando a ministrar aulas particulares “às moças mais modestas”.⁴⁷⁶ Mariza Lira acreditava terem sido mágoas “sufocadas no recôndito da alma” e o abatimento que levaram Rufina à jubilação, mas ainda assim a mestra, “em casa, no convívio dos netos, nunca perdeu o hábito de ensinar”.⁴⁷⁷ À época de sua aposentadoria Rufina já não enfrentava mais o desafio de conciliar magistério e maternidade, pois, à exceção de Luiz que era um adolescente de quinze anos, os filhos já eram adultos formados, empregados e alguns deles já constituindo as próprias famílias.

De fato, a professora Rufina teve uma jornada intensa, contudo é importante lembrarmos que essa não foi uma trajetória solitária, mas compartilhada com as mulheres de sua família extensa e certamente com a sua própria mãe. Como já vimos no capítulo anterior, Rufina e Elvira Pilar compartilharam experiências no magistério e na vida privada – o que consequentemente inclui os cuidados com as crianças. Como veremos, a parceria no exercício do ofício foi longa e genuína, construída no cotidiano das tantas atribuições que ambas precisavam gerenciar enquanto professoras e diretoras escolares.

A partir de agora exploraremos a caminhada da professora Elvira Pilar, e isso inevitavelmente também nos fará enxergar Rufina e Coema, pois além de terem dividido o lar, as três professoras compartilharam o trabalho intelectual e construíram sólidos laços ao longo

⁴⁷³ O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, *Diretoria Geral de Instrução Pública – Inspetorias Escolares*, 27 de novembro de 1915, p.05. Disponível em: [O Imparcial : Diário Ilustrado do Rio de Janeiro\(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 18h 30 min.

⁴⁷⁴ LIRA, Mariza. *Op.Cit*

⁴⁷⁵ O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, Prefeitura – Actos do Dr. Prefeito, 13 de maio de 1916, p.10. Disponível em: [O Imparcial : Diário Ilustrado do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 18h 30 min.

⁴⁷⁶ LIRA, Mariza. *Op.Cit*.

⁴⁷⁷ LIRA, Mariza. *Op.Cit*.

de suas vidas. Como vimos no capítulo sobre as famílias negras, os laços entre os Hemetério dos Santos e os Silva Guimarães remontam aos primórdios dos anos de 1880 e há um pequeno indício de que o menino Francisco Antonio, irmão de Elvira Pilar, tenha sido um dos alunos do Colégio Froebel. As evidências seguras de que as duas famílias dividissem a casa desde os anos de 1890 nos informam sobre as táticas cotidianas em busca de alguma segurança material. A formação dessa família extensa igualmente agregou o compartilhamento da formação intelectual, das formas de ver, ser e estar naquele mundo – o que incluía a obediência à autoridade e liderança intelectual do patriarca negro Hemetério dos Santos. Embora as trajetórias estivessem entrelaçadas Elvira percorreu o próprio caminho, construindo um delicado equilíbrio entre ser ela mesma e ao mesmo tempo ser parte dessa família que conquistou notoriedade nos círculos letrados da cidade.

Para além dos registros sobre a perda precoce do seu pai e da subsequente necessidade da venda da casa que possuíam, pouco se sabe sobre a infância da menina Elvira Pilar. Diferentemente de Rufina, ela não foi uma das biografadas por Mariza Lira, então não temos a chance de conhecer melhor os seus primeiros anos de formação escolar, a não ser através dos atos oficiais publicados nos jornais. O registro mais antigo que localizei é a publicação, em 03 de março de 1887, de sua convocação pela Escola Normal da Corte, junto a outras catorze moças ouvintes, para a realização da prova oral de português da 1ª série, naquele mesmo dia e às 5 horas da tarde em ponto.⁴⁷⁸ Alguns dias depois houve nova convocação, mas dessa vez a prova seria de admissão.⁴⁷⁹ Nesse ano ela tinha ou estava prestes a completar quinze anos de idade, portanto sua trajetória no magistério começou bem cedo.

Em 1888 Elvira Pilar já era oficialmente aluna da Escola Normal da Corte e ao final daquele ano escolar, como Rufina, foi “aprovada plenamente” nas provas de caligrafia e desenho linear.⁴⁸⁰ Em 1889 ambas foram signatárias de um abaixo assinado em apoio e agradecimento ao professor de português Fausto Barreto, discordando abertamente da sua exoneração:

Escola Normal da Corte

Ao público

⁴⁷⁸ Jornal do Commercio, *Exames*, 03 de março de 1887, p.03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%20es%22&pagfis=11828. Acesso em: 11/03/2022, às 18h 40 min.

⁴⁷⁹ Jornal do Commercio, *Avisos*, 22 de março de 1887, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&Pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%20es%22&pagfis=11828. Acesso em: 11/03/2022, às 18h 40 min.

⁴⁸⁰ Jornal do Commercio, 21 de dezembro de 1888, p.03. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1880a 1889 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 18h 45 min.

Os alunos da Escola Normal da Corte, abaixo assinados, vêm por este meio agradecer ao professor de português o Ilmo. Sr. Fausto Barreto o modo brilhante e profícuo porque tem advogado na imprensa a causa dos mesmos alunos e também manifestar o profundo desgosto que lhes causou a exoneração do cargo que tão dignamente desempenhava.

Na verdade, tendo os alunos da Escola Normal da Corte encontrado no Ilmo. Sr. Fausto Barreto os predicados, que caracterizam o verdadeiro mestre, como sejam: perfeito conhecimento da matéria, ilustração variada, dedicação ao ensino, espírito de justiça, amenidade no trato etc., seriam dignos de censura, se não procurassem patentear de qualquer modo a amizade e gratidão que dedicam àquele que, além de ter sido professor modelo durante o tempo em que esteve na Escola Normal, sacrificou os seus interesses particulares pela causa da instrução pública e dos alunos da mesma escola.⁴⁸¹

Cerca de setenta estudantes, dos quais apenas cinco eram rapazes, assinaram o documento público expressando a insatisfação diante da demissão do professor Fausto, alguém que “além de ter sido professor modelo durante o tempo em que esteve na Escola Normal, sacrificou seus interesses particulares pela causa da instrução pública e dos alunos da mesma escola.” No documento predomina a exaltação às boas qualidades de Fausto Barreto, um “professor modelo”, circunscrevendo-se à sua atuação dentro dos limites da Escola Normal, sem mencionar seu papel de figura pública, homem monarquista, membro ativo do Partido Liberal e redator na folha *Tribuna Liberal*⁴⁸² de propriedade do mesmo partido.

Embora aparentemente a exoneração não tenha relação direta com a sua atuação política é importante dizer que não foi uma ação corriqueira, pois o professor Fausto Barreto, por meio das páginas da *Tribuna Liberal*, se insurgira abertamente contra as reformas implementadas na Escola Normal através do decreto número 10.060, de 13 de outubro de 1888. Isto é, foi exonerado do cargo como retaliação às críticas públicas emitidas à nova lei e às autoridades responsáveis. Além de mudanças nos programas de ensino, a nova lei impunha alterações que acabariam restringindo o acesso e a permanência de parte das alunas, dentre elas: o limite de cinquenta matrículas por ano; novo horário das aulas; idade mínima de 16 anos e máxima de 22 para o ingresso na instituição de ensino; frequência obrigatória às aulas (com possibilidade limitada de faltas justificadas para os “alunos-professores”).⁴⁸³

⁴⁸¹ Gazeta do Norte (CE), *Transcrição – Escola Normal da Corte*, 26 de janeiro de 1889, p. 02, (Grifos meus). Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20188&pagfis=7581> . Acesso em: 11/03/2022, às 18h 40 min.

⁴⁸² Periódico fundado por membros e apoiadores do Partido Liberal, circulou entre 1888 e 1889. Sobre a atuação do professor Fausto Barreto neste periódico ver: *Tribuna Liberal – Órgão do Partido, Províncias*, 02 de janeiro de 1889, p.02. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709808&pasta=ano%20188&pesq=%22Fausto%20Barreto%22&pagfis=135>. Acesso em: 11/03/2022, às 19h.

⁴⁸³ Decreto nº 10.060, de 13 de outubro de 1888. Dá novo Regulamento à Escola Normal. Sobre essas mudanças, ver: CASTANHA, André Paulo. Reforma da Escola Normal da Corte de 1888, *Revista HISTEDBR On-line*,

Duas dessas mudanças atingiriam em cheio as moças que já exercessem o magistério, conciliando-o a outras tarefas como a maternidade: o novo horário de funcionamento das aulas, que aconteceriam entre 9h e 16h (artigo 112), e o rígido controle da frequência mesmo para os casos de “alunos-professores” (artigos 101 ao 105). O limite máximo de idade para o ingresso na Escola Normal, fixado em vinte e dois anos (artigo 86, § 2º), seria outro obstáculo ao ingresso de jovens mulheres como Rufina que já contava vinte e sete anos quando ingressara na instituição. Sem dúvida, mudanças que excludentes e que dificultariam a continuidade nos estudos para parte das alunas matriculadas e impediriam o acesso para as futuras normalistas.

Apesar do abaixo assinado não mencionar o governo imperial, as disputas entre os partidos ou os negócios da política oficial, tampouco deixar explícita a relação entre esses pontos e a exoneração do docente, o fato de que 70 signatários reconhecerem o modo “profícuo e brilhante” com que o mestre vinha defendendo “a causa dos alunos”, apoiando-os por meio da imprensa, indica que as novas medidas teriam impacto na realidade de alunos e alunas que precisavam conciliar os estudos com o trabalho ou com a família. Ao se engajarem nessa mobilização, Elvira Pilar e Rufina – como as outras alunas – também estavam usando suas vozes em defesa do que consideravam justo e necessário: o acesso à educação formal. Ser admitida como aluna na Escola Normal e diplomar-se tornava-se uma condição necessária para habilitá-las e obter uma vaga no magistério público primário e o bom desempenho nas avaliações aumentaria suas chances para o exercício do magistério, visto que o provimento no cargo se dava “independentemente de concurso”.⁴⁸⁴

Estavam em jogo, portanto, a defesa do professor Fausto Barreto - reconhecidamente qualificado para o cargo que ocupava - e a oposição à exclusão que adviria da nova lei. Diante das duas situações é que aqueles alunos e alunas, de modo bastante cuidadoso, não se esquivaram em afirmar publicamente sua discordância. Estavam, assim, realizando um importante gesto de mobilização política por meio de ações da vida cotidiana, buscando questionar e alterar as decisões determinadas pela política oficial.

A política não era (e continua não sendo) somente aquilo que acontece nos gabinetes

Campinas, n.32, p.286-327, dez.2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5106/doc02_32.pdf. Acesso em: 11/03/2022, às 19h.

⁴⁸⁴ De acordo com o referido decreto, no 3º e último ano de formação havia, além de todas as outras avaliações, um “exame de aptidão pedagógica” que consistiria em uma prova prática em classes das escolas de aplicação (artigos. 142 e 143), anexas à Escola Normal onde os alunos realizavam sua prática de ensino. Os bons resultados seriam relatados pelo Inspetor Geral e endereçados ao Ministro do Império, indicando as possíveis nomeações às “cadeiras públicas de instrução primária do município da Corte do 1º e 2º grau, nos respectivos lugares de adjuntos” (art.167).

dos homens, brancos em sua maioria esmagadora, sem qualquer participação das pessoas comuns. Reconhecer as relações assimétricas e hierarquizadas de poder não pode nos fazer fechar os olhos e ouvidos às ações cotidianas das pessoas comuns face ao poder institucional. Quando aquelas moças se manifestaram publicamente elas estavam lidando com diversas camadas da situação que iam desde a busca individual e familiar por um lugar seguro no magistério, até a audaciosa possibilidade de projetarem suas vozes perante um poder político que as excluía sumariamente pela razão de serem mulheres.

Manifestar-se publicamente certamente foi bastante desafiador para todos os setenta alunos que assinaram o documento porque os expunha abertamente às autoridades da Instrução Pública, ao governo imperial e àqueles com quem conviviam direta e diariamente. Elvira era uma moça de apenas dezessete anos de idade que experimentava o desafio de se posicionar publicamente e lidar com as possíveis sanções que poderiam resultar dessa ação. Não há registros de qualquer retaliação aos signatários, nada mudou na situação do professor exonerado do cargo e o decreto foi mantido, mas, não sem a mobilização dos alunos e alunas Escola Normal da Corte.

A manutenção da lei e as mudanças no funcionamento da Escola Normal tiveram efeito concreto na vida de Rufina, pois como já sinalizei ela ficou fora da instituição entre os anos de 1889 e 1890. Até aqui eu supunha que a principal dificuldade para a continuidade de seus estudos tivesse sido a conciliação com a maternidade, mas entendendo melhor todo o processo penso ser preciso rever essa avaliação. Embora não devesse ser fácil conciliar os estudos e um possível magistério particular à maternidade de três crianças, digo sem qualquer dúvida que, ao contrário, foram as mudanças estruturais na instituição que se tornaram um grande obstáculo à permanência da aluna- mãe.

Mas, o que as mudanças significaram na trajetória de Elvira Pilar? Ela não era casada e tampouco tinha filhos, mas existe a mesma lacuna de registros escolares entre 1889 e 1890 – coincidindo com o afastamento de Rufina da Escola Normal. Para além de uma simples coincidência, essa evidência reforça o argumento de que as vidas dessas professoras estavam imbricadas umas às outras, e não é impossível que a jovem tenha pausado sua escolarização para dar suporte à Rufina nos cuidados com seus três filhos. Em caso afirmativo há outro ponto nebuloso na história dessas famílias: a relação entre eles era realmente horizontal como uma relação entre irmãos? Ou Elvira Pilar, diante de certa obrigação moral, já que residia na casa da família de Rufina, foi forçada a pausar sua jornada escolar naquele momento? São perguntas sem respostas, mas que nos permitem imaginar possibilidades nessa teia de relações que mesclavam os âmbitos privado e público da vida cotidiana.

Assim como Rufina, em fevereiro de 1891 Elvira Pilar também retornava à Escola Normal: realizaria uma avaliação oral da cadeira de aritmética e álgebra no dia 18⁴⁸⁵, e outra, escrita, da mesma cadeira no dia 26.⁴⁸⁶ Outras avaliações ocorreram ao longo dos três anos em que permaneceu vinculada à escola: *Francês* (março de 1891)⁴⁸⁷; prova prática de *Gymnástica* (novembro de 1891)⁴⁸⁸; *Francês*, obtendo resultado “plenamente” (em março de 1892)⁴⁸⁹; *Chorographia e História do Brasil* da 2ª série, obtendo o resultado “plenamente, grau 11” (em maio de 1894)⁴⁹⁰; *Música*, obtendo resultado “simplesmente – grau 6” (em maio de 1894).⁴⁹¹ Esse conjunto de avaliações nos contam sobre o percurso formativo de uma aluna pobre e tempo necessário para cumprir o currículo escolar mas, também, sobre o conjunto de conhecimentos que as normalistas precisavam apreender, memorizar e, por fim, demonstrar pleno domínio desses saberes. Tudo isso, repito, em muitos casos conciliando o exercício do ofício e as tarefas domésticas, o que seria inviável sem o apoio mútuo entre as alunas e suas famílias.

À essa época, nos primeiros anos do regime republicano, uma nova legislação foi implementada: o decreto n.982 (de 08 de novembro de 1890), realizando consideráveis alterações curriculares e algumas mudanças regimentais como a retirada da idade máxima para ingresso e o retorno do horário de funcionamento entre fim da tarde e o período da noite.⁴⁹² Segundo o artigo 12 as aulas deveriam ocorrer das 4 ¾ da tarde às 8 ¾ da noite, isto é, das 16h 45min às 20h 45min. Na prática voltava a ser viável a frequência à Escola Normal daquelas alunas que fossem mães e/ou professoras como Rufina e Elvira Pilar que, desde maio de 1891, exerciam oficialmente o magistério público primário. As duas – e mais trinta e nove professoras – foram nomeadas em 1891 e passaram a ocupar os postos de “professoras adjuntas interinas às escolas públicas primárias”.⁴⁹³

⁴⁸⁵ Jornal do Commercio, Exames - Escola Normal da Capital, 18 de fevereiro de 1891, p.03. disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 17h 45min.

⁴⁸⁶ O Paiz, 26 de fevereiro de 1891, p.02. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). acesso em 01/04/2021, às 17h 35 min.

⁴⁸⁷ O Paiz, Exames – Escola Normal da Capital, 06 de março de 1891, p.02. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 18h.

⁴⁸⁸ Gazeta de Notícias, Escola Normal, 22 de novembro de 1891, p.02. Disponível em: [Gazeta de Noticias\(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 18h.

⁴⁸⁹ Gazeta de Notícias, Escola Normal, 26 de fevereiro de 1892, p.02. Disponível em: [Gazeta de Noticias \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 18h.

⁴⁹⁰ Gazeta de Notícias, Estado do Rio, 04 de maio de 1894, p.01. Disponível em: [Gazeta de Noticias \(RJ\) -1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 18h 15min.

⁴⁹¹ Jornal do Commercio, Exames – Escola Normal, 11 de maio de 1894, p.01. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 18h 10min.

⁴⁹² BRASIL, decreto n. 982, de 8 de novembro de 1890. Altera o Regulamento da Escola Normal da Capital Federal. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, décimo primeiro fascículo, p. 3513, 1890. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#).

⁴⁹³ *Gazeta de Notícias*, 06 de maio de 1891, p.01. Disponível em: [Gazeta de Noticias \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 01/04/2021, às 19h 17min.

Segundo o novo regulamento da Escola Normal esse tipo de nomeação só seria possível às normalistas “aprovadas nas matérias das três primeiras séries de estudos da Escola e que tenham pelo menos um ano de assíduo tirocínio na escola de aplicação anexa à Escola Normal.”⁴⁹⁴ Contudo, para as alunas mais antigas da instituição – como Elvira e Rufina – valiam as normas definidas pelo regulamento anterior, que permitia a nomeação daquelas que tivessem sido aprovadas em matérias das 1ª e 2ª séries (art.102).⁴⁹⁵ A princípio, então, a nomeação de ambas teria acontecido por já terem ultrapassado essas duas etapas. Mas, as fontes localizadas mostram a permanência de ambas na instituição e a realização de exames escolares, incluindo-se alguns da 2ª série. Os registros indicam que entre 1891 e 1894 Elvira Pilar foi submetida às seguintes avaliações: prova prática de ginástica, em 1891⁴⁹⁶; prova de francês (2ª série) com resultado “aprovada com distinção”, em 1892⁴⁹⁷; chorografia e história do Brasil, “2ª série, pelo regulamento de 1881”, com resultado “plenamente, grau 11”, em 1894⁴⁹⁸; prova de trabalhos de agulha com resultado “aprovada com distinção”, em 1894.⁴⁹⁹

Ao que tudo indica, Elvira Pilar e Rufina foram nomeadas adjuntas interinas mesmo sem atenderem integralmente às exigências estabelecidas pelo regulamento de 1881 ou nos decretos subsequentes. Esse tipo de situação não era incomum, mas algo previsto em portarias e outros documentos expedidos no cotidiano da estruturação da malha escolar da capital federal nos primeiros anos republicanos. A carência de professoras aptas para atuarem nas escolas públicas primárias da cidade seria a principal justificativa para a adoção desse tipo de medida. Outro elemento importante e que também estava previsto no decreto de 1881 - era a necessidade de preenchimento das “condições legais de moralidade” (art.102).⁵⁰⁰ Nesse quesito as duas jovens mulheres, pertencentes a uma família letrada e coesa, eram catedráticas.

⁴⁹⁴ BRASIL, Decreto n. 982, de 8 de novembro de 1890, Op. Cit.

⁴⁹⁵ BRASIL, decreto n.8.025, de 16 de março de 1881. Manda executar o novo Regulamento para a Escola Normal do Município da Côrte. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1881, Página 189 Vol. 1 pt2, 1881. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8025-16-marco-1881-546192-publicacaooriginal-60106-pe.html#:~:text=Art.,letras%2C%20e%20o%20de%20artes>.

⁴⁹⁶ Gazeta de Notícias, Avisos – Escola Normal, 22 de novembro de 1891, p.02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20189&pagfis=4640

⁴⁹⁷ Gazeta de Notícias, Estado do Rio – Escola Normal, 16 de março de 1892, p.02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20189&pagfis=5384

⁴⁹⁸ Gazeta de Notícias, Estado do Rio, 04 de maio de 1894, p.01. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20189&pagfis=9803

⁴⁹⁹ O Tempo, 17 de maio de 1894, p.01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pagfis=3967>

⁵⁰⁰ BRASIL, decreto n.8.025, de 16 de março de 1881. Op. Cit.

Ainda sobre a nomeação das duas professoras podemos aventar sobre a possibilidade de indicação vinda de pessoa com alguma influência dentro da administração pública municipal. Sobre Rufina Mariza Lira afirma que “diante da distinção da nova professora”, Nerval Gouvêa, diretor da Escola Normal Livre e figura bem relacionada, “indicou-a com grandes elogios às autoridades de ensino”.⁵⁰¹ Mas, não há outros relatos que confirmem ou não a existência dessa indicação. Penso que as nomeações tenham sido um misto de todos os elementos analisados até aqui: os bons resultados obtidos por ambas nas avaliações da Escola Normal, a necessidade da administração pública por mais professoras primárias, as redes de relações construídas pela família Hemetério com pessoas de influência nos meandros da administração pública.

Em 1913 *A Cidade* contava aos seus leitores a trajetória da professora Elvira Pilar: nada se fala sobre sua vida pessoal, tampouco sobre a relação com a família Hemetério dos Santos, sendo a carreira no magistério o fio condutor da narrativa. Ao mesmo tempo que defende a formação ministrada pela Escola Normal Livre, do qual Elvira seria um dos exemplos, a folha destacava as suas inúmeras qualidades pessoais: competência profissional e intelectual, zelo, esforço, dedicação ao magistério mesmo diante das muitas adversidades, luta cotidiana para que as escolas públicas primárias funcionassem plenamente:

D^a Elvira Pilar da Silva Guimarães é, no magistério municipal, uma das representantes daquela orientação didática que com tanto zelo fundou e manteve a Escola Normal Livre. (...)

Dessa Escola Normal Livre, de que não faltam interessados que falem mal, levou D. Elvira Pilar da Silva Guimarães o preparo sólido e bem adquirido com que pôde arrostar exames por professores diferentes, às vezes adversários da sua escola!

Na Escola Oficial terminou o curso, e foi nomeada adjunta em 1891. Em curto prazo a promoção a catedrática veio coroar, em 1898, os seus esforços. Foi então reger a escola masculina do Curato de Santa Cruz.

Transferida depois para a rua Sampaio Viana, aí fez a sua vida de magistério, cheia de lutas, de esforços e naturalmente de justo renome.

Agora, que a sua escola nessa rua foi extinta, e os móveis recolhidos ao Almoxarifado do ensino, por falta de casa, honra à professora a série de reclamações que têm surgido nos jornais dessa cidade, pedindo a volta da escola.

Não é a justiça mesmo que fala, pela boca das famílias dos alunos?⁵⁰²

O texto não tem autoria identificada, não sabemos o contexto de sua elaboração e se contou com a colaboração da própria professora, mas o cruzamento a outros registros publicados pela imprensa confirma os dados divulgados. Mais que confirmar a trajetória de

⁵⁰¹ LIRA, Mariza. *Op. Cit.*

⁵⁰² *A Cidade* – Folha principalmente dedicada aos assumptos municipais, Ano II, número 14, *Magistério Municipal*, 05 de março de 1913, p.05.

Elvira Pilar, essa narrativa biográfica constrói um retrato que espelha ao público leitor a importância da professora para o magistério público da cidade. Um ponto divergente é a informação sobre o término do curso ter acontecido na Escola Normal Oficial assim como a sugestão de que tenha ocorrido em 1891 quando de sua nomeação ao cargo de adjunta. Como indica a publicação do *Jornal do Brasil*, a conclusão e subsequente formatura aconteceram na Escola Normal Livre, no ano de 1896:

Em sessão solene a congregação da Escola Normal Livre conferiu sábado passado diplomas do magistério primário às alunas dd. Elvira Pilar da Silva Guimarães, Rufina Vaz Carvalho dos Santos e Maria Guilhermina dos Santos, que concluíram o curso normal, ex-vi do decreto n.82 de 1 de maio de 1894.⁵⁰³

Fundada em 1893 por um conjunto de professores, a Escola Normal Livre era uma opção às mulheres que buscavam a diplomação, mas que só conseguiriam estudar no período noturno. Era, portanto, uma iniciativa voltada às mulheres trabalhadoras como Rufina e Elvira Pilar, possibilitando-lhes a conclusão do curso e a mobilidade na carreira do magistério.⁵⁰⁴ E assim aconteceu: em 1898, dois anos após a diplomação e já há sete anos exercendo o magistério público primário como adjuntas, ambas foram promovidas ao cargo de professoras catedráticas.⁵⁰⁵

Em fevereiro desse mesmo ano Elvira Pilar ocupava a vigésima sétima posição em uma lista com outros cinquenta e três professores que obtiveram “classificação das normalistas diplomadas pelo regulamento de 1881, para o preenchimento das vagas existentes no magistério primário”.⁵⁰⁶ No mês seguinte, saía a nomeação das professoras catedráticas e das escolas onde deveriam atuar: a professora Amelia Riedel, primeira colocada da listagem de fevereiro era nomeada para a 3ª escola feminina do 3º distrito; Elvira Pilar, com a já citada vigésima sétima colocação, era nomeada para a 4ª escola masculina do 10º distrito.⁵⁰⁷ Era a escola do longínquo e suburbano Curato de Santa Cruz, como conta a biografia publicada por *A Cidade*, uma localidade distante “11 léguas da capital federal” e para a qual levava-se duas horas de trajeto pelos trens da Estrada de Ferro.⁵⁰⁸

⁵⁰³ *Jornal do Brasil*, 01º de junho de 1896, p.03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_01&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=61 34. Acesso em: 11/03/2022, às 19h 25 min.

⁵⁰⁴ Pelos regulamentos, o acesso ao magistério público podia ser dar tanto por concurso quanto por indicação/nomeação.

⁵⁰⁵ Diferentemente das adjuntas, as professoras catedráticas eram também as diretoras escolares que, além de receberem vencimento maior, eram as responsáveis diretas pelas escolas.

⁵⁰⁶ *Gazeta de Notícias*, 18 de janeiro de 1898, p.01. Disponível em: [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1890 a 1899 DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 19h 40 min.

⁵⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, Instrução Municipal, 20 de fevereiro de 1898, p.01. Disponível em: [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 19h 40 min.

⁵⁰⁸ Almanack Laemmert, Distrito Federal – Santa Cruz, 1899, p. 282. Disponível em: [Almanak Laemmert:](#)

Aos vinte e seis anos de idade, sem casamento ou filhos, e como resultado da combinação entre seu desempenho acadêmico e possíveis redes de relações, a moça chegava ao topo da carreira docente, docente, mas em uma escola periférica. A permanência na região foi curtíssima e em 1899 há registros de sua atuação em escolas do 5º Distrito, na imediação da freguesia de São Cristóvão e. Como já vimos, a partir do momento em que se tornava catedrática e diretora escolar a professora e sua família passavam a ter direito a uma casa de propriedade da administração municipal, no mesmo terreno onde funcionasse a escola sob sua direção. Como já exploramos, não foi diferente com Elvira Pilar e, pelo menos desde 1901, seu núcleo familiar residia à rua Sampaio Viana, número 08 - endereço da escola em que atuava.

Chegar até aqui, explorando mais diretamente as fontes sobre sua atuação profissional, me fez entender algo que até o momento não estava claro: foram os familiares de Elvira Pilar que passaram a morar com ela e não o contrário. Explico: diante da separação entre as famílias Hemetério dos Santos e Silva Guimarães, passando a residir em casas diferentes, eu acreditava que Elvira Pilar e a sua mãe, Deolinda Thereza, estariam seguindo o recente casal Francisco Antonio e Edméa. Mas, não foi essa a ordem das coisas, pois, ao tornar-se professora catedrática Elvira Pilar teve acesso a sua própria casa, levando consigo a mãe, o referido casal e ao menos mais um de seus irmãos, o rapaz Edgard. Ainda nos encontros entre vida familiar e magistério, a diretora d. Elvira Pilar teve a seu cargo a professora Thereza Carolina da Silva Guimarães, sua irmã consanguínea, adjunta na 1ª classe do curso elementar da 5ª escola pública feminina do 4º distrito.⁵⁰⁹

A trajetória de Elvira e seus árduos investimentos na formação e diplomação como professora primária, o exercício do magistério concomitante aos estudos e a mudança para o Curato de Santa Cruz, foram etapas do caminhar da professora que não vinha de família renomada tampouco rica, que lutava para ter seus talentos e aptidões reconhecidos e ao mesmo tempo supria as necessidades materiais de sua família. Portanto, o caminho percorrido por Elvira Pilar para obter controle sobre a própria vida não significou romper com os padrões morais da época, tampouco constituir uma família através do casamento e da maternidade. Como se pode observar a partir da leitura das fontes, foi através do magistério que ela conseguiu conquistar e exercer certa autonomia, dentro e fora do seu seio familiar.

As fontes sobre o magistério da professora Elvira Pilar retratam uma ativa vida

[Administrativo, Mercantil e Industrial \(RJ\) - 1891 a 1940 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 11/03/2022, às 19h 40 min.

⁵⁰⁹ Jornal do Brasil, Diversas, 25 de setembro de 1902, p. 03. Disponível em:

profissional que incluía a participação em bancas de avaliação, eventos públicos e exposições pedagógicas como a realizada em dezembro de 1913, dividindo funções com outras professoras, dentre as quais Rufina e Coema que eram parte de sua família extensa. Há também muitos registros sobre avaliações e os respectivos resultados dos alunos que frequentaram as escolas onde ela exerceu as funções de diretora.⁵¹⁰ Em uma dessas atuações profissionais, Elvira Pilar integrou a 5ª mesa avaliadora das “comissões julgadoras para os exames finais da instrução primária (2ª época)”, tendo sido designada para tal pelo diretor geral da Instrução Pública. A referida mesa, sob a presidência da professora Esther Pedreira de Mello, teve também a participação de Zulmira Augusta Miranda⁵¹¹ – outra professora negra investigada nessa tese.

A participação de Elvira Pilar e de sua escola na inauguração de ruas recém- reformadas nos bairros do Catumbi e do Rio Comprido merece nossa atenção porque dá a dimensão dessa ativa e engajada vida profissional, além de evidenciar a articulação entre mobilização individual e coletiva, política oficial, de professores em seus respectivos espaços escolares e destes com os bairros onde atuavam. Em letras garrafais o título da reportagem anunciava aos leitores sobre a “festa no Rio Comprido-Catumbi” e a “inauguração de melhoramentos” como a “iluminação elétrica”:

Uma sessão solene

Os bairros do Rio Comprido e do Catumbi estavam fadados ao desprezo. Isso tem sido a causa de grandes prejuízos materiais, principalmente nas ocasiões de enxurradas.

Esses bairros até agora nada têm obtido dos poderes públicos; o abandono a que eles têm chegado levou seus moradores a constituírem- se em comissão para junto das autoridades e da imprensa solicitar melhoramentos.

O ilustre Sr. General Bento Ribeiro, prefeito do Distrito Federal, foi procurado por essa comissão, que solicitou várias obras. O digno chefe do poder executivo municipal declarou que trataria das necessidades desses bairros, onde faltam calçamentos, iluminação, limpeza pública e revisão rede de esgotos de águas pluviais. Sua Ex. prometeu e vai cumprir a promessa feita. Mandou executar com atividade as obras de calçamento das ruas Conselheiro Barros, Sampaio Vianna e prolongamento de

⁵¹⁰ A título de informes oficiais da Instrução Pública, tais registros foram publicados em diferentes periódicos da cidade, principalmente por *O Paiz* e *Gazeta de Notícias*, entre 1899 e 1920. Portanto, reconstituir sua atuação como professora demandou inúmeras buscas e o cruzamento de informações esparsas publicadas em diferentes jornais.

⁵¹¹ *Gazeta de Notícias, Despachos e Notícias – Prefeitura*, 10 de fevereiro de 1904, p.02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%A3es%22&pagfis=7137. Último acesso em 01/05/2021, às 14h 32 min.

Mattoso. Outras vão ser dentro e pouco tempo contempladas.

O Serviço de Limpeza Pública vai melhorar consideravelmente, pois S. Ex acaba de mandar instalar uma estação da Limpeza Pública, para atender aos serviços do Catumby, Rio Comprido e parte da Cidade Nova. Ontem os moradores comemoraram solenemente a terminação do calçamento dessas ruas, e a respectiva iluminação elétrica. Para isso foram ornamentadas todas as ruas, e levada a efeito uma sessão solene no prédio n.[ilegível] da rua Sampaio Viana, onde funciona a 15ª Escola Feminina do 5º Distrito, sob a direção da professora D. Elvira Pilar da Silva Guimarães.⁵¹²

O evento solene articulou diferentes instâncias e sujeitos do cotidiano da capital federal: escola, professoras e alunas, imprensa, moradores dos bairros, representantes dos mais altos chefes da administração da cidade. O trecho transcrito acima funciona como um resumo dos acontecimentos antes, durante e depois de terem sido atendidas as demandas dos moradores dos bairros do Catumbi e Rio Comprido. Aqui a escola feminina dirigida pela professora Elvira Pilar aparece apenas parte das comemorações pelo final da árdua trajetória dos moradores locais em busca da resolução dos graves e crônicos problemas estruturais enfrentados pelos referidos bairros. Nada se fala sobre a participação da professora nessa mobilização que a afetava diretamente, pois, além de professora ela e família também residiam na localidade.

Faltava calçamento, iluminação elétrica, limpeza pública, tratamento do esgoto, enxurradas causavam transtornos. Um conjunto de situações que segundo o texto eram indicativos do crônico descaso dos governantes - quadro que estaria se encerrando naquele momento diante da intervenção do prefeito Bento Ribeiro. Para reforçar essa narrativa do “antes X depois” a *Gazeta de Notícias* publicou um consistente resumo da fala do secretário municipal, Edgard Jacobina, um relatório que narrava o desenrolar da mobilização dos moradores locais diante do desprezo de governantes como o prefeito Pereira Passos - famoso por implementar profundas reformas urbanas na região central da cidade. É que os dois bairros, dizia o relatório lido pelo secretário, “só eram conhecidos para concorrerem com suas rendas para melhoramento de outros”.

Em maio 1910 os moradores criaram a comissão composta por vinte e quatro membros - dentre eles o próprio Edgard Jacobina, morador local e secretário da Prefeitura a fim de discutir, listar e encaminhar ao prefeito as melhorias necessárias à região. À essa época o

⁵¹² *Gazeta de Notícias*, Rio Comprido – Catumby, 1º de julho de 1911, p.02, (Grifos meus). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%AAs%22&pagfis=27333. Último acesso em 01/05/2021, às 15h 37 min.

prefeito da cidade, Serzedello Corrêa, chegou a iniciar as obras que não foram à frente diante da mudança de governo. Mas, “para a felicidade dos moradores dos bairros do Rio Comprido e do Catumby, foi escolhido prefeito desta capital o Exmo. Sr. general Bento Ribeiro”, que não só recebeu a comissão como deu andamento às obras que culminariam no grande dia narrado pela Gazeta de Notícias em julho de 1911. Ruas calçadas, postes de luz elétrica instalados, previsão da instalação de galerias para escoamento da água e reforço no policiamento dos bairros justificavam plenamente a execução da “sessão solene”.

Após a fala do secretário Jacobina, do discurso de Eduardo Moreira, representando o prefeito Bento Ribeiro, seguido de longas salvas de palmas, o palco foi ocupado pelas alunas da 15ª escola feminina. Coube à “interessante menina Zilda Azevedo Jacobina”, provavelmente familiar do secretário, proferir o discurso em saudação ao “Sr. General prefeito”. A menina, que teria no máximo quinze anos de idade, leu um texto onde enaltecia as ações do “distinto Sr. Prefeito general Bento Ribeiro” que “na alta investidura de administrador desta grande cidade” agia de modo “sereno, ponderado e continuamente patriótico”, demonstrando “o mérito do eminente servidor da República”. Após o discurso, saudações ao inspetor de iluminação, Otto Alencar, e aos representantes da imprensa – uma das forças mobilizadas e crucial no desenrolar desse processo todo. Outras meninas, além do aluno Luiz Caldas, também subiram ao palco, recitando poesias.

Os mais de trezentos alunos juntaram suas vozes a uma banda de música da Força Policial e cantaram os hinos escolares. Foi uma grande solenidade com direito a mesas de doces, saudações às autoridades, muitos brindes e um baile nos grandes salões da escola que reuniu “grande número de senhoras, senhoritas e cavalheiros da elite desses bairros”. Um evento impecável do início ao fim, garantindo oportunidade à diretora Elvira Pilar de mostrar às autoridades municipais, e à imprensa, o melhor de sua escola. Embora a publicação omita o papel que ela desempenhou nessa solenidade, o crédito pela organização desses mais de trezentos alunos é, sem dúvida, da diretora e das professoras sob sua direção, pois nenhuma autoridade pública, tampouco os representantes da imprensa, encarariam esse árduo trabalho.

Esses registros também não nos contam sobre uma possível participação dos trabalhadores nessa mobilização por melhoramentos para o bairro e na própria frequência à escola. A sinalização da participação da “elite dos bairros” no baile, assim como os sobrenomes nada populares de algumas alunas evidenciadas, pode indicar apenas o destaque dado pela reportagem a uma parcela dos alunos e não necessariamente sobre a composição social do

público frequentador daqueles assentos escolares.⁵¹³ Outras evidências contam sobre os caminhos pelos quais as famílias pobres conseguiram ocupar esses mesmos assentos nas escolas localizadas tanto em regiões urbanas quanto suburbanas.⁵¹⁴ E é por meio de uma das experiências da professora Elvira Pilar, praticamente apagada na festividade de 1911, que visualizamos um dos caminhos de inclusão de alunos pobres nas escolas públicas primárias. Registrada pelo jornal *Correio da Manhã*, o evento beneficente, nos conta sobre professoras engajadas e empenhadas para que seus alunos e alunas tivessem condições materiais de acesso e permanência na escola primária:

Jardim Zoológico - Amanhã realizar-se-á um grandioso festival

O grandioso festival a realizar-se amanhã, domingo, no Jardim Zoológico, revestir-se-á de um brilhantismo pouco comum nas festas cariocas. (...)

O programa como já publicamos é vasto e variado, destacando-se os jogos e corridas cômicas de 1 às 2 horas da tarde, ginástica sueca, por 400 alunos, das 2 às 3 horas, teatro infantil, das 3 às 4 horas, seguindo-se leilão de prendas, bailados etc., etc.,

Durante o festival funcionarão quatro artísticas barracas para a venda de prendas, flores, bombons, sorvetes, chá etc., etc., (...)

As barracas terão as seguintes denominações: ‘Papoulas’, ‘Nippon’, ‘Acácias’, ‘Crisântemos’, (...); a barraca ‘Crisântemos’ funcionará para a venda de chá, café, chocolate etc., sob a direção da elegante senhorita Elvira Pilar da Silva Guimarães, auxiliada pelas exmas. Sras. dd. Aldemira Dancan da Silva Jorge, Carolina da Silva Janeiro e pelas graciosas senhoritas Florisbella de Souza Braga e Maria de Lourdes Lopes.

Nada falta para que a festa alcance um êxito extraordinário, muitas diversões, muitas moças e o nobilíssimo fim do festival, que é em favor da Caixa Escolar do 6º Distrito, que cuida da assistência material às crianças pobres, para que possam frequentar as escolas. A entrada no Jardim Zoológico custará apenas 1\$000, preço habitual.⁵¹⁵

O grande evento realizado no Jardim Zoológico da Quinta da Boa Vista, freguesia de São Cristóvão, tinha o “nobilíssimo fim” de angariar fundos para a caixa escolar do 6º distrito que seriam convertidos em recursos materiais aos alunos pobres. Essa iniciativa materializava de modo explícito um ativismo professoral que supriria as lacunas deixadas pelo poder público, legalmente desobrigado de custear a instrução pública primária. Ações como essa não eram incomuns, mas bastante recorrentes em um cenário de escassos recursos e estrutura escolar pública bastante incipiente. Professores e professoras como a “elegante senhorita Elvira Pilar”

⁵¹³ Embora os sobrenomes não necessariamente sejam indicação exata do pertencimento às camadas abastadas da sociedade, os que foram mencionados nessa longa narrativa me levam a crer que neste caso indicavam sim. Além da menina Zilda Jacobina, também me chamou a atenção a menção à aluna Maria Sampaio Vianna que portava o mesmo sobrenome que nomeava a rua onde estava localizada a escola.

⁵¹⁴ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e RIZZINI, Irma. Entre becos... *Op. Cit.*

⁵¹⁵ *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1915, p 03, (Grifos meus). Disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\) -1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](http://Correio da Manhã (RJ) -1910 a 1919 - DocReader Web (bn.br)). Acesso em: 11/03/2022, às 20h.

frequentemente lançavam mão de táticas cotidianas a fim de viabilizarem seu magistério.

Entre fins do século XIX e primeiros anos do XX a malha escolar da cidade viveu um processo de expansão, mas ainda insuficiente frente às demandas por escolarização.⁵¹⁶ Não bastasse a escassez de vagas, havia ainda outro ponto crítico: a desobrigação do financiamento público estatal, dificultando sobremaneira o acesso e a permanência às escolas públicas primárias dos alunos oriundos de famílias pobres. Uma das medidas adotadas era o funcionamento das escolas subvencionadas, estabelecimentos privados custeadas pelo governo que em contrapartida deveriam atender a um determinado número de alunos pobres.⁵¹⁷

Assim, além das responsabilidades pedagógicas, que as professoras e diretoras escolares deveriam atender, se somava mais esta: a de assumirem como tarefa a “assistência material às crianças pobres”. Como disse antes, entendo tais ações como ativismo professoral, mas não posso deixar de assinalar que as professoras engajadas nessas ações estavam assumindo responsabilidades que o Estado não tomava integralmente para si. Ao tempo do “nobilíssimo festival”, em 1915, temos um contexto social em que o Estado republicano liberal colocava na conta das famílias e dos professores prover o acesso e a permanência dos seus filhos nas escolas.

A despeito do crescimento do número de escolas e de vagas, a instrução pública seguia sendo acessível a poucos e o ativismo das professoras públicas se converte em uma tentativa de contornar esse cenário de exclusão. Elvira Pilar, como boa parte de suas colegas de ofício, não pertencia a uma família abastada, portanto sabia exatamente o papel que a instrução escolar teria nas vidas de crianças cujas origens eram bem próximas às dela. Esse ativismo da classe professoral era potencialmente capaz de alcançar outras famílias trabalhadoras que buscavam driblar a exclusão das escolas. Assim sendo, por diversas vezes as famílias uniram forças em suas localidades e se mobilizaram para pressionar o poder público em busca de mais vagas nas escolas primárias e na própria Escola Normal.

A historiografia nos conta sobre diversas ações empreendidas por moradores das freguesias/bairros da cidade do Rio de Janeiro em busca do que entendiam serem direitos, sendo o acesso à instrução um deles.⁵¹⁸ Não temos a versão das professoras envolvidas no “nobilíssimo evento” do Jardim Zoológico, apenas a do jornalista que o reveste com ares de ação caridosa. Mesmo sem a narrativa direta de Elvira Pilar e de suas colegas, podemos sim

⁵¹⁶ DAMAZIO, Sylvia. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996, p.128.

⁵¹⁷ TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da Pátria, Homens do Progresso: O Conselho Municipal e a Instrução na Capital Federal (1892-1902)*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: 2012, p.105.

⁵¹⁸ MACIEL, Laura. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia; SANTOS, Ricardo Augusto (orgs.). *Op. Cit.*

concluir que mobilizações como essa eram resultado da articulação coletiva das professoras, convertendo-se em elemento potencial para a coesão da classe professoral. Potencial também para construir relações de solidariedade e de proximidade às famílias necessitadas, bem como o inverso: o distanciamento e a demarcação verticalizada de lugares sociais bem definidos entre as professoras e as famílias desses alunos identificados como pobres.

Mais que uma possibilidade, a concreta mobilização das professoras públicas primárias foi muito importante para driblar a exclusão escolar que imperava naqueles tempos, além de elemento de coesão na constituição da classe professoral. E o cruzamento de fontes também no conta que essa construção coletiva aliou mulheres de diferentes cores, “raças” e origens, como se pode observar na composição do grupo de professoras lideradas por Elvira Pilar no festival do Jardim Zoológico, pois suas colegas de ofício Florisbella e Carolina eram mulheres brancas.⁵¹⁹ Por não haver uma “barreira de cor” oficialmente estabelecida, era possível que pessoas negras e brancas de diferentes origens compartilhassem experiências no cotidiano da cidade: no lazer, na vizinhança, nas relações amorosas e familiares, nos locais de trabalho e nas escolas também.

A historiografia da educação vem produzindo importantes reflexões sobre a educação da população negra, em tempos de escravidão e de pós-abolição, trabalhos que fornecem reflexões fundamentais a esse respeito, convergindo na análise de que essa população não esteve ausente desses espaços, tendo construído estratégias cotidianas para burlar as barreiras explícitas e implícitas. Portanto, havia sim a convivência compartilhada entre alunos e professores negros e brancos – e embora não consigamos alcançar muito de perto a dinâmica dessas micro relações cotidianas, há evidências de que foi possível construir parcerias e trocas no interior dessas relações.

Como sujeitos da história da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil, as professoras públicas primárias não estavam imunes aos estereótipos raciais e por massivas imagens de brancura produzidos e difundidos pela imprensa, conforme já discutido. Os registros relativos ao magistério, produzidos pela imprensa e no interior dos órgãos da administração pública, evidenciam que imperava a lei do silêncio no tocante às questões raciais. Isso pode ser entendido ao menos sob duas perspectivas, dois caminhos que convergiam: o esforço oficial em negar as desigualdades raciais, impedindo embates e mobilizações pautadas por esse critério; e o esforço das próprias pessoas negras em fazer valer sua humanidade independentemente da

⁵¹⁹ Em levantamento realizado na Plataforma Family Search localizei registros de nascimento que trazem essa informação, sendo a professora Carolina da Silva Janeiro de origem portuguesa.

cor da pele. Esses arranjos e formas das relações raciais não devem ser tomados por ausência de tensões e de múltiplas formas de discriminação estruturadas com base na cor da pele e na aparência física.

Vimos ao longo que a discriminação, conhecida como “preconceito de cor” e “preconceito de raça”, atacava diária e ferozmente pessoas negras em geral, inclusive as que pertenciam aos círculos letrados da cidade. O que nos permite afirmar que as professoras negras cotidianamente depararam-se com estereótipos que combinavam raça e gênero, enfrentando o racismo sexualizado⁵²⁰ saído da boca dos intelectuais racistas e percorrendo paragens muito além dos seus gabinetes. O silêncio sobre a cor foi uma importante ferramenta implementada pelas administrações republicanas a pretexto de promover a igualdade formal dos libertos, mas que, na prática, promoveu a invisibilidade da desigualdade e exclusão dos negros naquela cidadania restrita, o mesmo silêncio que acabou por apagar as agências dessas mulheres negras, ocultando suas histórias para as gerações futuras.⁵²¹

Minha escolha em narrar prioritariamente as histórias de mulheres negras não significa desconhecer o magistério de professoras brancas, muito menos negar esse cotidiano compartilhado. Ao mesmo tempo, ao jogar luzes sobre o que podemos chamar de magistério multirracial não estou comprando a tese da sociedade sem preconceitos de cor e raça. Uma das particularidades das relações raciais brasileiras reside na combinação entre convivência direta e permanência de estereótipos raciais; aceitação de algumas pessoas e famílias negras em lugares sociais de prestígio como o “mundo das letras”, sem descartar a hegemonia de valores brancos. Não se trata de isto *ou* aquilo, mas de isto *e* aquilo.

Como também já vimos, famílias que, usando um termo atual, chamaríamos de interracialis se construía nesse mesmo cotidiano e as formas como os filhos dessas relações seriam identificados no ato do registro civil combinavam uma série de fatores. Por certo, o ato de declarar a cor de um bebê ao seu nascimento e no batismo, ou quando se procedia ao registro do casamento na vida adulta, nem de longe encerrava a questão. Ao longo da vida - que poderia atravessar gerações - uma pessoa poderia ser identificada enquanto negra, mas também poderia deixar de o ser com o passar dos anos se fosse alguém de pele muito clara.⁵²² A existência de pessoas entendidas como negros e brancos no seio dessas famílias também era comum, indicando a convivência compartilhada.

⁵²⁰ GONZÁLEZ, Lélia. *Op. Cit.*

⁵²¹ Tal silenciamento, contudo, não ocorria de modo tão ostensivo nos registros policiais e judiciários.

⁵²² É o caso da famosa pianista Chiquinha Gonzaga, sabidamente uma “mulher de cor”, que ao morrer em 1935 foi identificada por seu companheiro como uma mulher branca.

Thereza Carolina da Silva Guimarães, irmã de Elvira Pilar, exemplifica bem essa convivência compartilhada. Nascida em 10 de novembro de 1876, a “filha natural de Francisco Antonio da Silva Guimarães e Deolinda Thereza da Silva Guimarães”, respectivamente pai branco e mãe negra, a moça foi identificada como branca – diferentemente de todos os seus irmãos. E é sobre ela de quem vamos tratar daqui para frente, lembrando que a identificação de sua cor, feita em 1957, foi realizada em uma conjuntura histórica bem diferente da qual ela passou a maior parte de sua vida. Não descarto a possibilidade de que ela tenha sido vista como “mulher de cor”, mestiça, mulata. Poderia facilmente ter sido classificada entre “a mestiçada nacional, na sua imensa escala cromática”, segundo as palavras de Sílvio Romero, um intelectual racista.⁵²³ Ou pode ter sido vista como branca por toda a sua vida, tudo era possível diante de alguém que no mínimo tinha a pele extremamente clara. A vida compartilhada no seio dos Hemetério dos Santos, uma família predominantemente negra, e o magistério compartilhado diretamente com sua irmã, me faz tratar dela nesse momento porque, a partir de sua trajetória, podemos falar de perto desse magistério multirracial.

Assim como a irmã, a jovem Thereza Carolina desde muito cedo buscou por formação, diplomação oficial e a tão concorrida inserção no magistério público primário, ingressando na Escola Normal Oficial em 1892, aos dezesseis anos, frequentando como ouvinte a 1ª série.⁵²⁴ Seu processo formativo foi tão longo quanto o da irmã, seguindo por pelo menos doze anos e passando também pela Escola Normal Livre, sem informações precisas sobre a conclusão.⁵²⁵

Em seu primeiro ano na Escola Normal (Oficial) a jovem obteve resultados “simplesmente”, indicando aprovação com baixo desempenho. Não há registros sobre os anos de 1893 e 1894, mas a indicação de que ela realizou provas na Escola Normal Livre entre 1895 e 1897. Ali, onde as aulas eram noturnas, Thereza Carolina teve bastante êxito, sendo aprovada com conceitos “plenamente” e [com] “distinção” cujas notas variavam entre 7 e 9. Em 1897, ano em que as atividades da Escola Normal Livre foram encerradas, ela retorna à Escola Normal (Oficial), matriculando-se no curso noturno. Aqui recomeçam os resultados pouco exitosos e o velho conhecido conceito “simplesmente”. Em 1898, quando obteve nomeação ao cargo de adjunta de 2ª classe⁵²⁶, ela estava matriculada no curso diurno para cursar matérias do 1º e 2º

⁵²³ ROMERO, Sílvio. Brasil social: o negro. Renascença, Rio de Janeiro, ano 3, .29, jul.1906. *Apud*: DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Riode Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, p.243.

⁵²⁴ Histórico Escolar de Thereza Carolina da Silva Guimarães, Escola Normal, 1892-1904. Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CEMEB/ISERJ).

⁵²⁵ Segundo o mesmo histórico escolar arquivado no CEMEB/ISERJ, Thereza Carolina frequentou a Escola Normal Oficial nos períodos: 1892; 1897-1904. O mesmo documento informa que ela realizou exames na Escola Normal Livre entre os anos de 1895 e 1897.

⁵²⁶ Jornal do Commercio, 12 de junho de 1898, p.02. Disponível

em:

anos, mas os estudos ficaram paralisados – indicando a incompatibilidade entre o trabalho e os estudos em horário diurno.

Em 1899, voltando ao curso noturno, Thereza Carolina obteve alguns bons resultados como “plenamente” em Geografia da 1ª série e “distinção” em Trabalhos Manuais e Geografia da 2ª série. O conceito “simplesmente” não saiu de cena, assim como suas ausências em algumas avaliações. Nesse mesmo ano ela é citada por *Almanak Laemmert* como uma das adjuntas em Santa Cruz, 10º Distrito escolar, a “11 léguas da Capital Federal” - distância que poderia ser percorrida através de um dos dez trens disponibilizados pela Estrada de Ferro, em um trajeto que durava duas horas.⁵²⁷ Diante da ausência de elementos que indiquem mudança de endereço, acredito que a jovem de vinte e três anos se deslocasse por quatro horas em trajetos diários de ida e volta ao Curato de Santa Cruz. Também não há indícios de que ela já fosse casada ou tivesse filhos nessa época, mas nem por isso ela estaria isenta das tarefas domésticas que recaíam sobre as mulheres em geral.

Sete anos após o início de sua formação, Thereza Carolina precisava de muita destreza para conciliar o longínquo magistério e a permanência no curso noturno da Escola Normal. Seu desafio era conseguir cursar as disciplinas, dominando os conteúdos ministrados para que fosse bem avaliada. Ser professora primária e aluna do curso noturno, além dos prováveis afazeres domésticos, exigia esforços intelectuais e físicos para diariamente equilibrar essas demandas. Dificuldades que ela não carregou sozinha porque em 1898 sua irmã, a professora Elvira Pilar, fora nomeada para a escola no mesmo Curato de Santa Cruz. E, ao que tudo indica, Rufina também fora nomeada para a mesma escola e na mesma época.⁵²⁸ Assim, as três professoras podiam compartilhar os desafios referentes ao próprio magistério, as viagens de trem e o fato de serem mulheres transitando pelas ruas da cidade, as demandas de cuidado e administração do lar. E como sabemos, as duas famílias eram extensão uma da outra, portanto esse magistério compartilhado era um projeto familiar, arquitetado e posto em prática de maneira muito consciente.

Diferentemente de Elvira Pilar e Rufina, nomeadas professoras catedráticas, em 1898 Thereza Carolina foi indicada para ocupar a posição de “adjunta de 2ª classe”, que era a mais baixa em uma escala organizada em cinco categorias: professor primário em escolas urbanas,

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&Pesq=%22Thereza%20Carolina%20da%20Silva%20Guimar%c3%a3es%22&pagfis=28657. Acesso em: 11/03/2022, às 20h 45 min.

⁵²⁷ Almanack Laemmert, 1899, p.282. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&PagFis=17044&Pesq=%22Thereza%20Carolina%20da%20Silva%20Guimar%c3%a3es%22>. Acesso em: 11/03/2022, às 20h 45 min.

⁵²⁸ Mariza Lira diz que Rufina foi nomeada ao Curato de Santa Cruz, mas não precisa a data.

professor primário em escolas suburbanas, professor adjunto efetivo, professor adjunto estagiário, professor adjunto de 2ª classe.⁵²⁹ Esse lugar era também o do contrato temporário - ainda que servisse de ponte à efetivação no magistério público primário - conferindo apenas uma “gratificação pro labore” anual, além de ser exercido unicamente em escolas suburbanas.⁵³⁰ Dois anos depois, em 1901, temos notícias de Thereza Carolina, adjunta, regendo uma turma “no curso médio” na 13ª escola pública feminina do 5º distrito, “dirigida pela professora d. Elvira Pilar da Silva Guimarães”.⁵³¹

Em março de 1902 temos notícias da nomeação de Thereza Carolina ao lugar de “adjunta estagiária gratuita nas escolas municipais”⁵³², sete meses depois, ela é novamente citada como regente sob a direção de sua irmã, desta vez na 5ª escola pública feminina do 4º distrito.⁵³³ Ser removida de escolas do 10º para o 5º e 4º distritos escolares significou estar na área urbana - portanto, próximo ao lugar de sua residência -, atuar sob a direção da irmã e a possibilidade de subir os degraus na hierarquia do magistério que à essa época contava com quatro categorias.⁵³⁴ Não sei exatamente o que viabilizou a transferência de Thereza Carolina, mas não é impossível que de alguma forma a irmã-diretora Elvira Pilar possa ter tido alguma participação nessa migração.

Entre 1902 e 1904, já beirando os trinta anos, Thereza Carolina seguia tentando obter bons resultados e a almejada diplomação oficial, mas o insucesso persistia. Não há mais informações sobre os anos posteriores, indicando o provável abandono da formação e do próprio magistério. Apesar dos esforços empreendidos durante mais de uma década, a diplomação e posterior inserção definitiva no magistério público primário não aconteceram. Essa frustração dos planos pode ser relacionada a diversos fatores, dentre os quais a inaptidão e as dificuldades de aprendizado que poderiam acometer a qualquer pessoa. Mas, é inegável

⁵²⁹ Decreto número 52, de 09 de abril de 1897, Capítulo III, Do pessoal docente, Título I, Do magistério primário, artigo 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=350915&Pesq=%22escolas%20suburbanas%22&pagfis=88>

⁵³⁰ Idem à referência anterior e no Decreto N.844 de 19 de Dezembro de 1901, art.16, parágrafo 2º reunido junto a outros decretos municipais na “Collecção de Leis Municipais e Vetos (RJ), 1897-1931, p.150. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq=%22escolas%20suburbanas%22&pasta=ano%20190&pagfis=3042>.

⁵³¹ Jornal do Brasil, 27 de setembro de 1901, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pesq=%22Elvira%20Pilar%20da%20Silva%20Guimar%C3%AAs%22&pasta=ano%20190&pagfis=10122

⁵³² Jornal do Brasil, 02/03/1902, p.01. Disponível em:

⁵³³ Jornal do Brasil, 25/09/1902, p.03. Disponível em:

⁵³⁴ Decreto N.844 de 19 de Dezembro de 1901, reunido junto a outros decretos municipais na “Collecção de Leis Municipais e Vetos (RJ), 1897-1931, p.147. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq=%22escolas%20suburbanas%22&pasta=ano%20190&pagfis=3039>

que a conciliação entre estudos e trabalho pesou bastante nesse percurso, exercendo papel importante nesse insucesso. Por esses motivos e talvez outros que desconhecemos, Thereza Carolina não alcançou os moldes de professora “inteligente” e de “rara competência” e foi excluída do magistério público municipal. Após o ano de 1904 e por toda a sua longa vida ela dedicou-se ao lar e aos cuidados com os filhos nascidos em 1905 e 1906.

Em direção completamente oposta caminhava outra moça da dupla família Hemetério dos Santos – Silva Guimarães: Coema Hemetério dos Santos acumulou bons resultados durante e após a formação na Escola Normal. Como alguém da terceira geração dessas famílias de professores, ela pôde desfrutar de condições cruciais como a disponibilidade de tempo e de recursos materiais. Rodeada de livros e de bagagens culturais acumuladas desde o seu bisavô, o famoso tipógrafo Francisco de Paula Brito, passando por sua avó Alexandrina, por seus pais Hemetério e Rufina, por suas tias extensas Elvira Pilar e Thereza Carolina, a menina reunia os elementos necessários ao sucesso nos estudos e na própria carreira docente.

Como eu pude observar nos muitos registros históricos levantados, Coema seguiu sendo sempre associada à figura paterna, refletindo o quão próximos eles estiveram ao longo de suas carreiras no magistério. Segundo a imprensa da época, ela era a “herdeira natural” dos dotes paternos – o que também a posicionava como alguém que não deveria nunca desabonar essa herança, dentro e fora dos limites do magistério. E assim ela o fez: ao longo de sua vida observou estritamente as normas sociais, sendo a perfeita expressão da respeitabilidade que era atribuída a toda família, combinando bom comportamento e qualidades intelectuais.

Diante do que já foi explorado até aqui não é necessário muito esforço para concluirmos que a menina Coema cresceu rodeada de livros e que teve fácil acesso à instrução primária escolar. Na biografia publicada pela revista *A Cidade*, coluna Magistério Municipal, ao ingressar na Escola Normal, em 1904, Coema “não desmereceu a fama que trouxera da escola primária, antes cresceu com o extraordinário zelo com que se houve em todo o penoso curso normal.”⁵³⁵ A história de sua trajetória na Escola Normal pode ser contada com maior riqueza de detalhes ao analisarmos o seu centenário e preservado histórico escolar.⁵³⁶

⁵³⁵ *A Cidade, Magistério Municipal*, 02 de abril de 1913, p.30. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ.

⁵³⁶ Agradeço ao professor Aderaldo dos Santos que generosamente compartilhou comigo a localização desse documento no CEMEB/ISERJ.

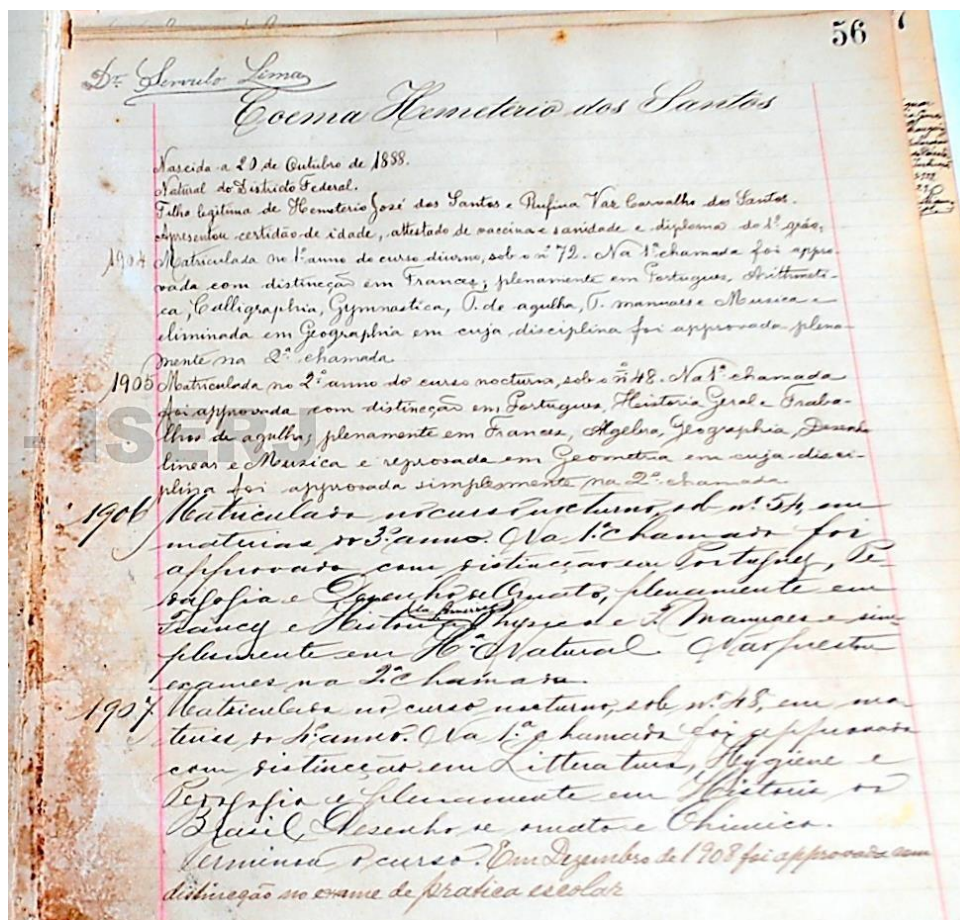


Figura 22. Histórico Escolar da aluna Coema Hemetério dos Santos (1904-1908). Acervo CEMEB/ISERJ.

Apresentando certidão de idade, atestados de vacina e de sanidade – além do diploma do 1º grau -, a “filha legítima de Hemetério José dos Santos e Rufina Vaz de Carvalho dos Santos” foi matriculada na Escola Normal em 1904, aos quinze anos de idade, para cursar o 1º ano do curso diurno. A partir do 2º ano, em 1905, e até concluir os estudos, Coema cursou as aulas no período noturno – onde o seu pai atuava como professor de Português e Literatura⁵³⁷. Não levantei qualquer registro que indicasse a necessidade de conciliar estudos e trabalho, portanto, a única justificativa plausível para essa mudança de horário foi a opção familiar em manter a proximidade entre Coema e o seu pai, o professor Hemetério. As aulas noturnas aconteciam entre quatro horas da tarde e nove horas da noite, de segunda a sexta, sendo uma hora para cada disciplina do dia.⁵³⁸ Antes de se sentar em sua carteira escolar, Coema pôde dividir seu dia entre as tarefas intelectuais, os cuidados com a casa e com os irmãos menores, e a própria arquitetura dos seus projetos para um futuro cada vez mais próximo.

⁵³⁷ Diário Oficial da União, Relação dos funcionários da Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal –Escola Normal, 16 de dezembro de 1905, p.6520.

⁵³⁸ Prefeitura do Distrito Federal, Escola Normal – 2º Ano. Programas de Ensino: horário, calendário escolar, quadros de faltas e notas. Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias, 1905.

Para analisar com maior precisão o percurso escolar da aluna Coema Hemetério dos Santos sistematizei os dados do seu histórico escolar no quadro a seguir:

Ano Escolar	Resultados Obtidos
1904 – 1º ano	Aprovada com “Distinção”: Francês. Aprovada “Plenamente”: Português, Aritmética, Caligrafia, Ginástica, Trabalhos de Agulha, Trabalhos Manuais, Música. Reprovada (1ª chamada): Geografia. Aprovada em 2ª chamada: Geografia, conceito “Plenamente”.
1905 – 2º ano	Aprovada com “Distinção”: Português, História Geral e Trabalhos de Agulha. Aprovada “Plenamente”: Francês, Álgebra, Geografia, Desenho Linear e Música. Reprovada (1ª chamada): Geometria Aprovada em 2ª chamada: Geometria, conceito “Simplesmente”.
1906 – 3º ano	Aprovada com “Distinção”: Português, Pedagogia, Desenho de Ornato. Aprovada “Plenamente”: Francês, História da América, Física e Trabalhos Manuais. Aprovada “Simplesmente”: História Natural.
1907 – 4º ano	Aprovada com “Distinção”: Literatura, Higiene e Pedagogia. Aprovada “Plenamente”: História do Brasil, Desenho de Ornato e Química.
1908 (período de estágio)	Aprovada com “Distinção”: exame de Prática Escolar.

Quadro 6. Resultados obtidos por Coema Hemetério dos Santos na Escola Normal. Fonte: Histórico Escolar da própria (1904-1908). Acervo CEMEB/ISERJ.

Vê-se que ao longo dessa trajetória escolar Coema obteve excelentes resultados na maioria das avaliações realizadas, sendo constante a aprovação com os conceitos “com distinção” e “plenamente”. Foram trinta e duas disciplinas cursadas ao longo dos quatro anos escolares, exigindo compreensão e articulação de distintos saberes e áreas de conhecimento. Essas disciplinas integravam os programas de ensino que eram verdadeiros compilados de toda a cultura e conhecimentos construídos pelo mundo ocidental – sobretudo europeu.⁵³⁹ As avaliações e exercícios mesclavam escrita, oralidade e trabalhos práticos, medindo até onde as alunas haviam apreendido tais conhecimentos e valores.

⁵³⁹ Localizei e realizei a leitura dos programas de ensino da Escola Normal dos seguintes anos: 1894, 1899, 1903 – 1907 e 1911. No período em que Coema foi aluna, entre 1904 e 1908, os conteúdos determinados são completamente eurocêntricos. Em todas as áreas de conhecimento, tanto os conteúdos quanto as formas, assim como os assuntos com caráter mais geral ou especificamente pedagógicos, predominam os valores civilizatórios ocidentais, portanto, brancos.

O que se avaliava, afinal, eram o domínio desses saberes e a incorporação dos valores civilizatórios expressos por eles e, mais importante, a capacidade dessas futuras professoras em transmitir toda essa bagagem cultural aos seus alunos. Nesse sentido, a jovem Coema comprovou as suas capacidades intelectuais e, principalmente, que estava solidamente preparada ao exercício do magistério público primário, encerrando a formação com a aprovação com “distinção” no exame de Prática Escolar ao final do ano de 1908. Embora já tenha sido dito, é importante reiterar que esses investimentos para a aquisição da instrução escolar não aconteciam porque essas pessoas queriam dar repostas aos racistas que as cercavam. Comprovar as capacidades intelectuais e obter um diploma, era um caminho para alcançar a efetivação no serviço público, conquistando segurança material e prestígio social. Mas, responder ao racismo acabava sendo uma necessidade à medida em que os racistas insistiam em atacar as pessoas negras, negando-se a reconhecê-las como iguais.

Moças como Coema que desfrutassem de alguma segurança material e de sólida bagagem intelectual que atravessava gerações poderiam mergulhar nesse universo letrado, acessando-o com relativa facilidade. Era possível para elas a aspiração a uma carreira para além da necessidade imediata de um emprego, experimentando a livre fruição desse universo. Os primeiros passos em direção à produção intelectual autoral poderiam ser dados, de modo seguro e bem-comportado, participando de concursos culturais como o promovido pela revista *Leitura Para Todos*⁵⁴⁰, em 1906. Mesmo não se saindo vencedora, ela e outras dezenas de concorrentes receberam “menção especial pela graça e elegância das respostas”.⁵⁴¹

Filha, neta e sobrinha de professores, Coema e outras moças de semelhante condição social poderiam aspirar à construção de uma carreira, dedicando-se à escrita criativa sobre os assuntos do seu cotidiano – como as suas próprias emoções e visões de mundo. Tudo, claro, dentro dos limites da moralidade exigida às mulheres e principalmente das professoras. Seguindo estritamente às prescrições, algumas normalistas - como a jovem Corina Lopes Cardim - até se arriscavam à publicação em periódicos:

⁵⁴⁰ *Leitura Para Todos* era uma revista ilustrada de propriedade do periódico *O Malho*. Ao preço de 500 réis mensais, a revista destinava-se “às nossas classes populares”, publicando artigos de informação, curiosidades, poesias, contos, romances. Seu intuito era fazer uma espécie de tradução ao grande público das construções científicas, artísticas e intelectuais em geral. Uma “revista cinematógrafo – suas páginas atela onde perpassará o mundo moderno, e onde se refletirão os gostos, os sucessos, as ideias, as tradições, os sonhos e os risos da alma brasileira.” Fonte: *Leitura Para Todos – Magazine Mensal Ilustrado*, Ano I, Número 1, 1905, p.02-08. Disponível em: [Leitura Para Todos \(RJ\) - 1905 a 1930 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 12/07/2021, às 07h 15min.

⁵⁴¹ *Leitura Para Todos – Magazine Mensal Ilustrado*, Ano 2, número 3, 1906, p.93-95. Disponível em: [Leitura Para Todos \(RJ\) - 1905 a 1930 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 11/07/2021, às 07h 40min.

Tesouro precioso (à senhorita Coema H. dos Santos)

Vagando incerta sobre um mar de escolhos
Parti ufana em busca de um tesouro
E embora longe sendo o ancoradouro
Prosseguirei tranquila entre os abrolhos...

Se porventura em meio da bonança
Os sopros das descrenças tormentosas
Encarapela as vagas sinuosas
Desse vasto oceano de esperanças.

Não recuo. Lutando com a tormenta
Das áureas plagas me aproximo lenta
Do provir fitando a lúcida amplidão...

Por leme tendo sempre – o livro e a pena
Por fanal - os meus mestres, vou serena
Abraçar um tesouro – a Instrução.

Rio, 19-7- 07

Corina Lopes Cardim⁵⁴²

A despeito das diferenças de cor e “raça”, Corina e Coema tinham em comum a idade, as trajetórias na Escola Normal e a intrínseca relação com a cultura letrada que faziam do livro e da pena os seus lemes, por fanal os seus mestres, e da instrução o seu tesouro. Porém, por ser uma moça branca Corina não teve de enfrentar o racismo que atacava as pessoas negras, hipersexualizando e desumanizando-as, impondo às mulheres negras (e às suas famílias) a necessidade cotidiana de lidarem com inúmeros estereótipos. Coema, ao contrário, teve de encarar todo esse conjunto de violências raciais que ao serem indistintamente endereçadas às pessoas negras também a atingiam. Por isso, embora as trajetórias das jovens normalistas tenham sido compartilhadas e conectadas em diversos pontos, os sentidos dessas experiências eram um tanto quanto distintos.

A ausência de registros autorais de produção intelectual – em primeira pessoa ou coautoria – nos impossibilita de acessar as visões de Coema sobre as relações raciais e de gênero em que ela estava mergulhada. Mas, como venho afirmando, as formas de ser e estar no mundo das mulheres negras tratadas nesta tese podem ser “lidos” como testemunhos de escolhas e posicionamentos para além de mero enquadramento aos padrões normativos. Ser a “herdeira

⁵⁴² CARDIM, Corina Lopes. “Thesouro precioso”. *Revista da Semana*, 22 de setembro de 1907, p.05. Revista ilustrada de variedades fundada por Álvaro de Tefé em 1900, teve colaboradores e ilustradores reconhecidos, abordava temas variados desde arte e cultura até questões políticas e reportagens fotográficas. Definiu-se como um “órgão de informação, ilustrado e popular” necessária “em toda a família brasileira”, atraente às crianças e, também “formosas senhoritas”. “Simples apresentação”. *Revista da Semana*, Ano I, nº1, 20 de maio de 1900, p. 2.

natural” das qualidades intelectuais paternas, apresentar-se esteticamente de determinada forma, participar de eventos sociais com cunho intelectual, e até mesmo silenciar ante a voz masculina da família, são elementos que indicam enquadramentos, mas que nem por isso deixam de ser suas agências.

Cada passo dado (ou evitado) representa uma forma de Coema expressar a sua voz no mundo, inclusive a trajetória escolar marcada por bons resultados e concluída no tempo regulamentar, em 1907. Antes mesmo de findar o ano escolar e a própria formação, já estava garantido que ela e outras normalistas seriam nomeadas “adjuntas estagiárias”.⁵⁴³ A concretização veio no ano seguinte quando as moças que completaram o curso foram “designadas para servir nas escolas modelo como estagiárias de 2ª classe”, sendo Coema e mais sete normalistas designadas para atuação na Escola Modelo Gonçalves Dias.⁵⁴⁴ Tendo sido “aprovada com distinção” também nessa etapa, ao final de 1908 ela já era oficialmente uma professora diplomada. Como normalistas diplomadas, e avançando na carreira docente, em março de 1909 ela e outras moças - dentre as quais Corina Lopes Cardim - foram designadas “estagiárias de 1ª classe”.⁵⁴⁵

E foi também em 1909, mais especificamente em 15 de abril, que Coema foi designada pelo Diretor Geral da Instrução Pública “para reger uma turma de alunas da cadeira de Português do 2º ano do curso noturno” da Escola Normal.⁵⁴⁶ Aos vinte anos de idade, de normalista recém-formada ela se convertia em formadora de outras professoras, ocupando - ainda que provisoriamente - um lugar de bastante prestígio no magistério da capital federal. De aluna e filha ela passava também a companheira de cadeira do experiente professor Hemetério José dos Santos.

Esse ano foi marcante para a jovem professora Coema Hemetério porque ela passou a ocupar uma espécie de vitrine do professorado municipal carioca, tanto por ser filha de uma figura ilustre e bastante conhecida do magistério quanto por se tornar uma das professoras da Escola Normal. Em meio aos desafios, ela arriscou-se nas artes da poesia e publicou o seu “Soneto” na revista pedagógica *O Magistério*:

Tu podes dar a flor, não me aborreço,
Ciúmes eu não tenho, tu bem vês,
Se tiver algum dia, tu talvez

⁵⁴³ Correio da Manhã, *Instrução Municipal*, 06 de julho de 1907, p.03. disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\) - 1901 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em: 12/06/2021, às 17h 40min.

⁵⁴⁴ Correio da Manhã, *Instrução Municipal*, 10 de março de 1908, p.04. Disponível em: [BNDigital](#).

⁵⁴⁵ O Paiz, *Prefeitura do Distrito Federal- Directoria Geral de Instrução Pública – Seção Expediente*, 07 de março de 1909, p.06. Disponível em: [BNDigital](#).

⁵⁴⁶ Livro de Designações da Escola Normal, p.128. Acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB/ISERJ). Novamente agradeço ao professor Aderaldo dos Santos pelo compartilhamento do documento.

Não percebas, amor, que já padeço.

Zangas, ódios, também eu não conheço
Vacilas... nisto tudo não crês?
Olha este ramo, leva-o de uma vez,
Não penses, não, não penses que enlouqueço.

Vai, que te segue a luz do meu olhar,
Não olhes para trás – só que te peço –
Senão verás de lágrimas um mar.
Volta, não sigas, não, meu coração,
Já me sinto zangar, eu te confesso,
Dá-me a flor, não mais a leves, não.

Coema Hemetério dos Santos.⁵⁴⁷

O Magistério era uma revista “pedagógica, didáctica e literária”, de propriedade da *Associação de Professores do Brasil* e que se definia como “o orgam de defesa da classe professoral”. Os seus colaboradores eram “Professores Primários, Normais e Secundários” que espontaneamente enviavam seus artigos de opinião, lições escolares e diversos escritos literários como o poema “Soneto” enviado por Coema. Dentre os muitos assuntos que poderiam ser abordados a jovem professora optou por falar sobre as camadas de uma relação amorosa: ciúmes, ódios, tristeza, amor, desentendimentos, além de alguma indecisão quanto aos próprios desejos. Essa contribuição, a primeira e uma das poucas produções autorais identificadas, também a aproximava do pai que escreveu e publicou poemas abordando as relações de amor. E, assim como todas as camadas da sua própria vida, essa publicação era mais um passo totalmente dentro dos parâmetros da moralidade exigida às professoras.

Ao final do ano escolar de 1909 a voz de Coema, semanalmente ouvida pelas alunas matriculadas no 2º ano do curso noturno da Escola Normal, foi abruptamente interrompida por seus superiores que a proibiram de avaliar a turma para a qual ministrava aulas de Língua Portuguesa. Quem informa os leitores cariocas sobre o ocorrido é o professor Hemetério, expressando sua enorme indignação em missiva enviada ao jornal *O Paiz*:

Escreve-nos o professor Hemetério dos Santos: ‘
Sr. Redator do Paiz (...)

Nesse congresso pedagógico, em que por honra da República, se acha constituída a Escola Normal, eu tenho ideias, como as exponho diariamente, na aula, nas reuniões, por toda parte (...)

Há dias o diretor geral de instrução pública, contra a lei, contra os regulamentos, contra as praxes, não consentiu que minha filha, D. Coema Hemetério dos Santos,

⁵⁴⁷ SANTOS, Coema Hemetério. “Soneto”. *O Magistério: Revista Pedagógica, Didáctica e Literária*, AnoI, Número 2, 30 de setembro de 1909, p.37. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional (RJ).

examinasse as suas alunas: não há afronta maior para um docente que preza a sua reputação profissional.

Pedi providências ao honrado Dr. Serzedelo Correia, a quem me acostumei a respeitar, desde os tempos das conferências abolicionistas: mandou-me ao Dr. Silva Gomes que, maciamente, docemente e risonhamente me disse “o que estava feito, estava feito.”

Bravamente, fortemente e energicamente eu protestei que não há ninguém que possa se sobrepor às leis, aos regulamentos e às praxes...

Se isto é faltar o respeito eu faltei e continuarei a faltar... acho que na República este é um belo exemplo à mocidade que se está educando para a espinhosa carreira do magistério. (...)

Na defesa da minha filha, duplamente ofendida, por ser mulher e por ser subordinada, eu talvez me haja excedido... Quem pensar que me cabe a culpa atire – me a primeira pedra.⁵⁴⁸

Coema foi professora de Língua Portuguesa na Escola Normal entre abril e dezembro de 1909, o que lhe garantiria plenas condições de avaliar suas alunas ao final daquele ano escolar. Apesar da pouca experiência, conta-nos a revista *A Cidade* que “a herdeira natural dos dotes didáticos” paternos lecionou na Escola Normal com a “proficiência dos mestres consumados”.⁵⁴⁹ Ainda que bastante laudatória, a narrativa biográfica oferece elementos bem semelhantes aos de sua trajetória escolar, nos levando a crer na proficiência de suas capacidades profissionais. Por que, então, a tácita proibição vinda diretamente da Diretoria Geral de Instrução Pública?

Ser proibida de avaliar a própria turma significou ser desqualificada perante os pares e as alunas, configurando-se como o silenciamento da jovem professora por superiores que eram homens brancos que abertamente deslegitimaram as suas capacidades intelectuais. Não estou afirmando que a situação tenha acontecido única e exclusivamente por se tratar de uma mulher negra, sendo perfeitamente possível que qualquer professora branca passasse por situação semelhante em algum momento de sua trajetória docente. Mas, na sociedade historicamente assentada na discriminação e bastante apegada aos estereótipos raciais e de gênero, novamente são distintos os sentidos para mulheres negras e brancas.

Como professora diplomada exercendo o ofício em uma das mais importantes instituições escolares da época Coema ocupava a posição de sujeito, de pessoa que pensa e que dialoga com a cultura hegemônica. Essa posição também a colocava em lugar de autoridade perante as alunas, brancas e negras. Ela não estava em posição de subalternidade e se foi tão

⁵⁴⁸ Carta de Hemetério José dos Santos, publicada na coluna *Vida Social*. O Paiz, 21 de dezembro de 1909, p.03, (Grifos meus).

⁵⁴⁹ *A Cidade* – Folha principalmente dedicada aos assuntos municipais, Ano II, Número 18, *Magistério Municipal*, 02 de abril de 1913, p.05. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional /RJ.

exitosa no ofício quanto na própria formação escolar impôs sua presença de mulher negra onde o racismo tentava negar. Ao transitar pelos corredores da Escola Normal da Capital Federal Coema afirmava que mulheres negras também eram intelectualmente capazes e poderiam ocupar uma cadeira na instituição. A sua presença naquele espaço era uma afronta às históricas tentativas de objetificação das pessoas negras e das mulheres, em particular.

Mas, em sua própria defesa a professora Coema não falou por si, mantendo-se obediente aos limites da moralidade feminina. Tomar a palavra, escancarando suas ideias e indignação seria motivo de escândalo e pouco decoro vindo de uma professora pública. As exigências de moralidade, atestadas por párocos e pela vizinhança, eram bem reais e não permitiam a exposição de professoras em debates acalorados. Portanto, o seu silêncio era tático e crucial naquele momento, além de ser determinante para o que viria depois. Mas, nada disso era exigido do seu pai, um professor homem e bastante experiente no ofício. Ao contrário, e como o próprio ressaltou na carta enviada ao *Paiz*, ele tinha ideias e as expunha diariamente e em todos os lugares, sendo a eloquência sua marca principal. Na defesa da filha não foi diferente -o que o levou a ser acusado de desrespeito às mais altas autoridades municipais.

Embora tentasse, o cruento racismo lançado contra o professor Hemetério não o impedia de se posicionar, de falar e de ser ouvido. E a cada vez em que se manifestava estava demarcando o lugar de homem público, exigindo o direito e o reconhecimento conferidos aos seus pares brancos. Para mulheres negras como Coema Hemetério a alternativa mais segura era o enquadramento aos ideais brancos e aburguesados de feminilidade: recato, comedimento, sutileza, silêncio. Ter sua humanidade reconhecida passava por suas capacidades intelectuais, pela boa conduta, pela estética adotada. E para isso era preciso ter reconhecido o pertencimento a esse ideal de mulher e professora que ocupava o espaço público obedecendo a uma série de regras de (boa) conduta.

Essa ocupação feminina do espaço público não foi novidade inaugurada pelas professoras no século XX em vista de que as mulheres pobres, livres ou escravizadas, sempre estiveram nesse espaço. Porém, para o projeto civilizador republicano essa ocupação deveria ser enquadrada em seus termos, eliminando formas de trabalho e sobretudo de sociabilidades que não condissessem com os seus ideais de civilidade branca e burguesa. Há farta produção historiográfica sobre os modos pelos quais as autoridades políticas e policiais buscaram enquadrar pessoas e seus modos de vida, assim como sobre das táticas cotidianas desses grupos para driblarem as perseguições diárias.

Para nossa discussão é válido trazer o estudo feito por Silvana Santiago em *Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio*

de *Janeiro das primeiras décadas republicanas*.⁵⁵⁰ Segundo ela, a perseguição desenfreada das autoridades policiais recaía sobre as mulheres pobres e negras combinando hiper sexualização e racismo. Nesse bojo estigmas como os da vadiagem, mulheres “vagabundas” e “desordeiras” recaíam sobre aquelas que trabalhavam pelas ruas da cidade, levando-as muitas das vezes à prisão por autoridades policiais. Assim sendo, driblar tais estigmas enquanto trabalhavam nas ruas era central em seu cotidiano. Ainda de acordo com Santiago, estar na rua poderia ser entendido como sinônimo de prostituição, colocando em debate a relação entre moralidade e as definições de comportamentos femininos indicativos de honestidade ou prostituição. Na prostituição ou não, o quanto de memória da escravidão persistia nos contornos dos trabalhos exercidos por mulheres negras nas ruas?

Algumas das Conceições investigadas por Santiago, levadas às delegacias e/ou às pretorias judiciais, acusadas de vadiagem e desordem, eram mulheres pretas e pardas que enfrentavam ainda os estereótipos raciais que estigmatizavam as pessoas negras. Esse é um ponto central para pensarmos os projetos republicanos de civilização e progresso porque eles não eram tão somente burgueses, mas igualmente racistas na medida em que abertamente visavam o embranquecimento cultural e fenotípico da sociedade brasileira do pós-abolição. Quanto às relações de gênero a associação entre moralidade, honestidade e sexualidade feminina ganharam outros contornos no caso das mulheres negras na medida em que “a cor da pele funcionou como um critério diferenciador e hierarquizador”⁵⁵¹. Assim sendo, mulheres pobres e negras que transitavam pelos espaços públicos da cidade se fossem enquadradas pelas autoridades policiais como “vagabundas” e “desordeiras”⁵⁵² carregariam o peso da associação entre hiper sexualização, cor da pele e perspectivas de inferioridade racial.

Ao transitar pelos espaços públicos da cidade para trabalhar e os obter recursos materiais necessários ao sustento de sua família, a professora Coema passava ao lado dessas práticas de perseguição às formas de trabalho e sociabilidade que não condissessem com o projeto civilizador das autoridades republicanas. Seu modo de ser e estar no mundo em nada contradiziam a esse projeto, mas a cor da sua pele era exatamente a mesma de muitos daqueles homens e mulheres diariamente perseguidos pelas ruas. E a cor em comum não é mero detalhe numa sociedade que historicamente discriminava as pessoas negras. Distanciar-se dos estereótipos raciais, portanto, foi questão de sobrevivência e estratégia para entrar espaços

⁵⁵⁰ SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: 2006.

⁵⁵¹ SANTIAGO, Silvana. *Conceição de tal...*, Op. Cit., p. 11.

⁵⁵² SANTIAGO, Silvana. *Conceição de tal...*, Op. Cit., p. 71.

reservados aos homens brancos e burgueses, indo muito além de simples alinhamento aos seus ideais e valores brancos e burgueses.

Como já sabemos, as formas de ser e estar no mundo da professora Coema combinavam estética apurada, recato, fala comedida e obediência à figura masculina da família (o pai). Nessa métrica cotidiana, as professoras negras – que não eram paupérrimas ou subalternizadas, tampouco abastadas – tinham muito o que equilibrar precisavam manter uma distância segura da maioria porque compartilhavam com muitas das mulheres pobres da cidade, com as quais compartilhavam a cor e o pertencimento racial – convertidos em alvos da estigmatização social. Assim, a adesão à “passividade face aos papéis de gênero”⁵⁵³ alinhando-se às das mulheres abastadas em ao ocupar o espaço público – e opondo-se frontalmente às mulheres pobres nos mesmos espaços – de alguma forma fez parte do cotidiano de professoras negras como Coema Hemetério. Portar-se de modo aparentemente passivo confirmaria a honestidade e a educação dessas mulheres que transitavam entre suas casas e as escolas onde atuavam. E igualmente serviria como fuga da combinação entre os estereótipos de gênero, classe e raça.

Por fim, trago mais um elemento para a discussão sobre esses atravessamentos entre classe, raça e gênero nas trajetórias de mulheres negras: a linha tênue entre proteção e controle masculino. Ao tomar para si a palavra, defendendo a filha ou rebatendo o racismo lançado a todas as pessoas negras, Hemetério se tornava alvo e escudo, abrigando as mulheres da família. Falar em proteção fazia todo sentido nas vidas dessas pessoas porque a discriminação racial não dava tréguas, alimentando estereótipos potencialmente capazes de destruir a estabilidade familiar. O que comprometeria o futuro brilhante da professora Coema, diante de qualquer arranhão em sua moralidade. Também poderia atingir os possíveis planos de casamento e de constituição de uma família.

Por outro lado, não existe qualquer dúvida quanto ao controle que essa proteção engendrava sobre a “dilecta filha” e as demais mulheres da família Hemetério dos Santos. Combinada ao enquadramento a uma “feminilidade respeitável”, essa proteção masculina seguia o fluxo das dinâmicas de controle patriarcal sobre as vidas das mulheres da família. Novamente saliento a necessidade de considerarmos os sentidos que esses elementos poderiam ter para pessoas negras que viveram um tempo em que ideias de superioridade branca e inferioridade negra (sic) eram abertamente debatidas e defendidas. Portanto, esses homens e mulheres estavam enfrentando violências cotidianas, formulando repostas a partir dos repertórios culturais disponíveis e reconhecidamente legítimos.

⁵⁵³ SANTIAGO, Silvana. *Conceição de tal...*, Op. Cit., p. 75-76.

Seguindo os moldes das relações patriarcais, o pai da família falava por todos, rebatendo o racismo e protegendo-os; às mulheres caberia comprovar, com a boa conduta, serem possuidoras de todas as qualidades pautadas por Hemetério sempre que se manifestava em “defesa de uma raça”.⁵⁵⁴ Mais que detentoras das boas qualidades, às mulheres negras da família Hemetério dos Santos caberia personificarem as imagens mobilizadas pelo pai na defesa antirracista. E nesse quesito, como já percebemos, a professora Coema foi extremamente eficiente. A eficiência em contornar os estereótipos raciais - ainda que não tenham sido suprimidos - significou se adequar à uma “feminilidade respeitável” que reforçava o controle masculino sobre suas vidas.

Não sabemos a conclusão da situação envolvendo Coema, mas os elementos da carta de Hemetério indicam que o caso não foi revertido. E no ano seguinte, em 1910, diante do fechamento do curso noturno da Escola Normal, Coema e mais outros professores (homens e mulheres) foram dispensados das funções. O encerramento das aulas noturnas foi uma decisão do conhecido José Veríssimo, então subdiretor da escola que se opunha ao curso por motivações de ordem “pedagógica, higiênica e moral”. Em resposta às críticas recebidas do colaborador M.A, Veríssimo diz:

Não há nenhum argumento poderoso em favor da existência do curso noturno. Os de ordem puramente sentimental produzidos por M.A a meu ver são atendíveis. Uma escola normal funda-se como uma escola de educação profissional e de seleção de bons mestres-escolas, e não como um instituto de beneficência para moças pobres, que “quer por serviços caseiros, quer por outras ocupações, só à noite podem ir à Escola”, nem para “filhas de operários e funcionários que não têm durante o dia quem as acompanhe” ou para outros que não possam sair de casa enquanto os pais mourejam fora. Argumentando por absurdo, como é tanto do gosto do ilustre jornalista, poder-se-ia dizer que então a municipalidade deveria dar a essas interessantes moças além da escola acomodada às suas necessidades domésticas, livros, calçados e vestuário. (...)

Mas, não é só por ser à noite que me parece condenável esse curso, mas, maiormente, como ficou manifesto da minha discutida exposição, por ser de preferência frequentado por moças que cumulativamente servem nas escolas como adjuntas.

Não é de todo possível que, salvo casos excepcionalíssimos, possam essas moças cumprir sequer razoavelmente esses dois misteres de estudantes e mestres, quando os dois reunidos lhe tomam quotidianamente dez horas do dia, além do tempo necessário para irem e virem entre as escolas em que estudam ou trabalham e a sua residência. Expor nestes termos simples qual é esse regime é suficiente para condená-lo como irracional, absurdo e igualmente funesto ao ensino e a essas moças, cuja saúde é sacrificada, quase estou em dizer criminosamente, com o engodo de um bom ordenado e da contagem de tempo.

(...) se impõe a extinção do curso noturno, cuja existência só era legitimada pela

⁵⁵⁴ SANTOS, Hemetério José. “Em defesa de uma raça: resposta ao Sr. Danton Benedicto Valladares”. O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1913, p. 07. Disponível em: [O Imparcial : Diário Ilustrado do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 12/03/2022, às 15h 40 min.

necessidade de aproveitar-lhe as alunas dos anos superiores como adjuntas das escolas primárias.⁵⁵⁵

Veríssimo expressa o elitismo liberal e a exclusão que marcaram certos grupos intelectuais e políticos do regime republicanos, fazendo com que as famílias pobres e trabalhadoras enfrentassem enormes barreiras para terem acesso à instrução. Os argumentos em prol da manutenção do curso noturno para atender às moças pobres são creditados ao universo do “puramente sentimental”. Atender às necessidades das filhas de operários e funcionários era, a seu ver, tão absurdo quanto querer que o Estado garantisse a elas os garantir livros, calçados e vestuários necessários à sua formação. Formar bons mestres-escolas deveria ser a única preocupação da Escola Normal do Distrito Federal e, para tanto, as alunas ideais seriam aquelas que pudessem se dedicar exclusivamente aos estudos.

A árdua rotina das mulheres que conciliavam afazeres domésticos, o magistério e os estudos em busca de ascensão e segurança no serviço público primário eram definidos por Veríssimo enquanto como um “engodo”, desconsiderando a grande transformação que a diplomação traria às vidas dessas normalistas-professoras. Não era sua tarefa, enquanto subdiretor do referido estabelecimento, ocupar-se da “beneficência para moças pobres”. A aparente preocupação com a saúde dessas mulheres, cujas rotinas ultrapassavam as dez horas diárias, não se sustenta à medida em que ele reitera, de diferentes maneiras, a exclusiva preocupação com a boa formação profissional que deveria ser propiciada pela instituição. Sua defesa da extinção do curso noturno expressa a crença na incapacidade das mulheres pobres e trabalhadoras – o que justificaria sua exclusão dos bancos escolares.

Apesar das severas divergências entre os favoráveis e contrários ao curso noturno, havia um consenso em torno da tutela de terceiros como condição à frequência feminina às aulas da Escola Normal. Isso explica porque as jovens Coema e Gulnare Hemetério, mesmo sem necessidade do trabalho, frequentarem as aulas noturnas sob a vigilância paterna; também dá pistas para compreendermos a simultânea ausência de Elvira Pilar e Rufina na Escola Normal por cerca de três anos. Não seria moralmente adequado a uma mulher transitar e permanecer sozinha nos espaços públicos da cidade, tampouco tomar a palavra sem que fosse autorizada pelas figuras masculinas que a cercavam. E foram essas figuras que protagonizaram os intensos e áspersos debates públicos.

Diante da oposição ao encerramento das aulas noturnas, as autoridades municipais

⁵⁵⁵ “Escola Normal”, *A Notícia*, 20 de janeiro de 1910, p.02. Disponível em: [A Notícia \(RJ\) - 1894 a 1916 DocReader Web \(bn.br\)](#) Último acesso em 11/07/2021, às 19h 56min., (Grifos meus).

a mobilidade na carreira do magistério, comprometendo seriamente a possibilidade de incorporação definitiva ao serviço público municipal. As alunas e professoras do curso noturno não tiveram voz, mas fortaleceram o seu porta-voz com a presença à conferência. Dentre os presentes notados pelo jornal estavam Zulmira Augusta de Miranda, Coema Hemetério dos Santos e Elvira Pilar da Silva Guimarães - três das professoras negras tratadas nesta tese e que integravam “a família” do professor Hemetério. Além da presença física fazendo coro à conferência, elas também endossaram a petição enviada ao prefeito Serzedelo Correia:

Exmo. Sr. Dr. Prefeito do Distrito Federal,

Nós abaixo-assinados, pais, mestres, amigos dos candidatos à matrícula na Escola Normal Noturna, infelizmente única, no Distrito Federal; munícipes com direitos de se interessarem pela causa pública, que é a sua também, e interessados de toda ordem pelos progressos da instrução pública, e pelo seu desenvolvimento por todos os recantos desse Distrito e desse grande país, por considera-los caminhos únicos para a perfectibilidade, para a felicidade e para a realização das niveladoras aspirações democráticas da Liberdade bem compreendida, da Fraternidade bem praticada e de Igualdade moral; protestamos respeitosamente perante V. Ex. contra o fechamento de escolas nesse regime e nesta terra, que arrasta o labéu infamante de “país de analfabetos” – e respeitosamente ainda depositamos em vossas mãos de Republicano, cheio de responsabilidades do regime vigente, o pedido de revogação da medida administrativa que fechou aos estudiosos pobres, aos filhos do proletariado, as portas da Escola Normal Noturna.

Assim, requeremos que mandeis efetuar as matrículas pedidas nos 1º e 2º anos do curso noturno da Escola Normal.

E. deferimento.

Distrito Federal, 20 de abril de 1910.⁵⁵⁹

O texto é bastante eloquente, utilizando-se de argumentos como os princípios iluministas e democráticos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sinalizando para o compromisso republicano de investimento na instrução pública que deveria ser expressamente cumprido pelo prefeito da cidade – Serzedelo Correia. Argumentos que expressavam o protesto de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o curso noturno da Escola Normal, fechado “aos estudiosos pobres, aos filhos do proletariado”. Vinte e dois homens – dentre eles o 2º tenente Francisco da Silva Guimarães, irmão de Elvira Pilar e membro da família extensa de Hemetério dos Santos - assinam a petição que expressava a voz de todas as pessoas presentes.

A situação se desenrolou ainda algumas semanas à frente, com intensa participação do jornal *O Século* através de seu diretor-proprietário, Brício Filho, um dos professores do curso

⁵⁵⁹ *O Século*, *Op. Cit.*, (Grifos meus).

noturno da Escola Normal.⁵⁶⁰ Em 12 de maio do referido ano o periódico se manifestou abertamente sobre o assunto, sendo mais direto e incisivo no apoio à causa, informando aos leitores sobre o “solene compromisso de provar que mesmo depois da expedição do decreto Passos extinguindo as novas matrículas na Escola Normal, continuou o curso a receber novas alunas ou por transferência do curso diurno, ou por promoção da 1ª para a 2ª série”.⁵⁶¹

O objetivo do jornal era comprovar junto aos leitores que, mesmo após sete anos de expedido, o decreto de fechamento do curso noturno da Escola Normal não chegou a ser cumprido.⁵⁶² Para isso publicou as listas das sessenta e nove alunas matriculadas na cadeira de desenho linear do 2º ano do curso noturno, em 1909, além de mais cento e trinta matriculadas em outras cadeiras. Uma dessas alunas era a jovem Gulnare Hemetério dos Santos, irmã da professora Coema e filha de Hemetério. Para a moça não haveria grandes problemas em transferir-se para o curso diurno, mas para grande parte das alunas matriculadas no curso noturno aquela era a única possibilidade de conquistarem a diplomação no magistério.

A persistente e barulhenta mobilização dos que defendiam a permanência do curso normal noturno não pôde ser ignorada, levando à intervenção do vice-presidente da República, Nilo Peçanha, e ao recuo do prefeito Serzedelo Correia. Em virtude da vitória alcançada, uma comissão formada por grande número de alunas e por professores do curso noturno, dentre eles Hemetério dos Santos, acompanhada da banda de música do 2º regimento de artilharia se encaminhou à prefeitura para agradecer ao prefeito pela decisão tomada. Antes, porém, foram recebidos por Nilo Peçanha no palácio presidencial, sendo a normalista Cacilda Gilaberti a porta-voz da comissão. Entre muitos vivas e agradecimentos, Peçanha reafirmou seu compromisso com a instrução pública, declarando que “jamais fecharia estabelecimentos de ensino”. Segundo a reportagem desse jornal, foram necessários vários vagões e bondes especiais para transportar as alunas, suas famílias e professores ao palácio. Dentre os professores identificaram a presença de Tamborim Guimarães, Roberto Lindsay e Teixeira da

⁵⁶⁰ Em 1910 Jayme Pombo Brício Filho é listado pelo Almanak Laemmert como professor de “Physica e Chimica” do curso noturno da Escola Normal. Disponível em: [Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial \(RJ\) - 1891 a 1940 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 10/07/2021, às 15h20 min.

⁵⁶¹ “A Instrução Municipal – O Conselho Superior de Instrução – O curso noturno da Escola Normal”, *O Século*, 12 de maio de 1910, p.01. Disponível em: [O Seculo \(RJ\) - 1906 a 1916 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em 05/07/2021, às 01h 05 min.

⁵⁶² O *Século* contestou os argumentos de José Veríssimo que, segundo o jornal, em reunião do Conselho Superior de Instrução havia prestado informações enganosas sobre a determinação de fechamento também das turmas de 2º ano do Curso Noturno da Escola Normal. De acordo com a reportagem o decreto, expedido por Pereira Passos em 1903, extinguiria apenas as turmas de 1º ano, mas que na realidade nenhuma turma havia sido fechada ao longo dos anos. O Conselho Superior de Instrução era uma instância formada por professores e inspetores escolares que discutiam temas relacionados à Instrução Pública Municipal, definiam posições e deliberações através de pareceres que eram enviados ao Diretor Geral da Instrução que poderia acatar ou não.

Rocha, além do “ilustre docente” Hemetério dos Santos que mereceu vivas e palmas dos presentes.⁵⁶³ A revista *O Malho* também esteve presente ao ato, registrando-o como “uma vitória” por meio de uma fotografia:



Figura 23. Grupo de alunas e professores acompanhadas por Nilo Peçanha. Professor Hemetério dos Santos circulado em vermelho. Fonte: *O Malho*, 04/06/1910, p. 10.

Como também registrado por *O Século*, nessa fotografia observamos a grande participação feminina contra o fechamento do curso noturno da Escola Normal. As dezenas de mulheres novamente dão corpo à mobilização que demandava acesso à instrução formal. Em belos e alinhados trajés, incluindo-se vultosos chapéus, as professoras circundavam o presidente Nilo Peçanha e, segundo a legenda, expressavam gratidão pela “poderosa intervenção”. O claríssimo tom de suas roupas harmoniza-se perfeitamente ao tom de pele de quase todas as moças perfiladas à frente do grande grupo. A escolha dessa face alvíssima para para estampar o registro de *O Malho*, deixou de fora Coema, Elvira, Gulnare, Zulmira e outras professoras negras que ainda desconhecemos. Do mesmo modo, colocou ao fundo e quase imperceptível o professor Hemetério - uma das principais vozes em defesa do curso noturno.

O Malho centra sua narrativa sobre a “poderosa intervenção” de Nilo Peçanha e os consequentes agradecimentos vindos das professoras e alunas, omitindo que o momento festivo marcava a vitória alcançada após intensa mobilização da classe professoral. Não foi obra

⁵⁶³ “Escola Normal – ainda a questão do curso noturno”. *O Século*, 01 de junho de 1910, p. 01-02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224782&Pesq=%22Hemet%c3%a9rio%20dos%20Santos%22&pagfis=4601>. Acesso em 05/07/2021, às 07h 47min.

benemerita do presidente, mas resposta à pressão pública realizada por pessoas atingidas pelo encerramento do curso noturno da Escola Normal, que demandavam por educação formal e entendiam as aulas noturnas como um direito dos “estudiosos pobres” e “filhos da classe trabalhadora” a quem a República não poderia dar as costas. Em grande medida foi obra das mulheres, professoras e alunas, sem as quais a eloquência de Hemetério talvez se findasse em si mesma. E essa vitória não foi obra conquistada apenas com a mobilização das alvíssimas professoras perfiladas à frente, mas também de Zulmira Augusta, Elvira Pilar e de Coema Hemetério.

As disputas travadas ainda renderam bastante porque mesmo após a deliberação do presidente da República, o diretor José Veríssimo insistia em desacatar as ordens de reabertura do curso noturno. Nesse mesmo ano de 1910, em meio aos desafios e dissabores, Coema pôde enfim festejar a diplomação alcançada desde o ano de 1908, oficializando o encerramento do ciclo formativo como normalista. A festa de colação de grau aconteceria em outubro desse ano, reunindo as concluintes de 1907, 1908 e 1909 – totalizando duzentas normalistas em uma “brilhantíssima festividade” preparada pela prefeitura.⁵⁶⁴ Momento de celebração que seria compartilhado com a família e mostrado à sociedade carioca, reafirmando seu lugar de professora primária diplomada.

E foi desse lugar de autoridade que ela seguiu a carreira, sendo novamente designada professora “substituta da cadeira de português do 1º e 2º ano da Escola Normal (curso noturno)”, em 1911.⁵⁶⁵ José Veríssimo acabou sendo duplamente golpeado porque não pôde impedir a permanência do curso noturno e tampouco conseguiu comprovar empiricamente as suas teorias racistas acerca das mulheres negras. Vitória para os alunos e professores do curso, dentre eles Hemetério e Coema; batalha vencida para Gulnare que seguia sendo aluna da instituição. Além disso, causa vencida pelas centenas de mulheres trabalhadoras que investiam árduos esforços para alcançar a diplomação no magistério. A luta coletiva da classe professoral pela permanência do curso noturno havia derrotado os seus opositores, fazendo valer os direitos dos munícipes da capital republicana.

Em 1913 Coema seria designada regente de Português, junto a Arminda Augusta Bastos, no 1º ano do curso noturno, enquanto Hemetério regeria a mesma cadeira para as alunas do 3º ano.⁵⁶⁶ Além da disciplina em comum, o trio de professores mantinha relações profissionais e

⁵⁶⁴ “Escola Normal – Colação de Grau”, *O Século*, 29 de agosto de 1910, p.01. Disponível em: [O Seculo\(RJ\) - 1906 a 1916 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 10/07/2021, às 15h 07min.

⁵⁶⁵ CEMEB/ISERJ, Livro de Designações da Escola Normal, 07 de março de 1911.

⁵⁶⁶ “Diretoria Geral de Instrução Pública – Escola Normal”, *O Paiz*, 05 de abril de 1913, p.10. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 10/07/2021, às 18h 07min.

pessoais muito estreitas desde os primórdios dos anos de 1900 – compartilhando a vida por décadas à frente. Registros relativos ao período entre 1909 e 1911 indicam que Arminda Augusta chegou a residir na casa da família Hemetério, à Rua Barão de Ubá, número 21.⁵⁶⁷ Em 1910, a despeito de sua vasta experiência no magistério, Arminda também foi uma das professoras prejudicadas com a supressão do curso noturno, tomando parte na mobilização contrária a essa ação.

Além de lecionar, Coema também compôs comissões examinadoras das quais fizeram parte professores aliados como seu pai Hemetério (Literatura para alunas do 4º ano, curso noturno); Arminda Bastos (Português para alunas do 1º ano, cursos diurno e noturno) e Brício Filho (Física para alunas do 3º ano e Química para alunas do 4º ano, ambos no curso diurno). Mas, também teve de dividir o espaço com opositores como o próprio José Veríssimo (História Geral para alunas do 2º ano, curso diurno).⁵⁶⁸ Ao ocupar esse lugar de autoridade intelectual, a jovem professora deixava sua marca, expunha seus conhecimentos perante alunas e os próprios pares, tomava parte nas decisões sobre aprovações e reprovações das normalistas. E também tinha a oportunidade de aprender com a experiência dos mais antigos no ofício, como Arminda e Hemetério.

Em 1914, em virtude de nova intervenção de José Veríssimo, Coema encerrava seu vínculo com a Escola Normal: o expediente de 20 de abril informava que tais dispensas ocorriam em razão de

haver terminado a comissão em que se achavam regentes de turmas suplementares das aulas desta escola, os catedráticos (...) Arminda Augusta Bastos, (...) major Hemetério dos Santos, (...) Coema Hemetério dos Santos Pacheco (...), o diretor interino resolve dispensar os acima nomeados das regências das turmas que estiveram sob a sua docência, durante o ano letivo findo e, fazendo-o, agradece-lhes os bons serviços que, naquela função, prestaram a esta escola.

O diretor interino, José Veríssimo.⁵⁶⁹

A cordialidade expressa na mensagem administrativa faz parecer tratar-se de situação corriqueira, mas a verdade é que abria-se novo front de batalha em torno do curso noturno, considerado por Veríssimo sem “nenhuma razão de ordem pública ou pedagógica” que o justificasse.⁵⁷⁰ Apesar dessa dispensa Coema não se viu em apuros porque em 1912 ela havia

⁵⁶⁷ Almanak Laemmert, Prefeitura Municipal, anos de 1909 a 1911, p.726. Disponível em: [Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial \(RJ\) - 1891 a 1940 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 10/07/2021, às 18h 43min.

⁵⁶⁸ “Escola Normal – Edital”, *O Paiz*, 23 de fevereiro de 1913, p.09. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 10/07/2021, às 17h 55min.

⁵⁶⁹ “Diretoria Geral de Instrução Pública - Escola Normal”, *O Paiz*, 21 de abril de 1914, p. 09. Grifos meus. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 11/07/2021, às 06h51min.

⁵⁷⁰ “Prefeitura Acéfala – A extinção ilegal do curso noturno da Escola Normal”, *O Século*, 20 de janeiro de 1910,

sido designada professora adjunta de 2ª classe para a 7ª escola feminina do 5º distrito, a cargo de sua mãe, a diretora Rufina Vaz Carvalho dos Santos.⁵⁷¹ Ou seja, estava oficialmente incorporada ao quadro de professoras públicas primárias da cidade, exercendo o ofício nas imediações de sua residência e sem grandes dificuldades. E assim seguiu a carreira docente, dividindo-se entre as aulas diárias, a participação em eventos como as exposições escolares de 1913⁵⁷², além de contribuições à imprensa dedicada aos assuntos da classe professoral:

Ano	Função	Atividade
1908	Estagiária de 2ª Classe na Escola Modelo Gonçalves Dias	Magistério primário
1909	Colaboradora da revista <i>O Magistério</i>	Magistério Normal
1909-1911	Professora Substituta de Português na Escola Normal (curso noturno)	Magistério Normal
1912	Professora Adjunta de 2ª Classe (7ª escola feminina do 5º distrito)	Magistério primário
1913	Professora Regente de Português na Escola Normal (curso noturno) Membro das comissões avaliadoras da Escola Normal	Magistério Normal
1914	Professora Adjunta de 2ª Classe (12ª escola feminina do 5º distrito)	Magistério primário
1915	Promovida, por merecimento, à Professora Adjunta de 1ª Classe (4ª escola feminina do 5º distrito)	Magistério primário
1916	Professora Adjunta de 1ª Classe (7ª escola feminina do 5º distrito)	Magistério primário
1922-1924	Colaboradora da revista <i>A Escola Primária</i>	Professora especialista em Língua Portuguesa

Quadro 7. Carreira docente e atividades realizadas por Coema Hemetério (1908-1924). Fonte:

p. 01-02. Disponível em: [O Século \(RJ\) - 1906 a 1916 - DocReader Web \(bn.br\)](#). último acesso em 11/07/2021, às 07h 10 min.

⁵⁷¹ “Diretoria Geral de Instrução Pública”, *O Paiz*, 28 de fevereiro de 1912, p.06. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 10/07/2021, às 16h 06min.

⁵⁷² “Prefeitura do Distrito Federal – Diretoria Geral de Instrução Pública”, *O Paiz*, 11 de dezembro de 1913, p.20. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 11/07/2021, às 22h 56 min.

Informações esparsas reunidas na pesquisa em diversos jornais diários cariocas.⁵⁷³

A participação da professora Coema Hemetério em eventos relacionados à instrução representa mais que mera figuração à sombra de seu pai. Dentro dos limites impostos por opressivas relações raciais e de gênero, ela encontrou formas de tornar públicas as suas posições em defesa do curso noturno da Escola Normal e da ampliação da instrução pública. Do mesmo modo, entendo que sua produção intelectual autoral se expressa na colaboração em alguns periódicos da cidade, desde a participação ainda jovem em concursos literários até as lições de Língua Portuguesa publicadas pela experiente professora nos anos de 1920. Em tais lições temos a escrita segura da professora que apresentava pleno domínio sobre o que ensinava:

Sei, perfeitamente, que a classe conhece sem hesitação, o período simples, composto, coordenado e subordinado. Vamos hoje tratar de dois elementos essenciais da proposição: “sujeito e predicado”. (...) ⁵⁷⁴

Os cinco artigos publicados por *A Escola Primária* trataram exclusivamente sobre formas de ensinar alguns conteúdos gramaticais, portanto, eram guias metodológicos compartilhados por Coema com outras professoras primárias que porventura fossem suas leitoras. Cada lição era bem detalhada e exemplificada com possíveis intervenções que poderiam ser realizadas pelos alunos e as respostas que poderiam ser dadas pela professora regente, emulando-se uma situação de regência em sala de aula. Em uma dessas publicações Coema vai além do passo-a-passo, propondo uma reflexão mais profunda e crítica acerca do ensino da Língua Portuguesa:

O verbo haver

Minha colega,

Acho que poderás no teu 5º ano ensinar toda a sintaxe do verbo haver, sem que o aluno perceba a grande dose de conhecimento que lhe estás dando. O ensino de gramática deve ser feito na leitura, sem que obrigues o aluno a decorar, quase sem proveito, as demasiadas regrinhas.

Mostra sempre na leitura todas as categorias gramaticais; explica e faz com que os alunos deem exemplos seus, puramente seus; terás assim certeza de que eles te compreenderam. (...)

Tenho, com pesar, observado que as nossas colegas se prendem muito ao programa quanto ao português e à aritmética. É um erro.

Desde que a criança compreenda o que lê, saiba as categorias bem, sem hesitação,

⁵⁷³ Disponíveis em: [BNDigital](#).

⁵⁷⁴ PACHECO, Coema Hemetério dos Santos. “Sujeito – Predicado”, *A Escola Primária*, abril de 1922, p.72. Revista mensal, editada por inspetores escolares da capital federal, informa em seu número inaugural que pretendia “ser a tribuna, a cátedra, o livro e o jornal que uns para os outros vão escrever os professores(...), aproveitada a competência que lhes sobeja”. Disponível em: [A Escola Primaria \(RJ\) -1916 a 1938 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 28/07/2021, à 14h 34 min.

poderemos ensinar-lhe tudo com todo o seu desenvolvimento.⁵⁷⁵

Nesse artigo a professora Coema exorta diretamente as suas colegas a refletirem sobre a autonomia pedagógica que podem exercer em sala de aula, fornecendo elementos concretos que reafirmam seus argumentos. Segundo ela, não seria preciso seguir à risca os programas de ensino, podendo-se ensinar às crianças conteúdos que não estivessem designados especificamente àquele ano escolar: por que não ensinar “o verbo haver com todas as minúcias” às “crianças que já conhecem bem os verbos regulares e irregulares – impessoais, defectivos etc.”? “Por que serei eu obrigada a esperar que a criança chegue ao 6º ano, para explicar-lhe a sintaxe do verbo?”⁵⁷⁶

Sua proposta metodológica defendia que os alunos aprendessem através das leituras e de “exemplos puramente seus”, os conteúdos que já faziam parte das suas vivências diárias, evitando-se as tarefas que lhes exigissem decorar os assuntos abordados. Dizia isso com conhecimento de causa por ser exatamente a metodologia que aplicava em suas classe, pois

“(...) a leitura muito nos auxilia o estudo da gramática; (...) [evitando-se] a necessidade de abarrotar o cérebro das crianças com apostilas muitas vezes mal redigidas...

Façamos leituras diárias em nossas classes, e estudemos, em palestras as palavras com todos os seus segredos. A criança não se cansará, e em pouco terá uma grande dose de conhecimento sobre a nossa língua

materna. Assim procedo eu com as crianças que me confiam, tendo obtido extraordinário resultado.

E crianças há, inteligentes, que nos assaltam com perguntas e mais perguntas e, às vezes, interessantes e curiosas; vemo-nos na obrigação de tirar-lhes todas as dúvidas, com clareza e firmeza; excedemos-nos, quase sempre, nas explicações porque achamos que o cérebro dessas crianças aceita perfeitamente tudo o que lhes ensinarmos. Devo eu deixar essas crianças na ignorância porque não estão nesta ou naquela classe? Não, absolutamente não.⁵⁷⁷

Aqui Coema também expõe sua visão acerca do desenvolvimento cognitivo das crianças, defendendo a perspectiva pedagógica de que as crianças teriam muito mais capacidade de aprendizado que o determinado pelos programas de ensino que priorizavam “abarrotar o cérebro das crianças com apostilas muitas vezes mal redigidas”. Ao longo de todo o artigo ela é categórica na defesa de um processo de ensino e aprendizagem construído a partir das indagações infantis – o que o tornaria muito mais sólido e eficaz. Encerrando a densa reflexão, diz às suas colegas: “Põe de lado o programa quanto à linguagem e à aritmética, e aproveita o

⁵⁷⁵ PACHECO, Coema Hemetério dos Santos. “O verbo haver”, A Escola Primária, Outubro de 1923, p.289, (Grifos meus). Disponível em: [A Escola Primaria \(RJ\) -1916 a 1938 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 28/07/2021, às 15h 50 min.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ Op. Cit, (Grifos meus).

quanto puderes a inteligência e a boa vontade das tuas crianças. Tua, Coema Hemetério.”⁵⁷⁸

Ao longo de sua trajetória a professora Coema trilhou caminhos que não foram disruptivos, mas completamente dentro das normas impostas, e desse modo se afirmou como pessoa pensante. Aprendeu com os mais velhos, silenciou em momentos estratégicos, conseguiu não apenas uma colocação no serviço público como construiu uma respeitada carreira no magistério público primário da cidade do Rio de Janeiro. Ela foi uma mulher negra que se afirmou especialista na língua materna ao mesmo tempo em que carregava os “títulos” de filha do renomado professor Hemetério dos Santos, esposa de Octavio Pacheco e mãe do menino Hemetério Pacheco. Assim como sua mãe Rufina, a tia Elvira Pilar, a avó Alexandrina e a tia-avó Rufina, Coema construiu agências cotidianas em meio a estereótipos raciais, enquadramentos de gênero e aos seus próprios sonhos e projetos de vida.

E de alguma forma Coema também foi referência para sua irmã mais nova, Gulnare Hemetério dos Santos, que percorreu caminhos semelhantes no magistério. Contudo, embora pertencesse aos mesmos círculos letrados e à família Hemetério dos Santos, a jovem teve uma trajetória bem mais modesta e discreta. Suas notas escolares nem sempre foram tão altas, ela não publicou artigos e dificilmente era notada pelos periódicos como a irmã mais velha costumava ser. Não teve biografias, tampouco foi reconhecida como “dilecta filha e herdeira natural” do professor Hemetério. Não há registros que respondam se o caminho seguido por Gulnare Hemetério teve alguma dimensão de escolha própria ou se simplesmente aconteceu assim.

Localizei apenas dois vestígios sobre sua trajetória escolar anteriores ao percurso na Escola Normal e eles se referem aos momentos finais da etapa dos “estudos primários de 1º grau”: o primeiro deles registra sua “nota sofrível” na prova escrita de aritmética e sistema métrico⁵⁷⁹; o outro registro indica que Gulnare, aos quinze anos de idade, recebeu “certificado de habilitação nos estudos primários do 1º grau”.⁵⁸⁰ Os registros sobre sua trajetória na Escola Normal indicam que a formação da jovem seguiu de modo incerto e mais longo do que os quatro anos regulamentares, além de ter sido conjugada ao exercício como professora adjunta:

⁵⁷⁸ Ibidem.

⁵⁷⁹ “Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal - Exames Finaes de Instrução Primária (2ª Época)”, *OPaiz*, 07 de fevereiro de 1907, p.04. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1900 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 06/08/2021, às 12h 20min.

⁵⁸⁰ “Prefeitura”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1907, p.03. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1900 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 06/08/2021, às 11h 50 min.

Ano Escolar	Resultados Obtidos	Efetivo exercício no magistério primário
1908 Possivelmente matriculada no 1º ano	Não há registros.	Não há registros.
1909 – 2º ano (Curso Noturno) Matriculada na cadeira de Desenho Linear	Não há registros.	Não há registros.
1910	Classificada na posição 498, tendo realizado 13 exames e somado 20 pontos. (entre 714 candidatas e candidatos).	Não há registros.
1911	Classificada na posição 368, tendo realizado 18 exames e somado 22 pontos. (entre 729 candidatas e candidatos).	Designada substituta de estagiária. Designada Substituta de Adjunta Licenciada para exercício na 7ª escola feminina do 5º distrito, sob o magistério da professora Rufina Vaz de Carvalho dos Santos. Dispensada da função de Substituta ao final do ano escolar.

1912	Não há registros.	Designada para a 1ª escola feminina do 7º distrito, a cargo da professora Francisca de Souza Monteiro.
1913 Matriculada no 3º ano (Curso Noturno)	Cadeira Desenho de Ornato, avaliada com o conceito “Simplesmente, Grau 4”.	Dispensada da função de adjunta interina de 3ª classe.
1914 Matriculada no 3º ano (Curso Noturno)	Cadeira de Português, avaliada com o conceito “Plenamente, grau 7”.	Designada adjunta de 3ª classe para a 10ª escola mista do 7º distrito. Adjunta na 1ª escola mista do 10º distrito. ⁵⁸¹
1915 Matriculada em cadeiras do 3º e 4º anos (Curso Noturno)	Cadeira História Natural, avaliada com o conceito “Simplesmente, Grau 4”. Cadeira História da Civilização, avaliada com o conceito “Simplesmente, Grau 4”. Cadeira Literatura, avaliada com o conceito “Distinção”.	Designada para o lugar de Auxiliar de Ensino nas escolas primárias.

⁵⁸¹ “Diretoria Geral de Instrução Pública – Expediente do dia 04 de novembro de 1914”, *O Paiz*, 05 de novembro de 1914, p.07. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](https://docreaderweb.bn.br/paiz/1910-1919). Último acesso em: 06/08/2021, às 15h.

1916 Matriculada em cadeiras do 3º e 4º anos (Curso Noturno)	Cadeira “Pedagogia”, avaliada com o conceito “Plenamente, grau 6”.	Nomeada adjunta de 3ª classe. (mês de junho)
	Cadeira “Trabalhos Manuais” (2ª chamada), avaliada com o conceito “Simplesmente, grau 4”.	Nomeada adjunta de 3ª classe na 10ª escola mista do 5º distrito. (mês de setembro)
	Cadeira de Química, avaliada com o conceito “Plenamente, grau 6”.	
1918	Não há registros.	Designada para a 1ª escola mista do 12º distrito.

Quadro 8. Trajetória acadêmica e carreira docente de Gulnare Hemetério dos Santos (1908-1918). Fonte: Informações esparsas reunidas na pesquisa em diversos jornais diários cariocas.⁵⁸²

Esse longo percurso formativo de Gulnare Hemetério dos Santos na Escola Normal durou cerca de oito anos entre matrículas e exames prestados. Além do longo tempo, nota-se alguma irregularidade na medida em que cadeiras de anos diferentes acabaram sendo cursadas simultaneamente, indicando possíveis reprovações ou abandono das mesmas em anos anteriores.

Salvo duas exceções, os conceitos aferidos a Gulnare nas avaliações indicam que seus aproveitamentos nas disciplinas ficaram entre o regular e o insuficiente. As médias entre os exames prestados e pontos obtidos sempre a colocaram bem próxima das últimas posições em ranqueamentos que davam acesso às vagas efetivas no magistério público primário. Isso fez com que seus primeiros anos no ofício fossem igualmente irregulares. O tempo maior necessário para obter sua diplomação e essa irregularidade tanto em sua formação quanto no exercício do magistério, demonstram que a sua caminhada foi bastante difícil e que, embora fosse filha do renomado e bem relacionado professor Hemetério dos Santos, ela e as demais mulheres dessa família negra não desfrutaram das facilidades decorrentes do clientelismo que imperava nas relações sociais daqueles tempos.⁵⁸³

3.4– O magistério das professoras Silva Callado

A história da professora Gulnare Hemetério dos Santos, atravessada por obstáculos, tem alguns pontos de conexão com as histórias das professoras da família Silva Callado. Assim como a caçula da família Hemetério dos Santos, essas professoras não receberam holofotes e biografias, além de enfrentarem muitos desafios na formação e inserção no magistério público primário. Por outro lado, trata-se de uma família com condições de vida bem mais modestas e

⁵⁸² Disponíveis em: [BNDigital](#).

⁵⁸³ Gulnare Hemetério dos Santos conseguiu uma colocação efetiva no magistério público primário da cidade do Rio de Janeiro, aposentando-se no ano de 1949. *Diário de Notícias*, 04 de setembro de 1949, p.07.

que se deparou com necessidades materiais maiores que a possibilidade da dedicação às atividades intelectuais para além das demandas do ofício cotidiano.

Embora Luiza e Alice Noêmia fossem filhas de um dos grandes músicos da cidade do Rio de Janeiro, portanto íntimas do universo letrado, elas não nasceram cercadas de possibilidades e de conforto material. Os pais, Joaquim Callado e Feliciano Adelaide, construíram estreita relação com o Lyceu de Artes e Ofícios desde os anos de 1870: ele como professor gratuito e ela como inspetora de alunos. Mas, não havia uma tradição familiar no magistério das primeiras letras. Portanto, as duas foram as primeiras a trilharem esse caminho – acompanhadas da cunhada Clara Freitas.

Antes de enfrentarem os desafios da formação na Escola Normal e a luta por uma colocação no magistério público primário, as irmãs Silva Callado foram alunas do mesmo Lyceu de Artes e Ofícios, uma escola concebida e estruturada, em 1858, para atender, no período noturno, aos trabalhadores homens de todas as idades e que, apenas duas décadas depois, aceitou a matrícula de mulheres trabalhadoras.⁵⁸⁴ Localizei registros indicando a existência de vínculos da menina Alice Noêmia com essa escola, entre os anos de 1883 e 1888, portanto dos doze aos dezessete anos de idade. São poucos registros, mas que confirmam que ela foi uma das dezenas de alunas matriculadas nas aulas destinadas ao sexo feminino:⁵⁸⁵

Ano Escolar	Resultados Obtidos	Efetivo exercício no magistério primário
1883 (aos doze anos de idade)	Matriculada na classe de “Leitura Adiantada”, obtendo o conceito “Aprovada Plenamente”.	Não há registros.
1884 (aos treze anos de idade)	Matriculada na classe de “Aula de Música do sexo Feminino”, obtendo o conceito “Aprovada com Distinção”.	Não há registros.
1885 a 1887 (dos catorze aos dezesseis anos de idade)	Não há registros.	Não há registros.

⁵⁸⁴ Inaugurado em 1881, o curso Profissional Feminino do *Lyceu de Artes e Ofícios* causou celeumas, mas, diante da defesa de que as mulheres que trabalhavam nas fábricas durante o dia também deveriam ter o direito de frequentarem a escola no período noturno, o curso foi mantido. Além disso, a direção da escola, semelhante à Escola Normal, reservou uma sala para que os responsáveis pelas meninas e mulheres a acompanhassem dentro do estabelecimento e na volta para casa. Sobre isso ver: BIELINSKI, Alba Carneiro. *Op.Cit.*

⁵⁸⁵ Inaugurado em 1881, o curso Profissional Feminino do *Lyceu de Artes e Ofícios* causou celeumas, mas, diante da defesa de que as mulheres que trabalhavam nas fábricas durante o dia também deveriam ter o direito de frequentarem a escola no período noturno, o curso foi mantido. Além disso, a direção da escola, semelhante à Escola Normal, reservou uma sala para que os responsáveis pelas meninas e mulheres a acompanhassem dentro do estabelecimento e na volta para casa. Sobre isso ver: BIELINSKI, Alba Carneiro. *Op.Cit.*

1888 (aos dezessete anos de idade)	Sem registros sobre aulas e desempenho escolar, mas referida como uma das alunas do Lyceu de Artes e Officio.	Não há registros.
1895 1ª Série da Escola Normal	Matriculada na cadeira de Música.	Não há registros.
1897	Não há registros.	Nomeada Adjunta Estagiária.
1898	Não há registros.	Nomeada Adjunta Estagiária para atuar em escolas públicas primárias. Registro de efetivo exercício como adjunta estagiária com cumprimento de apenas seis dias (entre maio e outubro).
1899 1ª Série da Escola Normal	Matriculada na Cadeira de Caligrafia, obtendo o conceito “Aprovada com Distinção”. Matriculada na Cadeira de Ginástica, obtendo o conceito “Aprovada Plenamente”.	Registro de efetivo exercício como adjunta estagiária com cumprimento de 146 dias (até março desse ano).
1900	Não há registros.	Registro de efetivo exercício como adjunta estagiária com cumprimento de 221 dias (até 31 de março desse ano), ocupando a posição 101 dentre 144 normalistas.
1901	Sem registros.	Diretora de escola particular junto à sua irmã, a professora Luiza Callado.

Quadro 9. Trajetória acadêmica e carreira docente de Alice Noêmia da Silva Callado (1883-1901). Fonte: Informações esparsas obtidas na pesquisa no *Jornal do Commercio* e *Cidade do Rio* ao longo do período indicado.⁵⁸⁶

A menina que em 1883, aos doze anos de idade, já era uma proficiente leitora e que construía apreço e desenvolvimento musical como o próprio pai, percorreu longo caminho na busca pela diplomação da Escola Normal e a efetiva incorporação ao magistério público. Foram ao menos treze anos de vínculo com a referida escola, sem qualquer registro de que tenha concluído a formação, além de também não existirem indícios da efetivação como professora pública primária da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar da escassez das fontes, não podemos descartar a possibilidade de Alice Noêmia conjugar toda a formação escolar com o exercício do magistério particular (dentre a vizinhança) ou mesmo que tenha exercido outras atividades laborais fora do ambiente doméstico. Localizei um pequeno vestígio sobre esse possível magistério particular através de nota publicada pelo jornal *Cidade do Rio* em 1901, informando aos leitores que:

Efetuaram-se no dia 21 do corrente [dezembro], os exames de promoção de classe, na escola particular dirigida pelas Sras. DD. Luiza Callado e Alice Callado Corrêa.

⁵⁸⁶ Disponíveis em: [BNDigital](#).

O resultado foi o seguinte: 2ª classe elementar – Deocleciano Moura da Silva, Eugenia de Moura Bastos e Raul de Lima, distinção grau 10.

1ª classe elementar – Docelina Moura da Silva, Heitor José de Miranda e Leonilda Fernandes Menezes, distinção grau 10; Arminda da Silva Fonseca, plenamente grau 9 e Evangelistina da Silva Fonseca, plenamente grau 8.⁵⁸⁷

A baixa quantidade de alunos é indicativo de que as duas eram diretoras e regentes das classes e que tais aulas aconteciam na residência coletiva da família Silva Callado, localizada na Rua Frei Caneca número 21. Não há qualquer informação neste ou em outros registros sobre a existência de alguma subvenção do poder público, então a publicação sobre os exames da escola em um jornal diário poderia ser uma tática de divulgação e consequente ampliação do alunado. Não sabemos quando teve início e término esse magistério das irmãs Callado, mas, em diálogo às experiências analisadas até aqui, ele nos conta sobre algumas coexistências no campo do professorado primário carioca: o magistério privado ancorado na experiência cotidiana; o magistério primário oficializado pela incorporação ao serviço público; o magistério diplomado pela Escola Normal. Outra experiência compartilhada por essas duas famílias é a atuação no magistério exclusivamente como meio de sobrevivência e a possibilidade, para algumas professoras, da conjugação às atividades intelectuais fora das salas de aula.

Esses pontos de aproximação nessas trajetórias indicam a diversidade de experiências vividas por famílias negras letradas na capital da Corte e posterior Distrito Federal, pois conforme já analisado essas famílias percorreram caminhos diversos e, a cada geração, puderam constituir bagagens de capital cultural que os colocaram em distintas condições de vida. Fez parte dessas experiências a busca por obter o título de professora e ocupar um cargo no ensino público primário, mas esse objetivo não foi trilhado e tampouco alcançado do mesmo modo. Os elementos em comum a todas essas pessoas eram as origens em antepassados africanos, marcada em seus corpos, e o decorrente racismo que se lançava sobre todos eles. Assim, as diferenças entre cada professora e suas famílias nos informam sobre os caminhos e estratégias possíveis para driblar a exclusão. O magistério entre irmãs, mães, tias foi tática comum às professoras negras investigadas e que confirma a existência de caminhos ancorados em uma construção coletiva. Enquanto uma tentava, a outra conseguia e juntas iam rompendo bloqueios e pavimentando estradas menos inóspitas para as outras mulheres da família ampliada.

De outro lado, os aspectos comuns às existências compartilhadas de que estamos tratando neste momento também evidenciam formas distintas e desiguais de escolarização no então Distrito Federal - conforme abordado pelas historiadoras Irma Rizzini e Alessandra

⁵⁸⁷ *Cidade do Rio*, 23 de dezembro de 1901, p.02.

Schueler. Ambas analisam a expansão da escolarização nos subúrbios e a marcada desigualdade no processo, especialmente ao compararem os dados sobre os distritos urbanos e suburbanos, pois

A atuação do poder público, concentrada nas áreas urbanas desde o século XIX, teve os seus efeitos. A presença de escolas públicas com professores efetivos, de escolas modelos (herança dos estabelecimentos conhecidos como “escolas do imperador”, construídos a partir da década de 1870), da escola normal, essa situada em área central e muito populosa da cidade (Distrito de Santana), e das iniciativas particulares e das associações, parece ter causado impacto no censo do município. Na outra margem, na imensa região, fortemente marcada pela vida rural nas áreas afastadas da linha do trem, a precariedade da atuação da prefeitura deixava suas marcas, reclamadas nos meios de divulgação disponíveis à época.⁵⁸⁸

Como demonstram os registros sobre o magistério particular exercido pelas professoras Alice Noêmia e Luiza Callado, a diversidade de formas de escolarização e do próprio professorado também estavam presentes na região urbana. Diversidade que igualmente expressa desigualdade entre alunos e professores em uma sociedade de crescente demanda por escolarização. Segundo Manoel Bomfim, diretor da Instrução Pública, o povo “(...) [já estava] convencido da necessidade de instruir os filhos; já procura a escola primária, já quer o ensino. (...) Em qualquer ponto da cidade ou do subúrbio, onde se abra uma escola com um professor trabalhador, logo as salas se enchem.”⁵⁸⁹ O povo e as “professoras trabalhadoras” queriam o ensino, lançando mão de todos os recursos disponíveis ao seu alcance; os governos republicanos da cidade, a seu turno, optavam por manter a desigualdade na oferta de escolas e professores reforçando e ampliando as desigualdades decorrentes.

Como uma “professora trabalhadora”, Alice Noêmia procurou diplomar-se, ser incorporada ao magistério público primário, exercer o ofício junto aos filhos desse povo que demandava por escolarização. Mas, nesse percurso ela teve de conciliar casamento e a maternidade dos três filhos nascidos entre 1899 (ou 1900) e 1902. Ou seja, precisava realizar trabalhos domésticos que eram capazes de tomar muitas horas da vida de uma mulher a ponto de impedir a necessária dedicação aos estudos. Houve também dilemas familiares, conforme já acompanhamos, como a perda de dois filhos pequenos – situação potencialmente capaz de interferir diretamente no percurso formativo. Ao que tudo indica ela não conseguiu concluir a

⁵⁸⁸ SCHUELER, Alessandra & RIZZINI, Irma. “Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906)”. *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p. 160-175, jan.-abr. 2019, p.171-172.

⁵⁸⁹ Apud: SCHUELER, Alessandra & RIZZINI, Irma. Op. Cit., p.173.

formação e tampouco ser incorporada ao serviço público municipal, do mesmo modo não há indícios seguros de que tenha continuado a exercer o magistério particular.

Apesar da diferença de seis anos entre as duas irmãs a caminhada de ambas seguiu muito estreita, datando de 1901 o último registro localizado em que as duas estavam atuando em parceria. Antes disso, Luiza também frequentou as aulas do Lyceu de Artes e Ofício, apresentando desempenho semelhante ao da irmã mais velha:

Ano Escolar	Resultados Obtidos
1889 (aos onze anos de idade)	Matriculada na classe de “Leitura Adiantada”, obtendo o conceito “Regular Aproveitamento”. Matriculada na classe de Música, aprovada com o conceito “Ótimo Aproveitamento”.
1890 (aos doze anos de idade)	Matriculada na classe de “Leitura Adiantada”, obtendo o conceito “Simplesmente”.
1891 (aos treze anos de idade)	Premiada pela Sociedade Propagadora das Bellas Artes como uma das alunas que mais se distinguiram em 1890, “por seu talento e aplicação”. Matriculada na classe de Gramática Elementar, aprovada com o conceito “Simplesmente”. Matriculada na classe de Aritmética (2º ano), aprovada com o conceito “Plenamente”.

Quadro 10. Trajetória acadêmica de Luiza da Silva Callado no Lyceu de Artes e Ofícios (1889-1891). Fonte: Informações esparsas reunidas na pesquisa no *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio* ao longo do período indicado.⁵⁹⁰

Os resultados da menina Luiza Callado indicam satisfatório desempenho escolar, demonstrando domínio sobre as habilidades de leitura, escrita e matemática. Portanto, ela já era uma leitora em um tempo em que dominar os saberes da cultura dominante era a principal ferramenta para driblar a exclusão. Mas, como já dito, ela não percorreu esse caminho sozinha porque ele foi construído no seio de uma família que dominava tais códigos há pelos menos duas gerações. Ao lado desses importantes códigos culturais a música também fazia parte de sua trajetória, um legado familiar construído desde os tempos dos seus avós Joaquim Antonio e Matilde Joaquina Callado. Seu resultado “Ótimo Aproveitamento” na classe de Música do Lyceu de Artes e Ofícios, em 1889, foi semelhante aos de suas irmãs Leonor Sara que no mesmo

⁵⁹⁰ Disponíveis em: [BNDigital](http://BNDigital.org).

ano obteve a aprovação com o conceito “Bom Aproveitamento”⁵⁹¹ e de Alice Noêmia cinco anos antes.

Também através da música a menina Luiza, aos doze anos de idade, recebeu o “Prêmio D. Anna Segadas, (...), instituído pelo comendador Manoel João Segadas Vianna”, em sessão solene realizada pela Sociedade Propagadora das Bellas Artes. O evento, segundo o Jornal do Brasil distribuiu prêmios aos alunos e alunas que “mais se distinguiram por seu talento e aplicação”, tendo ocorrido às oito e meia da noite no salão nobre do Lyceu de Artes e Ofícios, reunindo cerca de quatrocentas pessoas, “(...) incluindo membros da nossa mais distinta sociedade, professores e representantes da imprensa.”⁵⁹² Além da pública exposição como uma das alunas de talento e aplicação, Luiza recebeu o valor de 50\$ como premiação por seu bom desempenho. Há lacunas sobre sua vida escolar nos anos de 1892 e 1893, mas a partir de 1894 seu histórico escolar nos proporciona fartos registros sobre sua trajetória na Escola Normal:⁵⁹³

Ano Escolar	Resultados Obtidos	Efetivo exercício no magistério primário
1894 (1ª Série da Escola Normal)	Matriculada nas seguintes classes: Gymnastica: “Aprovada Simplesmente, grau 2”; Trabalhos de Agulha: “Aprovada Simplesmente, grau 3”; Português: “Aprovada Simplesmente, grau 5”; Aritmética e Álgebra: “Simplesmente, grau 2”; Música: “Aprovada Plenamente, grau 8”;	Não há registros.

⁵⁹¹ Jornal do Commercio, Exames – Lyceu de Artes e Ofícios – Resultados dos exames do ano letivo de 1889, 17 de janeiro de 1890, p.01. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em 17/08/2021, às 13h 10 min. Localizei pouquíssimos registros sobre Leonor Sara e nenhum deles indica que ela tenha tentado a formação e carreira no magistério primário.

⁵⁹² Jornal do Brasil, 13 de maio de 1890, p.02. *Op. Cit.*

⁵⁹³ Histórico Escolar da aluna Luiza Moura da Silva Callado (posteriormente Luiza da Silva Callado Ribeiro), 1894-1908. Acervo CEMEB/ISERJ.

1895 (1ª e 2ª séries da Escola Normal)	Matriculada nas seguintes classes: Francês da 1ª série: não obteve conceito por ter faltado à prova; Desenho da 1ª série: “Aprovada Simplesmente, grau 2”; Inglês da 2ª série: não há resultado registrado; Física da 2ª série: não há resultado registrado; Trabalhos de Agulha da 2ª série: “Aprovada Plenamente, grau 7”; Música da 2ª série: “Aprovada Plenamente, grau 6”;	Não há registros.
1896	Matriculada nas seguintes classes: Francês da 1ª série: “Aprovada Simplesmente, grau 5”; Geometria e Trigonometria da 1ª série: não obteve conceito por ter faltado às provas;	Não há registros.
1897 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada nas seguintes classes: Trabalhos Manuais do 1º ano: “Aprovada Simplesmente”; Geografia do 3º ano: eliminada; Desenho do 3º ano: “Dispensada Plenamente”;	Nomeada professora adjunta estagiária. ⁵⁹⁴
1898 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada nas seguintes classes: Caligrafia do 1º ano: “Aprovada Plenamente”; Desenho de Ornato do 4º ano: reprovada; Francês, Geometria e Trigonometria, Geografia, Pedagogia e Trabalhos Manuais (todos do 2º ano): não compareceu a nenhuma das classes; Em 2ª época obteve os seguintes resultados:	Nomeada professora adjunta estagiária. ⁵⁹⁵

⁵⁹⁴ “Prefeitura do Distrito Federal”, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1897, p.01. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em: 18/08/2021, às 13h 15 min.

⁵⁹⁵ O Paiz, 28 de setembro de 1898, p.02. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em: 18/08/2021, às 13h 36 min.

	Geografia do 2º ano: “Aprovada Plenamente”; Trabalhos de Agulha do 3º ano: “Aprovada Plenamente”; Desenho de Ornato do 4º ano: “Aprovada Simplesmente”; Desenho Cartográfico do 4º ano: “Aprovada Plenamente”; Francês e Pedagogia (2º ano): não compareceu; Geometria e Trigonometria (2º ano): retirou-se da sala de avaliação; Trabalhos Manuais do 2º ano: reprovada; Trabalhos Manuais do 3º ano: eliminada	
1899 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada nas seguintes classes do 2º ano: Francês: “Aprovada Plenamente”; Geometria e História Geral: não compareceu; Em 2ª época obteve os seguintes resultados: História Geral (2º ano): “Aprovada Plenamente”; História da América (3º ano): “Aprovada Plenamente”; Pedagogia (3º ano): “Aprovada Simplesmente”; História Natural (3º ano): não compareceu; Pedagogia (4º ano): não compareceu; História Natural (4º ano): eliminada;	Designada professora adjunta para a 15ª escola feminina do 7º distrito. ⁵⁹⁶
1900 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculou-se em Geometria do 2º ano: “Aprovada Simplesmente” na 1ª Época;	Sem registros.
1901 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada em matérias do 3º ano. Eliminada em Trabalhos Manuais Não compareceu nas demais disciplinas do 3º ano.	Diretora de escola particular junto à sua irmã, a professora Alice Noemia da Silva Callado. ⁵⁹⁷

⁵⁹⁶ Jornal do Commercio, 29 de julho de 1899, p.02. Disponível em: [Jornal do Commercio \(RJ\) - 1890 a 1899 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso: 02/06/2021, às 13h 40min.

⁵⁹⁷ Cidade do Rio, 23 de dezembro de 1901, p.02. Disponível em: [Cidade do Rio \(RJ\) - 1887 a 1902 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso: 11/08/2021, às 14h 45min.

1902 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada em matérias do 3º ano, sendo eliminada nas duas chamadas.	Sem registros.
1903 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada em matérias do 3º ano ⁵⁹⁸ , sendo eliminada nas duas chamadas. - Jubilada por não ter completado o 3º ano.	Nomeada Professora Adjunta Estagiária. ⁵⁹⁹
1905 (matriculada no Curso Noturno)	Revogada a lei de jubilação, matriculou-se em matérias do 3º ano, sendo eliminada nas duas chamadas.	Sem registros.
1906 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada em matérias do 3º ano, sendo eliminada nas duas chamadas.	Sem registros.
1907 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada em matérias do 3º ano ⁶⁰⁰ , obtendo os seguintes resultados na 1ª chamada: Física: “Aprovada Simplesmente”; Eliminada em outras disciplinas. Em 2ª chamada obteve os seguintes resultados: História Natural: “Aprovada Simplesmente”; Francês: inabilitada; Trabalhos Manuais: retirou-se.	Nomeada professora adjunta de 2ª classe (estagiária). ⁶⁰¹ Professora adjunta na 3ª Escola Pública Feminina do 11º Distrito (Estação de Piedade, subúrbio). ⁶⁰²
1908 (matriculada no Curso Noturno)	Matriculada nas seguintes disciplinas: Francês e Trabalhos Manuais, sendo eliminada na 1ª chamada. Em 2ª chamada obteve os seguintes resultados: Trabalhos Manuais: “Aprovada Simplesmente”; Francês: inabilitada.	Sem registros, mas muito provavelmente ela continuava o magistério na mesma escola do ano anterior.

⁵⁹⁸ Nesse ano letivo as matérias do 3º ano eram as seguintes: Português; Francês; Geografia Geral e Chorografia do Brasil; História do Brasil; Instrução Cívica; Educação Física. Fonte: Programas de Ensino da Escola Normal (3ª série) para o ano de 1903. Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB/ISERJ).

⁵⁹⁹ Gazeta de Notícias, 12 de julho de 1903, p.02. Disponível em: [Gazeta de Noticias \(RJ\) - 1900 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em: 18/08/2021, às 14h.

⁶⁰⁰ Nesse ano letivo as matérias do 3º ano eram as seguintes: Pedagogia; História Natural; Português; História da América; Francês; Física; Trabalhos Manuais; Desenho de Ornato. Fonte: Programas de Ensino da Escola Normal (3ª série) para o ano de 1907. Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB/ISERJ).

⁶⁰¹ O Paiz, 14 de julho de 1907, p.06-07. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1900 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Último acesso em: 18/08/2021, às 14h 10 min.

⁶⁰² O Malho, 19 de outubro de 1907, p.13. Disponível em:

1909	Sem registros.	Professora adjunta na 3ª Escola Pública Feminina do 11º distrito (Piedade, subúrbio). ⁶⁰³
------	----------------	--

Quadro 11. Trajetória acadêmica na Escola Normal e carreira docente de Luiza da Silva Callado (1894- 1909).

Fonte: a partir de informações esparsas obtidas na pesquisa em jornais diários e revista cariocas, ao longo do período indicado, e no *Histórico Escolar* da aluna Luiza Moura da Silva Callado (posteriormente Luiza da Silva Callado Ribeiro), 1894-1909. Acervo CEMEB/ISERJ.

A longa trajetória de Luíza Callado na Escola Normal foi percorrida com muito sacrifício, lacunas e uma série de maus resultados. A aluna que em 1891 havia sido premiada “por seu talento e aplicação” foi paulatinamente saindo de cena, dando lugar às eliminações, reprovações e aprovações medianas. Um dos poucos bons resultados obtidos foi a aprovação em Música (“plenamente, grau 8) em seu primeiro ano escolar, demonstrando que esse era seu ponto forte desde os tempos do Lyceu de Artes e Ofícios. Mas, ela não pôde se dedicar à música tampouco exercer esse ofício já que, por segurança material e simbólica, o mais recomendado seria garantir um cargo público e a função de professora primária.

Conseguir boas colocações em postos de trabalho era central ao sustento das famílias, e no caso das professoras primárias o objetivo principal era obter vaga em uma escola pública. Conquistar esse lugar no magistério público primário garantiria o recebimento de salários mensais, proporcionando à professora e família condições materiais mais seguras. Isso explica muitas coisas, dentre elas a sacrificante jornada para conciliar os estudos, a maternidade e o próprio exercício do ofício já em curso nas vidas de muitas delas – como acontecia com Luiza Callado que desde 1897, seu quarto ano na Escola Normal, conseguiu a colocação de adjunta estagiária. Mas, esse era um lugar transitório que não eliminava a insegurança nas vidas das normalistas que o ocupavam. Assim, era preciso buscar outras formas de exercer o magistério e adquirir os recursos materiais necessários ao sustento, e a manutenção de estabelecimentos particulares de ensino era um desses caminhos. E foi isso o que fizeram as professoras e irmãs Luiza e Alice Noêmia que, em 1901, dirigiam uma escola particular frequentada por crianças de ambos os sexos em turmas das 1ª e 2ª Classes Elementares.⁶⁰⁴

Segundo Sylvia Damazio, o trabalho como professora além de prover os recursos financeiros necessários, seria uma possibilidade concreta para as mulheres ingressarem nas chamadas “camada médias urbanas”, uma espécie de “meio caminho entre as massas proletarizadas e os detentores dos meios de produção”. O serviço público seria um caminho

⁶⁰³ “Pelos Escolas”, *O Paiz*, 13 de outubro de 1909, p.03. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1900 a 1909 - DocReader Web \(bn.br\)](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pesq=%22Alice%20Callado%22&pagfis=12043). Último acesso em: 18/08/2021, às 14h 17 min.

⁶⁰⁴ *Cidade do Rio*, 23/12/1901, p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085669&pesq=%22Alice%20Callado%22&pagfis=12043>

aberto para uma possível mobilidade social daqueles que “não possuíam sobrenomes tradicionais ou bens de família”.⁶⁰⁵ O magistério também era um ofício associado ao trabalho intelectual – até então ocupado majoritariamente por homens e brancos – e ao domínio da cultura letrada, branca, ocidental e hegemônica, que era transmitida às futuras gerações. Nesse sentido, ao conquistar o título de professor (a) e uma vaga no magistério público haveria a possibilidade de membros de uma família de professores estar muito próxima a essa definição de “camadas médias urbanas” – como foi o caso dos Hemetério dos Santos.

As vidas das professoras Silva Callado nos mostram que elas não eram parte dessas “camadas médias urbanas”, e estavam mais próximas da definição de Manoel Bomfim, eram “professoras trabalhadoras” cujos círculos de convivência não eram compostos por pessoas abastadas ou renomadas. Elas eram professoras enquanto seus maridos e irmãos faziam parte dessas “massas proletarizadas”, portanto esse era também o seu universo e não o mundo das “camadas médias urbanas”. Mesmo o magistério exercido apenas como meio de subsistência e um caminho possível para a mobilidade social, em termos econômicos, os professores estavam infinitamente distantes dos “detentores dos meios de produção”.

De todo modo, o exercício do magistério podia proporcionar inegáveis impactos materiais e simbólicos nas vidas dessas professoras negras e de suas famílias. E isto não era pouca coisa, especialmente quando voltamos os olhos às teorias racistas formuladas por intelectuais brancos; ou quando abrimos as páginas de revistas ilustradas cariocas, como a *Careta*, e encontramos centenas de anúncios de produtos que associavam beleza, inteligência, qualidades morais e intelectuais às imagens de pessoas brancas (sobretudo mulheres). Em linhas gerais, conceitos universais de humanidade e de feminilidade eram cotidianamente construídos sob perspectivas brancas e ocidentais.

Portanto, exercer o ofício de professora pública primária poderia ser uma mistura entre o desejo, as necessidades materiais e a concreta possibilidade de escapar à subalternização econômica e simbólica vividas por tantas mulheres pobres e em especial por mulheres de ascendência africana como Luiza Callado. Durante os catorze anos de sua trajetória de formação na Escola Normal, em um curso que oficialmente durava quatro anos, a jovem foi reprovada diversas vezes em decorrência das avaliações insatisfatórias, eliminada das matérias pelas sucessivas ausências e jubilada em 1903 por não ter completado o 3º ano.

Os frios registros do seu histórico escolar não consideraram os muitos que atravessavam

⁶⁰⁵ DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p.121.

a vida dessa jovem mãe, mas retornando às fontes analisadas no capítulo 2, vemos que, entre os anos de 1904 e 1911, Luíza casou-se, foi mãe de seis filhos e teve de lidar com a morte precoce de dois deles. Ser mãe, assim como perder os filhos, envolve complexos processos capazes de afetar as mulheres física e emocionalmente, portanto objetiva e subjetivamente. Assim sendo, para Luíza Callado e as demais professoras negras que são os sujeitos desta tese – mães diretas ou indiretas – a maternidade não foi mero detalhe em suas trajetórias.

O debate sobre o exercício simultâneo de múltiplos papéis sociais pelas mulheres ocupou o movimento docente e, também, a imprensa, e a questão central era a possibilidade de uma mulher exercer o magistério sem prejuízo ao casamento e à maternidade. Seria recomendável à mulher “em estado interessante” ser professora? Recomendável ou não isto era exatamente o que faziam estas professoras negras, inclusive Luíza Callado, pois ela era esposa, mãe e professora. Casar e ter filhos até poderia ser uma escolha mais ou menos livre e individual. Por outro lado, exercer ou não um ofício remunerado não era escolha, mas uma necessidade que se impunha de modo contundente sobre as mulheres negras e de famílias trabalhadoras. Assim, para que o núcleo familiar fosse capaz de custear a alimentação, moradia, vestimentas, dentre outras necessidades, era fundamental que pudessem contar com os rendimentos do marido, da esposa e dos filhos quando crescessem.

Em 1908 Luíza continuava matriculada no curso noturno da Escola Normal, nas disciplinas de Francês e Trabalhos Manuais do 3º ano – sendo aprovada nesta e inabilitada naquela. Este foi o último registro de sua longa jornada em busca da diplomação e, ao que tudo indica, o fim de suas tentativas após tantos anos vinculada à instituição. O seu histórico escolar não deixa claro se ela havia sido novamente excluída da Escola Normal ou se optou por encerrar as tentativas de matrícula e aprovação. Eram muitos desafios a serem enfrentados pela professora nessa jornada: cuidar de três filhos pequenos, dar aulas diariamente para no mínimo 50 crianças, pegar o trem rumo à região central da cidade, voltar para casa pelos mesmos trilhos driblando os perigos das ruas à noite. De acordo com a legislação e os registros publicados na imprensa, os exames prestados pelas normalistas seriam convertidos em pontuações e classificações para a alocação em uma vaga no magistério público primário. Para alcançar tal fim, Luíza e outras muitas professoras enfrentaram essas e outras adversidades que atravessavam as existências das mulheres.

Apesar das medidas que priorizavam as professoras diplomadas na incorporação ao magistério público primário havia brechas que permitiam a incorporação daquelas que ainda

estivessem cursando a Escola Normal, especialmente nas distantes escolas suburbanas.⁶⁰⁶ Em 1907, ainda sem a diplomação, Luiza Callado foi incorporada ao magistério público primário, conseguindo o lugar como adjunta de 2ª classe na 3ª Escola Feminina do 11º distrito, na freguesia suburbana de Inhaúma. A categoria adjunta de 2ª classe, tornou-se permanente em 1906, mas só poderia ser exercida em escolas do subúrbio e, “(...) exceção feita quanto aos vencimentos, gozarão das demais vantagens das adjuntas efetivas.”⁶⁰⁷ Para essa colocação a exigência mínima era ter concluído o curso primário, mas as que possuísem “maiores habilitações” nos estudos teriam preferência – o que pode ter favorecido Luíza por já ter cursado matérias e ter realizado diversos exames na Escola Normal.⁶⁰⁸

Ao conseguir colocação na 3ª Escola Feminina do 11º distrito Luíza passou a atuar sob a direção da professora catedrática Clara Callado, a sua cunhada – portanto, mais um elemento que reafirma o papel da coesão familiar como uma das estratégias mobilizadas por essas mulheres negras. Embora penoso, os percursos em busca da inserção no magistério primário não foram percorridos solitariamente, mas de mãos dadas e entre irmãs em uma concepção ampliada de família. Já acompanhamos as dinâmicas da família Silva Callado e suas táticas cotidianas nos arranjos de moradia, seus ofícios e inserção no mundo do trabalho formal, as formas como se identificavam racialmente, as relações de vizinhança e de compadrio. Vimos que Luiza e Clara eram cunhadas, comadres e cuidadoras das crianças da família, tendo sido o magistério também compartilhado por elas.

A professora Clara Freitas Callado, catedrática em 1907, percorreu caminhos no magistério público primário pelo menos desde o ano de 1886. Rastreado seus percursos localizei referências que mesclavam informações sobre sua vida pessoal e profissional, dentre elas a publicação do periódico *Gazeta da Tarde*, informando aos leitores que “a professora adjunta interina às escolas públicas do município da corte, Clara Martins Andrade, passou a assinar-se Clara Andrade Freitas por haver se casado.”⁶⁰⁹ Antes dos dois casamentos e dos

⁶⁰⁶ O decreto n.52 de 09 de abril de 1897 (Capítulo III, Título I, artigos 16 a 20) estipulava cinco categorias no magistério primário: Professor primário em escolas urbanas; Professor primário em escolas suburbanas; Professor adjunto efetivo; Professor adjunto estagiário; Professor adjunto de 2ª classe. Para as duas primeiras categorias havia a exigência de diplomação. Já para a última categoria a exigência era a de ter concluído o curso primário e só poderia acontecer caso não houvesse professoras diplomadas disponíveis. Além disso, tais adjuntos só poderiam atuar em escolas suburbanas e receberiam uma gratificação pró- labore. Fonte: [Collecção de Leis Municipaes e Vetos \(RJ\) - 1897 a 1931 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 01/09/2021, às 20h 40min.

⁶⁰⁷ Decreto n.1.089 de 06 de junho de 1906, Artigo 1º. Disponível em: [Collecção de Leis Municipaes e Vetos \(RJ\) - 1897 a 1931 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 01/09/2021, às 21h 05min., (Grifos meus).

⁶⁰⁸ Decreto n.52 de 09 de abril de 1897, Capítulo III, Título I, artigo 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=663816&pesq=%22decreto%2052%22&pagfis=1172>. Acesso em: 03/09/2021, às 11h 55min.

⁶⁰⁹ *Gazeta da Tarde*, 17 de junho de 1886, p.01. Disponível em:

respectivos sobrenomes, a menina era apenas Clara Martins de Andrade⁶¹⁰, uma das alunas do mesmo Lyceu de Artes e Ofícios frequentado por Alice Noemia e Luiza Callado:

Ano Escolar	Resultados Obtidos
1878 (aos nove anos de idade)	Matriculada no Conservatório de Música, na “Aula de rudimentos e solfejos para o sexo feminino”, obtendo o resultado “Aprovada Simplesmente”.
1881 (aos doze anos de idade)	Matriculada no Conservatório de Música, na “Aula de rudimentos e solfejos para o sexo feminino”, obtendo o resultado “Aprovada com distinção” nos exames finais. Premiada com uma medalha de prata na mesma aula e instituição.
1883 (aos catorze anos de idade)	Matriculada no Lyceu de Artes e Ofícios, nas aulas de “Gramática Portuguesa do Sexo Feminino” e Aritmética, obtendo os resultados “Aprovada Plenamente” e “Aprovada com distinção” – respectivamente. Matriculada no Lyceu de Artes e Ofícios, na aula de “Aritmética Elementar - 2º ano”, obtendo o resultado “Distinção com Louvor”. Nesse mesmo período, Clara foi chamada para realizar algumas avaliações na Escola Normal da Corte: prova oral de Instrução Religiosa em 14/12/1883; prova oral de Caligrafia em 22/12/1883; Caligrafia e desenho linear em 23/12/1883;

Quadro 12. Trajetória acadêmica de Clara Freitas da Silva Callado (1878-1883) no Conservatório de Música e no Lyceu de Artes e Ofícios. Fonte: Informações esparsas obtidas na pesquisa na *Gazeta de Notícias* ao longo do período indicado.⁶¹¹

Os registros indicam que em 1883 a jovem Clara prestou provas na Escola Normal da Corte em concomitância aos estudos no *Lyceu de Artes e Ofícios*. Nos anos seguintes ela continuou prestando provas, mas ao que tudo indica já havia concluído a escola primária:

⁶¹⁰ No já referido capítulo 2 abordamos essa questão dos sobrenomes na vida de Clara, mas é importante relembrar que a moça foi casada por duas vezes e, após o segundo matrimônio, seguiu portando os sobrenomes do falecido e do marido vivo, tornando-se Clara Freitas da Silva Callado ao casar-se com Arthur Maximiano. Os registros indicam que antes do primeiro matrimônio ela chamava-se Clara Martins Andrade e a partir desse registro fui levantando as informações sobre sua formação escolar. O sobrenome Martins não está relacionado aos seus pais - que se chamavam Joaquim José de Andrade e Maria Luiza da Conceição Andrade – mas, ao seu padrinho que se chamava José Domingues Martins.

⁶¹¹ Disponíveis em: [BNDigital](#).

Ano Escolar	Resultados Obtidos	Efetivo exercício no magistério Primário
1884 (Matriculada na 1ª série da Escola Normal)	Chamada à prova oral de Aritmética Chamada à prova oral de Instrução Religiosa. Chamada à prova oral de Francês. Chamada à prova oral de Gymnastica. Matriculada na disciplina de Português, obtendo o resultado “[aprovada] Simplesmente, grau 8”.	Não há registros.
1885 (Matriculada na 2ª série da Escola Normal)	Chamada à prova oral de Trabalhos de Agulha, obtendo o resultado “Aprovada com distinção”. Chamada à prova oral de Português. Chamada à prova oral de Instrução Religiosa. Matriculada na disciplina de Música Vocal, obtendo o resultado “[aprovada] simplesmente, grau 8.”	Nomeada “para o lugar de adjunta interina às escolas públicas de instrução primária do 1º grau do município da corte”.
1886 (Matriculada na 3ª série da Escola Normal)	Matriculada na classe de Trabalhos de Agulha, obtendo o resultado “[aprovada] plenamente”.	Não há registros.
1887	Chamada à prova de Português da 2ª série.	
1888	Matriculada na classe de Aritmética, obtendo o resultado “aprovada plenamente”.	Nomeada professora adjunta estagiária.
1889	Matriculada na classe de Português (2ª série), obtendo o resultado “[aprovada] plenamente”.	Não há registros.

Quadro 13. Trajetória acadêmica na Escola Normal e carreira docente de Clara Freitas da Silva Callado (1884-1889). Fonte: a partir de informações esparsas obtidas na pesquisa nos jornais Gazeta de Notícias, Jornal do Commercio e O Paiz, ao longo do período indicado.⁶¹²

Como mostram as fontes, Clara Callado esteve vinculada à Escola Normal ao menos durante seis anos - entre os quinze e vinte anos de idade -, obtendo sempre bons resultados em suas avaliações, mas sem registros que confirmem a conclusão desse percurso formativo.

⁶¹² Disponíveis em: [BNDigital](http://BNDigital.org).

Também não foi possível localizar informações precisas sobre o desenrolar da carreira no magistério imediatamente após sua nomeação como adjunta estagiária, em 1888. Os registros a esse respeito só retornam a aparecer a partir do ano de 1900, quando ela já ocupava o posto de professora catedrática com atuação na 3ª escola pública, do sexo feminino, do 8º distrito⁶¹³, no subúrbio da cidade.

Foi no subúrbio que a professora Clara Callado chegou ao topo da carreira, exercendo a função de diretora escolar e, como vimos, residindo na casa onde se localizava o estabelecimento. Mais antiga no ofício, ela dirigia os trabalhos desenvolvidos por Luíza Callado e as outras duas professoras adjuntas. Um registro fotográfico da escola onde ambas atuaram, foi publicado pela revista *O Malho* em 19 de julho de 1907 acompanhada de legenda que, não só identifica cada professora, como destaca o número de alunos e a reputação da escola como “a melhor nessa zona”.⁶¹⁴



Figura 24. Professoras e alunos da Terceira Escola Pública Feminina do Décimo Primeiro Distrito. Na primeira fila no centro da fotografia, a diretora Clara Callado (em laranja) e à direita Luíza Callado (em azul). Fonte: *O Malho*, 19/07/1907, p.13.

⁶¹³ Cidade do Rio, 24 de novembro de 1900, p. 02. Disponível em: [Cidade do Rio \(RJ\) - 1887 a 1902 - DocReader Web \(bn.br\)](http://Cidade do Rio (RJ) - 1887 a 1902 - DocReader Web (bn.br)). Acesso em: 17/09/2021, às 12h.

⁶¹⁴ “As Nossas Escolas”. *O Malho*, 19 de julho de 1907, p.13.

A terceira escola pública feminina do Décimo Primeiro Distrito ficava localizada na freguesia da Piedade, em área suburbana. Embora haja divergências quanto à numeração, os registros indicam que essa escola estava localizada na mesma Rua Dr. Manuel Victorino, onde residia a família extensa composta pelos casais Clara e Artur; Luiza, Narciso e filhos.⁶¹⁵ Assim, semelhante às experiências das outras professoras analisadas neste capítulo, o cargo de diretora de uma escola pública proporcionou segurança material e vida digna não apenas à professora Clara Callado, mas igualmente aos seus familiares.

A revista *O Malho* corriqueiramente publicava registros fotográficos sobre outras escolas, usando sempre tons elogiosos que se confirmavam através da estética de cada pessoa presente na fotografia. Ao contar aos leitores da capital federal sobre “as nossas escolas”, a revista *O Malho* deixava de lado a ironia e o deboche característicos de suas publicações, construindo narrativas de respeitabilidade e competência das professoras e alunos e, conseqüentemente, propagando os ideais republicanos de ordem e progresso através da instrução pública. Como já discutimos, os registros fotográficos também eram utilizados para difundir valores e ideias sobre o “nosso feminismo” e o bom comportamento das professoras públicas primárias.

É dessa forma que a revista conta aos leitores que o estabelecimento de ensino dirigido pela “Exma. Sra. D. Clara S. Freitas Callado”, contava com o apoio de três adjuntas, dentre elas Luiza Callado, sendo frequentado “por mais de 200 alunos e reputada a melhor” na localidade. Não sabemos quem é o autor da fotografia e tampouco os motivos para a escolha dessas 17 crianças para representar um grupo dez vezes maior. Uma coisa está clara: o objetivo era transmitir organização, asseio, disciplina, ou seja, um conjunto de qualidades que também indicariam o bom trabalho exercido pelas quatro professoras no gerenciamento de tantas crianças. Diretora, professoras e alunos muito bem-vestidos – um dos meninos trajando terno e gravata-, os cabelos penteados e praticamente sem um fio fora do lugar. Braços, mãos e posturas em perfeito alinhamento, expressões faciais indicando seriedade e formalidade. Um conjunto de aspectos que transmitem uma mensagem de respeitabilidade e que poderiam ser sinônimos das boas qualidades morais e intelectuais desse grupo de filhos e filhas de trabalhadores.

Essas regiões designadas suburbanas, antes áreas rurais, enfrentavam muitos desafios e a escolarização era uma forte demanda de seus habitantes.⁶¹⁶ Assim, elementos como o êxodo

⁶¹⁵ As referências à escola divergem quanto à numeração, registrando os números 117, 129, 179. Mas, o nome da rua é o mesmo registrado em todas essas publicações e no atestado de óbito de Arthur Callado.

⁶¹⁶ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e RIZZINI, Irma. Op. Cit., p.173.

da população mais empobrecida para áreas suburbanas, maiores taxas de analfabetismo e investimento público desigual em relação às áreas urbanas estavam associados ao mesmo tempo em que eram motivadores a estas demandas por escolarização. Novamente segundo Alessandra Schueler e Irma Rizzini, “a municipalidade privilegiou a subvenção de escolas particulares para atender à população dos subúrbios, quando nas áreas centrais (a “cidade”) predominaram as escolas públicas.” Assim, ambas concluem que o movimento de expansão da escolarização nos subúrbios além de muito pleiteado por seus habitantes foi também bastante desigual.⁶¹⁷

Em meio a essa desigualdade, o registro fotográfico daquele grupo escolar contava para os habitantes do subúrbio – e aos das áreas centrais da cidade do Rio Janeiro – experiências de professoras e alunos pautadas pela respeitabilidade estética, moral e intelectual. Também conta sobre a busca das famílias trabalhadoras por escolarização, e a plena consciência do impacto que o domínio sobre o “mundo das letras” teria em suas trajetórias individuais e coletivas. Segundo o jornal *A Notícia*, a escola dirigida por Clara Callado existia há mais de dez anos e tinha “grande frequência de alunos”, evidenciando “que o ensino ali dado é uma realidade, aproveitando as crianças as lições das distintas professoras que se mostram sempre delicadas e incansáveis em seu nobre sacerdócio.” Ainda de acordo com o jornal, os moradores da suburbana freguesia de Piedade, conscientes do valor da 3ª Escola Feminina do Décimo Primeiro Distrito, pretendiam dirigir ao prefeito do Distrito Federal “uma petição assinada por muitos pais de família”, solicitando “a elevação para escola modelo do estabelecimento de educação tão competentemente entregue à direção da professora D. Clara Callado.”⁶¹⁸

Voltando ao registro fotográfico d’*O Malho* temos mais um ponto importante para a análise, que é a cor dos fotografados, ainda que a grande quantidade de luz, aliada à brancura das roupas, limite afirmações categóricas a esse respeito. As mesmas questões podem ser levantadas para outros registros fotográficos, concluindo-se que isoladamente eles não são capazes de nos dizer quantas e quais seriam as pessoas negras presentes nessa e em outras cenas escolares no período. A certeza só é possível quando se trata de pessoas de pele preta, sem qualquer grau visível de mestiçagem – mas, ela não dá conta de responder às indagações sobre o assunto na medida em que havia variações na tonalidade da pele e nos traços físicos das pessoas negras, classificando-as muitas vezes como “pardas”, “morenas”, “pessoas de cor”,

⁶¹⁷ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p. 160-175, jan.-abr. 2019, pp. 167-173.

⁶¹⁸ “Pequenos Echos”. *A Notícia*, 14 de maio de 1911, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&Pesq=%22Clara%20Callado%22&pagfis=17536>. Acesso em: 12/03/2022, às 18h 25 min.

“mulatas”, mestiças. É o caso da professora Luiza Callado que, aos nossos olhos do século XXI, geraria dúvidas ou mesmo poderia ser considerada uma pessoa branca.

A professora Clara Callado aparenta ser uma pessoa branca, mas sobre isso não temos plena certeza à medida em que os registros de casamento e de batizado não trazem essa informação, tampouco a própria fotografia. Ela facilmente poderia ser uma pessoa “mulata” como a professora Rufina Vaz que possuía a pele clara e no registro de óbito foi identificada como uma pessoa “parda”. Branca, parda ou mulata, Clara vivia mergulhada em um mundo negro, compartilhando afetos e solidariedades no cotidiano das relações desde os tempos em que era uma menina e frequentava as aulas no *Lyceu de Artes e Ofícios*. A participação como “irmã zeladora” na “Venerável Confraria de Nossa Senhora da Lampadosa”⁶¹⁹ – uma irmandade originalmente negra⁶²⁰ – é outro forte indício de que ela possuía sólidas raízes negras em suas origens.

Se no tempo presente temos alguma dificuldade em tecer afirmações acerca da cor e das origens negras de pessoas como Clara Callado, algumas evidências indicam que ao seu tempo a questão não era tão dúbia assim. Como já vimos, os debates raciais estavam no centro das agendas dos “homens das letras”, intelectuais que disputavam o controle das narrativas a esse respeito. Ao mesmo tempo que reconheciam o Brasil como um país irrevogavelmente composto por mestiços, homens brancos como Sílvio Romero projetavam uma nação que futuramente poderia ser salva (sic) mediante os processos de branqueamento.⁶²¹ Em uma de suas muitas publicações a respeito, Romero ironiza o *aplomb* com que se portava “a mestiçada nacional, na sua imensa escala cromática”⁶²² – evidenciando que os processos de racialização também poderiam atingir as pessoas de cores mais claras, identificando-as como negras tais quais as pessoas de pele escura.

A trajetória da professora Clara Freitas da Silva Callado também é parte das histórias das professoras negras que foram contadas e analisadas até aqui. Seus caminhos para a formação e inserção no magistério público primário foram construídos em parceria com as suas

⁶¹⁹ “Actos Fúnebres”, *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1918, p. 06. Disponível em: [Correio da Manhã\(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 17/09/2021, às 15h 40min.

⁶²⁰ A história institucional da Venerável Confraria de Nossa Senhora da Lampadosa conta que essa devoção, originária em fins do século XVI, na ilha de Lampedusa (Mediterrâneo), difundiu-se no Brasil “entre os negros cativos do Rio de Janeiro”. Diz ainda que “em princípios do século XVIII, foi erigida uma confrariana cidade, utilizando-se de um altar secundário dentro da igreja de Nossa Senhora do Rosário”. Fonte: [Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa – Rio de Janeiro, RJ – Histórias, fotografias e significados das igrejas mais bonitas do Brasil \(sanctuarial.art\)](#). Acesso em: 18/09/2021, às 11h 55min.

⁶²¹ DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

⁶²² Idem., (Grifos meus).

cunhadas negras, permitindo o apoio mútuo dentro e fora da sala de aula entre professoras de diversas cores e origens.

3.5 – Professora Zulmira Augusta de Miranda

Quem muito tem a nos contar a respeito dessa “imensa escala cromática” no interior da população negra é a professora Zulmira Augusta de Miranda, de quem trataremos nesta seção. Ela foi a primeira biografada pela coluna “Magistério Municipal”, mantida pela revista *A Cidade*, e a quem foi dada a alcunha de “inteligente, honesta e de rara competência”.⁶²³ Sua caminhada no magistério público primário guarda muitas semelhanças com todas as professoras analisadas ao longo deste capítulo, ao mesmo tempo em que traz outros elementos como a posição protagonista que exerceu em parte de sua carreira. Sua condição de mulher negra passou encoberta por entre silêncios na documentação escrita e a alvura dos registros fotográficos⁶²⁴, mas vestígios posteriores revelam o que ao seu tempo pode ter sido ocultado ou simplesmente mantido como algo conhecido e silenciado por todos ao seu redor.

Não foram localizados extensos registros acerca de sua vida em família, então ela não integra o capítulo sobre as famílias negras. Mas, todas as fontes são categóricas em afirmar a importância da figura materna em sua vida, nos contando sobre um arranjo familiar onde havia certa independência das mulheres em suas agências cotidianas. Juntas, Augusta e Zulmira Augusta - mãe e a filha – lidaram com a morte precoce do marido e pai, aquele que tradicionalmente seria o “chefe da família”, reunindo esforços para a aquisição da instrução e o posterior ingresso no magistério público primário, garantindo segurança material e o exercício de uma atividade intelectual.

Nada disso foi contado pela biografia publicada em 1912 por *A Cidade*, mas décadas depois vieram à tona em outra coluna biográfica - *Nossas Mestras*, sob autoria de Mariza Lira - publicada no *Jornal do Brasil* em 1956. Através dela ficamos sabendo que “a carioca de nascimento (...) ficamos sabendo que “a carioca de nascimento (...) perdeu o pai bem pequena, tendo sido criada com ingentes sacrifícios pela mãe D. Augusta Miranda (...)”; que seus primeiros anos escolares foram no Colégio São José e que “Terminado o primeiro foi para a escola de Segundo Grau, na rua dos Inválidos, tendo estudado o ano inteiro para realizar o

⁶²³ *A Cidade*... Op.Cit.

⁶²⁴ O periódico *A Cidade* foi uma das primeiras fontes a que tive acesso logo nos primeiros meses de pesquisa no doutorado, em 2017. E a biografia da professora Zulmira Augusta de Miranda, a primeira com que tive contato, foi devidamente fotografada e arquivada. Em minhas anotações registrei: “professora branca” e segui em busca por outras professoras negras a fim de ampliar meu escopo de análises. Somente alguns anos depois, pesquisando na coluna *Nossas Mestras* do *Jornal do Brasil* (1956) é que tive a enorme surpresa em descobrir que Zulmira não era branca, mas uma mulher mestiça, uma “pessoa de cor”.

exame de suficiência para adjunta primária (...). A “aprovação com notas altas” proporcionou a sua nomeação como professora adjunta em 1894.⁶²⁵

Em sua narrativa, a folclorista conta ainda que a professora Zulmira não pôde ingressar na Escola Normal, “sua aspiração máxima”, em virtude de ali não haver o curso noturno de que necessitava pois trabalhava durante o dia. A moça de dezessete anos “Aguardou com paciência e resignação a primeira oportunidade para terminar os estudos [pois] só assim poderia melhorar a situação da família”, já que os rendimentos obtidos pela mãe Augusta “já não davam para tudo e todos.” Segundo Mariza Lira, a situação muda de figura quando é criada, em 1897, a Escola Normal Livre (que era noturna) e finalmente a “professora trabalhadora” Zulmira Augusta pode dar sequência à sua formação. A biógrafa comete erros quanto à cronologia - já que a referida escola foi inaugurada em junho de 1893 -, mas não quanto ao fechamento do curso noturno da Escola Normal Oficial.⁶²⁶ Ou seja, ainda que as datas divirjam, o fechamento do curso noturno desse estabelecimento foi uma barreira para Zulmira e outras professoras que buscavam a diplomação.

Seguindo firme em seu propósito, Zulmira diplomou-se pela Escola Normal Livre em 1900, sendo designada para uma escola em São Cristóvão onde “(...) estabeleceu na classe suave disciplina, método agradável de ensino, tratando alunos, colegas e à própria catedrática com atenção e carinho.” Transferida para uma escola mais distante e em área rural, na freguesia da Gávea, enfrentou outros desafios, pois “(...) teve de lutar para se tornar destacada, pois, sendo mestiça, tinha que impor suas qualidades de ótima professora.” Sua tática e escudo de proteção diante da discriminação eram, segundo Lira, ser “(...) simples, acessível, comunicativa (...)”, contornando tais situações “sem reclamações ou atritos. [sendo] de uma habilidade e simpatia extraordinárias.”⁶²⁷

Nos anos de 1950 (e até os dias atuais) o senso comum hegemônico enaltece as pessoas que, quando agredidas, lidam com a discriminação racial “sem atritos” e maiores transtornos à hegemonia branca. Os que seguiram caminho inverso, como o professor Hemetério dos Santos, frequentemente eram considerados um problema e, em contrapartida, recebiam carga maior de ofensas raciais – podendo ser excluídos caso não possuíssem boas amizades como o referido professor. Mas, no caso das mulheres negras pertencentes aos círculos letrados não havia outra

⁶²⁵ LIRA, Mariza. “Nossas Mestras”. *Jornal do Brasil – Segundo Caderno*, 12 de fevereiro de 1956, p. 02. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1950 a 1959 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 18/09/2021, às 18h 15 min.

⁶²⁶ Cidade do Rio, 21 de maio de 1893, p. 02.

⁶²⁷ *Jornal do Brasil... Op. Cit.*, (Grifos meus).

possibilidade além de contornar as agressões racializadas com simpatia, “sem reclamações ou atritos” porque naquela sociedade patriarcal o ideal de mulher e a “mulher ideal” observavam rigidamente aos padrões de honestidade, moralidade e submissão – que deslegitimavam qualquer questionamento aberto no cenário público.

Assim sendo, para prosperar na carreira, Zulmira e todas as outras professoras, negras ou não, tiveram que se enquadrar ao “nosso feminismo”. E no caso das professoras negras, ser desviante das normas só reforçaria todo o racismo que cotidianamente recaía sobre elas. Assim, naquele momento histórico a estratégia mais “revolucionária” e eficaz para enfrentar o racismo talvez fosse se enquadrar ao ideal de feminilidade imposto às mulheres brancas para, assim, serem reconhecidas em suas capacidades intelectuais e em sua humanidade.

A saga vitoriosa de Zulmira, segundo Mariza Lira, passou pela aprovação em concurso ao posto de professora catedrática (1904) e ao período atuando em escola masculina da suburbana freguesia de Campo Grande, empreendendo diárias e penosas viagens “para esse subúrbio longínquo”. Sua “assiduidade impecável” e a dedicação foram tamanhas que ela “se salientou como mestra, administradora e educadora”, reverberando seu nome “entre as grandes figuras do magistério”. De tal sorte que no ano seguinte à promoção ao posto de catedrática, “a professora de cor” que “vencera brilhantemente o preconceito [de cor]”, foi designada para dirigir a Escola Modelo Benjamin Constant, situada na antiga praça Onze. Nessa escola ela compôs mesas que avaliavam as normalistas e futuras professoras, compartilhando esses momentos com inspetores escolares e intelectuais de destaque como Olavo Bilac, além de “professoras famosas” como Olimpia do Couto e Ester Pedreira de Melo. Além da atuação na escola primária ela também compôs comissões na Escola Normal e, por indicação do diretor geral da Instrução Pública, Medeiros e Albuquerque, foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública.⁶²⁸

A biografia construída na década de 1950 quase nos leva a fazer um paralelo entre Zulmira Augusta e uma heroína que “vencera brilhantemente até o preconceito de cor”. Mas, ela não era heroína ou coisa do gênero, ao contrário, era uma mulher negra de carne e osso que não poderia dedicar-se exclusivamente às suas atividades intelectuais porque parte do seu tempo precisava ser disponibilizado para lidar com os aspectos objetivos e subjetivos do racismo e sexismo combinados entre si. A oposição entre sua cor e suas qualidades como professora por si já eram capazes de tomar muito do seu tempo, do mesmo modo que afirmar publicamente sua moralidade a despeito de ser uma mulher solteira que vivia por si, também lhe exigiam

⁶²⁸ Jornal do Brasil... *Op.Cit.*

esforços cotidianos.

As biografias publicadas por *A Cidade* e o *Jornal do Brasil*, separadas por quatro décadas, centram-se nas boas qualidades da professora, isto é, em sua submissão às normas estabelecidas. Biografia e aparência física, em conjunto, reforçavam as qualidades de inteligência, honestidade e competência:



Figura 25. Professora Zulmira Augusta de Miranda. Fonte: *A Cidade*, 25/12/1912, p. 08.

A fotografia - cuja autoria e data são desconhecidas – transmite tamanha alvura de modo que a cor da pele e o claríssimo vestido da professora Zulmira Augusta tornam-se continuidade um do outro. Sua seriedade é transmitida através da combinação entre o olhar compenetrado, a ausência de sorriso, o alinhamento da roupa e dos próprios cabelos. Desse modo, os leitores e leitoras não teriam qualquer dúvida quanto às boas qualidades narradas por *A Cidade* porque o retrato funcionava como um testemunho “vivo” do que estava sendo descrito. As informações biográficas são bem mais sucintas do que as narradas por Mariza Lira, mas trazem alguns pontos em comum: o início dos estudos na Escola Normal em 1897, a designação para atuar na escola masculina de Campo Grande (1904), a participação no Conselho Superior de Instrução Pública Municipal e a designação, em 1905, para o cargo de diretora da Escola Modelo Benjamin Constant.

A publicação não informa sobre a produção do registro fotográfico: se foi encomendado pela própria Zulmira Augusta e enviado aos editores do periódico ou se a iniciativa do registro

foi da própria revista *A Cidade*. De todo modo – e o que muito nos interessa nessa discussão – a mestra concordou em emprestar sua imagem e biografia para a construção da narrativa sobre a professora “inteligente, honesta e de rara competência”. Biografia e retrato se complementam articulando uma narrativa atravessada por camadas onde os enquadramentos de gênero e de classe pautavam, simultaneamente, ideais de feminilidade e do ser professora pública primária. É extremamente difícil, quase impossível, averiguar até onde Zulmira Augusta concordava com tais ideais exatamente porque a “professora ideal” não poderia desabonar esse lugar – o que fatalmente ocorreria se ela e suas colegas, nos primeiros anos do século XX, enfrentassem abertamente esses padrões. Nenhuma delas estava impedida de falar, mas, como já sabemos, havia limites bem claros que não deveriam ser ultrapassados sob o risco de associação das mulheres à falta de moralidade.

Como diretora da prestigiada Escola Modelo Benjamin Constant, localizada em área central da cidade, Zulmira Augusta frequentemente comandava festividades escolares com frequentes homenagens às autoridades republicanas. Além do protagonismo na direção da escola e de tais eventos, a professora verbalizava suas ideias às centenas de pessoas presentes, sempre em concordância e na retaguarda das figuras masculinas presentes. Uma das primeiras festividades cívicas de que tomou parte – algo que se repetiria dezenas de outras vezes – foi a “manifestação de apreço ao ilustre Sr. Medeiros e Albuquerque”, o então diretor geral da Instrução Pública Municipal, em decorrência do seu aniversário natalício. Segundo o jornal *O Paiz*, a solenidade ocorrida em setembro de 1905, contou com a participação de mais de mil crianças, “acompanhadas de suas professoras para saudar o eminente literato”.

Havia dezenas de outras professoras e suas auxiliares que, junto à Zulmira Augusta, compuseram o coro em que Medeiros e Albuquerque foi “delirantemente aclamado pela população escolar”. A narrativa não deixa dúvidas de que o sucesso do evento era obra das professoras, em especial de Zulmira por ser a diretora da escola sede do evento. Contudo, elas não foram colocadas como figuras centrais, embora algumas tenham sido referidas nominalmente. O protagonismo coube ao homenageado e à Olavo Bilac que, “em brilhante improviso, saudou Medeiros e Albuquerque em nome do professorado municipal, autoridades de ensino e funcionários da diretoria geral de instrução pública (...)”. Reforçando o discurso laudatório, “o festejado escritor” lembrou aos presentes que a gestão de Albuquerque se iniciou em 1897 com 13.000 crianças frequentando as escolas públicas, chegando àquele ano com 32.000 alunos matriculados. Após a entoação de cânticos e hinos escolares e da entrega de “riquíssimas *corbeilles* de flores naturais”, o homenageado agradeceu a manifestação pública, reiterando a importância dos inestimáveis serviços prestados por todo o pessoal, quer docente

ou administrativo, “a benefício da prosperidade do ensino público de nossa capital”.⁶²⁹

Registrados e legitimados pelos principais jornais da cidade, os eventos de saudação cívica aos republicanos – vivos ou mortos – foram realizados com bastante frequência no interior da escola modelo Benjamin Constant. Verdadeiros rituais, eles consistiam no hasteamento de bandeiras, entoação de cânticos e hinos (escolares, à bandeira, nacional) e a ereção de monumentos em memória dos principais nomes do regime republicano. Em 1910 Zulmira Augusta realizou ao menos duas solenidades: em abril, durante a inauguração do monumento em homenagem ao falecido presidente Floriano Peixoto⁶³⁰; e em outubro, em memória ao aniversário de Benjamin Constant, o patrono da escola. As duas solenidades foram igualmente registradas por *O Paiz* nos mesmos moldes da solenidade ocorrida em 1905: ressaltando o elevado número de crianças presentes e o grande envolvimento com a solenidade, narração de cada etapa da cerimônia – reforçando seu caráter ritualístico e civilista, em prol do patriotismo republicano.

Esse tipo de evento, conforme analisou Lúcia Müller, funcionava como uma peça importante na construção dos ideais patrióticos e republicanos através da escola primária. Esses rituais, segundo José Veríssimo, “construiriam a integração e o sentimento nacionais” seriam compostos de “culto à bandeira, festas pátrias e solenidades que enaltecessem os heróis pátrios.”⁶³¹ Todavia, é importante ressaltar que tais solenidades, repletas de pompa e notoriedade, não devem ser tomadas de modo generalista e automaticamente estendidas ao amplo conjunto de escolas primárias existentes à época. Ou seja, todo esse investimento na construção dos símbolos e sentimentos patrióticos, assim como a projeção alcançada, ganha relevância quando realizadas de modo estratégico nas principais escolas do Distrito Federal.

Não significa dizer que as demais escolas primárias – como as que foram dirigidas por Elvira Pilar, Rufina Vaz, Clara Callado – não tenham realizado solenidades com essas finalidades. Mas, chamo à atenção ao fato de que a abordagem de Lúcia Müller pode levar à equivocada ideia de que em todas as escolas públicas primárias esses investimentos aconteciam na mesma proporção, isto é, que cada professora vestisse diariamente a roupa de “vestal da Pátria”, festejando os heróis republicanos e tendo por tarefa principal a difusão dos símbolos

⁶²⁹ “Medeiros e Albuquerque – manifestação de apreço”. *O Paiz*, 05 de setembro de 1905, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22Zulmira%20Miranda%22&pagfis=1426. Acesso em: 13/10/2021, às 12h 40 min.

⁶³⁰ “Monumento a Floriano”. *O Paiz*, 18 de abril de 1910, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&Pesq=%22Zulmira%20Miranda%22&pagfis=1426. Acesso em: 12/03/2022, às 19h 30 min.

⁶³¹ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 133. Apud: MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999, p. 61.

pátrios e do sentimento nacional tal qual defendiam os intelectuais republicanos.⁶³²

Na presente investigação as fontes levantadas não deixam dúvidas de que a professora Zulmira Augusta ocupou diretamente esse lugar de “construtora da nação” e “vestal da Pátria”. O seu magistério, desde o momento em que se tornou diretora da escola modelo Benjamin Constant, colocou-a em contato direto e constante com as figuras proeminentes do universo letrado e político da cidade. Na mesma esteira, as solenidades cívicas escolares registradas em detalhes pelos principais jornais diários fizeram com que ela alcançasse bastante visibilidade enquanto elemento essencial à sua concretização. Usando expressões bastante polidas, essas notícias asseguravam ao público leitor que a “distinta professora” e diretora escolar era a responsável direta pela organização e efetivação desses dignos e auspiciosos acontecimentos.⁶³³ Mas, como já sabemos, o reconhecimento público não a alavancava ao protagonismo nesse cenário, pois este era conferido aos homens da República. Um registro bastante curioso feito pelo jornal *Correio da Manhã*, em 1905, conta aos leitores que

Estranharam todas as pessoas que ontem assistiram à bela festa ao ilustre diretor da Escola Modelo, que, a última hora, depois de tudo preparado pela digna diretora, a exma. Sra. D. Zulmira Miranda, se arvorasse em *mestre de cerimônias* um seu *Oletero* ou que outro nome tenha, chamando a si a paternidade de tal ideia, quando só por iniciativa da ilustre diretora, foi que as pequenas alunas concorreram na altura de suas forças, com o quanto é preciso para a realização de tal cometimento. O seu ao seu dono. Ainda não estamos de novo no reinado do pavão.⁶³⁴

O caso contado de maneira risível traz alguns elementos que indicam uma possível tentativa de protagonismo por parte do professor Hemetério – em especial o uso do nome “Oleotério”. Verdadeira ou anedótica, a situação é perfeitamente verossímil por algumas razões: a associação entre os nomes; a proximidade entre Hemetério e Medeiros e Albuquerque; a autoridade de Hemetério diante de Zulmira, por ter sido ele seu professor nos tempos da Escola Normal⁶³⁵; e a recorrente desse professor postura em tomar a palavra nos diversos eventos sociais e políticos que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro. Ao contar sobre a tentativa masculina de “chamar para si a paternidade” de uma ideia, a nota no jornal nos conta sobre os corriqueiros mecanismos de apagamento a que estavam sujeitas as professoras primárias. A iniciativa, organização e efetivação dos notórios eventos escolares cabiam às

⁶³² MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação*, Op. Cit., p. 200.

⁶³³ “Benjamin Constant”. *O Paiz*, 19 de outubro de 1910, p. 02. Disponível em:

⁶³⁴ “Manifestação ao dr. Medeiros – Escola Modelo Benjamin Constant”. *Correio da Manhã*, 16 de maio de 1905, p. 04, (Grifos no original). Disponível em: [Correio da Manhã \(RJ\) - 1901 a 1909 - DocReader Web\(bn.br\)](http://Correio da Manhã (RJ) - 1901 a 1909 - DocReader Web(bn.br)). Acesso em: 13/10/2021, às 14h 27 min.

⁶³⁵ “Avisos fúnebres – Professor Hemetério José dos Santos”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1939, p. 20. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web \(bn.br\)](http://Jornal do Brasil (RJ) - 1930 a 1939 - DocReader Web (bn.br)). Acesso em: 17/10/2021, às 04h 45 min.

professoras que administravam o cotidiano das escolas públicas primárias, mas geralmente os “mestres de cerimônia” que tomavam a palavra e os rumos da narrativa eram as figuras masculinas.

Ao longo de sua vida, o professor Hemetério bradou duramente contra o racismo que tentava apagá-lo; portanto, falou muito por si e por outras pessoas negras e pelo multicolorido professorado carioca. Buscando fazer valer a sua voz nos assuntos da cidade, em especial o tema da instrução, ele tomou a palavra e os holofotes para si – o que pode ter resultado direta ou indiretamente no silenciamento das mulheres de sua família. Para intelectuais públicos como o professor, confrontar as hierarquias pautadas em cor e raça não levou automaticamente ao questionamento das desigualdades entre homens e mulheres. Como já vimos, sua estratégia de combate aos estereótipos lançados sobre as mulheres negras era reforçar os padrões de feminilidade e moralidade feminina vigentes. Para combater a hiper sexualização e a decorrente tentativa de desumanização das mulheres negras [pretas e mestiças], Hemetério buscava falar *por* e *sobre* elas, afirmando suas qualidades “de dedicação e de ternura”⁶³⁶ a tal ponto que “homens do mais alto valor intelectual [apreciaram] e até mesmo [amaram] mulheres de cor preta”.⁶³⁷

Na trajetória da professora Zulmira Augusta de Miranda, uma mulher reconhecidamente mestiça, ter voz na esfera pública também não resultou no questionamento aberto dos papéis de gênero validados por aquela sociedade. O seu sucesso profissional confrontava as perspectivas racistas lançadas sobre mulheres como ela e, simultaneamente, referendava papéis de gênero que associavam feminilidade, sensibilidade e maternidade. Seu discurso na solenidade à bandeira nacional, em 1909, é bastante revelador neste sentido: uma mulher mestiça demonstrando eloquência e competência profissional associados a um padrão de feminilidade no qual as mulheres deveriam se encaixar adequadamente aos lugares de mães, filhas e esposas. Em nome da Escola Modelo Benjamin Constant, “a distinta diretora” se mostra honrada em receber o busto do “egrégio fundador da república” e patrono de sua escola, reforçando nas professoras e alunas da escola os valores socialmente hegemônicos:

As professoras e alunas deste estabelecimento de ensino o acolhem [o busto de Benjamin Constant], ficai certos, com o carinho de que o coração feminino é capaz.

Os raros dotes da alma imaculada de Benjamin Constant nunca poderão deixar de vibrar a sensibilidade da alma da mulher.

Ainda repercute e há de repercutir sempre no gênio de nossa instrução municipal, o nome querido e abençoado do nosso venerando mestre, o austero diretor da nossa

⁶³⁶ “Pretidão de Amor”. *O Paiz*, 04 de janeiro de 1906, p. 01.

⁶³⁷ *A Notícia*, 26 de janeiro de 1906, p. 03.

Escola Normal, o seu famoso professor de matemáticas. (...)

Fundando a República e fundando-a nas condições em que o fez, o bem-amado mestre como que sublimou os seus imensos e imortais títulos, a nossa veneração, o nosso reconhecimento e a nossa saudade.

A mulher brasileira nunca poderá deixar de reverenciar profundamente o verdadeiro poder moderador da jornada republicana de 15 de novembro de 1889.

A sua delicadeza de mãe, esposa e de filha terá sempre protestos de perene gratidão à memória daquele que assegurou com o seu incomparável ascendente moral, com seu prestígio sem par, o êxito pacífico de tão memorável acontecimento, evitando os sangrentos e dolorosos choques das lutas armadas, que tão mal soam aos nossos sentimentos.

Por outro lado, o coração do sexo amante não pode deixar de simpatizar com a doutrina que embalou a alma peregrina de Benjamin Constant, doutrina que dignamente restaurou, sobre inabaláveis luzes positivas, o culto cavalheiresco da mulher, entusiasticamente esboçado pela fogosa cavalaria medieval.

É, pois, com a mais sentida emoção que nós recebemos, sob o nosso teto escolar, a efígie sagrada do mestre, do fundador da República. Nós o guardaremos no recinto do nosso meio feminino, onde ele ficará bem colocado pela pureza e a ternura que aureolavam a alma seleta do eminente compatriota.⁶³⁸

Ao reverenciar o “fundador da pátria”, a professora Zulmira Augusta lança mão das perspectivas correntes que definiam o sentir como essência da natureza feminina. Embora fossem advogadas como universais, tais perspectivas tinham como ponto de partida as mulheres brancas e aburguesadas, cuja vida e comportamentos eram tomados como o modelo ideal definidor do que deveria ser uma mulher respeitável. Vimos que para alguns renomados intelectuais, republicanos e defensores do progresso da pátria, mulheres negras e mestiças automaticamente estariam excluídas desse lugar em virtude de sua “raça”. Ao falar ao corpo escolar, Zulmira Augusta não exclui as possíveis alunas negras da escola e tampouco a si própria, utilizando-se da concepção de universalidade de modo a incluir “nosso meio feminino” todas as moças e mulheres.

Ao finalizar a “bela oração”, a professora continua referendando os papéis sociais de gênero e os associa à cidadania e ao civismo:

Os nossos corações de moças e meninas serão como que o sacrário dessa tão ciosa relíquia cívica que nos trazeis.

É um compromisso que assumimos como cidadãos, é o de fazer reviver em outrem por outrem, através do âmbito da nossa corporação, da nossa família escolar, o tipo de veneração e de imitação que aqui viestes deixar.

Como professoras e discípulas, como mães, esposas e filhas, nos esforcaremos por gravar e transmitir, de corações em corações, as suas sublimes virtudes em bem da

⁶³⁸ “A festa da bandeira – as solenidades de ontem. Grande entusiasmo patriótico”. *A Imprensa*, 20 de novembro de 1909, p. 01, (Grifos meus). Disponível em: [A Imprensa \(RJ\) - 1898 a 1914 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 15/10/2021, às 17h.

República.⁶³⁹

Zulmira foi precedida pelo discurso de Lauro Sodré e seguida pelo major Gomes de Castro, que soltou vivas à República e ofereceu “um artístico ramo de flores naturais” à “estimada educadora”. No discurso, o major Gomes “saudou a conceituada educadora”, ressaltando que “a República carecia eficazmente do auxílio da mulher brasileira para tornar-se o verdadeiro ideal dos republicanos sinceros uma República genuinamente sociocrata”⁶⁴⁰ tal como vislumbrado por Constant. Sodré e Gomes eram dois seguidores do positivismo de Benjamin Constant que tiveram participação ativa em todo o processo que gestou o republicanismo e culminou com a tomada do poder em 15 de novembro de 1889.

Além desses dois homens importantes, o jornal *A Imprensa* informou aos leitores que, “entre o avultado número de pessoas que se achavam no recinto”, havia notado a presença do prefeito municipal Serzedello Correia e de seu secretário, dr. E. Backenser; representantes do ministro da Justiça; representantes do ministro da Guerra; representantes do ministro da Marinha; alguns membros da família Benjamin Constant; Afonso Milliet e Candido Bittencourt, representando o referido jornal. Às figuras importantes – e à própria memória do “fundador da República” e patrono escolar –, a diretora Zulmira dirigiu um discurso que se casava perfeitamente ao modo como era realizada a política oficial: chefiada por homens, tendo as mulheres como auxiliares (e não protagonistas) na tarefa de implementar os ideais gestados por eles próprios. A mulher, “feita para o sentir” – mãe e esposa “por natureza” – seria peça fundamental na educação das crianças para que construíssem os ideais patrióticos conforme analisado por Lucia Müller. Nada de querer “eleger o presidente ou o juiz de paz”, conforme ironizou a revista *O Malho* em 1908 mas, apenas, colocar em prática “o nosso feminismo, a arte de ensinar crianças”.⁶⁴¹

É importante considerar que a solenidade escolar foi um evento grandioso por ter contado com essas presenças ilustres e qualquer deslize seria desastroso e danoso à carreira da professora Zulmira Augusta. Assim, seu discurso pode ser entendido como algo meticulosamente calculado a fim de agradar a essas figuras e não apenas a expressão livre de suas próprias crenças. Em outros momentos, igualmente dentro dos parâmetros da moralidade exigida às professoras, ela manifestou opiniões e considerações como a representação abaixo-assinada em conjunto a outras diretoras de escolas modelos da cidade. Em defesa de sua

⁶³⁹ *A Imprensa*, Op. Cit.

⁶⁴⁰ *A Imprensa*. Idem.

⁶⁴¹ “O nosso feminismo”. *O Malho*, Op. Cit.

“reputação profissional” e dos “interesses dos alunos que lhes são confiados”, as diretoras sem “esconder o seu melindre sob alegações hipócritas de conveniência pública”, remeteram ao prefeito Serzedello Correia a seguinte mensagem:

“O que lhes diz respeito é a defesa da sua reputação de funcionárias. Designadas para servirem de escolas modelo, têm a plena consciência de haver sempre cumprido o seu dever.

Ora, recentemente, uma de suas colegas, a qual não negam merecimento, foi elevada à categoria de diretora de escola modelo com regalias especiais, vencimentos mais elevados e uma organização nova da respectiva escola.

Já havia, é certo, duas diretoras de escolas modelo que tinham vencimentos mais elevados. Eram, porém, diretoras que estavam com esses vencimentos em virtude de anteriores regulamentos e com eles ficaram na atual organização.

Agora o caso é diferente. Havendo diversas diretoras da mesma categoria, nomeadas em virtude da mesma lei, V. Ex. cria vencimentos especiais para uma, o que faz pensar ter sido pelo seu merecimento. Há nisso a implícita declaração de que as suas companheiras lhe são inferiores, não têm manifestado o mesmo zelo e dedicação.

É contra a injustiça dessa afirmação que não podemos deixar de representar a V. Ex., não na parte em que exalta o valor de uma colega, por todos os títulos distinta, mas na parte em que nos deprime rebaixa.⁶⁴²

O documento é direto e contundente, mesclando o uso da terceira pessoa (em passagens como “não é intento delas”; “o que lhes diz respeito”) e da primeira pessoa do plural (“não podemos deixar de representar a V. Ex.”) – indicando a tentativa de ao mesmo tempo mostrar uma ação coletiva, mas sem ultrapassar os limites da moralidade, lançando mão do tom mais generalista e menos ameaçador que o uso da terceira pessoa proporciona. E deixam claro que o objetivo não era detratar a colega recebedora de privilégios, mas de defenderem sua “reputação de funcionárias”. Ou seja, não estavam atacando a decisão do prefeito em conceder salário e condições de trabalho melhores a uma determinada diretora de escola modelo, mas contestavam a exclusão de todas as outras que tanto se dedicavam ao ofício em escolas que possuíam o mesmo *status*.

Além de contestarem “a implícita declaração de que as suas companheiras lhe são inferiores”, Zulmira Augusta e suas sete colegas de ofício também contestavam facilidades concedidas à escola modelo Estácio de Sá, enquanto eram negadas às demais escolas modelo. A existência de trinta e duas adjuntas em exercício nessa escola fazia com que houvesse mais de uma professora em cada sala de aula, gerando “a vantagem de aulas e professoras especiais”. Essas aulas funcionavam no horário regular, proporcionado “suplemento de instrução” apenas

⁶⁴² “Instrução Municipal”, *O Paiz*, 02 de maio de 1910, p. 03, (Grifos meus). Disponível em: [O Paiz \(RJ\) -1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 15/10/2021, às 20h 40 min.

aos que tivessem “a ventura de frequentar tais estabelecimentos”, excluindo os alunos “das escolas menos favorecidas”. Além de fomentar a desigualdade na instrução ofertada, a situação aliviava as referidas adjuntas do trabalho enquanto todas as abaixo-assinadas, “sem exceção alguma”, “não têm sequer o número indispensável de adjuntas”. O que, segundo as reclamantes, as obrigava a trabalharem “exaustivamente, durante todo o tempo, fazendo um esforço sobre-humano.”

Segundo as diretoras que assinam o documento, a desigualdade também acontecia porque enquanto havia grande número de adjuntas em uma escola, outras precisavam recusar alunos por falta de professoras:

Na escola Deodoro há todo um pavimento fechado, por falta de adjuntas. (...) Na escola Afonso Pena há também diversas salas desocupadas, há alunas lecionando por falta de adjuntas. (...)

Não é justo que a administração considere mérito superior o fato de cumular facilidades uma escola, em detrimento de outras.

É verdade que essa escola é muito frequentada. Mas, as outras só o não são porque se veem até obrigadas a rejeitar alunos à vista da falta de adjuntas. Aliás, seria um estranho critério o de proporcionar o mérito pedagógico ao tamanho dos edifícios em que os professores lecionam.⁶⁴³

As diretoras explicitam no documento publicizado em um dos jornais de maior circulação no país, os caminhos de construção das desigualdades educacionais em sua época: enquanto algumas professoras recebiam vantagens e benefícios particulares, outras recebiam o tratamento definido nas leis; do mesmo modo, inúmeras crianças e jovens eram afetados por tais medidas não tendo acesso ao “suplemento de instrução” ou sequer conseguindo uma vaga nas escolas. Todo esse conjunto de fatores levou as mestras a concluírem, assertivamente, sobre a ausência de justiça na distribuição de recursos humanos pela administração pública. Nesse sentido, reforçam não se tratar de “inveja nem de vaidade”, mas “de justiça (...) e do natural melindre de quem se vê rebaixado, apesar de não merecer esse castigo”, registrando que “ao lado da reclamação pessoal há a do serviço público”.

Elas afirmam “que não reclamariam nada, se de todas essas concessões não redundasse para as que são excluídas um evidente desar.” Exclusão que representaria, em suas palavras, “um castigo: a pública declaração de que as signatárias deste requerimento não são dignas da posição que ocupam, e que estão abaixo das colegas que V. Ex. tão excepcionalmente tem distinguido.” Não há questionamentos sobre as diferenças entre as escolas-modelo e demais escolas primárias situadas no âmbito da cidade, tampouco das gritantes desigualdades em

⁶⁴³ “Instrução Municipal”. *O Paiz*, op. Cit., (Grifos meus).

relação às escolas suburbanas. O que se questiona é o tratamento diferenciado dado a uma única diretora e escola modelo, excluindo-se as outras de mesma categoria. Logo, elas argumentam utilizando o ideário republicano que propõe o princípio da igualdade jurídica dos indivíduos perante a lei ao alegar que “nenhuma distinção existe na lei a favor de umas contra outras escolas-modelo”.

Por certo, essas mestras não ignoravam as inúmeras desigualdades educacionais do período, mas sua opção foi a de se posicionar dentro dos parâmetros da legalidade sem expressar questionamentos sobre ela. A escolha feita também pode ser relacionada aos padrões de comportamento exigido das professoras e ao grande risco de serem todas penalizadas pelos homens administradores da cidade e da Instrução Municipal. Fechando a petição as abaixo-assinadas requerem ao prefeito municipal:

- a) “A nomeação e o vencimento de diretoras de escolas-modelo, nos mesmos termos e em virtude das mesmas disposições da lei, que deve ter servido para a nomeação da diretora da escola modelo Estácio de Sá”;
- b) “A criação de cursos especiais idênticos aos que foram estabelecidos nas escolas-modelo Gonçalves Dias, José de Alencar e Estácio de Sá.”⁶⁴⁴

As assinantes da petição, diretoras Orminda Miranda Rodrigues, Alzira Rocha, Zulmira Miranda, Maria Amalia Campos da Paz, Maria da Glória Rocha Leão, Maria Joanna de Paiva Palhares, Maria dos Reis Santos e Julia Candida Dezuzart, discutiram questões relacionadas à classe professoral ao mesmo tempo em que argumentaram em defesa do acesso da população à instrução pública. Nesse tocante, podemos afirmar a quase impossibilidade em dissociar um do outro à medida em que elas próprias apontam a relação intrínseca entre boas condições de trabalho e instrução de qualidade ofertada ao alunado. boas condições de trabalho e instrução de qualidade ofertada ao alunado.

A professora Zulmira também teve em suas mãos o poder da palavra em outras ocasiões, dentre as quais quando foi membro de bancas avaliadoras da Escola Normal, tendo sido presidente em mesa composta pelos professores Alberto de Oliveira e Hemetério dos Santos.⁶⁴⁵ Lançando mão de saberes teóricos e práticos, a professora catedrática tomou parte nas avaliações de futuras professoras que, como ela própria, frequentaram o curso noturno em decorrência da necessidade de conciliar o trabalho e s estudos. Não há elementos que nos

⁶⁴⁴ “Instrução Municipal”. *O Paiz*, op. Cit., (Grifos meus).

⁶⁴⁵ “Escola Normal - Curso Noturno”, *O Paiz*, 13 de dezembro de 1914, p. 10. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](#). Acesso em: 16/10/2021, às 17 40 min.

permitam discorrer sobre a existência (ou não) de solidariedades construídas com base na identidade de classe tal qual aconteceu entre elas e as demais diretoras das escolas modelo.

No que diz respeito ao âmbito de sua escola, a diretora gozava de prestígio e respeitabilidade registradas pelas mesmas prestigiadas páginas do jornal *O Paiz*, que dentre outras situações, contou ao público leitor sobre eventos corriqueiros como o aniversário de Zulmira Augusta que “ao chegar ao gabinete (...) foi colhida por uma alegre e expressiva manifestação, feita por oitocentas crianças suas alunas e pela adjuntas, que são em número de vinte e oito.” Dentre os “mimos de afeto” ofertados por docentes e discentes à diretora estava “uma barrete de ouro cravejada de brilhantes e rubis” e a oração feita pela adjunta D. Isaura Brazil. A solenidade em “panegírico da senhora Miranda” e digna de uma autoridade da administração municipal, foi finalizada com os alunos entoando o “Hymno aos Estudos” e o “Hymno aos Educadores”.⁶⁴⁶

Ao longo de sua carreira a professora Zulmira Augusta organizou muitos eventos cívicos e foi alvo de diversas homenagens. Falou em primeira pessoa, dentro do padrão definido às mulheres, emitindo suas opiniões sobre a instrução pública. Por vezes opinou criticando algumas decisões da instrução pública municipal como, por exemplo, a mudança de horário das escolas públicas, que passariam a funcionar entre 10 horas da manhã e 2 duas horas da tarde, determinada por Ramiz Galvão, diretor de Instrução Pública:

Julgo que só depois de posto em prática o novo horário poderemos formar opinião segura a respeito (...). Só segunda-feira porei em execução o novo programa.

Entretanto, noto algumas deficiências que é preciso corrigir. Por exemplo, na primeira classe do curso elementar não se cogita de história do Brasil, e no curso médio esta matéria só aparece uma vez por semana. Ora, é uma lacuna séria. É preciso ser modificado e é o que farei na minha escola, alternado história do Brasil com história natural.

Para a aula de desenho há apenas 15 minutos, que ficarão reduzidos a 10, com tempo gasto em distribuição de material. É pouco. Quanto à gymnástica, as horas do 1º ano coincidem com as do 3º, tornando-se excessivamente numerosas as aulas respectivas. Julgo dever ser modificado.

E quanto à hora da entrada? [pergunta o jornal]

Julgo muito boa. As alunas poderão vir almoçadas, e é uma grande vantagem.⁶⁴⁷

Zulmira Augusta critica abertamente o novo programa estabelecido pela Instrução

⁶⁴⁶ *O Paiz*, 17 de outubro de 1915, p. 06. Disponível em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 DocReader Web\(bn.br\)](http://www.bn.br/docreader/O_Paiz_1910_a_1919_DocReader_Web(bn.br).htm). Acesso em: 16/10/2021, às 18h.

⁶⁴⁷ “As escolas públicas – o novo horário – opinião das professoras”, *Correio da Noite*, 11 de abril de 1913, p. 01, (Grifos meus). Disponível em: [Correio Da Noite : Jornal Independente \(RJ\) - 1913 - DocReader Web\(bn.br\)](http://www.bn.br/docreader/Correio_Da_Noite_Jornal_Independente_RJ_-_1913_DocReader_Web(bn.br).htm). Acesso em: 17/10/2021, às 04h.

Pública e o faz com a autoridade de professora atuante há quase vinte anos, discordando das decisões acerca das disciplinas que ela entendia serem fundamentais ao aprendizado de suas alunas. Apontando cada uma das deficiências da nova configuração, ela sinalizou para as adequações que julgava necessárias – algumas das quais ela poria em prática utilizando-se de sua autonomia enquanto diretora da escola modelo Benjamin Constant há quase dez anos. Sua posição contundente condiz com o lugar ocupado, do mesmo modo que suas opiniões estão circunscritas aos domínios da escola. Sendo ela uma mulher solteira que vivia por si própria não precisava deixar-se representar por nenhum “homem da família”, o que não a desobrigava de seguir os padrões de gênero que controlavam os comportamentos femininos.

Nossos olhos repletos do tempo presente ao se voltarem para o passado muitas vezes estão ávidos de histórias de transgressão e de ruptura, elegendo-as como genuinamente merecedoras de serem contadas à posteridade. Mas, não são essas as histórias de Rufina e Alexandrina de Brito; Rufina Vaz, Elvira Pilar da Silva Guimarães, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos; Luiza, Alice Noêmia e Clara da Silva Callado; e Zulmira Augusta de Miranda. Todas elas construíram suas agências à contrapelo dos muitos mecanismos que buscavam subordinar as mulheres e, em particular, desumanizar as mulheres negras. Ao mesmo tempo, todas se enquadraram às lógicas patriarcais que legitimavam o poder masculino por meio de imagens e mecanismos de controle que pretendiam determinar padrões de feminilidade.

Todas elas viveram e pautaram, direta ou indiretamente, seus pensamentos e agências dentro “de um campo de possibilidades delimitado historicamente por condições específicas de exploração econômica e controle social” de que fala o historiador Sidney Chalhoub.⁶⁴⁸ Embora nenhuma dessas professoras e suas famílias tenham vivido as experiências da escravidão – como os sujeitos investigados por este historiador –, essas experiências negras se aproximam porque todos eles foram diretamente atravessados pelas artimanhas do preconceito de cor. Movidos pelo desejo de liberdade, os sujeitos escravizados investigados por Chalhoub nunca se tornaram “abertamente rebeldes como Zumbi [dos Palmares]”. Movidas por projetos pessoais e familiares, as professoras das famílias Brito/Hemetério dos Santos/ Silva Guimarães, Silva Callado e Miranda também não se converteram em transgressoras das normas sociais.

Como já vimos, o racismo expresso pelo chamado preconceito de cor atingia as mulheres negras de modo particular porque as associava diretamente à perspectiva de lascividade sexual – alimentada desde os longínquos tempos da escravidão – utilizada como justificativa à violência sexual imposta às mulheres escravizadas. Assim sendo, as trajetórias

⁶⁴⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 252.

dessas dez professoras negras e de suas famílias foram pautadas – aberta ou silenciosamente – pela luta por reconhecimento de sua humanidade, expressada através do pertencimento à intelectualidade e dos seus bons comportamentos. E nesses movimentos da vida cotidiana elas também lançaram mão “de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam”⁶⁴⁹, portanto dentro do corolário de leis e normas estabelecidas pela normatividade branca.

Manter-se empregada e obter um cargo público – contribuindo para o sustento próprio e familiar – e a segurança da integridade física, são fatores que dependiam diretamente da imagem pública apresentada por essas dez mulheres negras ao longo de suas trajetórias no magistério público primário. Elas precisavam, pois, apresentar uma face pública respeitável por serem professoras e mulheres negras. Nesse sentido, trago à discussão um diálogo com a historiadora estadunidense Evelyn Brooks Higginbotham cuja obra *Righteous Discontent* tratou do movimento de mulheres negras dentro das igrejas batistas afro-americanas entre 1880 e 1920. Seu estudo mostra os caminhos pelos quais as mulheres lidaram com a violência racial da sociedade estadunidense e a subordinação feminina, dentro e fora de suas comunidades. Conectadas aos valores e vieses daquela sociedade, elas simultaneamente os abraçavam e rejeitavam, mobilizando-se contra as tentativas de subordinação feminina em “diárias formas de resistência” e não por meio de “protestos dramáticos”.⁶⁵⁰

Para as missionárias batistas afro-americanas também havia muita coisa em jogo, sendo preciso atender aos padrões de comportamento ditados às mulheres. Mas, Higginbotham ressalta que as agências dessas mulheres negras foram construídas “em contextos informados por valores sociais, políticos, econômicos e comportamentais” da sociedade dominante.⁶⁵¹ Isto é, a despeito de viverem em uma sociedade racialmente segregada, essas mulheres e suas comunidades não construíram um mundo à parte e desconectado dos valores dominantes⁶⁵², incorporando e inculcando valores e comportamentos relativos à maternidade, ao casamento e às tarefas domésticas.⁶⁵³ Ser boa mãe e esposa dedicada não se contrapunha à mobilização cotidiana em prol dos direitos das mulheres, mas se complementavam enquanto elementos de inclusão social e de pleno reconhecimento de sua dignidade e humanidade – extensíveis às suas comunidades.

⁶⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. Idem.

⁶⁵⁰ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Righteous Discontent- The Women's Movement in the Black Baptist Church (1880-1920)*. Cambridge: Harvard University Press, 1993, p. 02.

⁶⁵¹ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Op. Cit.*, p. 96.

⁶⁵² Segundo a autora, “Starting in the days of slavery, but particularly in the decades thereafter, black men and women lived within spatial and ideological communities whose collective behavior developed not in a cultural vacuum, but in contexts continuously though unevenly informed by the social, political, and economic values and behavior of the dominant American society.”

⁶⁵³ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Op. Cit.*, p. 96.

A face pública respeitável expressa pelas missionárias afro-americanas foi além de performance e do tácito enquadramento, convertendo-se em potente ferramenta que lhes permitia “contestar discursos racistas e representações das mulheres negras como imorais, infantis e indignas de respeito e proteção”.⁶⁵⁴ Sua mobilização dentro das igrejas batistas simultaneamente “reforçou valores hegemônicos da América branca” e “subverteu a lógica da subordinação racial e de gênero”.⁶⁵⁵ Elas operaram dentro dos limites do que era aceitável às mulheres enquanto contestavam as desigualdades de gênero, lançando mão de “estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam”. Ao sul do Atlântico as professoras negras portaram similar face pública respeitável, mas sem atacarem abertamente as opressões raciais e de gênero e construindo agências circunscritas aos espaços e assuntos escolares. Esse era o seu campo de possibilidades, inegavelmente avaliado e calculado por cada uma delas, e o caminho para lidar e enfrentar cotidianamente os legados da escravidão e o racismo que desvalorizam as suas vidas.⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Op. Cit*, p. 186.

⁶⁵⁵ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Op. Cit*, p. 188.

⁶⁵⁶ COLLINS, *Op. Cit.*, 2019, p.13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese eu abordei as trajetórias de mulheres negras que desde o século XIX tiveram pleno acesso aos saberes formais, dominaram os códigos letrados e exerceram o magistério no Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e de 1920. Tais experiências nos permitem concluir que, independentemente da cor, o magistério era um legado transmitido de uma geração a outra. Mas, os sentidos para essas mulheres e as suas famílias são mais profundos porque relacionam-se à intersecção das desigualdades raciais, de gênero e de classe. Naquele mundo onde a liberdade e a cidadania para mulheres e pessoas negras eram precárias e frágeis, o magistério público primário se converteu em um anteparo ao racismo e um lugar de segurança material e simbólica.

Ser professora pública primária permitiu a elas a construção de lugares de respeitabilidade e de prestígio social, contrapondo-se ao racismo de modo contundente à medida em que suas faces pública e privada eram testemunhos diários de suas qualidades intelectuais e morais. Mesmo lidando com os enquadramentos de gênero vigentes àquele tempo, suas trajetórias evidenciam mais que mera adequação aos modelos patriarcais e burgueses de subordinação feminina. Assim sendo, considero que os passos dados por essas mulheres e os que foram evitados, dentro e fora dos seus seios familiares, impactaram as suas próprias vidas e as gerações posteriores. Isso porque essas pessoas viveram em um mundo onde as origens em antepassados escravizados e as características fenotípicas (em especial a cor da pele) eram associadas a estereótipos e sistematicamente utilizados como mecanismos de exclusão.

O mundo em que paulatinamente se discutia o fim da escravidão foi o mesmo em que as teorias raciais foram ganhando terreno e ajudando a manter velhos preconceitos contra os descendentes da “raça africana”. Do mesmo modo, o “novo mundo” que se construiria a partir da abolição da escravidão seria atravessado por um racismo que se materializava de muitas maneiras, inclusive através do humor, da publicidade e de modernas linguagens visuais nas páginas de periódicos de ampla circulação naqueles tempos. Viver, prosperar e se afirmar nesse mundo exigia muitas táticas cotidianas por parte dessas pessoas e uma das principais adotadas por esse conjunto de professoras negras foi a manutenção de redes de solidariedade e de apoio mútuo construídas no interior de suas famílias extensas. As dinâmicas das redes familiares dos Silva Callado, Hemetério dos Santos e os Silva Guimarães foram construídas extrapolando os limites da consanguinidade, calcadas em uma dimensão coletiva fundamental que, permitiu-lhes a construção de existências protegidas da precariedade material que atingia grande parte da população negra e pobre.

A manutenção e a perpetuação de famílias coesas foram capazes de estruturar a vida pública e de inserir os seus membros em postos de trabalho que lhes garantissem sobrevivência econômica, segurança em meio à “precariedade estrutural da liberdade”⁶⁵⁷ e às incertezas cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores em geral. A combinação entre coesão familiar e o exercício do magistério – ou de outras funções no serviço público - também era um potente escudo no enfrentamento ao racismo que reforçava ideais de brancura, inferiorizando e excluindo as pessoas negras da cidadania plena.

Em paralelo aos silenciamentos e à subordinação de gênero vigentes em seu tempo histórico, essas mulheres negras exerceram posições protagonistas dentro dos limites de suas escolas, atuando como professoras catedráticas e diretoras escolares – o topo da carreira no magistério público municipal –, publicando suas ideias sobre o ensino infantil, capitaneando celebrações cívicas em memória dos “heróis republicanos”, levando às crianças e aos jovens a instrução formal capaz de, em médio e longo prazo, impactar decisivamente as vidas dessas famílias trabalhadoras.

As professoras públicas primárias foram as “construtoras da nação” não apenas porque transmitiam símbolos e valores republicanos nas escolas, mas porque em suas agências cotidianas lutaram de variadas formas para proporcionar educação formal aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Em suas agências cotidianas encontraram formas de driblar a exclusão dessas crianças e jovens, ao mesmo tempo em que contornavam as dificuldades que acometiam a elas próprias e às suas famílias. Seu magistério é expressão de um longo percurso para quebrar a exclusão imposta ao amplo acesso ao ensino e ao conhecimento.

Se os indícios reunidos na pesquisa mostram certo nível de enquadramento dessas professoras negras aos padrões e valores brancos e burgueses, eles não devem ser reduzidos ao simples “desejo por embranquecimento” ou a uma capitulação aos valores culturais hegemônicos como o poder patriarcal. Em certa medida, o alinhamento a uma “feminilidade respeitável” com a adoção de comportamentos adequados aos padrões esperados das mulheres de boas famílias indica a adoção de táticas na tentativa de subverter as hierarquias pautadas em cor e raça que oprimiam as pessoas negras.

Sem romperem com os padrões de honestidade e moralidade, impostos às vidas femininas e exigidas formalmente das candidatas ao magistério público, todas essas professoras foram capazes de lutar pela formação acadêmica, conseguir uma designação como professora, ocupar um lugar e construir uma carreira no magistério público municipal em um momento em

⁶⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, 2010.

que a igualdade formal entre os homens e mulheres estava longe de se concretizar. Suas condutas irretocáveis estavam afirmando que os homens negros e as mulheres negras nada tinham de “estúpidos, fracos, imorais ou ladrões”⁶⁵⁸. Ao seu tempo esta era a resposta mais contundente que podiam dar aos racistas que insistiam em proclamar uma pretensa inferioridade da população negra.

Se para o professor Hemetério dos Santos o domínio dos saberes legitimados socialmente funcionava como a “arma da educação” no combate à discriminação racial⁶⁵⁹, para as professoras negras, a educação e o exercício de um ofício digno como o magistério foi escudo de proteção material e simbólica.

A despeito dos silêncios que imperaram por mais de um século, a construção da classe professoral carioca também foi obra das professoras Rufina e Alexandrina de Brito; Rufina Vaz, Elvira Pilar da Silva Guimarães, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos; Luiza, Alice Noêmia e Clara da Silva Callado; e Zulmira Augusta de Miranda. Em diálogo e, também, em disputas e situações de tensões, elas interagiram com professores e professoras de outras cores e origens sociais, em um momento histórico de “feminização” do magistério público municipal carioca. Ao seu tempo, o silêncio e as sombras eram uma estratégia para se proteger dos ataques abertos, mas acabaram impondo-lhes um lugar de subalternidade e submissão. Em nosso tempo esses silêncios – expressos na inexistência ou na fragmentação de registros documentais – encobriram, até agora, essas histórias, omitindo a sua importância para o magistério público primário e para a própria construção da cidade do Rio de Janeiro e do nosso país.

⁶⁵⁸ “Resposta ao sr. Alcindo Guanabara”. *O Imparcial*, 20 de outubro de 1913, p. 05. Disponível em: [O Imparcial : Diário Ilustrado do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.br\)](http://diario.illustrado.rio.de.janeiro.gov.br/1912-1919/DocReaderWeb/bn.br). Acesso em: 17/10/2021, às 7h 25 min.

⁶⁵⁹ PEREIRA, Aderaldo dos Santos. *Op. Cit.*, 2019.

LISTA DE FONTES

Acervo da Biblioteca Nacional (Periódicos) Seção de Periódicos

O Magistério

A Escola Primária A Cidade

Hemeroteca Digital (online)

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1844 a 1885)

Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (04 de novembro de 1874) A Capital

A Escola Primária A Época

A Imprensa

A Instrução Pública: Publicação Hebdomadaria A Nação

A Noite A Notícia

A Patria – Folha Política, Noticiosa e Literária A Razão

A Vanguarda

Careta Cidade do Rio

Correio da Manhã Correio Mercantil

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal (1848 a 1868) Correio da Noite

Diario do Commercio Diário do Rio de Janeiro Fon!Fon!

Gazeta de Notícias Gazeta da Tarde Gazeta do Norte Gazeta do Povo Jornal das Moças Jornal do Brasil Jornal do Commercio

Leitura Para Todos – Magazine Mensal Illustrado O Apóstolo

O Brasil

O Cruzeiro

O Estudante - Órgão Defensor do Estudante O Fluminense

O Globo

O Imparcial O Jornal

O Magistério O Malho

O Paiz O Século O Tempo

Revista da Semana Revista Illustrada Tribuna Liberal

Leis e decretos (online)

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original), Lei de 15 de outubro de 1827.

Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1854, vol. 1, Parte I, p. 45.

Decreto n.8.025, de 16 de março de 1881. Manda executar o novo Regulamento para a Escola Normal do Município da Côrte. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881*, Página 189 Vol. 1 pt2, 1881.

Decreto nº 10.060, de 13 de outubro de 1888. Dá novo Regulamento à Escola Normal.

Decreto n. 982, de 8 de novembro de 1890. Altera o Regulamento da Escola Normal da Capital Federal. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto número 52, de 09 de abril de 1897.

Decreto N.844 de 19 de Dezembro de 1901.

Diário Oficial da União, Relação dos funcionários da Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal – 16 de dezembro de 1905.

Diário Oficial da União, Relação dos funcionários da Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal – Escola Normal, 16 de dezembro de 1905, p.6520

Decreto n.1.089 de 06 de junho de 1906.

Acervo do Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CEMEB/ISERJ).

Histórico Escolar de Thereza Carolina da Silva Guimarães, Escola Normal, 1892-1904.

Histórico Escolar da aluna Coema Hemetério dos Santos (1904-1908)

Histórico Escolar da aluna Luiza Moura da Silva Callado (posteriormente Luiza da Silva Callado Ribeiro), 1894-1909

Programas de Ensino da Escola Normal (1894, 1899, 1903 – 1907 e 1911)

Acervo do Arquivo Nacional

Coleção 11ª Pretoria, 30 de janeiro de 1904, Número 2784, Caixa 330

Acervo da plataforma digital *Family Search* (online)

Atestado de óbito de Feliciano Adelaide da Silva Calado (1923) Atestado de óbito de Mathilde Joaquina da Silva Calado (1902)

Certidão de casamento entre Arthur Maximiano da Silva Callado e Clara Freitas (1893)
 Atestado de óbito de Francisco Alves de Freitas (1890)
 Atestado de óbito de Arthur Maximiano da Silva Callado (1907)
 Certidão de casamento entre Narciso Ribeiro de Castro e Luiza Moura da Silva Callado
 Certidão de nascimento do bebê Newton Callado Ribeiro de Castro (1905)
 Atestado de óbito do bebê Newton Callado Ribeiro de Castro (1906)
 Certidão de nascimento do bebê Jurandy Callado Ribeiro de Castro (1907) Certidão de
 nascimento do bebê Jaldemar Callado Ribeiro de Castro (1908) Certidão de Batismo de
 Jaldemar Callado Ribeiro de Castro (1908) Atestado de óbito do bebê Jaldemar Callado Ribeiro
 de Castro (1908) Certidão de nascimento do bebê Mary Callado Ribeiro de Castro (1909)
 Atestado de óbito de Luiza Callado Ribeiro de Castro (1911)
 Certidão de casamento entre Francisco Antonio da Silva Guimarães e Edméa Magalhães Couto
(1902)
 Certidão de nascimento do bebê Claudionor Antonio Couto da Silva Guimarães (1902)
 Atestado de óbito de Deolinda Thereza da Silva Guimarães (1908)
 Certidão de nascimento do bebê Deolinda Thereza Couto da Silva Guimarães (1909) Atestado
 de óbito do bebê Deolinda Thereza Couto da Silva Guimarães (1910) Certidão de Batismo de
 Elvira Couto da Silva Guimarães (1912)
 Certidão de nascimento do bebê Carlos da Silva Guimarães Soares (1905) Certidão de
 nascimento do bebê Maria da Silva Guimarães (1906) Certidão de nascimento de Maria da Silva
 Guimarães (1919)
 Atestado de óbito de Alexandrina Rodrigues Brito de Figueiredo (1917) Certidão de nascimento
 do bebê Clóvis Hemetério dos Santos (1893)
 Certidão de nascimento do bebê Kariosvaldo Couto da Silva Guimarães (1906)
 Certidão de casamento entre Coema Hemetério dos Santos e Octavio Ferreira Pacheco (1910)
 Certidões de óbito da bebê Nilda Hemetério dos Santos Pacheco (1912), e duas bebês que não
 receberam nomes (1914 e 1916, respectivamente).
 Certidão de nascimento do bebê Hemetério dos Santos Pacheco (1912) Certidão de nascimento
 de Hemetério dos Santos Pacheco (1926)

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*. São Paulo. Cia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, Nukácia M. Araújo. *Revistas Femininas e a educação da mulher: o Jornal das Moças*, p. 07. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf.
- ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. Do (in) visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos*, vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013, p. 340.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial Cidade de São Paulo*. Campinas, SP, Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. 280p.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARRETO, Lima. *Tenho esperança que...* *Bagatelas*, 03 de maio de 1918. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bi000173.pdf>
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX). Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/liceu_alba.htm.
- BISPO, Alexandre Araujo. “Mãe Preta: memórias e monumentos negros”. *O Menelik*, setembro de 2011. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/734>
- BRASIL, Eric. Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no Pós-Abolição. Rio de Janeiro e Port- Of- Spain, Trinidad (1838-1920). Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 07- 38.
- CASTANHA, André Paulo. Reforma da Escola Normal da Corte de 1888, *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.286-327, dez.2008.
- CHALLOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “Belle Époque”*. 2ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

- _____. CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, n° 19, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. e BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021, p. 16.
- CORRÊA, Henrique Sergio Silva. A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista A.B.C., p.10.
- CORTES, Giovana. *Branças de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890- 1930)* Campinas, SP: [s.n.], 2012.
- CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, ago-dez. 2007.
- DAMAZIO, Sylvia F. retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- DANTAS, Carolina Vianna. Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República. *Programa Nacional de Apoio à Pesquisa FBN/Minc*, 2008.
- _____. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- DINIZ, André. Joaquim Callado: o pai do choro. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.
- ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues*. Universidade de Brasília (UnB). Mestrado (dissertação), 2017,
- GAMA, Luiz. Emancipação, *Gazeta do Povo*, São Paulo, 01 de dezembro de 1880. Apud: DANTAS, Carolina Viana. In: XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013, Natal (RN). Luiz Gama e José do Patrocínio: autobiografia, memória e ensino de história. Disponível em: [Microsoft Word - 1364948366_ARQUIVO_carolinaanpuh2013.docx](#) .
- _____. Primeiras Trovas Burlescas de Getulino. 1ª ed. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1859, p.14. Disponível em: [Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: Primeiras trovas burlescas de Getulino \(usp.br\)](#).
- GIACOMINI, Sonia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

- GODOI, Rodrigo Camargo de. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809- 1861). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 340p. Campinas, SP: 2014.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 04.
- GOLDMACHER, Marcela, A “Greve Geral” de 1903- O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910, 181p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- GONDRA, José Gonçalves e SCHUELLER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- GONZÁLEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa*. 1ª edição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- GUINZBURG, Carlo. Mitos emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HAHNER, June. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro do fim do século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016.
- HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Righteous Discontent: The Women’s Movement in the Black Baptist Church, 1880-1920*. Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 135-164.
- LIRA, Mariza. *Chiquinha Gonzaga, grande compositora popular brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, Out – Dez 1971.
- LOPES, Maria Aparecida Oliveira. *Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana, 1920 -1940*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2002.
- LOPES, Silvana Fernandes. “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX. *Revista Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan. jun. 2011.
- LUGÃO, Ana Rios e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativoiro – família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MACIEL, Laura Antunes. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. In: ENGEL, Magali; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos (Orgs.). *Os intelectuais e a cidade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

_____. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em:

<<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Laura%20Antunes%20Maciel.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 21.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013

MELO, Hildete Pereira de e MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. DALTRO, Leolinda de Figueiredo. *Verbete Primeira República* CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf>

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNHOZ, Fabiana e VIDAL, Diana. Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil. *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, vol. III, núm. 6, 2015, pp. 125-157.

MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.

ROCHA, Elaine Pereira. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.8, n.15, janeiro- junho de 2016, 31. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2016v8n15p29> .

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP: 2006.

SANTOS, Thaís Silva. Discutindo os sentidos de mãe-preta: uma leitura feminista negra da produção visual de artistas negras. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo: 2019.

SANTOS, Aderaldo Pereira. Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX, p.169. *Revista Projeto História*, n°.42, Junho de 2011: Viagens, viajantes e deslocamentos, p. 163 – 183. Disponível em: [v. 42 \(2011\): JAN./JUN. Viagens, Viajantes e Deslocamentos | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\).](https://periodicos.pucsp.br/projeto-historia/article/view/3013)

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez e RIZZINI, Irma. Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906). *Cadernos de História da Educação*, v.18, n.1, p. 160-175, jan.-abr. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Lissa dos Passos e. Preto na cor e branco nas ações: representações raciais no teatro de revista. O caso da peça Secos e Molhados, 1924. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SILVA, Luara Santos. 'Etymologias, preto': Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Thiago Campos da. A cor da cidade: raça, controle social e reformas no Rio de Janeiro (1890- 1906). Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022, p. 183.

SLENES, Robert. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª edição corrigida. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Diego dos Santos e SILVA, Úrsula Rosa da. O Jornal das Moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 e sua passagem por Pelotas. *XVIII Seminário de História da Arte*. Centro de Artes, UFPEL, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/3013>.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

- SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz.”. *Revista Brasileira de Educação*, Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15.
- _____. *Condição Feminina e Formas de Violência – Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.
- _____. e PEDRO, Joana Maria. História das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p.287.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da Pátria, Homens do Progresso: O Conselho Municipal e a Instrução na Capital Federal (1892-1902)*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: 2012.
- VELLOSO, Mônica. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro, Funarte, 1988
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.
- XAVIER, Giovana. *História Social da beleza negra*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.